

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Tese de Doutorado**

*Costurando vidas*

*Os itinerários de duas professoras:*

*Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e*

*Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)*

Carlos Gilberto Pereira Dias

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

2012

CARLOS GILBERTO PEREIRA DIAS

**Tese de Doutorado**

## *Costurando vidas*

*Os itinerários de duas professoras:*

*Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e*

*Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. BENITO BISSO SCHMIDT (Orientador – UFRGS)

Profa. Dra. GUACIRA LOPES LOURO (UFRGS)

Profa. Dra. CÉLI REGINA JARDIM PINTO (UFRGS)

Profa. Dra. MARA CRISTINA DE MATOS RODRIGUES (UFRGS)

Profa. Dra. NATALIA PIETRA MENDEZ (UCS)

Porto Alegre

2012

### CIP - Catalogação na Publicação

Dias, Carlos Gilberto Pereira  
Costurando vidas - Os itinerários de duas  
professoras: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-  
1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)  
/ Carlos Gilberto Pereira Dias. -- 2012.  
228 f.

Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2012.

1. Biografia. 2. Gênero. 3. Memória. 4. Campo de  
Possibilidades. 5. Educação. I. Schmidt, Benito  
Bisso, orient. II. Título.

Para três mulheres:  
Neli, Cristiane e Caroline.

## Agradecimentos

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Benito Schmidt que pacientemente, leu e releu tantas vezes este trabalho. Sua orientação e os ‘puxões de orelha’ fizeram com que gradativamente eu fosse me sentindo mais seguro.

Ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e a CAPES pela concessão da bolsa que permitiu a realização desta tese ao longo de quatro anos.

À professora Mara Rodrigues e ao professor Vanderlei Machado, que fizeram considerações tão pertinentes sobre minha tese na Banca de Qualificação.

À professora Joana Maria Pedro, que gentilmente me recebeu no Instituto de Estudos de Gênero (UFSC) em maio de 2008.

À Débora Massmann, pelo carinho e comprometimento com que fez a leitura e as correções desta tese.

À Katani Monteiro, que me incentivou a esboçar o Projeto de Doutorado quando eu ainda estava morando no Paraná.

Aos amigos-irmãos Luciano Anchieta Benitez e Daniela Pistorello, com quem dividi inúmeras vezes alegrias e angústias.

Aos amigos rio-pardenses de longa data Fabio Daniel (Nenê), Cristiano (Torrano) e Luci, que carinhosamente me acolheu em sua residência todas as vezes que estive nessa cidade.

Aos amigos paranaenses Claídes Rejane Schneider, Mick Crestani, Andréia Faust Storck, Paula Moiana da Costa e Maich Lampugnani, com quem dividi tantos momentos felizes quando morei em Francisco Beltrão (PR), entre 2004 e 2007.

À turma do ‘futebol’ Nina, Viviane, Débora, Ricardo, Michelle e Débora, e nossos encontros regados a boas risadas.

Aos amigos e colegas porto-alegrenses Nina (Mariângela Martins), Débora Corrêa Gomes, Ícaro Bittencourt, Bia Martins, Rafael Rodrigues (primo), Flávia Goellner, William Kelbert Nitschke e Manolo Lima, pela alegria e intensidade de nossa convivência.

À Fábيا Winck, pelas valiosas informações sobre Ana Aurora, à Iraci Tavares, Flavio Tavares, Synval Tavares e Lea Selbach, que me ensinaram um pouco mais sobre Malvina.

E por fim, à minha família, que é tão especial: minha mãe Neli, minhas irmãs Cristiane e Caroline e meu pai Gilberto.

*“Trago dentro do meu coração,  
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,  
Todos os lugares onde estive,  
Todos os portos a que cheguei,  
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,  
Ou de tombadilhos, sonhando,  
E tudo isso que é tanto, é pouco para o que eu quero”  
Fernando Pessoa (1916)*

## Resumo

Este trabalho narra as trajetórias de duas professoras que viveram no final do século XIX e início do XX, a partir de uma perspectiva de gênero: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Julia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939). Na memória historiográfica houve um reemprego sucessivo de categorias que fixaram no tempo o ‘feminismo’ de Ana Aurora e o ‘anarquismo’ da Malvina cristalizando essas formulações a seus respectivos itinerários. Assim, entre aproximações e distanciamentos com homens e mulheres de sua época, analiso suas trajetórias a partir dos lugares de origem de seus percursos, da configuração de seus laços familiares e das escolhas profissionais que marcaram suas vidas. No *campo de possibilidades* em que estavam inseridas, as ações destas personagens evidenciam os paradoxos e tensões constitutivas daquele contexto. As vidas de Malvina e Ana Aurora estiveram constantemente atreladas as suas atuações profissionais na complexa arte de ensinar, numa atividade que se estendeu por décadas em ambos os casos.

Palavras-chave: biografia, gênero, campo de possibilidades, educação, memória

## Abstract

The present work chronicles the trajectories of two teachers who lived in the end of the XIX and the beginning of the XX centuries, through a gender perspective: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) and Julia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939). In historiographic memory there has been a successive reuse of categories that fixed in time Ana Aurora's 'feminism' and Malvina's 'anarchism', cristalyzing those formulations to its respective itineraries. Amongst approximations and detachments to men and women of their time, I analyze their trajectories beginning from the starting places of their journeys, from their family bonds configuration and from the professional choices that shaped their lifes. In the *possibility field* in which they were inserted, these characters actions demonstrate paradoxes and constitutive tensions of that context. Ana Aurora and Malvina's lifes were constantly bonded to their professional actions in the complex art of teaching, a activity that unfolded for decades in both cases.

Keywords: biography, gender, possibility field, education, memory

## **Acervos Consultados**

- Acervo Particular de Iraci Tavares
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPA)
- Arquivo Histórico de Rio Pardo (AHRP)
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG)
- Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP)
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)
- Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC)

## **Lista de Abreviaturas**

AHPA – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRP – Arquivo Histórico de Rio Pardo

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERGS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

PRR – Partido Republicano Rio-grandense

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Lista de Ilustrações

Figura 01: Capa do Diário de Julia Malvina Hailliot Tavares.....	29
Figura 02: Lápide do túmulo de Ana Aurora do Amaral Lisboa.....	44
Figura 03: Lápide do túmulo de Julia Malvina Hailliot Tavares.....	45
Figura 04 e 05: Vista geral dos túmulos de Ana Aurora e Malvina.....	66
Figura 06: Bustos das irmãs Ana Aurora e Zamira do Amaral Lisboa.....	67
Figura 07: Ana Aurora e Malvina.....	182
Figura 08: Retrato de casamento de Malvina e José Joaquim.....	184
Figura 09: Família Hailliot Tavares.....	185
Figura 10: As irmãs Amaral Lisboa: Carlota, Ana Aurora e Zamira.....	186
Figura 11: Malvina e amigos.....	187
Figura 12: Malvina, José Joaquim e Eleonora Passos.....	189
Figura 13: Colégio Amaral Lisboa.....	191
Figura 14: ‘Escola’ de Malvina .....	192
Figura 15: Casa-escola de Ana Aurora .....	193
Figura 16: Última aula das irmãs Ana Aurora e Zamira.....	194
Figura 17: Alunos em frente a ‘escola’ de Malvina .....	195

## Sumário

Introdução.....	13
1 Ana Aurora e Malvina no entre-tempos da memória historiográfica.....	34
1.1 Ana Aurora e Malvina: o <i>enquadramento da memória</i> .....	35
1.2 Ana Aurora e Malvina: dois <i>vultos históricos</i> no <i>panteão de papel</i> ?.....	37
1.3 O tempo redescoberto: o encontro com Ana Aurora e Malvina.....	41
1.4 Malvina: a memória inefável.....	46
1.4.1 1939: a morte de Malvina.....	46
1.4.2 2007: o encontro com os vestígios (e com o silêncio).....	47
1.4.3 O deslocamento da memória.....	48
1.4.4 Malvina: a sobrevivência da memória.....	58
1.5 Ana Aurora: <i>A mulher-monumento</i> .....	60
1.5.1 1951: A morte de Ana Aurora.....	60
1.5.2 2007: um encontro com a veneranda Ana Aurora.....	66
1.5.3 A ‘mulher-monumento’.....	69
1.5.4 Ana Aurora: a sobrevivência da memória.....	79
1.6 Malvina e Ana Aurora: a memória historiográfica revisitada.....	81
1.6.1 Revendo o percurso e as fontes.....	81
1.6.2 Ilusões biográficas.....	82
1.6.3 O <i>enquadramento da memória</i> .....	83
1.6.4 <i>Panteão de Papel</i> .....	85
2 <i>Antiprendas</i> no século XIX: o percurso inicial de duas professoras gaúchas.....	87
2.1 Os lugares.....	87
2.1.1 Encruzilhada do Sul.....	89
2.1.2 Rio Pardo.....	90
2.2 A família.....	92
2.2.1 A família Hailliot.....	94
2.2.2 A família Amaral Lisboa.....	95
2.2.3 A infância.....	96
2.2.4 A educação.....	98
2.2.5 A Escola Normal.....	103

2.3 Entre o público e o privado.....	106
2.3.1 Feminismo.....	107
2.3.2 O lar e a rua.....	110
2.4 No limiar do século XX.....	116
2.4.1 Malvina.....	116
2.4.2 Ana Aurora.....	120
2.4.3 Malvina e Ana Aurora: <i>antiprendas?</i> .....	125
3 Malvina e Ana Aurora no alvorecer do século XX: as experiências afetivas e o trabalho.....	127
3.1 A mítica Rio Pardo e a próspera São Gabriel da Estrela.....	127
3.1.1 Rio Pardo.....	128
3.1.2 São Gabriel da Estrela.....	129
3.2 Mulheres em Cena: modelos diferenciados.....	131
3.3 As experiências afetivas.....	137
3.3.1 O casamento consolidado: as Bodas de Prata de Malvina e José Joaquim.....	137
3.3.2 A Solteirice: Ana Aurora, uma mulher só.....	142
3.3.3 A esposa Malvina e a <i>solteirona</i> Ana Aurora.....	146
3.4 Ocupação: Professora – A vida foi uma constante educação.....	149
3.4.1 Os saberes pedagógicos e as práticas político-administrativas relativas à educação.....	150
3.4.2 As maneiras de ensinar e as concepções de mundo.....	159
3.4.3 A arte de educar e o valor do trabalho.....	173
4 Malvina e Ana Aurora: o entardecer de suas vidas.....	180
4.1 Retratos de Família.....	182
4.2 A despedida da sala de aula.....	190
4.3 A Última Estação: a velhice de Ana Aurora e Malvina.....	201
4.3.1 Ana Aurora.....	202
4.3.2 Malvina.....	205
4.3.3 A morte biológica e a sobrevivência na memória.....	211
Considerações Finais.....	213
Fontes e Bibliografia.....	216
Anexo.....	228

## Introdução

*O caminho da história não é, pois, o de uma bola de bilhar que, uma vez tocada, segue determinado curso, mas assemelha-se ao trajeto das nuvens, ao caminho de alguém que vagabundeia pelas ruelas [...] no curso da história mundial há um certo ‘perder-se por aí’. Robert Musil<sup>1</sup>*

O percurso que faço para distinguir onde exatamente descobri Ana Aurora e Malvina é errático no tempo e no espaço. Na infância, cruzava com o busto de bronze de Ana Aurora numa discreta praça de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, e, embora nossas vidas tenham se desenrolado em épocas diferentes, essa lembrança permaneceu em mim. Muito tempo depois, quando pesquisava sobre a trajetória de Borges de Medeiros<sup>2</sup>, preocupava-me naturalmente em compreender as questões de sua época. Em uma dessas buscas, descobri o nome de Malvina Tavares, a esmo, num livro. A referência a essa mulher era colossal: “pioneira na educação libertadora no Rio Grande do Sul”<sup>3</sup>.

Delineia-se, assim, um quadro de reminiscências guardadas na descontinuidade da minha memória. A partir disto, conduzido por perguntas e inquietudes, esbocei o que me pareceu mais apropriado, dentro dos parâmetros disciplinares da História, para compreender o percurso das duas professoras. Nesse sentido, a proposta de estudo sobre os itinerários de Ana Aurora e Malvina tem como eixo condutor a análise dos aspectos paralelos de suas trajetórias e este entrecruzamento de experiências individuais, penso, permitirá entender um pouco mais sobre seus itinerários e, inevitavelmente, sobre o mundo que as cercava.

Duas referências encontradas na historiografia a respeito das referidas personagens revelam indícios importantes: de um lado, Malvina é tida como a pioneira na inserção das ideias libertárias na educação no Rio Grande do Sul; de outro, Ana Aurora foi considerada a primeira feminista do estado. As duas protagonizariam, dessa forma, um pioneirismo que naturalmente tem sido objeto de atenção. No caso de

---

<sup>1</sup> MUSIL, Robert. *O Homem sem Qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 259.

<sup>2</sup> Ver DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango no limiar da velhice*. Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934. Porto Alegre, PUC-RS, 2001. Dissertação (Mestrado em História).

<sup>3</sup> MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995, p. 141.

Malvina, o fato dela ter sido, segundo algumas fontes, a precursora na difusão de um tipo de educação converteu-a numa espécie de mentora dos movimentos anarquistas que ocorreram no estado no início do século XX. Por sua vez, os inúmeros escritos na imprensa e a postura politizada de Ana Aurora transformaram-na, possivelmente, na primeira referência do feminismo no Rio Grande do Sul.

Em ambos os casos, é importante observar os significados que esses qualificativos têm em suas trajetórias e os que eles adquirem ao longo da história, levando-me a questionar sobre o que vem a ser o ‘anarquismo libertário’ de Malvina e o ‘feminismo’ de Ana Aurora e, principalmente, como esses atributos foram sendo ressignificados posteriormente.

Em uma esfera mais ampla, a da história ‘oficial’ do Rio Grande do Sul, com suas temáticas e periodizações consagradas, essas duas mulheres poderiam ser entendidas como personagens anônimas, pois não tiveram atuação destacada em nenhum evento histórico conhecido. No entanto, é justamente na ação pouco visível de suas trajetórias que estão latentes experiências singulares.

Ana Aurora do Amaral Lisboa<sup>4</sup> nasceu em 24 de setembro de 1860, em Rio Pardo, décima filha do casal Joaquim Pedro da Silva Lisboa - cujo avô chegou clandestinamente de Portugal – e Maria Carlota Amaral. Há pouco mais de cem quilômetros de Rio Pardo, nasceu Julia Malvina Hailliot Tavares<sup>5</sup>, em 24 de novembro de 1866, na cidade de Encruzilhada do Sul<sup>6</sup>, filha de François de Lalemode Hailliot e de Henriette Souleaux Hailliot, imigrantes franceses que, juntamente com outras famílias provenientes da França, chegaram a essa região a partir da década de 1840. Portanto, essas duas professoras viveram num tempo e num espaço relativamente próximos, mas possivelmente nunca se conheceram pessoalmente.

Hoje, após um longo tempo decorrido desde a morte de Malvina (1939) e de Ana Aurora (1951), e com o domínio de algumas informações sobre elas, visualizo como um discreto *voyeur* o universo em que transitaram essas mulheres, acima de tudo porque

---

<sup>4</sup> Na maior parte da bibliografia encontrada sobre esta personagem, foi suprimido um ‘n’ de seu prenome - apenas em raríssimos documentos de fins do século XIX, irei encontrar ‘Anna Aurora’. Esta variação aparece, sobretudo, em sua assinatura. Para fins de padronização, utilizarei ‘Ana Aurora’ ao invés de ‘Anna Aurora’.

<sup>5</sup> Apesar do prenome Julia anteceder Malvina, este último tem sido a referência utilizada na bibliografia como verifiquei em inúmeros textos.

<sup>6</sup> Conforme documentação do AHRP, os limites entre as duas cidades – Rio Pardo e Encruzilhada do Sul – foram oficializados em 1853.

penso que “a biografia pode propiciar uma espécie de espelho ético, no qual podemos nos ver, com uma força súbita, a nós mesmos e nossas vidas sob diferentes ângulos”<sup>7</sup>.

No livro *Nas Margens*, a historiadora Natalie Zemon Davis<sup>8</sup> entrecruza a vida de três mulheres que viveram no século XVII. Ao longo de seu trabalho, a autora diz ter aprendido com suas semelhanças e diferenças. Ela afirma:

Em minha época se diz às vezes que as mulheres do passado se parecem entre si, principalmente quando vivem o mesmo tipo de ambiente. Eu quis mostrar seus pontos em comum e suas disparidades. Quis mostrar a maneira como falaram sobre si mesmas e o que [...] fizeram. Quis mostrar como se distinguiam dos homens de seu mundo e como se assemelhavam...<sup>9</sup>.

Resguardadas as diferenças de tempo e de espaço, as trajetórias de Ana Aurora e Malvina possuem, de certa forma, paralelos com as vidas daquelas três mulheres narradas por Davis. Este exemplo me inspirou a perseguir e aprender com estas duas professoras que, embora não vivam mais, deixaram lembranças, retratos, cartas, diários, entre outros rastros; afinal, uma vida não se constrói apenas no tempo biológico da existência. As aproximações entre Ana Aurora e Malvina podem estar relacionadas, em parte, ao fato de terem vivido num mesmo período histórico e em cidades relativamente próximas, o que certamente é uma constatação importante.

Ana Aurora viveu quase inteiramente em sua amada cidade de Rio Pardo, havendo apenas um breve interregno entre 1881 e 1883, quando passou pela Escola Normal, na cidade de Porto Alegre. Malvina viveu em Encruzilhada do Sul até 1886, quando ingressou na mesma Escola Normal e, em fins do século XIX, transferiu-se para São Gabriel da Estrela, hoje Cruzeiro do Sul, onde ficou até morrer. Porém, a semelhança mais significativa entre essas duas mulheres reside no fato de terem sido ambas educadoras que utilizaram métodos e posturas relativamente ‘ousadas’ no contexto em que estavam inseridas. Malvina teria difundido ideias pedagógicas absorvidas livremente dos escritos anarquistas de Francisco Ferrer e Ana Aurora chegou a abrir as portas de sua escola aos filhos dos escravos libertos pela Lei do Ventre Livre,

---

<sup>7</sup> HOLMES *apud* BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res) Sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, p. 218.

<sup>8</sup> Ver DIAS, Carlos Gilberto Pereira. Um olhar sobre o livro ‘Nas Margens’ de Natalie Zemon Davis: Em busca de uma reflexão a partir do gênero biográfico. *Histórica*, n. 5. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 2001.

<sup>9</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens*. Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 12.

além de ter criado, mais tarde, um curso noturno gratuito para adultos, atividade na qual foi provavelmente pioneira.

No entanto, apesar de viverem num mesmo ambiente, elas distanciam-se num ponto essencial. De um lado, Malvina casou-se em 1890 com José Joaquim Tavares – ainda que de maneira pouco convencional para a época, pois a celebração religiosa ocorreria apenas oito anos após a formalização civil do laço matrimonial. Malvina realizou uma prática social bastante comum para a maioria das mulheres de sua época. Afinal, é importante lembrar que

[...] a força normativa do casal heterossexual, que resulta na dupla rejeição do homossexual e do celibatário [é uma] característica do século XIX [que comumente] reside na polarização em torno do casamento, que tende a absorver todas as funções.<sup>10</sup>

Por outro lado, Ana Aurora rejeitou a (invisível) norma prescrita do casamento, preferindo o celibato<sup>11</sup>. Neste caso, a opção da professora rio-pardense talvez possa ser entendida de acordo com a observação da historiadora Michelle Perrot, quando essa afirma que “a solidão também pode resultar de uma escolha, deliberada nos casos de ‘vocação’ religiosa ou altruísta (enfermeiras, assistentes sociais, professoras), ou derivada da preferência por uma carreira”<sup>12</sup>.

Além disso, no plano político-partidário, as duas educadoras atuaram em campos antagônicos: Malvina descendia de um núcleo familiar que apoiava o castilhismo-borgismo no Rio Grande do Sul, muito embora ela mesma simpatizasse livremente com as ideias libertárias de Ferrer, ao que tudo indica; em contrapartida, a família Amaral Lisboa era uma notória ferrenha opositora ao governo do PRR que se perpetuou no governo estadual ao longo da Primeira República gaúcha.

Até aqui, estou considerando que essas duas personagens experimentaram um tipo de atuação social comum a algumas mulheres de sua época – o magistério - e, ao mesmo tempo, o fizeram de uma maneira incomum para a grande maioria delas, ao realizarem escolhas profissionais conduzidas por um projeto de vida ‘ousado’ que só pode ser analisado na sua historicidade num *campo de possibilidades* específico. Neste

---

<sup>10</sup> PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. 9. reimp. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 121-185, p. 133.

<sup>11</sup> Esta ‘opção’ será abordada com mais vagar no capítulo III.

<sup>12</sup> PERROT, Michelle. *À Margem: Solteiros e Solitários*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. 9. reimp. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 287-303, p. 299.

caso, é instigante observar como Malvina e Ana Aurora talvez tenham manipulado e, ao mesmo tempo, imprimido suas táticas e estratégias, fazendo disso, conforme foi mencionado, um *projeto* de vida e, possivelmente, um mosaico de frustrações e satisfações<sup>13</sup>. Neste sentido,

A abordagem biográfica, tanto das mulheres ‘excepcionais’ quanto das mulheres comuns, na totalidade de seus percursos, ou em outro segmento de existência, e até mesmo na fugacidade de uma circunstância ou de um instante, permite apreender a força da resistência ou do desejo pelo qual uma mulher se afirma como sujeito e reivindica o direito de escolher seu destino.<sup>14</sup>

Portanto, estas mulheres, conduzidas por suas escolhas, definiram, realizaram e modificaram seus *projetos* dentro de um *campo de possibilidades* histórico e socialmente condicionado; assim, concretamente, “[...] num período em que a definição do feminino restringia-se, cada vez mais, a suas relações domésticas e maternais”<sup>15</sup>, elas se utilizaram do magistério para atuarem no espaço público.

Subjacente às noções de *projeto* e *campo de possibilidades*, manifesta-se outra categoria de análise imprescindível para se compreender os itinerários de Ana Aurora e Malvina: *experiência*. Nesse sentido, Scott revela que:

Experiência [...] não é a origem de nossa explicação, mas sim o que queremos explicar. Este tipo de enfoque não debilita a política negando a existência de sujeitos; em vez disso, interroga os processos de sua criação e, ao fazê-lo, repensa a história e o papel do historiador, e abre novos caminhos para se pensar a mudança.<sup>16</sup>

Se, de acordo com Thompson<sup>17</sup>, os indivíduos *têm experiências*, para Scott, os sujeitos é que *são constituídos pelas experiências*<sup>18</sup>. Essa compreensão altera em muito

---

<sup>13</sup> Conforme Gilberto Velho a noção de *projeto* pode ser entendida enquanto “[...] conduta organizada para atingir finalidade específica”, no entanto, o entendimento de *projeto* só é possível quando esse é conjugado com a noção de *campo de possibilidades*, entendida aqui como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos. Para o autor, *projeto* e *campo de possibilidades* devem ser examinados de maneira complementar, “[...] evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, Gilberto. *Trajeto Individual e Campo de Possibilidades*. In: *Projeto e Metamorfose*. Antropologia das Sociedades Complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003; p. 31-48, p. 40).

<sup>14</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 478.

<sup>15</sup> SOIHET, Rachel. *Mulheres e Biografia*. Significados para a História. *Lócus*. Revista de História. Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 33-48, 2003, p. 39.

<sup>16</sup> SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo: PUCSP, p. 297-326, 1998. p. 325.

<sup>17</sup> No final da década de 1970, E. P. Thompson explorou a noção de *experiência* na obra *A Miséria da Teoria*. Naquela circunstância, o autor estava determinado a buscar o termo silenciado por Marx e pelas

o sentido conferido ao termo pelo primeiro pesquisador e aqui revisto pela última estudiosa, sobretudo quando ela afirma que a experiência não é a compreensão em si, mas o meio pelo qual cercamos o objeto:

Experiência tanto pode confirmar o que já é conhecido (vemos o que aprendemos a ver), quanto perturbar o que parecia óbvio [...] Experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas.<sup>19</sup>

Nesta perspectiva, aposto na impossibilidade de se recuperar as experiências reais de Ana Aurora e Malvina, mas, em contrapartida, inclino-me a tentar compreender seus itinerários a partir dos vestígios encontrados levando em conta o tempo que nos separa, pois, apenas na dimensão temporal que entrelaça esta narrativa e a realidade documentada em seus traços, é que se constituem as *experiências* dessas duas mulheres<sup>20</sup>.

É oportuno considerar ainda a contribuição de Koselleck quando lembra que: “[...] na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está

---

análises marxistas estruturalistas posteriores. Assim, no entendimento dele, “A ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’”<sup>17</sup>, ou seja, para o autor, é fundamental a compreensão de que esses sujeitos – homens e mulheres – não retornam como sujeitos autônomos, mas “[...] como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”<sup>17</sup>. Mesmo que essa *experiência* seja re-elaborada em suas consciências e cultura, para nós fica a impressão de que os espaços cheios de porosidade de uma estrutura social - suas margens - ainda não eram inteiramente visíveis para o historiador britânico (THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201, p. 189).

<sup>18</sup> Conforme Albuquerque Junior, se, para Thompson, a *experiência* é “[...] um ponto de partida, um já dado, um referente de que se parte para construir o discurso historiográfico”, para Foucault, “A documentação de uma sociedade é a sua própria realidade, não existe um substrato material chamado real fora desta ‘documentação’. A sociedade que vemos e dizemos, a partir desta documentação, depende do regime de visibilidade e de dizibilidade do momento em que o historiador está inserido, mas também do diálogo desta visibilidade e dizibilidade com aquelas outras, expressas na documentação”. Portanto, na análise de Albuquerque Júnior, em Thompson, a *experiência* é quase reduzida ao real que deve ser representado pelo historiador; já em Foucault, não existe experiência anterior ao significado que lhe atribuímos (ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Experiência: uma fissura no silêncio. In: *História: A arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 133-147; p. 143).

<sup>19</sup> SCOTT, Joan. op. cit., 1998, p. 320.

<sup>20</sup> Para Scott, “Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz” (SCOTT, Joan. op. cit., 1998, p. 304).

contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”.<sup>21</sup>

Historicamente, as mulheres aparecem pouco no espaço público, com raras exceções. Em 1929, Woolf, numa interessante crônica intitulada *Um teto todo seu*, chamou para os historiadores algumas responsabilidades:

Ocasionalmente, faz-se menção a uma mulher em particular, uma Elizabeth ou Mary, uma rainha ou grande dama. Mas por nenhum meio viável poderiam as mulheres da classe média, sem o comando de nada além de inteligência e caráter, ter participado de qualquer dos grandes movimentos que, reunidos, constituem a visão de passado do historiador [...] a mulher jamais escreve sua própria vida e raramente mantém um diário – existe apenas um punhado de suas cartas. Não deixou peças ou poemas pelos quais possamos julgá-la?<sup>22</sup>

A própria historiografia encarregou-se de compor um quadro do ‘universo feminino’ lapidado, em geral, por homens, cujo resultado é uma narrativa que reflete o masculino como único sujeito histórico, ou seja,

[...] serve-se de um masculino universal, de estereótipos globalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: a mulher. A falta de informações concretas e circunstanciadas contrasta com a abundância dos discursos e com a proliferação de imagens<sup>23</sup>.

Esta observação desdobra-se, de imediato, em uma constatação básica: a assimetria na relação entre homens e mulheres, ou, melhor dizendo, a hierarquia das marcas de diferenças de gênero vivenciadas por homens e mulheres nas diversas sociedades ao longo da história. Tal observação instiga a desenrolar aqui os fios de duas discussões que alinhavarão esta pesquisa: a primeira delas se refere ao *gênero* como categoria analítica e a segunda à utilização deste conceito na superação da falsa dicotomia entre público e privado, demonstrando como mulheres e homens atuam, ao mesmo tempo, nessas duas esferas.

Em primeiro lugar, esboça-se uma preocupação em como pensar os efeitos do *gênero* ou, mais especificamente, dos papéis que homens e mulheres assumem nas relações sociais e institucionais. Para Perrot, a noção de “*Gender*” – cuja tradução merece uma relativa flexibilidade – “[...] significa que a história dita das mulheres

---

<sup>21</sup> KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à Semântica dos Tempos Modernos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 309-310.

<sup>22</sup> WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 59.

<sup>23</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 11.

apenas encontra todo o seu sentido na análise, na desconstrução da diferença entre os sexos, na relação com o outro sexo”<sup>24</sup>. Neste caminho, o texto antológico de Scott<sup>25</sup> tem despertado inúmeras reflexões sobre o uso desse termo na historiografia<sup>26</sup>. Segundo a autora,

Os historiadores precisam [...] examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades e organizações e representações sociais historicamente específicas<sup>27</sup>.

De fato, parece haver um certo consenso entre os estudiosos(as) de que as características de *gênero* são construções sócio-culturais variáveis através da história e relacionadas aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a homens e mulheres. Esta também parece ser a inquietação de Davis quando diz: “Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la”<sup>28</sup>. Tal discussão induz a tentar compreender, a partir dos casos específicos de Ana Aurora e Malvina, como a construção social e cultural das ideias sobre as atuações próprias a homens e mulheres é incorporada e/ou transgredida historicamente.

A noção de *gênero*, entendida enquanto “organização social da diferença sexual”<sup>29</sup>, pode levar a uma compreensão equivocada de que essa categoria analítica implica o estabelecimento de diferenças fixas e naturais entre mulheres e homens. Tal

---

<sup>24</sup> A história dita das mulheres não deve ser alicerçada à margem da historiografia como um todo, mas em diálogo e confronto com ela; aliás, ainda na década de 1980, Michelle Perrot nos alertou para os perigos de se fazer um gueto da ‘História das Mulheres’; afinal, é importante não esquecermos que qualquer informação sobre os papéis femininos implica, necessariamente, informação sobre os papéis masculinos (PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 467).

<sup>25</sup> Conforme Scott, a definição de *gênero* repousa numa conexão integral entre duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, p. 71-99; p. 86).

<sup>26</sup> Louro avalia o impacto do artigo de Joan Scott na literatura sobre o assunto, afirmando que “[...] a grande ‘virada’ teórica que nos foi proposta foi a passagem de uma história das mulheres para uma história das relações de gênero [...] Essa nova perspectiva é importante não apenas porque nos permite perceber melhor os sujeitos excluídos (as mulheres, no caso) e olhar de outros modos aqueles que eram o objeto central de estudos, mas, principalmente, porque nos direciona para as relações, as práticas e as disputas de poder em que eles se envolvem” (LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, História e Educação. Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, p. 101-132; p. 126).

<sup>27</sup> SCOTT, Joan. op. cit., 1995, p. 88.

<sup>28</sup> DAVIS, Natalie Zemon *apud* SCOTT, Joan. *ibid.*, p. 72.

<sup>29</sup> SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History. Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-17, 1994, p. 13. O eixo central da análise de Joan Scott pauta-se, sobretudo, em seu “[...] questionamento a respeito de como hierarquias como as de gênero são construídas e legitimadas” (*ibid.*, p. 16).

debate inspirou Nicholson a observar que *gênero* tem sido usado de duas maneiras diferentes e, até certo ponto, contraditórias:

De um lado, o ‘gênero’ foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a ‘sexo’, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado; [...] De outro lado, o ‘gênero’ tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’.<sup>30</sup>

Para Nicholson, é imprescindível abandonar o ‘fundacionalismo biológico’<sup>31</sup>, juntamente com o determinismo biológico<sup>32</sup>: “sugiro pensarmos o sentido de ‘mulher’ como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam”<sup>33</sup>.

A noção de *gênero* perpassa a textura das análises aqui empreendidas. A utilização deste conceito para compreender as trajetórias de Ana Aurora e Malvina em fins do século XIX e início do século XX, nas suas relações com os homens e mulheres de sua época, significa que apenas encontro um sentido em estudar seus percursos pelo fato deles possibilitarem a “desconstrução da diferença entre os sexos, na relação com o outro sexo”<sup>34</sup> e a conseqüente historicização das noções de masculinidade e feminilidade<sup>35</sup>. A reconstrução histórica das relações de gênero deve, assim, ajudar a desnaturalizar o papel da mulher naturalizado historicamente como coadjuvante dos principais acontecimentos. Nesse sentido, Scott afirma:

---

<sup>30</sup> A partir dessa formulação, Nicholson verificou - especialmente no discurso da maioria das feministas do final dos anos 1960 e início dos 70 - a aceitação da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens: “a aceitação feminista dessas proposições significava que o ‘sexo’ ainda mantinha um papel importante: o de provedor do lugar onde o ‘gênero’ seria supostamente construído” (NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas*. 2000. p. 09-41. p. 10-11).

<sup>31</sup> Conforme Nicholson: “Rotulo essa noção do relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento de ‘fundacionalismo biológico’, a fim de indicar suas diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico. Em comum com o determinismo biológico, meu rótulo postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento. Mas em contraste com o determinismo biológico, o fundacionalismo biológico permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento”. Na visão da autora, o fundacionalismo biológico seria um obstáculo “[...] à verdadeira compreensão de diferenças em relação a quem pode ser considerado homem ou mulher” (NICHOLSON, Linda. op. cit., p. 12-13).

<sup>32</sup> Conforme Pedro, nas últimas décadas, na medida em que os estudos sobre a questão feminina se ampliavam, evidenciava-se uma dificuldade no uso do termo *mulheres* enquanto categoria, tendo em vista a necessidade de se explicitar outras diferenças, pois “[...] tinha que vir acompanhado de um adjetivo (pobres, negras, de elite, etc.) para dar conta das diferenças dentro da diferença (biológica!). Foi a partir daí que a história das mulheres passou a focalizar os relacionamentos entre homens e mulheres, e de como o gênero era construído. Foi a rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’ que levou ao uso do termo gênero” (PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. *Revista Catarinense de História*. n. 2, 1994, p. 42).

<sup>33</sup> NICHOLSON, Linda. op. cit., p. 36.

<sup>34</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 467.

<sup>35</sup> SCOTT, Joan. op. cit., 1998, p. 303.

Como historiadora, estou particularmente interessada em historicizar gênero, enfatizando os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres e homens” e os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em torno da outra de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento.<sup>36</sup>

É preciso, pois, observar as personagens a partir de “representações sociais historicamente específicas”<sup>37</sup>.

Em segundo lugar, a utilização da noção de *gênero* na superação da falsa dicotomia entre público e privado tem demonstrado como mulheres e homens atuam ao mesmo tempo em ambas as esferas. Nesta perspectiva, Perrot salienta um ponto norteador: “A questão do poder dificilmente pode ser evitada a partir do momento em que se trata de relações de sexo, ainda que estas relações não se reduzam unicamente ao poder”<sup>38</sup>. De qualquer forma, seria inevitável perguntar: como as mulheres preenchem os ‘vazios do poder’? E, no caso específico dessa pesquisa: quais são os espaços em que Malvina e Ana Aurora exercem poderes?

Diante das normas e condições que conformavam seus itinerários, as personagens aqui enfocadas não estavam confinadas à esfera privada, lugar social a elas destinado segundo a prescrição de inúmeros discursos (médicos, jornalísticos, jurídicos, políticos, literários, científicos, de senso comum, entre outros), que procuravam, não sem tensões, definir espaços e funções nitidamente separadas para homens e mulheres. Ana Aurora e Malvina atuaram no âmbito público e, ao lidarem com diferentes grupos enquanto professoras, apreendendo e difundindo ideias, re-elaboraram, talvez, um projeto intelectual e político cuja viabilidade dependia, via de regra, das tímidas possibilidades profissionais da época voltadas às mulheres.<sup>39</sup>

Para Perrot, “[...] o que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa [...] Restaurar a ordem é impor silêncio às mulheres”<sup>40</sup>. Porém, tomando como exemplo a atuação de Ana Aurora e Malvina, é preciso relativizar a afirmação de que a palavra pública é/era recusada às mulheres, pois

---

<sup>36</sup> SCOTT, Joan. op. cit., 1994, p. 26.

<sup>37</sup> SCOTT, Joan. op. cit., 1995, p. 88.

<sup>38</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 468.

<sup>39</sup> Sobre as restritas possibilidades abertas às mulheres nessa época, ver, entre outras: HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981; PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 278-321.

<sup>40</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 464.

o que se verifica até aqui é que elas souberam dar visibilidade às suas palavras, aos seus ensinamentos e, conseqüentemente, aos seus posicionamentos. Como educadoras, participaram ativamente da vida social e intelectual de suas respectivas comunidades e, de maneira hábil, extrapolaram o espaço circunscrito do lar/sala de aula, transitando, dessa forma, entre as esferas pública e privada.

Historicamente, o poder manifesta-se na vida da maioria das mulheres a partir de experiências de exclusão e dominação, como um ‘outro’ portanto. Talvez Malvina e Ana Aurora sejam casos de exceção. Não estavam circunscritas ao meio familiar e, por intermédio da publicização possibilitada pelo espaço da sala de aula, experimentaram certas esferas de poder que, de outra forma, lhes teriam sido negadas.

Por exemplo: num período em que as leituras oferecidas às mulheres não deveriam ultrapassar a fronteira dos livros de orações, informar-se era uma maneira de desafiar o papel legado historicamente a elas de reprodutoras e organizadoras do lar<sup>41</sup>. Malvina recebia o jornal *A Federação* quase diariamente e estava informada sobre os acontecimentos de seu tempo, levando-os para o círculo familiar nas reuniões que ocorriam em sua residência. Ana Aurora, por sua vez, não apenas guardava recortes de periódicos que julgava importantes, como chegou a escrever diversos artigos para jornais locais.

O que encontro empiricamente, como também demonstram variadas pesquisas históricas, é um jogo ambíguo, no qual atuam diversos e simultâneos sujeitos, os quais, durante muito tempo, estiveram diluídos e fundidos na noção de sujeito universal. No caso da investigação aqui proposta, esta ambigüidade transparece não apenas nas práticas sociais de Ana Aurora e Malvina, mas igualmente nas suas relações (des) iguais com o chamado ‘universo masculino’, ele também plural e variável historicamente.

Deve-se ainda levar em conta que a categoria *gênero* ampliou o conceito funcionalista de ‘papéis sociais’, ao precisar a ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder, embora não seja desejável estabelecer uma simples dicotomia entre eles e elas. Isso fica claro quando se observa que, em suas relações cotidianas, as duas personagens enfocadas lidavam (e interagiam) basicamente com ‘homens públicos’ – o que relativiza a afirmação de Perrot, referindo-se às mulheres de classe média na segunda metade do

---

<sup>41</sup> HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. Ler e escrever na Alemanha. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. O Século XIX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 171-197.

século XIX: “Todavia, sua postura normal é a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesmas. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se”.<sup>42</sup>

Inegavelmente, Ana Aurora e Malvina experimentam as marcas de uma formação permeada por conceitos morais cristãos aprendidos na família, na escola, nas ruas, na igreja, que buscavam lhes inscrever na invisibilidade e no silêncio. Por isso, é inquietante pensar em como elas articularam suas vozes, como se fizeram ouvidas.

O conjunto de fontes primárias a serem utilizadas nessa pesquisa é bastante heterogêneo. Porém, dois tipos de documentação são matérias-primas fundamentais para a investigação proposta: o diário de Malvina e a correspondência passiva de Ana Aurora e, por isso, discorrerei com mais vagar sobre eles.

Escrever e arquivar a própria vida não é um privilégio de homens ilustres. Construir narrativamente um destino para si, mostrar, através de palavras, a coerência da própria existência tem sido uma prática que procura responder a certas injunções sociais. Assim, o biógrafo, ao deparar-se com a *escrita de si*<sup>43</sup> (Malvina) ou a correspondência arquivada<sup>44</sup> (Ana Aurora) enquanto fonte documental para a construção biográfica – *escrita do outro* –, deve observar que o sujeito que fala ou escreve sobre si mesmo se produz no texto e no arquivo. Como afirma Calligaris: “Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida”<sup>45</sup>. No caso de ambas as professoras aqui enfocadas, o *arquivamento do eu*<sup>46</sup> ocorre de maneira irregular, ou seja, não houve, por parte delas, a constituição de arquivos pessoais voluntários. De qualquer forma, a *produção de si* dessas duas mulheres assume a característica apontada por Artières

---

<sup>42</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 10.

<sup>43</sup> Conforme Gomes, historicamente, o hábito da *escrita de si* ganha notoriedade no século XVIII, período em que “[...] indivíduos ‘comuns’ passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si”, embora já no século XVI se observe o surgimento das ‘memórias’. Aliás, não seria anacrônico vincular esta necessidade de registrar a própria vida a um certo espírito individualista-narcisista que desabrocha na Renascença (GOMES, Angela de Castro. *Escrita de Si, Escrita da História: a título de prólogo*. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 11).

<sup>44</sup> “Um dos objetivos do estudo de correspondências pessoais é permitir que o pesquisador se aproxime de aspectos subjetivos, integrantes e mesmo definidores de *redes de sociabilidade*, mas de difícil acesso quando se utiliza outro tipo de fonte” (GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 13-47, p. 41) (grifo meu).

<sup>45</sup> CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. *Estudos Históricas*, v. 11, n. 21. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998, p. 43-58; p. 49.

<sup>46</sup> Parto aqui da perspectiva apontada por Artières quando esse observa que o indivíduo mantém suas lembranças “[...] para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar nossas vidas; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro e, sobretudo, para existir no cotidiano” (ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricas*, v. 11, n. 21. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998, p. 09-34; p. 14).

quando diz que o indivíduo mantém suas lembranças “para ver sua identidade reconhecida”.

Ao tomar esses textos auto-referenciais como documentos históricos parece relevante chamar a atenção para três aspectos que se entrelaçam na crítica dessas fontes.

O primeiro diz respeito à dimensão (auto) biográfica que as duas formas de *produção do eu* assumem e, como desdobramento dessa observação, surge um aspecto fundamental: a questão da *ilusão biográfica*<sup>47</sup>, isto é:

[...] a ingenuidade de se supor a existência de ‘um eu’ coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo ‘efeito de verdade’ que ela é capaz de produzir. A sinceridade expressa na narrativa, que pretende traduzir como que uma essência do sujeito que escreve, obscureceria a fragmentação, a incoerência e a incompletude do indivíduo moderno<sup>48</sup>.

Essa ‘ingenuidade’ perpassa a documentação aqui analisada. Além disso, mesmo levando-se em conta a heterogeneidade narrativa e temporal das fontes auto-referenciais, a *ilusão biográfica*, ou seja, a tácita aceitação de que “[...] a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva [...]”<sup>49</sup>, é um ‘feitiço’ do qual, seguidamente, leitores e biógrafos participam em função do efeito de verdade provocado por tal tipo de discurso<sup>50</sup>.

A segunda questão que gostaria de abordar diz respeito aos efeitos de gênero na *produção de si* de Malvina e Ana Aurora e, conseqüentemente, nas suas interlocuções com a vida pública através dessa produção. Para Perrot, “correspondência, diário íntimo, autobiografia, não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais

---

<sup>47</sup> A noção de ‘ilusão biográfica’ é título de célebre artigo de Pierre Bourdieu que chama a atenção para alguns desafios com os quais os historiadores biógrafos se deparam (BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191). Na mesma linha, Albuquerque Junior acrescenta que: “[...] a escrita biográfica é um gênero de discurso que visa dar uma coerência, construir uma homogeneidade, estabelecer uma continuidade para experiências que são por definição dispersas, fragmentárias, descontínuas. A vida de qualquer indivíduo está sempre em excesso em relação às palavras que falam por ela. Nenhum enredo é capaz de fazer aparecer em toda a sua multiplicidade a vida de qualquer pessoa. A biografia, como dirá Bourdieu, não passa de uma ilusão, pois busca construir, retrospectivamente, um enredo que atravesse uma dada vida, dando a ela uma teleologia, um objetivo que nunca esteve inscrito nela desde o começo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Foucault: O pensador de todas as solidões. *Revista Educação – Especial Foucault Pensa a Educação*. São Paulo: Segmento, p. 06-15, 2008, p. 06).

<sup>48</sup> GOMES, Angela de Castro. op. cit., p. 15.

<sup>49</sup> BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 184.

<sup>50</sup> “As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. [Além disso], os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas” (GOMES, Angela de Castro. op. cit., p. 13).

adequados às mulheres justamente por seu caráter privado”<sup>51</sup>, especialmente quando se observa que “[...] os modos de registro das mulheres estão ligados a sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade”<sup>52</sup>. Além disso, apesar de diversos na sua composição, os dois tipos de escrita/arquivamento aqui analisados autorizam a afirmação de um ‘eu’: “É graças a eles que se ouve o ‘eu’, a voz das mulheres. Voz em tom menor, mas de mulheres cultas, ou, pelo menos, que têm acesso à escrita. E cujos papéis, além do mais, foram conservados”<sup>53</sup>.

Se na *produção de si* dessas professoras revelam-se poucos aspectos íntimos, como será demonstrado adiante, é de se pensar também no que Pollak chamou de ‘não-dito’. De acordo com esse autor, a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, é tênue. Em suas palavras:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento [...] É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior<sup>54</sup>.

Apesar disso, nas linhas e entrelinhas dos registros das professoras, e dentro dos limites sociais da dizibilidade feminina de seu tempo, revelam-se, de forma pontual, algumas confissões de foro íntimo: Ana Aurora expõe a amargura e a dor vivenciadas pela perda de suas duas irmãs, Carlota e, principalmente, Zamira; Malvina anota cuidadosamente em seu diário a morte de cada ente querido, a partida dos filhos e, gradativamente, em seus devaneios, demonstra o quanto vai sendo consumida pela solidão: “A ausência é o mais terrível sacrifício para um coração que ama”<sup>55</sup>.

Abrir o diário de Malvina ou a correspondência de Ana Aurora é transitar pelo tempo. É descobrir, aos poucos, ainda que com as mediações de um tipo específico de escrita, como viviam e sentiam essas mulheres e ao que estavam condicionados os seus dizeres e fazeres. É perceber marcas sutis que compunham suas vidas e, possivelmente, de muitas outras mulheres de sua época; afinal, ao manusearem-se esses traços

---

<sup>51</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2007, p. 28.

<sup>52</sup> PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 33-43. p. 39.

<sup>53</sup> Ibid., p. 30.

<sup>54</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 03-15, p. 8.

<sup>55</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 50.

produzidos à soleira do privado, tem-se a impressão de ouvir o murmúrio daquela sociedade, com seus costumes, limites e possibilidades.

Por fim, gostaria de refletir um pouco mais sobre a dimensão generificada das duas formas de *produção de si* aqui utilizadas – o diário e a correspondência – e sua apropriação enquanto documentos históricos. Em relação à correspondência, Michelle Perrot lembra o quanto esse gênero é – ou pode ser - feminino:

[...] a carta é um prazer, uma licença, e até um dever das mulheres. As mães, principalmente, são as epistológrafas do lar [...] A carta constitui uma forma de sociabilidade e de expressão feminina, autorizada, e mesmo recomendada, ou tolerada. As correspondências femininas privadas raramente são publicadas, exceto quando põem em cena grandes homens<sup>56</sup>.

De fato, as correspondências familiares e a literatura pessoal constituem um ‘abrigo’ para os escritos femininos:

[...] a correspondência, essa forma primeira da expressão das mulheres, estabelece uma espécie de rede paralela onde mulheres de talento e de espírito se ilustram. Sob a sua aparência de escrito íntimo, a carta circula e torna-se a um tempo instrumento de informação, terreno de reflexão e jogo com todos os gêneros<sup>57</sup>.

A correspondência de Ana Aurora é um exemplo dessa prática social, embora eu só tenha conseguido acessar a correspondência recebida e guardada por ela. Dezenas de cartas que compõem esse acervo foram remetidas por afamados liberais do período. Esta constatação mostra a influência da personagem junto aos mais importantes militantes do Partido Federalista.

Quanto ao diário íntimo, Perrot mostra o quanto essa prática de escrita feminina era comum no século XIX principalmente entre adolescentes, sendo um exercício recomendado pela Igreja que o considerava um excelente direcionamento na conduta das mulheres. As educadoras laicas, contudo, “eram reticentes quanto a essa prática que impunha uma excessiva introspecção”<sup>58</sup>. No entanto, outra observação da autora é importante para a identificação de uma certa peculiaridade da escrita de si de Malvina:

O diário ocupa um momento limitado, mas intenso, na vida de uma mulher, interrompido pelo casamento e pela perda do espaço íntimo. Está ligado ao quarto das meninas. Por um breve tempo permite a expressão pessoal<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2007, p. 28-29.

<sup>57</sup> HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. op. cit., p. 192.

<sup>58</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2007, p. 29.

<sup>59</sup> Ibid., p. 30.

Malvina, ao contrário do referido por Perrot, iniciou o registro de seus apontamentos pouco depois de se casar, mantendo o exercício da escrita até o fim de sua vida<sup>60</sup>.

No caso da correspondência de Ana Aurora, uma observação relevante sobre a documentação preservada é que, embora as informações contidas no conjunto das 282 cartas<sup>61</sup> sejam indiretas – pois ela é sempre a destinatária e não a remetente das missivas –, é possível apreender alguns elementos contidos nesses registros que esclarecem um pouco sobre sua atuação e a rede de sociabilidade na qual ela estava inserida.

Nesse conjunto, existem pouquíssimas cartas em que se percebem manifestações de amizade ou carinho. Aliás, encontrei escassas correspondências que mencionam episódios da vida doméstica ou que tragam sinais de intimidade entre os personagens envolvidos. Quanto ao tratamento utilizado, verifica-se que quase todas as missivas se iniciam com a designação ‘veneranda’<sup>62</sup> e as formas de despedida são bastante formais e respeitadas. É possível observar, ainda, que esta documentação se insere no quadro mais geral de cartas trocadas entre figuras de destaque da vida pública (intelectuais ou políticos). Trata-se de um conjunto de correspondências estritamente particular, concentradas em descrever, principalmente, os rumos da política gaúcha ao longo da Primeira República. Enfim, as cartas preservadas por Ana Aurora contribuem para avançar numa das hipóteses desta tese: foi através da rede de sociabilidade tecida na sua

---

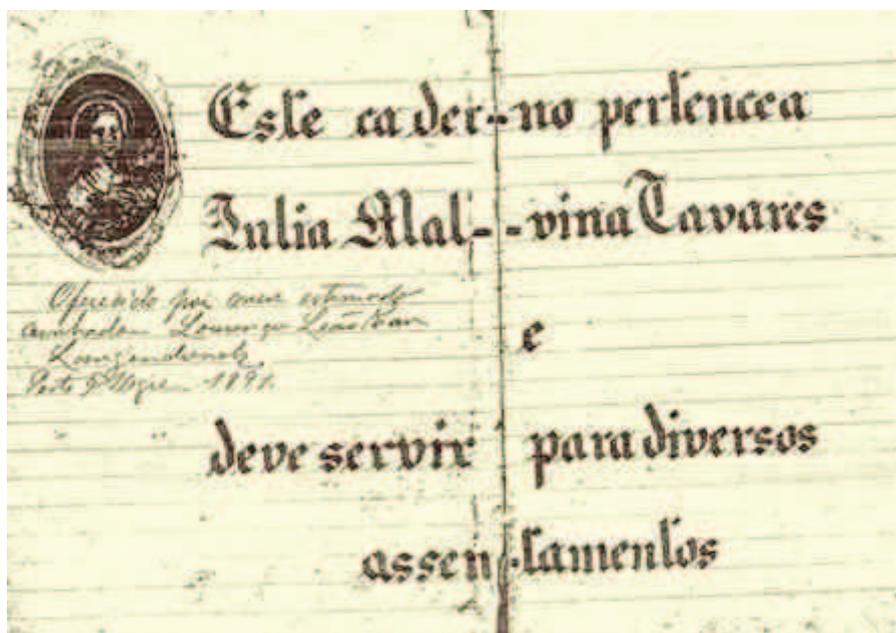
<sup>60</sup> Guardados os devidos distanciamentos contextuais entre Malvina e a personagem histórica chamada Elisa von der Recke, que viveu na Alemanha no mesmo período, a narrativa dos diários íntimos de ambas parece revelar as maneiras através das quais inúmeras autoras anônimas se auto-referenciavam diante do mundo que as cercava: “Decidi manter um diário no qual responderia, como perante a minha consciência, pela minha vida mais secreta e submeteria a julgamento as minhas ideias e os meus sentimentos tal como surgem em mim, uns após outros, para minha maior instrução e meu mais profundo exame de consciência” (VON DER RECKE, Elisa *apud* HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. op. cit., p. 180).

<sup>61</sup> Esta correspondência, preservada no Arquivo Histórico de Rio Pardo, divide-se em dois subconjuntos: 203 missivas (1877-1918) que foram doadas pelo Museu Barão de Santo Ângelo (Rio Pardo) em julho de 2006 e 79 correspondências (1893-1955) doadas por Vera Schultz (arquiteta rio-pardense) em 2006, totalizando um total de 282 correspondências pessoais de Ana Aurora do Amaral Lisboa.

<sup>62</sup> A expressão ‘veneranda’ é o adjetivo feminino do verbo ‘venerar’ (cultuar; idolatrar) e pode ser entendido genericamente como ‘mulher respeitável’. No dicionário, o verbo aparece como sinônimo de “reverenciar, render culto a [...], respeitar, acatar, ter uma grande consideração” (FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1941, p. 538). Em outra referência, a palavra aparece como correspondente a “tributar grande respeito a; reverenciar; acatar. Tratar com respeito e afeição” (BIVAR, Artur. *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*. Porto, Portugal: Edições Ouro. v. II, 1952, p. 1313). Em busca de um entendimento mais completo da significação do vocábulo, é possível dizer o seguinte: ele deriva de um verbo e possui uma definição inexistente no feminino, equivalendo, portanto, ao adjetivo ‘veneranda’. Como aponta a documentação encontrada sobre Anna Aurora, o adjetivo ‘veneranda’ era bastante usual no contexto em que se desenrolou sua trajetória, embora incomum hoje.

ação como educadora que a professora rio-pardense conquistou e ampliou seu prestígio e influência na esfera pública<sup>63</sup>.

O diário de Malvina foi escrito entre 1891 e 1939 e existem poucas referências a datas neste material. Além disso, tudo indica que a autora tenha feito a paginação do texto na medida em que redigia seus escritos. Na capa há os seguintes dizeres: “Este caderno pertence a Julia Malvina Hailliot Tavares e deve servir para diversos assentamentos”. Consta também, no canto superior esquerdo, a imagem de uma jovem mulher numa moldura oval e, logo abaixo, os dizeres manuscritos pela autora: “Oferecido por meu estimado cunhado Lourenço Leão von Langendonch. Porto Alegre, 1891”<sup>64</sup>.



**Figura 01:** Capa do Diário de Julia Malvina Hailliot Tavares

Este diário, como foi dito acima, tem um tom pouco confessional, predominando o apontamento rigoroso de certos eventos (nascimentos, mortes, etc.) e de toda a contabilidade familiar. Nestas anotações, pouco se revela sobre sua intimidade. A

---

<sup>63</sup> O estudo de Marieta de Moraes Ferreira elaborado a partir da correspondência de Honestalda de Moraes Martins é inspirador da hipótese enunciada acima. Conforme Ferreira, “[...] as cartas de Honestalda de Moraes vieram sustentar a hipótese inicial de que a rede de sociabilidade por ela herdada e reelaborada foi importante para garantir sua autonomia como mulher e suas conquistas nas esferas política e econômica” (FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência Familiar e Rede de Sociabilidade. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 241-255, p. 254).

<sup>64</sup> Lourenço Leão von Langendonch era casado com uma irmã de Malvina chamada Honorina Hailliot Langendonch.

subjetividade de Malvina está praticamente ausente daquelas páginas amareladas que contam sua vida, ou, ao menos, parte dela. O diário dessa professora parece cumprir, sobretudo, uma função prática: controlar sua vida familiar. Apropriando-me da afirmação de Martin-Fugier sobre o contexto europeu, “ao escrevê-lo, [Malvina] cria uma história para si. Ao inscrever o presente entre o passado e o futuro, ela estrutura sua vida”<sup>65</sup>. Neste sentido, pode-se questionar: até que ponto o diário representa a vida de Malvina? Além disso, em que medida houve uma preocupação, da parte dela, em sistematizar o tempo que passava?

Por fim, resta acrescentar alguns comentários sobre a utilização que farei de relatos orais. Nesta tese, a história oral foi utilizada como metodologia complementar de pesquisa, e se efetivou através de entrevistas<sup>66</sup> com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas ligadas às trajetórias de vida das duas professoras. Tais relatos permitiram a construção de uma narrativa mais ‘polifônica’. Afinal, segundo Paul Thompson: “a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”<sup>67</sup>; e, nas palavras de Verena Alberti, “a história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da História’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”<sup>68</sup>.

Utilizarei ainda outras fontes, que serão elencadas logo abaixo quando tratar da divisão dos capítulos, mas comentarei o tratamento que darei a elas, quando necessário, no decorrer da própria exposição. Por ora, basta ressaltar que se trata de documentos ora referentes diretamente às personagens protagonistas desta tese, ora relacionados à época em que elas viveram, o que espero, possibilitará narrar não só algumas de suas ações, mas também o *campo de possibilidades* no qual as duas agiram.

---

<sup>65</sup> MARTIN-FUGIER, Anne. Os Ritos da Vida Privada Burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). op. cit., 2003. p. 193-261, p. 195.

<sup>66</sup> Utilizo aqui a formulação apresentada por Verena Alberti que diz o seguinte: a entrevista “[...] é um resíduo de ação interativa: a comunicação entre entrevistado e entrevistador [além disso] a entrevista de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado”. ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 35. Numa outra perspectiva, Paul Thompson acrescenta que “a entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados”. THOMPSON, Paul. op. cit., p. 25. De fato, esta estratégia funcionou no caso específico de Malvina, na medida em que, por intermédio de pessoas que entrevistei, gradualmente tive acesso a um relicário - fotografias e papéis diversos - de seu itinerário.

<sup>67</sup> THOMPSON, Paul. op. cit., p. 44

<sup>68</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202; p. 155.

Dentro desta perspectiva investigativa, estruturei a pesquisa da seguinte forma: no **Capítulo I**, a atenção se volta às reminiscências das trajetórias das duas personagens, às marcas de sua atuação que sobreviveram no presente. Instigado por duas formulações cristalizadas pela memória historiográfica – Ana Aurora, a ‘professora veneranda’, e Malvina, a ‘professora libertária’ –, busco estabelecer, nessa parte, numa relação presente-passado, uma compreensão da rememoração/esquecimento das personagens. Para isso, julguei necessário pensar em como essas afirmações emergiram, persistiram e são rememoradas como fórmulas inquestionáveis, engessadas pela memória. O que me parece importante problematizar aqui é de que forma se revivifica a lembrança em torno de um personagem histórico, ou, dito de forma mais específica, que imagem se perpetua dessas mulheres no presente em que narro suas vidas. A partir dos rastros encontrados, tentarei observar o processo de enquadramento das memórias relativas às duas professoras a partir das marcas que as constituíram enquanto libertária (Malvina) ou veneranda (Ana Aurora), pois, pelo que pude perceber ao longo da pesquisa, tais marcas não são necessariamente correspondentes aos vestígios que encontramos de seus percursos.

As fontes utilizadas para compor o Capítulo I são as seguintes: 1 – Atestados de Óbito de Ana Aurora e Malvina; 2 – Diário de Malvina Tavares (1891-1939); 3 – Acervo Ana Aurora do Amaral Lisboa (AHRP); 4 – páginas eletrônicas com referências ao suposto anarquismo de Malvina; 5 – Informações esparsas na imprensa sobre a morte de ambas; 6 – Produção historiográfica/memorialista; e 7 – Lei n. 3136 que institui a Rua Dona Malvina, de 21/05/1968, Processo 118/68 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

No **Capítulo II**, o recorte temporal compreende, de forma geral, o período entre 1861/1866 e fins do século XIX. O objetivo aqui é principalmente costurar os anos de formação (infância/adolescência) das personagens ao universo feminino/masculino da segunda metade do Oitocentos. Nesse sentido, é fundamental observar os locais onde elas viveram a partir de uma perspectiva de gênero. Num primeiro momento, o foco dirige-se basicamente a duas cidades: Rio Pardo e Encruzilhada do Sul e, num segundo, está voltado para a passagem de ambas pela Escola Normal de Porto Alegre (década de 1880) e para o início de suas trajetórias profissionais. A noção de *campo de possibilidades* será fundamental para percebê-las a partir de aproximações/distanciamentos com outras mulheres de sua época.

As fontes utilizadas no Capítulo II são as seguintes: 1 – Documentos referentes à educação pública no Rio Grande do Sul: Livro de Assentamentos das Escolas e Professores da Instrução Primária e Secundária na Primeira República, Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Relatórios da Inspetoria Geral da Instrução Pública para o Secretariado dos Negócios do Interior e Exterior, Nomeações para o cargo de professora; 2 – Imprensa da época: jornal *O Sexo Feminino*, Cidade da Campanha, MG (1873-1874) (MCSHJC) e revista *A Mensageira*, São Paulo, SP (1897-1898) (Unicamp); 3 – Registro de Títulos (1898-1899): nomeação de Julia Malvina Hailliot Tavares (19/07/1898); 4 – Acervo Ana Aurora do Amaral Lisboa (AHRP) e 5 – Bibliografia sobre as origens e a organização social das cidades de Porto Alegre, Encruzilhada do Sul e Rio Pardo.

No **Capítulo III**, cujo recorte temporal abarca aproximadamente o período que vai dos anos finais do século XIX ao início do século XX, pretendo analisar facetas das relações familiares das personagens, em especial o casamento de Malvina e o celibato de Ana Aurora, bem como o retorno da última a Rio Pardo e o ‘recomeço’ da primeira no município de São Gabriel da Estrela. O objetivo dessa parte é investigar seus movimentos como ‘mulheres privadas’ e ‘mulheres públicas’, lembrando que essa bipartição não é natural, mas resulta de investimentos políticos historicamente constituídos e reveladores das hierarquias sociais e de gênero presentes nas sociedades ocidentais. Para tanto, é necessário levar em conta igualmente o envolvimento (in) direto de Ana Aurora e Malvina nas questões sociais e políticas de sua época e o processo de remoção profissional que marcou as vidas de ambas. Além disso, tenta-se compreender a experiência intelectual e o envolvimento dessas mulheres com as mudanças sociais verificadas nas duas primeiras décadas do século XX. Por fim, investigo ainda suas incursões pelas correntes de pensamento que fundamentam suas realizações pessoais e profissionais.

As fontes utilizadas no Capítulo III são as seguintes: 1 – Acervo Ana Aurora do Amaral Lisboa (AHRP); 2 – Imprensa: *Revista do Globo*, Porto Alegre (1929-1930), *Rio Grande do Sul em Revista*, Porto Alegre (verbetes sobre Lajeado, Estrela e Rio Pardo (1928), jornais *A Gazetinha*, Porto Alegre (1895-1896), *O Independente*, Porto Alegre (1908-1910), *A Federação*, Porto Alegre (1923), *Correio do Povo*, Porto Alegre (1911) e revista *O Cruzeiro*, Porto Alegre (1929) (AHPA), jornal *A Luta*, Porto Alegre (1900-1912) (AEL); 3 – cadernos de lições de Zilda Haussen, aluna de Malvina

Tavares, de 1927; 4 – Diário de Malvina Tavares (1891-1939) e 5 – textos de Teixeira Mendes sobre o papel da mulher na sociedade (*Apostolado Positivista*, 1915).

Finalmente, no **Capítulo IV**, busco observar o percurso derradeiro que marca o fim de suas trajetórias, ao menos no sentido biológico: as lembranças, a morte dos entes queridos, a solidão, enfim, a velhice como um tempo de memórias e/ou um tempo de rupturas. Talvez, assim, o ciclo se feche, já que comecei, no Capítulo I, tratando de morte, memórias e esquecimentos. Utilizarei também neste capítulo um conjunto de fotografias referentes às duas personagens, como um instrumento de pesquisa para analisar e interpretar a vida dessas mulheres.

As fontes utilizadas no IV Capítulo são as seguintes: 1 – Diário de Malvina Tavares (1891-1939); 2 – Acervo Ana Aurora do Amaral Lisboa (AHRP); 3 - Publicações de época como o *Almanack Escolar do RS* (1934) e o *Álbum Ilustrado do PRR* (1934) (IHGRS); 3 – Imprensa: *Correio do Povo* (1939) (MCSHJC) e *O Independente* (AHPA); 4 – Fotografias: Acervo Iraci Tavares (Malvina) e ARHP (Ana Aurora).

A história que aprendi com estas mulheres se faz a partir de palavras ditas na privacidade e na esfera pública, as quais se transformaram em texto escritos – por exemplo: em diário íntimo, no caso de Malvina, ou em cartas recebidas, no caso de Ana Aurora. À maneira de Natalie Zemon Davis, busquei modestamente algumas respostas que, em geral, fragmentam-se em dúvidas e incertezas.

## 1 Ana Aurora e Malvina no *entre-tempos* da memória historiográfica

*É possível viver quase sem lembrança, e mesmo viver feliz [...]; mas é inteiramente impossível, sem o esquecimento, simplesmente viver.* Friedrich Nietzsche<sup>69</sup>

Este fragmento, extraído de um texto de Nietzsche, remete à dimensão mais profunda da memória, traduzida por duas noções interdependentes: lembrança e esquecimento. De um lado, a lembrança e com ela o desejo de tudo guardar, de recuperar todos os vestígios (mentais e materiais) que produzimos e, de outro, o esquecimento, zona do inacessível, lugar que apaga sem pedir autorização. Como preservar aspectos esquecidos da vida, se esses de fato foram perdidos?

Na esteira dessa observação, emergem alguns eixos conceituais que permeiam o presente capítulo. Inicialmente gostaria de fazer uma breve reflexão a partir de duas noções: *enquadramento da memória*<sup>70</sup> e *panteão de papel*<sup>71</sup>; num segundo momento, pretendo me deter nos vestígios que encontrei sobre as duas personagens dentro de uma delimitação temporal que passarei a chamar de *entre-tempos*, o que, em termos cronológicos, corresponde ao período que se estende do presente em que narro seus itinerários até suas mortes em 1939 (Malvina) e 1951 (Ana Aurora); por fim, num terceiro e último momento, bem mais longo que os anteriores, pretendo explorar alguns ‘atos biográficos’ referentes às duas personagens à luz das categorias esboçadas na primeira seção.

---

<sup>69</sup> NIETZSCHE, Friedrich W. Considerações Extemporâneas. In: *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 58.

<sup>70</sup> Para examinar a tensão entre memórias diversas, e a solidificação de algumas em detrimento de outras, valho-me aqui da noção de ‘enquadramento da memória’ na forma como é proposta por Michael Pollak, o qual observa que é “[...] absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz ‘enquadrada’ diz ‘trabalho de enquadramento’. Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente” (POLLAK, Michael. op. cit., 1989, p. 9).

<sup>71</sup> A palavra panteão [*pantheon*, em francês] foi incorporada e inscrita no léxico da língua portuguesa. Esse termo pode ser entendido enquanto “monumento para perpetuar a memória de homens ilustres e que geralmente contém seus restos mortais” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio*: O dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008, p. 369). Para fins teórico-metodológicos, utilizarei aqui a expressão ‘panteão de papel’ tal qual foi proposta por Enders. Para a autora, o ‘panteão de papel’ brasileiro foi erigido, particularmente, pela *Revista do IHGB* e os numerosos dicionários biográficos publicados no século XIX que selecionaram no passado as figuras a serem lembradas (ENDERS, Armelle. *O Plutarco Brasileiro*. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000, p. 41-62. p. 42).

## 1.1 Ana Aurora e Malvina: o *enquadramento da memória*

Esta análise apóia-se numa interrogação: que imagens a respeito das professoras Ana Aurora e Malvina foram solidificadas na memória historiográfica? Analisando inúmeros vestígios, busquei entender como ocorreu o processo de *enquadramento da memória* referente a elas e, por outro lado, como os silêncios lacunares sobre seus itinerários ressoaram na tênue camada do esquecimento.

Tal reflexão está diretamente ligada à noção de memória que, na sua acepção simples, seria a capacidade de lembrar o passado, de reter ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente e, principalmente, de reconstruir o resíduo de tempo que ficou armazenado. Numa perspectiva bergsoniana, a função básica da memória seria a de evocar todas aquelas percepções passadas análogas à percepção presente<sup>72</sup>. Nesse sentido, pode-se entender que a memória introduz alguma coisa do passado no presente<sup>73</sup> e essa observação leva a rejeitar a ideia de que ela seja capaz de recuperar um passado ‘real’<sup>74</sup>.

Halbwachs, em outra perspectiva analítica, demonstra a impossibilidade de se evocar ou de se conceber a memória se não nos voltarmos para os seus pontos de referência, ou, nas palavras do autor, para os seus *quadros sociais*<sup>75</sup>. É importante observar que Halbwachs está interessado em entender a memória enquanto reconstrução do passado através de grupos sociais. O caminho trilhado pelo autor o levou a afirmar, já na década de 1920, que “[...] as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável, e também como será lembrado”<sup>76</sup>. Bosi acrescenta: “[...] se lembramos, é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar”<sup>77</sup>.

---

<sup>72</sup> BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 161.

<sup>73</sup> Numa passagem inspirada nas reflexões de Bergson, Santos comenta: “A memória vai representar não a ida ao passado, mas exclusivamente a presença deste no presente, através de dilemas éticos e morais” (SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 74).

<sup>74</sup> “[...] a verdade é que jamais atingiremos o passado se não nos colocarmos nele de saída. Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia” (BERGSON, Henri. Op. Cit., 1999, p. 158).

<sup>75</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 3. reimp. São Paulo: Centauro, 2008.

<sup>76</sup> HALBWACHS, Maurice *apud* BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variiedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 70.

<sup>77</sup> Para a autora, no método introspectivo de Bergson, não há “[...] uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas, como estão ausentes os nexos interpessoais, falta, a rigor, um tratamento da memória como fenômeno social”. Essa dimensão exterior

Com relação ao conceito de *memória coletiva*, Pollak, escrevendo na década de 1980, preferiu a noção já citada de *enquadramento da memória*. Segundo esse autor, o processo de constituição da memória funciona como um constante jogo entre políticas oficiais de memória e memórias clandestinas que, de alguma forma, sobrevivem ao gesto de enquadramento. Neste sentido, ele ressalta:

O trabalho de *enquadramento da memória* se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro<sup>78</sup>.

Portanto, o *enquadramento da memória* funciona como uma espécie de formatação das imagens do passado que devem ser lembradas no presente<sup>79</sup>. O trabalho de redescoberta – e de reconstrução - das trajetórias de Ana Aurora e Malvina conduz inevitavelmente a um repensar dos marcos de definição do discurso historiográfico e do discurso da memória social elaborados em torno e a partir delas. Além disso, na linha de Halbwachs, esse *enquadramento da memória* das duas professoras só pode ser entendido a partir dos quadros sociais reais que sustentam tais lembranças e em relação aos quais elas são evocadas. As marcas biográficas relacionadas às personagens encontram-se, sobretudo, na historiografia, na literatura memorialística e nos relatos orais. Com base em tais fontes, a análise do trabalho de enquadramento das lembranças das duas mulheres aqui biografadas e de seus suportes materiais serve de via para se compreender como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas.

A memória traz à consciência presente imagens de vestígios não só ausentes, mas também esquecidos. No caso desta tese, a relação estabelecida com o passado é, especialmente, uma relação de significação histórica em que emergem inúmeras informações/representações sobre Ana Aurora e Malvina, assim como, evidentemente, outros tantos rastros permanecem submersos. Conforme Seixas, na interpretação de Halbwachs, “a memória e o esquecimento são igualmente induzidos pelos quadros

---

dos meandros e constituição da memória foi explorada posteriormente por Maurice Halbwachs (BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 54).

<sup>78</sup> POLLAK, Michael. op. cit., 1989, p. 09-10.

<sup>79</sup> MAUAD, Ana Maria. Entrevista. *Outros Tempos*, São Luis: UFMA, v. 6, n. 7, p. 241-242, 2009.

sociais; o esquecimento é considerado como um efeito da transformação ou do desaparecimento dos quadros sociais formadores da memória”<sup>80</sup>.

Enfim, na opacidade do tempo, a memória dessas personagens é evocada, ressignificando aquilo que não existe mais e que se nutre da dialética entre a presença e a ausência.

## 1.2 Ana Aurora e Malvina: dois *vultos históricos no panteão de papel?*

Entre os inúmeros pontos de referência – materiais e imateriais – que organizam as nossas lembranças e que as inserem na memória coletiva na qual estamos mergulhados – cristalizada nos monumentos, na arquitetura e nas datas, por exemplo –, destacam-se igualmente os “personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados”<sup>81</sup>. Nesse sentido, é possível identificar a memória histórica de Ana Aurora e Malvina inserida num *panteão de papel*. O conceito de *enquadramento de memórias* se relaciona aqui com outra noção: a de *vulto histórico*.

Na medida em que alguns atributos como ‘pioneira libertária’<sup>82</sup> (Malvina) ou ‘veneranda’ e/ou ‘feminista’ (Ana Aurora) perpassam as narrativas biográficas relativas às duas professoras, procurei entender como essas referências tornaram-se recorrentes na solidificação da memória historiográfica de ambas. Portanto, é possível arriscar uma suposição: parece-me que os itinerários de Ana Aurora e Malvina podem ser inseridos numa certa galeria de homens e mulheres ilustres, num determinado *panteão de papel*.

Antes, porém, de analisar o caso específico de ambas, gostaria de refletir brevemente sobre como se faz um vulto na história<sup>83</sup>. Para isso, proponho, num primeiro momento, demarcar historicamente o despertar da noção de *homens ilustres* no Brasil e, em seguida, examinar como essa categoria pode abranger inúmeros atos biográficos acerca de Ana Aurora e Malvina.

---

<sup>80</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. *Halbwachs e a Memória-Reconstrução do passado: Memória Coletiva e História*. *História*, São Paulo: Edunesp, n. 20, p. 93-108, 2002, p. 103.

<sup>81</sup> POLLAK, Michael. *op. cit.*, 1989, p. 3.

<sup>82</sup> A expressão ‘pioneira’ pode estar associada, neste caso, aos chamados tipos clássicos de heróis-modelo característicos da perspectiva da ‘história mestra da vida’. Encontro um sentido para o termo na historiografia tradicional em Torres que observa: “Os pioneiros, dando-se ao termo um sentido genérico de pessoas que criam estilos de vida novos [são] pessoas que criam situações novas e trazem atrás de si multidões que as imitam. [...] Esses heróis são imitados em sua maneira de ser, não pelo que fazem, mas pelo que são” (TORRES, João Camillo de Oliveira. *Teoria Geral da História*. Petrópolis: Vozes, 1963, p. 393).

<sup>83</sup> A expressão é encontrada no título de um artigo de RICCI, Magda. Como se faz um vulto na história do Brasil. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. p. 147-160.

Dentro da chamada ‘história pátria’, é possível situar no século XIX o momento em que se forjam os heróis nacionais ou *vultos históricos*. Enders<sup>84</sup> lembra o papel determinante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na constituição do chamado *panteão de papel* em que figuram homens e mulheres *ilustres*. É, portanto, no Brasil imperial que a autora encontra o marco histórico inicial da panteonização no país.

Neste contexto, a “tarefa de recensear e homenagear os grandes mortos [coube] principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas do Império”<sup>85</sup>. Porém, a missão de escolher no passado as pessoas ilustres a serem lembradas se inscreve em uma tradição clássica, longínqua no tempo, que remonta, no mínimo, às *Vidas Paralelas* de Plutarco, abrangendo um longo período – dentro da perspectiva dos ‘regimes de historicidade’<sup>86</sup> – em que predominou o *topos da historia magistra vitae* (história mestra da vida). Assim, é no passado que Plutarco busca a inspiração norteadora para o presente por meio das vidas exemplares dos personagens que elege para compor sua obra. O modelo plutarqueano pouco se alterou até o início do século XIX. Em 1840, por exemplo, em uma série de conferências, Carlyle<sup>87</sup> escolheu tratar de alguns ‘heróis’, sugerindo que esses *homens ilustres* exprimiam o espírito de uma época.

---

<sup>84</sup> ENDERS, Armelle. op. cit., p. 41-42.

<sup>85</sup> Ibid., p. 41.

<sup>86</sup> A noção de ‘regime de historicidade’ compreende “[...] uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma ‘ordem’ do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra”. Nessa perspectiva, pode-se delimitar um longo período marcado pela chamada ‘história mestra da vida’ que se estende do século IV a.C. até o início do século XIX (HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, p. 7-28, julho 1997, p. 8). Sobre isso, Schmidt ainda comenta “[...] pelo menos até o final do século XVIII e início do XIX, as biografias acompanhavam um regime de historicidade que buscava, no passado, exemplos, positivos ou negativos, para as ações tomadas no presente: era a chamada ‘história mestra da vida’ (*historia magistra vitae*), pela qual cabia ao passado iluminar o futuro” (SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003, p. 58). É, portanto, na Antiguidade e, mais exatamente, no mundo romano – por volta do século I d.C. - que o projeto de Plutarco traduzido na noção de *exemplum vitae* se insere, inaugurando o gênero da vida exemplar com objetivo moral. Além disso, é com o modelo plutarqueano que o gênero biográfico irá se cristalizar. O propósito principal do autor foi o de transmitir às gerações posteriores os valores edificantes dessas vidas exemplares que modificaram o curso da História. É importante notar que, de certa forma, a narrativa biográfica de Plutarco se estende ao século XIX, na medida em que aquele modelo se assemelha bastante às biografias oitocentistas. Nesse ‘modelo’ perpetuado ao longo da história, a função básica do gênero biográfico é identificatória, ou seja, conforme Dosse “serviu de discurso de virtudes, de modelo moral edificante para educar e transmitir os valores dominantes às gerações futuras. O gênero biográfico participa então de um regime de historicidade no qual o futuro é o já lá dos modelos existentes que ele trata de reproduzir ao infinito” (DOSSE, François. *Le Pari Biographique*. Écrire Une Vie. Paris: Éditions La Découverte, 2005, p. 133 - tradução livre).

<sup>87</sup> Thomas Carlyle (1795-1881) é o representante contemporâneo mais importante da apologia clássica do herói estabelecendo um elo com seu antecessor Plutarco, que vivera quase mil e oitocentos anos antes. Ambos percebiam e se comportavam perante seus biografados não só como pretensos narradores factuais,

No panorama brasileiro do século XIX, o dever patriótico encontra no modelo de Plutarco e no ‘herói’ de Carlyle inspiração para o surgimento da galeria nacional de homens ilustres<sup>88</sup>. Nessa tarefa,

A biografia permite, portanto, uma reconstituição viva do passado, mas esta não é sua única missão pedagógica. É também sua missão difundir vidas exemplares. O exemplo do grande homem deve ser contagioso, fazer surgir novos exemplos ou, ao menos, servir de guia moral e cívico<sup>89</sup>.

Portanto, é através do modelo de Plutarco que se amplia e se estabelece a galeria de figuras homenageadas com biografias ao longo do século XIX até meados do século seguinte<sup>90</sup>. Nesta relação entre narrativa biográfica, permeada pela noção de heroicidade, e escrita da história, o modelo plutarqueano representa, de maneira geral, a

---

mas principalmente como admiradores de suas qualidades morais. Por meios diferentes, chegavam ao mesmo ponto, enaltecendo os heróis escolhidos como modelos de virtude e heroísmo. Enders mostra como Carlyle foi ‘apropriado’ pela historiografia brasileira do XIX: “Thomas Carlyle utiliza indistintamente as palavras *heroe* e *great man*. Os historiadores brasileiros do Segundo Reinado são em geral fiéis à acepção acadêmica e dão preferência às categorias de ‘brasileiros ilustres’ ou de ‘celebridades’”. É importante não esquecer ainda que os ‘heróis’ de Carlyle não são escolhidos por suas características individuais, pois, para ele, o herói suplanta o indivíduo e só tem valor, justamente, quando anula sua individualidade. O herói, no entendimento deste autor, representa, sobretudo, a ‘medula da história do mundo’ (ENDERS, Armelle. op. cit., p. 43). Conforme Carlyle “[...] a história universal, a história daquilo que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui têm laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir” (CARLYLE, T. *Os Heróis*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963, p. 9).

<sup>88</sup> Conforme Enders, o historiador João Manuel Pereira da Silva publicou, em 1847, o livro *O Plutarco Brasileiro* que recebeu de imediato inúmeras críticas por suas lacunas e erros. Posteriormente, em 1868, a obra foi revista e ampliada, tendo o nome alterado para *Os varões ilustres do Brasil* (ENDERS, Armelle. op. cit., p. 45). Para Cezar “o princípio que orienta o trabalho biográfico do autor pode ser, assim, comparado àquele de Plutarco: tornar conhecidos os atos dos grandes homens do passado no presente. Com efeito, a partir dos dois livros sobre a biografia de homens ilustres que serviram à nação brasileira pode-se tomar Pereira da Silva por uma espécie de *Plutarco brasileiro*. O próprio título de sua obra já indica que ele mesmo, provavelmente, se pensava um *Plutarco*. A manutenção, apesar de tudo, da estrutura biográfica nos *Varões ilustres* parece confirmar essa hipótese. O próprio Pereira da Silva faz referência ao historiador grego na edição do *Plutarco brasileiro* de 1847” (CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História & Cultura*. v. 2, n. 3, jan./jun. de 2003, p. 73-94, p. 81).

<sup>89</sup> ENDERS, Armelle. op. cit., p. 46.

<sup>90</sup> “Entre as décadas de 1920 e 1940, outros heróis nacionais vão entrando e ocupando espaço, em um simultâneo movimento, outros vão deixando de ser citados, sendo esquecidos [porém] a partir de 1930 e, sobretudo, depois de 1937, a história nacional muda muito rapidamente. Por um lado, o varguismo e a própria revolução de 1930 e seus desdobramentos impõem um repensar profundo ao passado. Por outro, existe uma agora clara política populista de educar sistematicamente através do exemplo de vida dos grandes vultos históricos. Não que durante a Primeira República não existissem iniciativas pedagógicas, encaminhadas através do uso moralizante das histórias de vida e biografias de grandes personalidades, fundamentalmente dos estadistas imperiais e republicanos. No entanto, somente a partir de 1930 o governo do Estado Novo cria um ministério, grades curriculares e todo um aparato de censura e policiamento na constituição e leituras moralizantes sobre a relação do passado com o presente, ressaltando-se aí o papel de alguns grandes ‘vultos’ nacionais [...] Entre 1930 e 1945 existe uma febre biográfica no Brasil. Essa foi, sem dúvida, a época em que proporcionalmente, mais se escreveu e publicou biografias no Brasil dentro do campo da história” (RICCI, Magda. op. cit. p. 152-153).

perspectiva que orientou a composição do *panteão de papel* da Nação que então se constituía.

Entretanto, há uma dimensão particular desse debate que interessa sobremaneira à presente tese: a noção de ‘grandes homens no feminino’. Conforme Enders, entre 1839 e 1888, cerca de 118 personagens ‘ilustres’ entraram para o *panteão de papel* na seção *Brasileiros Ilustres* da Revista do IHGB. Em 1841, ocorre a inclusão de duas mulheres nesta galeria demonstrando que “o exemplo das grandes brasileiras deve edificar as moças de boa família”<sup>91</sup>:

O *corpus* de biografias de brasileiras célebres é menor que o dos homens e ainda mais repetitivo. Como os padres, as celebridades femininas são ordenadas segundo o repertório clássico e masculino da celebridade. Praticamente não existe campo, com exceção das ciências, em que as mulheres não se tenham tornado ilustres. As duas primeiras brasileiras a entrar na galeria do IHGB, dona Maria Úrsula de Abreu Lancastre e dona Rosa Maria de Siqueira, distinguiram-se por sua coragem guerreira<sup>92</sup>

A inclusão desses dois nomes femininos no *panteão de papel* brasileiro na fase inicial de circulação da seção de ‘vultos históricos’ da *Revista* do IHGB chama a atenção, ao menos, para dois aspectos: de um lado, a utilização do tratamento honorífico ‘dona’ precedendo o nome próprio remete às mulheres pertencentes às famílias reais de Portugal e Brasil. É interessante notar que esse tratamento respeitoso será encontrado em praticamente todas as referências a Ana Aurora e raramente no caso de Malvina, como se poderá observar posteriormente. Por outro lado, é importante sinalizar que, na perspectiva apontada na citação, as mulheres são indissociáveis da noção de ‘pátria-mãe’, pois é por intermédio delas, acredita-se, que o amor à terra natal pode ser transmitido<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> ENDERS, Armelle. op. cit., p. 43. A autora ainda complementa: “A inclusão de mulheres em 1841, e depois de índios, mestiços e negros [...] entre os brasileiros ilustres obriga a revista a esclarecer que todos aqueles que honraram a nação, qualquer que seja seu sexo ou cor da pele, têm direito de cidadania nessa ‘república de talentos’. Para figurar sob a rubrica, basta simplesmente ter-se tornado célebre”.

<sup>92</sup> Ibid., p. 52.

<sup>93</sup> Analisando duas obras - *Culto Cívico*, escrita por João Roque Moreira Gomes nas primeiras décadas do século XX, e *Heroínas e Mártires Brasileiras*, de autoria de Renato Sêneca Fleury, editada provavelmente entre os anos 1940 e 1960 – Silveira e Bonin observam que, nestes textos, “[...] os hinos, poemas e pequenas histórias destacam certos atributos como femininos e instituem a maternidade como condição natural da mulher. Maternidade e patriotismo estão de tal forma articulados, que o amor à pátria parece ter origem no amor materno ou, dito de outra forma, os dois parecem intimamente implicados” (SILVEIRA, Rosa M. H. e BONIN, Iara T. Gênero, heroísmo e patriotismo em obras de literatura para crianças. Revista *HISTEDBR*, Campinas, n.34, p.255-269, jun. 2009, p. 261).

De forma geral, é possível dizer que a escrita biográfica também sofre efeitos de gênero, expressando e moldando papéis e hierarquias sexuadas constitutivas das relações sociais.

A partir das considerações de cunho teórico e historiográfico realizadas até aqui, pergunto-me de que maneira ocorreu, de um lado, o *enquadramento da memória* sobre Ana Aurora e Malvina e, de outro, o deslocamento simbólico de seus nomes ao *panteão de papel* de homens e mulheres que se transformaram em ‘vultos’ ao longo da história do país (nesse caso, mais propriamente, da história do Rio Grande do Sul)<sup>94</sup>. A partir dessa problemática, procurei compreender os inúmeros atos biográficos das duas personagens “preservados” pela memória historiográfica.

### 1.3 O Tempo Redescoberto: o ‘encontro’ com Ana Aurora e Malvina

No *baú de memórias*<sup>95</sup> de Malvina e Ana Aurora, foi necessário deslocar o olhar e observar que, ao contrário das ações memorizadas/comemoradas, eram os vestígios das experiências dessas personagens históricas e sua construção no tempo que deveriam conduzir as minhas inquietudes, ou, melhor dizendo, era preciso equilibrar a análise entre o que havia permanecido e o que lentamente se apagava; afinal, “narrar uma vida [...] impõe um desejo de duração para além da pessoa cuja vida é contada, um desejo de lembrança e de memória, e por essa via, articula-se com um projeto de escrita de uma história”<sup>96</sup>.

O estabelecimento de relações entre presente e passado, entre diferentes formas de experimentar o tempo, apresenta-se como condição fundamental para reencontrar as discontinuidades que permeiam as vidas de ambas as professoras, sobretudo porque é

---

<sup>94</sup> A este respeito ver os trabalhos: SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre, IFCH, UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) e BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre, IFCH, UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em História).

<sup>95</sup> Expressão que tomo emprestado de MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de Memórias, Bastidores de Histórias: O legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>96</sup> GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: A biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 19.

no ‘hoje’ que encontro o ponto de partida dos inúmeros fios que me levam ao ‘ontem’ tecido em torno delas.

No interlúdio de *entre-tempos* possíveis (o meu e o delas), estava disposto a reinventar suas vidas, obedecendo a uma ordem temporal inversa, pois, partindo do presente e perscrutando as sobrevivências da memória em torno de ambas, seria possível tentar compreender qual era o peso das experiências passadas dessas mulheres sobre o que delas se conta na atualidade. Tal preocupação apontava principalmente para uma tensão entre certas memórias historiográficas edificadas a respeito das personagens, ou seja, para uma ‘disputa de memórias’.

Se, de um lado, os vestígios mais expressivos sobre Malvina tinham poucos vínculos com a ‘personagem-professora libertária’<sup>97</sup> que encontrei na historiografia produzida décadas após sua morte; de outro, no que tange a Ana Aurora, havia um reemprego sucessivo de categorias que fixavam no tempo a ‘personagem-professora veneranda’ e, posteriormente, ‘a primeira feminista’. Nas entrelinhas da lembrança e do esquecimento, as pistas sugeriam inquietudes.

No caso de Malvina, é como se, apenas recentemente, houvesse um despertar, um tempo redescoberto de sua ação<sup>98</sup> pretérita, porém, inversamente, no imaginário local da cidade onde ela viveu por cerca de quarenta anos, a lembrança de sua existência permanecesse uma ausência. Em relação à Ana Aurora, um rastro contínuo de dizeres se perpetuou na memória coletiva e historiográfica de tal forma que ela, a ‘mulher Ana Aurora’, acabou se tornado uma personagem-monumento. Nesse caso, a personagem histórica parecia estar irremediavelmente confinada ao discurso monumentalizado<sup>99</sup> sobre a ‘professora-veneranda’.

---

<sup>97</sup> Conforme Silva, “o termo *libertário* foi consagrado por Sébastien Faure em 1898, por ocasião da fundação do periódico anarquista *Revista Blanca*. O seu aparecimento se deve à proibição que recaía naquela época sobre a propaganda anarquista; necessitava-se, portanto, de outro termo para expressar a mesma ideia. Pode-se dizer que os termos anarquista e libertário são empregados indistintamente, fazendo referência a um mesmo conteúdo. A similitude entre as ideias anarquistas e as libertárias se encontra na declaração de princípios da *Federação Ibérica de Juventus Libertárias*, criada em Madri, em 1932” (Conforme SILVA, Benedicto (Org.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 691-692).

<sup>98</sup> Conforme Souza, o conceito de ‘ação’ “[...] pretende enfatizar o que há de consciente nas escolhas de um indivíduo, numa conduta que pretende atingir determinados fins, fundados em projetos, pessoais ou coletivos e, no caso, voltados para a política” (SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias*. O homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 39).

<sup>99</sup> Utilizo o termo ‘monumentalizado’ de forma similar à expressão ‘monumentalização’ que, para Abreu, significa o processo pelo qual uma pessoa passa a integrar o patrimônio de uma nação ou região (ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: O Culto a Euclides da Cunha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano IX, n. 24, p. 66-84, 1994).

Esta hipótese delineou, assim, o fio condutor que me levou a cruzar as vidas destas duas mulheres, tecido a partir do presente, de onde emanam apenas algumas imagens sólidas de suas trajetórias. Nesse sentido, são valiosas as considerações de Maluf:

Tal qual o historiador cujo trabalho é o de reconstruir significações pretéritas a partir de seus condicionantes presentes, a relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra. Nada é esquecido ou lembrado no trabalho de recriação do passado que não diga respeito a uma necessidade presente daquele que registra. Se lembramos é porque a situação presente nos induz a lembrar<sup>100</sup>.

Nesse limiar entre presente e passado, os indícios revelavam perspectivas ligeiramente ambíguas a respeito das personagens e, mais do que isso, me informavam sobre reminiscências ainda inexploradas sobre suas vidas.

Para além da finitude biológica de seus itinerários, fazia-se necessário, acima de tudo, percebê-las no fluxo do tempo e, portanto, não poderia ignorar o hiato que nos separa. Esse *entre-tempos* era agora um tempo reelaborado, restituído pelos seus vestígios e por minha persistência de pesquisador curioso. Examinar as sobrevivências das trajetórias de Ana Aurora e Malvina no presente impôs, assim, um olhar atento sobre os ‘monumentos’ que garantiram a sua perpetuação, em particular a historiografia e a literatura memorialista. As fontes que utilizei nesta seção foram basicamente textuais, incluindo narrativas de memória, artigos acadêmicos, ensaios monográficos, notas biográficas, materiais da imprensa e dados de necrológios, além de alguns relatos orais. Aqui, parece-me oportuno acrescentar ainda que utilizo a história oral enquanto um método apoiado na memória<sup>101</sup>; por isso, neste trabalho de recorte e seleção do material disponível, estive sempre atento às reflexões sobre esta em seus distintos níveis.

Na primavera de 2008, parti confiante em busca dos vestígios materiais das vidas de Malvina e Ana Aurora, rumando aos longínquos ‘lugares de memória’ onde suas existências se cristalizaram, algumas vezes se refugiando na memória coletiva, outras, na ausência e no silêncio<sup>102</sup>.

---

<sup>100</sup> MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 31.

<sup>101</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

<sup>102</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993.

O encontro com esses dois nomes eternizados em lápides despertou inúmeros laços de cumplicidade que só se adensaram ao longo dos últimos anos, como se o passado se estendesse a mim na forma de uma corrente de ar que invade a janela numa “espécie de confiança e aliança póstuma”<sup>103</sup>. Percebi, à maneira de Bergson<sup>104</sup>, o prolongamento do passado no presente e, neste caso específico, de um passado materialmente disponível nos “letreiros” fixados nos monumentos necrológicos, como é possível verificar nas imagens mais abaixo reproduzidas.

Na primeira, observa-se a lápide frontal do túmulo de Ana Aurora que se encontra no Cemitério Municipal de Rio Pardo. Nela, há uma simples inscrição informando as datas de nascimento e morte da professora rio-pardense, bem como de sua irmã, Zamira, seguida da manifestação de ‘autoria’ daqueles que se eternizaram como seus ‘herdeiros’ (ainda mais no caso de tias solteiras/onas): os sobrinhos.

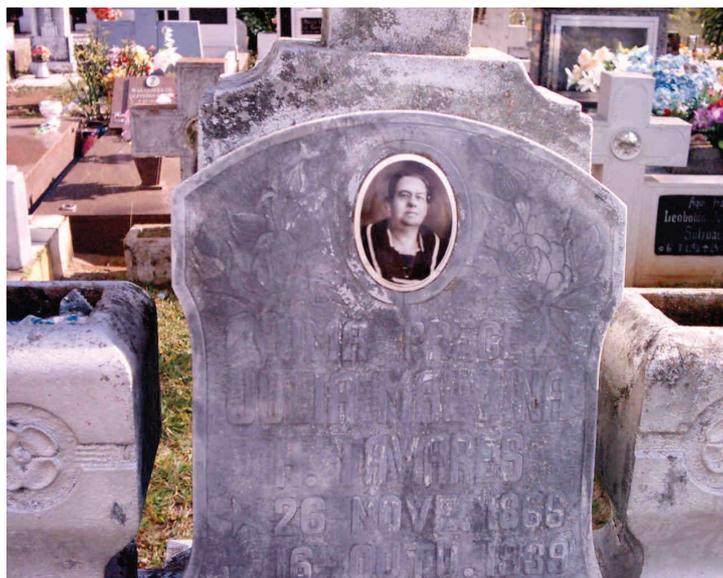


**Figura 02:** Lápide com a inscrição: ‘Ana A. do Amaral Lisboa \* 24.09.1860 † 22.03.1951 - Zamira Amaral Lisboa\* 19.10.1856 † 15.12.1944. Saudades dos sobrinhos’ (Acervo pessoal).

<sup>103</sup> ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, George et al. *História e Nova História*. Lisboa, Teorema, 1986, p. 35.

<sup>104</sup> BERGSON, Henri. *Memória e Vida*. Textos Escolhidos por Gilles Deleuze. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Na imagem seguinte, observa-se a parte superior do túmulo de Malvina que se localiza no Cemitério Municipal de Cruzeiro do Sul. É possível ler na lápide a inscrição com o nome e as datas de nascimento e morte da professora, seguida da manifestação de sua condição de mulher casada com prole, portanto, de ‘mulher completa’. Além da inscrição, há também uma foto de Malvina. Fica a pergunta: túmulos também têm gênero?



**Figura 03:** Lápide com a inscrição: ‘Uma prece. Saudades. Esposo e Filhos. Julia Malvina H. Tavares. \*26 Nove. 1866 † 16 Outu. 1939’ (Acervo pessoal).

O epitáfio personalizado é um notório apelo à permanência da lembrança. Como destacou Alain Corbin: “Dentro do cemitério, manifesta-se a mesma vontade de perpetuar-se, [do indivíduo] imprimir sua marca. Philippe Ariès relatou o triunfo da tumba individual e a emergência do novo culto aos mortos no alvorecer do século XIX”<sup>105</sup>. Há aqui, certamente, um traço constitutivo do indivíduo moderno. No caso em pauta, as lápides auxiliam na incorporação das duas personagens à memória coletiva, possibilitando “[...] reforçar o sentimento do eu [fortalecendo] a tentação de forjar heróis, a hipertrofia da vaidade tranqüilizadora”<sup>106</sup>.

<sup>105</sup> CORBIN, Alain. O Segredo do Indivíduo. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. v. 4. p. 427.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 428.

## 1.4 A memória inefável

### 1.4.1 1939: a morte de Malvina

Quando faleceu às 14 horas e 40 minutos do dia 16 de outubro de 1939, aos 72 anos, Julia Malvina Hailliot Tavares estancou para sempre ambições e tristezas acumuladas ao longo de sua vida. A causa da morte, conforme consta na sua Certidão de Óbito, foi apoplexia cerebral<sup>107</sup>. Embora esteja registrado neste documento que ela residia em Arroio do Meio, tal informação não parece correta. Por algum motivo desconhecido, Malvina encontrava-se, ao morrer, neste município vizinho de Cruzeiro do Sul, para onde seu corpo foi removido algumas horas depois.

No dia seguinte a sua morte, um cortejo acompanhou as comemorações fúnebres em Cruzeiro do Sul. Conforme o jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre: “Ao seu sepultamento que teve lugar no cemitério desta vila, compareceu grande número de pessoas”<sup>108</sup>. Tal concorrência é compreensível, afinal, pela escola da professora Malvina, haviam passado centenas de alunos da região, ao longo dos mais de trinta anos em que exerceu o cargo público de educadora. Além disso, como se verá, ela estava umbilicalmente ligada – literalmente – à elite política da cidade.

Na imprensa estadual, constam ao menos dois registros fúnebres referentes a ela. Do correspondente do *Diário de Notícias* em Arroio do Meio, partiu uma pequena nota informando sobre o ocorrido:

Faleceu, ontem, nesta cidade, d. Malvina Hailliot Tavares, esposa do Sr. Manoel Joaquim Tavares e progenitora dos Srs. Aristides e Manoel Hailliot Tavares, prefeito e secretário do município, respectivamente. Para as cerimônias fúnebres que se realizarão em Cruzeiro do Sul está sendo convidada toda a população. A família enlutada tem recebido inúmeras manifestações de pêsames.<sup>109</sup>

É interessante observar que a referência ‘pública’ a sua morte está relacionada diretamente ao seu vínculo enquanto ‘esposa’ do Sr. Manoel Joaquim Tavares e ‘progenitora’ de seus dois filhos (Aristides e Manoel), lideranças políticas destacadas em Cruzeiro do Sul.

---

<sup>107</sup> Certidão de Óbito número 332 do Livro IV de Registros de Óbitos de Arroio do Meio em 16 de outubro de 1939. A cópia desta certidão foi disponibilizada pelo APERGS.

<sup>108</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 24 out. 1939, p. 5 (MCSHJC).

<sup>109</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 18 out. 1939, p. 3. Malvina, como foi dito, faleceu em Arroio do Meio, município relativamente próximo a Cruzeiro do Sul. Há um erro de informação neste fragmento, pois o esposo de Malvina chamava-se José e não Manoel (nome do filho) como está referido na nota.

Alguns dias depois, no *Correio do Povo*<sup>110</sup>, consta um agradecimento familiar:

[...] ainda sob a dor que os compunge, agradecem e expressam sua imorredoura gratidão a todos quantos, de qualquer forma, expressaram seus sentimentos de pesar. [Agradecem ainda] ao grupo de antigos alunos da extinta, tendo a frente o Sr. Alfredo Lopes da Silva Filho pela tocante e expressiva homenagem prestada no momento da inumação. A todos, pois, o seu eterno reconhecimento. Arroio do Meio, 19 de outubro de 1939.

Porém, a popular professora Malvina Tavares e sua quase lendária escola são, num certo sentido, ignoradas e/ou esquecidas numa informação contida em sua Certidão de Óbito. No registro feito pelo filho, Manoel Joaquim Hailliot Tavares, no item profissão, ela aparece como ‘doméstica’ ao invés de ‘professora’. Essa intrigante inscrição não me parece um mero descuido, mas, ao contrário, remete à desqualificação do trabalho feminino, presente no imaginário social da época, e à conseqüente vinculação entre magistério e domesticidade<sup>111</sup>.

Enfim, se os registros sobre Malvina são tênues e, seguidamente, imprecisos, é justamente nesses vestígios esparsos, nas palavras breves gravadas em papel e pedra, que encontro fulgurações de sua existência, pois são elas que a fazem atravessar o tempo e chegar até nós<sup>112</sup>.

#### 1.4.2 2007: o encontro com os vestígios (e com o silêncio)

Em 2007, na primeira visita que fiz ao pequeno e modesto Cemitério Municipal de Cruzeiro do Sul, onde se encontra sepultada Malvina, observei de imediato sua imagem eternizada na lápide e os dizeres já citados: “Uma prece. Saudades. Esposo e Filhos”. No mesmo jazigo, encontram-se os restos mortais de seu marido, José Joaquim Tavares, e de seu filho Aristides Hailliot Tavares.

Para além do muro do cemitério havia, porém, um silêncio terrificante sobre a trajetória desta mulher. Sabendo tratar-se da primeira professora a ministrar aulas

<sup>110</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 24 out.1939, p. 8.

<sup>111</sup> Sobre a ligação entre magistério e vida doméstica, cito os seguintes trabalhos: LOURO, Guacira Lopes; MEYER, D. A escolarização do doméstico. A construção de uma escola técnica feminina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 87, p. 45-57, nov. 1993; LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas*. Uma escola de mulheres. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1987; ARAÚJO, Helena Costa G. As mulheres professoras e o ensino estatal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 29 fev. 1990. p. 81-103; NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Anaete Regina. Feminização do magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR*. Campinas, n.27, p.78-94, set. 2007. online.

<sup>112</sup> FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor?* 3. ed. Lisboa: Veja/Passagens. 1992. p. 99.

naquela localidade, era impossível não observar que as pistas de sua existência haviam se desvanecido no imaginário social da cidade, ao menos aparentemente.

Nem mesmo a casa em que Malvina vivera ao lado de sua família e, igualmente, onde funcionara sua escola, havia sobrevivido. Restou apenas um vazio material e simbólico em uma das esquinas das ruas Bento Gonçalves e Vila Nova, no centro de Cruzeiro do Sul, como se, por alguma razão desconhecida, essa textura do passado da cidade devesse ser esquecida.

Uma inquietude pessoal acompanhava essa constatação: porque tão poucos indícios sobre Malvina permaneceram na cidade em que vivera por cerca de quarenta anos, entre 1899 e 1939? Na fluidez desse *entre-tempos*, busquei investigar, então, os vestígios que sobreviviam no presente. Sua trajetória – ao contrário da de Ana Aurora – parecia estar deslocada para outros espaços, outras significações.

#### 1.4.3 O deslocamento da memória

Também em 2007, visitei, pela primeira vez, algumas páginas eletrônicas na *internet* que fazem referências à Julia Malvina Hailliot Tavares, ou apenas Malvina Tavares, como em geral seu nome é referido. Em junho de 2009, retornei novamente a esses *sites* e as informações continuavam disponíveis. A pergunta que me conduzia era: de que maneira seu nome ressoa no presente?

Na principal página eletrônica a destacar o nome de Malvina<sup>113</sup>, encontrei quatro artigos que fazem referência a ela. Como o *link* [www.anarkismo.net](http://www.anarkismo.net) sugere, a lembrança da personagem emerge aqui a partir de uma memória anarquista-libertária<sup>114</sup>. O primeiro desses textos chama-se ‘Histórias classistas do anarquismo no Brasil e Rio Grande do Sul’, postado em 18 de maio de 2006. Trata-se efetivamente de um amplo painel esboçado a partir de inúmeros temas, entre eles, a educação. No debate sobre a importância do surgimento de concepções educacionais inovadoras – ensino laico e escola mista – surge o nome de Malvina:

---

<sup>113</sup> Disponível em: <[www.anarkismo.net](http://www.anarkismo.net)>. Acesso em: 11 mar. 2007. Conforme informações contidas na página eletrônica, este endereço existe desde 2001.

<sup>114</sup> É importante sinalizar que “o anarquismo desde o seu surgimento, tem sido uma doutrina fluída, tem variado no tempo e no espaço. Todos os anarquistas têm se julgado no direito de repensar este ideário sem, necessariamente, ter que se embasar nas reflexões de seus antecessores ou confiná-las, pois, segundo eles, o anarquismo comporta dentro de si este constante repensar” (ARAVANIS, Evangelia. *Uma Utopia Anarquista: O projeto social dos anarquistas do periódico ‘A Luta’ e o seu desejo de mudar o rumo da História em Porto Alegre (1906-1907)*. Porto Alegre, IFCH, UFRGS, 1997. Dissertação - Mestrado em História).

Uma das precursoras no Brasil, senão a primeira, é a professora Malvina Tavares. Natural de Encruzilhada do Sul se formou professora em Porto Alegre e foi lecionar no ano de 1899 em São Gabriel da Estrela, distrito de Lajeado, hoje Cruzeiro do Sul, onde estabeleceu sua escola. A sua pedagogia libertadora rendeu bons frutos. Entre seus alunos estavam os irmãos e irmãs Martins: Henrique (que depois adotaria o pseudônimo Cecílio Vilar), Nino, Armando, Espertirina, Eulina, Dulcina e Virgínia, que iriam se tornar ativos (as) militantes anarquistas<sup>115</sup>.

É interessante destacar um aspecto desta citação: o suposto ‘pioneirismo’ da ação pedagógica de Malvina no âmbito das tendências anarquistas do período; afinal, ela é tida como uma das precursoras da pedagogia libertária não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o país. Há aqui uma importante retomada da atuação de Malvina como professora e, principalmente, enquanto mentora de uma geração de militantes anarquistas do estado. Nesse sentido, sua ação pedagógica libertária representa um eixo central de evocações e referências históricas de tempos idos.

Nos três artigos seguintes, observa-se outro elemento que se incorpora ao ‘pioneirismo libertário’ de Malvina: seu nome converte-se numa espécie de matriz para a ‘luta das mulheres’, fato que parece se evidenciar na medida em que a data de ‘8 de março’ é vinculada à sua trajetória.

O artigo intitulado ‘8 de março é das trabalhadoras de um novo mundo’, de autoria de Rosane Santos, postado em 11 de março de 2008, apresenta dez breves biografias de mulheres anarquistas inspiradoras da ‘luta pelo socialismo e liberdade’.

Entre as ‘companheiras libertárias’, Malvina Tavares é o primeiro nome a ser citado, seguida por Dorvalina Martins Ribas, Espertirina Martins<sup>116</sup>, Elvira Boni, Elena

---

<sup>115</sup> Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/3033>>. Acesso em: 11 mar. 2007 e 19 jun. 2009.

<sup>116</sup> Espertirina era a mais jovem das irmãs Martins, nascida em 1902. Filha dos agricultores Teófilo Augusto Martins e Laura Azambuja von Reichenbach Martins, estabelecidos em São Gabriel da Estrela, tinha três irmãs - Eulina, Dulcina e Virgínia - e três irmãos - Henrique, Armando e Nino (Antonio). Os irmãos Martins freqüentaram a escola da professora Malvina Tavares e participaram ativamente da militância operária e anarquista. Henrique Augusto Martins foi o mais destacado deles. Nasceu em 1888 e chegou a Porto Alegre ao lado do irmão Armando por volta de 1906. Tornou-se gráfico e jornalista, indo trabalhar nas oficinas do *Jornal do Comércio*. Em 1911, foi condenado a quatro meses de prisão e ao pagamento de uma multa vultosa por crime de calúnia e difamação. Não tendo recursos financeiros, fugiu para o Rio de Janeiro, adotando o nome de Cecílio Vilar e continuando sua militância. Escreveu também para o jornal *A Guerra Social*. Conforme Aravanis é muito provável que Henrique Martins possuísse, ainda, um segundo pseudônimo, pois, “O nome Cecílio Dinorá talvez se tratasse de um pseudônimo de Henrique Augusto Martins [...] Tinha ele, por sua vez, um pseudônimo muito próximo ao suposto acima: Cecílio Vilar. Nenhum artigo foi encontrado no *A LUTA* e isso até 1911 com seu nome ou pseudônimo de Cecílio Vilar, apesar deste encontrar-se envolvido com os anarquistas da capital”. Três das irmãs Martins casaram-se com militantes anarquistas no início do século XX: Eulina Martins conheceu Zenon de Almeida em 1914 na Escola Moderna onde lecionavam e, logo em seguida, casaram-se; Dulcina casou-se com Djalma Fetterman e Espertirina com Artur Fabião Carneiro, todos, como foi dito, envolvidos na militância operária e anarquista (ARAVANIS, Evangelia. op. cit., p. 84). Para Bilhão: “Todos têm em

Quinteros, Margarita Ortega, Lucia Parsons, Louise Michel, Emma Goldman e Ida Mett. Sobre Malvina, comenta-se:

[Em São Gabriel da Estrela, hoje, Cruzeiro do Sul] estabeleceu sua escola e viveu sua vida inteira. Ministrou aos seus alunos um tipo de educação laica e libertadora, espécie de Escola Moderna, nos moldes daquela defendida pelo educador espanhol anarquista Francisco Ferrer. O resultado dessa didática revolucionária não se fez esperar muito. Seus alunos Nino Martins, Cecílio Vilar, Espertirina Martins e suas irmãs se tornaram ativos militantes operários e anarquistas. Essa geração de militantes nutria um sentimento de grande admiração pela professora Malvina, com a qual aprenderam os ideais libertários<sup>117</sup>.

Encontro aqui, novamente, uma referência à ‘escola de Malvina’ entendida como espaço irradiador de ideias libertárias. Ao citar os vários alunos que passaram pela sala de aula da personagem e, posteriormente, vieram a integrar o movimento anarquista no Rio Grande do Sul, o texto legitima e fortalece o sentido inovador da ação pedagógica da professora de Cruzeiro do Sul. É como se, através das trajetórias políticas posteriores de seus alunos, fosse possível delinear, retrospectivamente, o perfil ideológico de Malvina. As referências para essas informações são retiradas do livro de João Batista Marçal ‘Os Anarquistas no Rio Grande do Sul’, que discutirei na sequência.

Em outro artigo disponibilizado nesta página, intitulado ‘A reconquista do 8 de março’, assinado por Rocha<sup>118</sup>, da redação do *Jornal Socialismo Libertário*<sup>119</sup>, postado em 13 de março de 2009, há uma observação ainda mais contundente sobre a ação de Malvina:

Militantes anarquistas e educadoras como Malvina Tavares, as irmãs Martins, Marguerita Ortega e tantas outras estavam ao lado dos demais companheiros

---

comum o fato de estarem engajados na organização do movimento operário, defenderem a mesma ideologia – o anarquismo – e pertencerem a mesma família” (BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário*: Porto Alegre 1906-1911. EDIPUCRS, 1991. p. 101).

<sup>117</sup> Disponível em: < <http://www.anarkismo.net/article/7828> >. Acesso em: 19 jun. 2009.

<sup>118</sup> Bruno Lima Rocha Beaklini é delegado da Federação Anarquista Gaúcha (FAG). Conforme informações presentes na página eletrônica da FAG, disponível em < <http://www.vermelhoenegro.co.cc> >. Acesso em: 12 ago. 2009, “A Federação Anarquista Gaúcha (FAG) foi fundada em 18 de novembro de 1995. É fruto de mais de uma década de militância libertária, na qual após o ressurgir do anarquismo no Brasil em meados de 1985, foram tentados diversos caminhos de atuação até um grupo de militantes optar pelo anarquismo especificista, isto é, por constituir uma organização política especificamente anarquista”.

<sup>119</sup> O *Jornal Socialismo Libertário* (ex-*Pétala Negra*) é feito e mantido pela OSL (Organização Socialista Libertária), com o apoio de grupos do FAO (Fórum do Anarquismo Organizado); tem periodicidade bimestral, conta com 8 páginas no formato tablóide e uma tiragem de 4 mil exemplares. O primeiro número de *Pétala Negra* foi veiculado em 1º de julho de 2003. Na edição de 11 de fevereiro de 2006, o jornal passou a se chamar *Socialismo Libertário*.

nas combativas greves e enfrentando a cavalaria nas ruas de Porto Alegre no início do século XX<sup>120</sup>.

Esta assertiva extrapola a atuação pedagógica da professora que parece ter atuado, ao longo de boa parte de sua vida, discretamente no vilarejo de São Gabriel da Estrela. A afirmação de que ela esteve “[...] ao lado dos demais companheiros nas combativas greves” da capital gaúcha ressignifica as informações sobre a personagem até então disponíveis. Porém, nenhuma pista sobre a ação política de Malvina para além dos muros da escola, muito menos nas ruas de Porto Alegre, foi encontrada; de outro lado, não consta a referência de onde essa observação foi tirada.

Outra menção a Malvina na rede mundial de computadores aparece num artigo intitulado ‘Mulheres catadoras na luta do 8 de março’, postado em 18 de março de 2008. Sob o *slogam* ‘Viva a luta das mulheres da roça e da cidade’, descobrimos que o núcleo sul-riograndense do MNCR-RS (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) chama-se Comitê Malvina Tavares. Antes de trazer uma breve biografia da professora - que apenas reemprega os dados biográficos utilizados por João Batista Marçal -, o texto apresenta uma nota introdutória, na qual se busca articular os anseios deste movimento e a trajetória de Malvina:

Companheiras catadoras da região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, participaram do acampamento de mulheres camponesas e urbanas. O encontro se iniciou no dia 05 de março em Encruzilhada do Sul. Cerca de 300 mulheres vindas de todas as regiões do Rio Grande estiveram acampadas no Assentamento da Quinta (MST) para resgatar o sentido do oito de março, como uma data de luta de todas as mulheres oprimidas de todo o mundo<sup>121</sup>.

Conforme mencionado anteriormente, o documento-monumento que serviu de ‘matriz’ a essas narrativas foi a breve biografia de Malvina escrita por Marçal e publicada no livro ‘Os Anarquistas no Rio Grande do Sul’, de 1995, espécie de *panteão de papel* desse movimento no estado<sup>122</sup>. O jornalista e historiador diletante que tem, como uma das preocupações centrais de sua obra, ‘resgatar’ – diria ‘enquadrar’ - a memória do movimento operário gaúcho, refere-se à Malvina como a pioneira de um certo tipo de educação libertária; no entendimento do autor, ela teria embrionariamente

---

<sup>120</sup> Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/12398>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

<sup>121</sup> Disponível em: <<http://www.mncr.org.br>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

<sup>122</sup> MARÇAL, João Batista. op. cit, p. 134-135.

desenvolvido e difundido entre seus alunos preceitos pedagógicos inspirados principalmente em Ferrer<sup>123</sup>.

Criador da Escola Moderna em 1901, o projeto prático de educação libertária de Ferrer ganhou o mundo a partir deste período. No Rio Grande do Sul, algumas escolas foram fundadas seguindo seus preceitos. Norma Correa, em *Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1925)*, destaca o surgimento de cinco escolas ‘livres’ no estado entre 1895 e 1925. Alguns alunos que tiveram contato com Malvina Tavares na sua formação primária posteriormente ingressaram como docentes na Escola Moderna da capital gaúcha.

Cecílio Vilar, ex-aluno de Malvina, e Zenon de Almeida foram os primeiros diretores da Escola Moderna de Porto Alegre, inaugurada em 21 de maio de 1916 e, possivelmente, a mais importante dentre as ‘escolas livres’<sup>124</sup> fundadas no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e o início do século XX<sup>125</sup>.

Localizada na zona rural da então inóspita vila de Encruzilhada<sup>126</sup>, para onde a personagem havia sido removida em 1898<sup>127</sup>, a escola da professora Malvina, da qual saíram alguns alunos posteriormente envolvidos no movimento anarquista gaúcho, insere-se, portanto, conforme essa narrativa, no processo de formação das escolas livres que, “além da instrução elementar, [tinham o] objetivo de formar homens livres e

---

<sup>123</sup> Francisco Ferrer y Guardia “nasceu em 1859, em Barcelona e faleceu em 1909, militou no movimento anticlerical e republicano e quando foi expatriado para Paris, se engajou no movimento anarquista. Para sobreviver, começou a lecionar espanhol e se apaixonou pela docência, buscando métodos educacionais alternativos. Fundou em 1901, a Escola Moderna, na Espanha, que fez muito sucesso. Em 1908, já existiam dez Escolas Modernas em Barcelona, quase cento e cinquenta na Catalunha e escolas em Madri, Sevilha, Granada, Cádiz. A fama dessa escola ultrapassou as fronteiras da Espanha e várias escolas inspiradas na pedagogia de Francisco Ferrer y Guardia foram criadas em Portugal, no Brasil, Suíça e Holanda” (MARTINS, Ângela Maria Souza. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 22 dez. 2009). A este respeito ver também: BETTIOL, Leopoldo. *Ferrer como Educador*. Porto Alegre: Biblioteca da Sociedade Pró-Ensino Racionalista, 1912.

<sup>124</sup> A perspectiva libertária sobre educação tem sua origem na França, no final do século XIX, propagando-se rapidamente pelo mundo. Sobre o caso do Rio Grande do Sul, Correa comenta: “Quando o estado, em 1911, cria as Escolas Municipais Noturnas localizadas nos bairros operários da capital, já existia uma tradição do ensino libertário entre os trabalhadores. Do ponto de vista quantitativo as Escolas Livres enfrentaram o ensino oficial, constituindo-se em uma reação positiva à evasão predominante no ensino público” (CORREA, Norma. *Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Porto Alegre: FAGED, UFRGS, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação), p. 107).

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 171.

<sup>126</sup> A vila de Encruzilhada era na época um distrito rural de São Gabriel da Estrela que, por sua vez, pertencia ao município de Lajeado.

<sup>127</sup> Conforme Registro de Títulos, Livro 11 (1898-1899) (AHRs) - Nomeação de Julia Malvina Hailliot Tavares: “Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, nomeia Julia Malvina Hailliot Tavares para reger efetivamente a terceira cadeira, de 1ª entrância, do sexo masculino da vila da Encruzilhada, com os vencimentos marcados em lei, visto ter sido aprovada em concurso. Palácio do Governo em Porto Alegre, 19 de julho de 1898. Antonio Augusto Borges de Medeiros, n. 685 (salário de 50\$000 réis)”. Conforme <<http://www.ocaixa.com.br/passos/passos3.htm>>, o valor de 50\$000 réis equivaleria hoje a aproximadamente R\$ 182,00. Acesso em: 02 jul. 2010.

preparados para enfrentar o sistema de exploração ao qual estavam subordinados”<sup>128</sup>. Tal observação remete a outra referência fundamental sobre Malvina, desta vez pelo olhar de seu neto, o jornalista Flávio Tavares:

No início do século, minha avó Malvina Hailliot Tavares aboliu a palmatória na sua escola “sem pedir licença ao governo”, num gesto tão ousado e inovador que ela – mulher requintada, filha e neta de barões franceses – acabou removida e confinada nos cafundós da zona de imigração alemã do Rio Grande do Sul. Só aí pôde lecionar em paz, sem que os inspetores de ensino a obrigassem a educar arrebrandando as mãos da criança<sup>129</sup>.

Em entrevista a mim concedida, Flávio Tavares<sup>130</sup> confirmou essa informação de extremo significado político, embora os motivos da remoção não tenham sido inteiramente esclarecidos. De qualquer forma, é novamente o caráter ‘pioneiro’ e ‘libertário’ que desponta na evocação da personagem Malvina, demonstrando, possivelmente, uma necessidade de Flávio Tavares de procurar uma ‘origem’ para a sua atuação política também contestadora.

Em 2008, o referido jornalista Marçal e a historiadora Martins publicaram uma obra que pode ser caracterizada - ao menos no que se refere aos militantes anarquistas gaúchos - como uma versão ampliada do livro anteriormente citado de autoria do primeiro. Trata-se do *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha* em que novamente aparece uma breve referência a Malvina, reafirmando o que já havia sido dito.<sup>131</sup>

É possível perceber o quanto essas informações foram se tornando uma espécie de *regime de verdade*<sup>132</sup> sobre a personagem ‘libertária’. Malvina é ‘resgatada’/construída por Marçal como aquela que desenvolveu no estado os

<sup>128</sup> CORREA, Norma. op. cit., 1987, p. 201.

<sup>129</sup> TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. São Paulo, Ed. Globo, 1999, p. 73.

<sup>130</sup> Entrevista ao autor, Porto Alegre, 31-03-2008.

<sup>131</sup> “Malvina Tavares (1866-1939), professora e poetisa. Seu nome completo era Julia Malvina Hailliot Tavares. Natural de Encruzilhada do Sul. Descendia da nobreza de Bourdeaux (França). Formada em Porto Alegre, foi lecionar na sua cidade, de onde se transferiu para São Gabriel da Estrela, em Lajeado. Ali viveu a vida inteira. Extremamente culta, ministrou aos seus alunos um tipo de educação laica e libertadora, estilo Francisco Ferrer. Dentre seus alunos, formaram os Martins: Nino, Henrique (Cecílio Vilar), Espertirina e suas irmãs. Um, dirigente internacional; outro, dirigente nacional; e elas formavam um grupo de militantes gaúchas do movimento anarquista. Malvina Tavares foi pioneira do ensino laico no Brasil. Há uma rua com seu nome em Porto Alegre (MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha*. Porto Alegre: Palmarinca, 2008, p. 134-135)”.

<sup>132</sup> Conforme Foucault, “Por ‘verdade’, entendo um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade” (FOUCAULT, Michel. *Verdade e Poder*. In: *Microfísica do Poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996, p. 14).

pressupostos da educação anarquista, formando toda uma geração de militantes<sup>133</sup>. Tal informação, além de replicada nas páginas da *internet*, foi também usada pela historiadora Bilhão que, em sua dissertação de mestrado, referiu-se à escola da professora Malvina como um estabelecimento organizado nos moldes das Escolas Modernas, por onde teriam passado os militantes acima citados<sup>134</sup>. Dessa vez, a escrita acadêmica contribui para solidificar determinada memória.

Contudo, há uma informação um tanto desconhecida na breve biografia de Malvina escrita por Marçal. O autor afirma a existência de uma rua em Porto Alegre com o nome da professora. Porém, no projeto de lei da Câmara Municipal de Porto Alegre de 20 de março de 1968, encontramos apenas o seguinte: “Art. 2º - Dá-se o nome de ‘Dona Malvina’, à rua já assim chamada, que sai da Rua Correa Lima, lado par, e vai, em Teresópolis encontrar a Rua Orfanotrófio”<sup>135</sup>. Num catálogo de 2007, intitulado *Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*, de Rosa Ângela Fontes, que se propõe, como o título sugere, demonstrar essas “marcas femininas” na configuração urbana da capital gaúcha, encontrei duas ruas com a denominação ‘Dona Malvina’. A primeira está localizada no bairro Lami, mas não há informação alguma sobre a pessoa que lhe deu o nome; a segunda situa-se no bairro Santa Teresa – e aqui também não existe nenhuma indicação a respeito de quem tenha sido ‘dona Malvina’, ao contrário das outras ‘presenças femininas’ sobre as quais a autora apresenta um breve resumo da trajetória das mulheres homenageadas. Nesse caso, a informação é absolutamente impessoal:

O processo número 118/1968 – Projeto de Lei do Legislativo nº 10/1968, assevera, na Exposição de Motivos, a necessidade de oficializar nomes de logradouros, os quais, consagrados pelo uso, ainda carecem da legalização, com a finalidade de facilitar os serviços públicos e atender aos interesses dos moradores e da cartografia urbana. A Rua Dona Malvina teve sua denominação oficializada pela lei nº. 3.136, de 21 de maio de 1968.<sup>136</sup>

Ou seja, fica claro que o projeto de lei apenas oficializa uma rua que já se chamava ‘Dona Malvina’. Da mesma forma, a autora mantém nas sombras a ‘mulher’ –

---

<sup>133</sup> MARÇAL, João Batista. op. cit., 1995, p. 141-142.

<sup>134</sup> BILHÃO, Isabel. op. cit., p. 103. Ressalto que essa é uma informação periférica para a argumentação da autora.

<sup>135</sup> Conforme a Lei n. 3.136 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Arquivo da Câmara Municipal de Porto Alegre-RS), este projeto foi aprovado em 21 de maio de 1968 pelo prefeito Célio Marques Fernandes, oficializando o nome da rua ‘Dona Malvina’.

<sup>136</sup> FONTES, Rosa Ângela (org.). *Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007. p. 75.

ou as ‘mulheres’ – que dá nome aos dois logradouros da cidade de Porto Alegre sem fazer relação alguma com a personagem Malvina Tavares. Enfim, não foram encontrados indícios de que essa rua ‘dona Malvina’ se refira especificamente à professora de Cruzeiro do Sul, o que parece indicar que Marçal buscava, ao trazer tal informação, sobretudo reforçar o prestígio da personagem.

Por fim, destaco aquela que possivelmente seja a pesquisa mais ampla – e a única, até então, de caráter acadêmico – sobre Malvina: o ensaio monográfico de Almeida intitulado *Uma história de vida e trabalho: A educadora Julia Malvina Hailliot Tavares*, de 1996<sup>137</sup>. Nele, a autora analisa as concepções e a prática pedagógica presentes na atuação profissional e social da personagem. Instigada talvez pela observação feita por Marçal de que Malvina seria uma das precursoras da educação libertária no Rio Grande do Sul, o trabalho traz importantes informações. Porém, não estabelece correlação entre uma possível perspectiva ideológica anarquista de Malvina e sua ação pedagógica propriamente dita. Nesse sentido, é perceptível o receio da autora em corroborar a ideia de Marçal sobre o pioneirismo libertário da professora. Assim, segundo Almeida, não há indícios de que Malvina tenha tomado contato direto com os preceitos de Ferrer<sup>138</sup>, embora ela admita o fato de que muitos de seus ex-alunos se envolveram no movimento anarquista gaúcho<sup>139</sup>.

Na mesma entrevista que realizei com Flavio Tavares, referida anteriormente, o jornalista fez uma observação instigante sobre a trajetória de sua avó:

O anarquismo de minha avó não está ‘registrado’ em nenhum livro ou material didático ou, menos ainda, em seu diário, mas, sobretudo, na sua prática e inter-relação com seus alunos, amigos, familiares. Minha avó não era uma militante, mas uma professora atenta às ideias libertárias de sua época<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Uma História de vida e de trabalho: A educadora Júlia Malvina Hailliot Tavares*. Porto Alegre, PUC-RS, 1996. Monografia (Graduação em História).

<sup>138</sup> GUIRALDELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001, p. 23. Francisco Ferrer y Guardia “[...] não era um anarquista, mas sim um republicano radical. Todavia suas ideias educacionais foram bem aceitas pelo movimento libertário”. A crítica da Pedagogia Libertária à educação oficial – laica ou religiosa – tinha por alvo o dogmatismo atribuído a essa última que impediria as crianças de poderem pensar de maneira autônoma.

<sup>139</sup> “[...] não se reconheceu na educadora [Malvina] um ensino tipicamente firmado nos conceitos libertários preconizados pela educação anarquista, porém, não deixa de ser relevante a consideração de que a professora tenha educado líderes de uma geração de anarquistas. Pois, sua atuação pedagógica possibilitou o desenvolvimento de referenciais para o pensamento crítico, que permitiram aos jovens assumirem posições sociais e políticas, desafios e enfrentamentos com o mundo real. Assim, não é de se estranhar que alguns de seus alunos tenham se destacado como lideranças e elementos atuantes em movimentos políticos da vida social do período” (Conforme ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Op. Cit., p. 109).

<sup>140</sup> Entrevista ao autor, Porto Alegre, 31-03-2008.

A relação de afeto e admiração expressa nas palavras do jornalista molda sua visão a respeito do itinerário da avó, pois, em meio à memória evocada, ele expõe, de certa forma, sua própria atuação militante, já que se envolveu na luta armada contra a ditadura civil-militar, sendo preso e torturado<sup>141</sup>. Em 2004, ele dedicou o livro *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas* a sua avó: “Para Malvina Hailliot Tavares católica e anarquista, por quem encontrei o caminho profundo do amor, *in memoriam*”<sup>142</sup>, demonstrando, talvez, como foi dito, um anseio em estabelecer uma genealogia de sua oposição política.

Nas palavras de Flávio Tavares - na entrevista e na dedicatória - encontro uma ideia contundente que vai ao encontro da tese de Marçal e que, posteriormente, foi muitas vezes reempregada: a de que Malvina teria sido anarquista ou libertária (e católica!?).

Em outras três entrevistas realizadas para essa pesquisa, a relação Malvina-anarquismo não foi estabelecida tão diretamente, embora certos elementos apreendidos nesses relatos contribuam para corroborar as interpretações de Marçal sobre ela.

Nas lembranças de Synval Tavares<sup>143</sup> – o neto mais velho ainda vivo de Malvina – ressurgem belas imagens relativas à avó:

O que lembro é que minha avó lia o jornal diariamente e estava sempre informada. Eu mesmo buscava o jornal para ela no cais do porto [de Cruzeiro do Sul] quando a visitava. Nesta época, eu deveria ter mais ou menos uns 12 anos. Lembro-me também que havia algumas reuniões na casa de minha avó e, em geral, era ela quem conduzia a conversa. Como se dizia naquela época, não era assunto de criança<sup>144</sup>.

Das palavras de Synval Tavares, duas informações são destacáveis: o gosto pela leitura e pela informação manifestado pela avó e as reuniões ao lado de familiares e amigos nas quais ela desponta como protagonista.

---

<sup>141</sup> Conforme Entrevista ao autor. Porto Alegre, 31-03-2008. Flávio Tavares foi preso três vezes entre 1964 e 1969. Logo depois de 'banido' do País no grupo de 15 prisioneiros 'trocados' pelo embaixador americano, foi de novo arrastado à prisão, dessa vez no Uruguai, de onde, libertado, seguiu para a Europa, até voltar, anistiado, após dez anos de exílio.

<sup>142</sup> TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 05. A religiosidade de Malvina não aparece em outras referências, embora o catolicismo citado por Flavio seja sugerido no *Diário* da avó. Esse aspecto será analisado no capítulo III.

<sup>143</sup> Synval Tavares nasceu em 18 de novembro de 1922. Filho de Georgina, uma dos seis filhos de Malvina.

<sup>144</sup> Entrevista ao autor, Porto Alegre, 02-10-2008.

A professora Iraci Tavares<sup>145</sup> – neta mais jovem de Malvina - concedeu entrevistas em duas circunstâncias. Apesar de não possuir lembranças diretas da avó, pois tinha apenas um ano de idade quando de seu falecimento, cresceu ouvindo histórias sobre a personagem que, possivelmente, circulavam no espaço familiar. Recorda-se: “o que sempre ficou marcado da vida de minha avó é que ela era uma mulher absolutamente centralizadora. Tudo passava pelas suas decisões. Ela era a força canalizadora em meio a todos”<sup>146</sup>.

Outra entrevistada foi a advogada Lea Selbach, que sempre residiu em Cruzeiro do Sul. Ao longo da trajetória de Malvina, as famílias Selbach e Tavares mantiveram estreitos laços de amizade. A irmã de Lea foi aluna de Malvina, mas lamentavelmente não pôde ser entrevistada por motivos de saúde. Porém, as lembranças perpetuadas no imaginário de Lea reafirmam ideias-chave a respeito da personagem: “a professora Malvina era uma mulher de personalidade forte e de enorme carisma aqui na localidade, além de ser muito culta”<sup>147</sup>. A residência da família Selbach resiste ao fulgor do tempo, localizada exatamente na quadra seguinte daquela onde, antigamente, existiu a casa e a escola da professora Malvina em Cruzeiro do Sul.

O conjunto dessas lembranças evocadas nas entrevistas remete a um elemento constitutivo da memória individual e coletiva que Pollak chama de ‘personagens freqüentadas por tabela’, os quais “[...] conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos”<sup>148</sup>.

Tal observação é fundamental para refletir sobre a dimensão da memória presente nas narrativas aqui transcritas, pois, com exceção de Synval Tavares, que teve um convívio mais direto com a avó Malvina, os outros entrevistados transferem para si ‘lembranças’ que se perpetuaram no imaginário do espaço-tempo daquela comunidade. Por outro lado, desses dizeres, emerge uma mulher forte, decidida e carismática, que não contradiz a militante libertária que encontrei no discurso historiográfico. É nesta

---

<sup>145</sup> Iraci Tavares nasceu em 1938. Filha de Maria Henriqueta, a mais nova dos filhos de Malvina.

<sup>146</sup> Entrevistas ao autor, Porto Alegre, 16-05-2008 e 12-12-2008. É necessário ressaltar que a professora Iraci Tavares foi uma ‘pessoa-fonte’ muito importante para essa pesquisa, fornecendo material (sobretudo fotos familiares) e auxiliando na tessitura de uma rede de memórias construída em torno de Malvina.

<sup>147</sup> Entrevista ao autor, Cruzeiro do Sul, 08-12-2008 e 10-06-2009.

<sup>148</sup> Pollak acrescenta ainda os “[...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, Michael. op. cit., 1992, p. 201-202).

convergência que localizo, portanto, a sobrevivência da memória historiográfica relativa à Malvina.

#### 1.4.4 Malvina: a sobrevivência da memória

O que permaneceu da trajetória de Malvina no presente? Os seus vestígios, diferentemente dos de Ana Aurora, são bastante dispersos e frágeis.

Há uma informação sobre Malvina que perpassa as entrevistas, os ‘atos biográficos’ registrados e também seu diário: “Malvina era uma mulher muito culta”. Essa constatação poderia passar despercebida, não fosse a conjuntura e o momento histórico em ela que viveu.

O diário de Malvina representa uma profunda reafirmação de si e, ao mesmo tempo, de sua relação com o mundo: permeado de versos em francês, de inúmeras citações literárias, de demonstrações de apreço pela música e pelo teatro, essa ‘escrita de si’ emerge como um contraponto ao universo rural em que ela estava inserida. Nesse sentido, a personagem parece converter-se em uma espécie de referencial intelectual para aquele lugar, o pequeno vilarejo de São Gabriel da Estrela.

Duas outras imagens construídas sobre Malvina são bastante recorrentes, em especial na biografia elaborada por João Batista Marçal e nas referências das páginas eletrônicas antes mencionadas: ‘libertária’ e ‘feminista’<sup>149</sup>. Tais formulações, ancoradas no *campo de possibilidades* em que ela estava inserida, são, portanto, o marco histórico construído posteriormente que a enquadra como a professora anarquista, aproximando-a de outras mulheres de sua época<sup>150</sup>.

No que tange a essa representação, me parece muito apropriada a seguinte observação de Guacira Lopes Louro:

---

<sup>149</sup> Sobre o ‘feminismo’ de Malvina, comenta Almeida: “[...] provavelmente, Malvina não seja um caso isolado. Como registrou-se ao longo da pesquisa, outras mulheres, educadoras, poetisas, jornalistas, também ampliaram a sua esfera de atuação social. Com um pouco de ousadia, talvez, pudéssemos chamá-las de ‘mulheres condutoras’, na medida em que passaram a assumir novas responsabilidades e a desafiar, tímida ou de forma mais veemente, os espaços da esfera masculina no controle e organização da vida doméstica ou do mundo público. Contudo, não é o caso de defini-las a partir de uma categoria de ‘feminismo revolucionário’, uma vez que, especialmente no estudo de caso analisado, há uma duplicidade de aspectos atuantes” (ALMEIDA, Dóris Bittencourt. op. cit., p. 107 (grifo nosso)).

<sup>150</sup> O ‘feminismo revolucionário’ de Maria Lacerda de Moura, constituído a partir de um conjunto de condições históricas e ideológicas possíveis, serve como um excelente parâmetro neste caso, embora Malvina não possa ser enquadrada na categoria “feminista revolucionária” como apontado na nota anterior. Ver a este respeito: LEITE, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984; HAHNER, June E. Op. Cit., p. 103. Para essa última autora, “poucas feministas brasileiras desse período tomaram posições radicais como Maria Lacerda de Moura, que se opunha à Igreja, ao capitalismo e ao militarismo”.

Na virada do século, grupos de trabalhadores organizados em torno de ideais políticos, como o socialismo ou o anarquismo, não apenas apresentaram propostas para a educação de suas crianças, mas efetivamente, as tornaram realidade através da criação de escolas. Essas iniciativas foram especialmente significativas entre os anarquistas, que ainda davam atenção às questões relativas à educação feminina. Nos jornais libertários, eram frequentes os artigos que apontavam a instrução como uma “arma privilegiada de libertação” para a mulher<sup>151</sup>.

Dentro desse *campo de possibilidades*, portanto, é possível entender a construção memorial da ação pedagógica ‘inovadora’ de Malvina, especialmente quando se traz à tona os discursos recentes que a caracterizam enquanto uma professora que difundiu livremente os preceitos libertários de Ferrer, inspirando toda uma geração de militantes anarquistas no início do século XX.

Por outro lado, a partir de uma delicada operação de (re)construção de sua memória, ancorada em poucos vestígios encontrados esparsamente nas entrevistas e nos atos biográficos acima referidos, pode-se apreender a imagem de uma ‘mulher forte’, que ‘conduzia a família’ e buscava, através da leitura quotidiana, estar informada a respeito do mundo que a cercava. Portanto, a Malvina recuperada pela memória familiar é a mulher-avó ‘centralizadora’ e irradiadora de ideias progressistas. Em suma, embora, a Malvina libertária escape dessas lembranças, existem pontos de conexão de tal imagem com sua atuação pessoal e profissional rememorada no círculo mais íntimo.

Além disso, ainda que a textura do ‘esquecimento’ e/ou do ‘silêncio’ dessas lembranças seja involuntário, o ‘não-dito’<sup>152</sup> constitui aqui um resíduo, um traço que estabelece vínculos com outras informações colhidas sobre Malvina e que caracteriza a mulher-avó e a professora que teria difundido preceitos anarquistas em sua escola.

Enfim, há um longo hiato que separa a morte da mulher Malvina (1939) da redescoberta da ‘professora libertária’ Malvina (década de 1990). Ao longo dos cinquenta anos que separam esse *entre-tempos*, não foi encontrada menção alguma a ela. Neste caso, estou considerando que os dois marcos cronológicos se interpenetram para compor – com vestígios materiais e recordações imateriais, com lembranças e esquecimentos - o itinerário da Malvina aqui biografada.

---

<sup>151</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 446.

<sup>152</sup> “[...] existem nas lembranças [...] zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento [...] É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior” (POLLAK, Michael. op. cit., 1989, p. 8).

## 1.5 A mulher-monumento

### 1.5.1 1951: A morte de Ana Aurora

Doze anos após o falecimento de Malvina, Ana Aurora do Amaral Lisboa deixou escapar seu derradeiro sopro de vida na madrugada de 22 de março de 1951 em Rio Pardo.

No livro de registros de óbitos do Cemitério Municipal rio-pardense, uma descrição ‘oficial’ de sua morte ficou assim assentada:

Aos vinte e dois dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e um sepultou-se no cemitério municipal desta cidade no túmulo acima o cadáver de Ana Aurora do Amaral Lisboa, do sexo feminino, de cor branca com novena anos de idade, natural deste estado, hoje falecida, filha de Joaquim Pedro Silva Lisboa e Maria Carlota do Amaral Sarmento Mena. Causa da morte Uremia conforme atestado médico fornecido pelo Dr. Romeu<sup>153</sup>.

Naquele dia, aos atos fúnebres compareceu grande parte da população da cidade<sup>154</sup>:

Os atos fúnebres da nobre senhora realizaram-se hoje, com grande acompanhamento, constituindo-se a contrita multidão de todas as camadas sociais. No campo santo falou, em nome dos ex-alunos de dona Ana Aurora do Amaral Lisboa, o Dr. Darci Porto Bandeira cuja oração a todos comoveu<sup>155</sup>.

Na sessão de 26 de março de 1951 da Câmara Municipal daquela localidade, da bancada do Partido Libertador<sup>156</sup> partiu “[...] uma homenagem póstuma à veneranda educacionista”<sup>157</sup>, expressa pelo vereador Cid da Costa Correia:

---

<sup>153</sup> Livro de Registro de Óbitos do Cemitério Municipal de Rio Pardo, RS – 04-11-1950 a 28-12-1953 (AHRP).

<sup>154</sup> LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo: Cidade Tradicional do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979, p. 277.

<sup>155</sup> *Correio do Povo*, 23 mar. 1951, p. 16 (MCSHJC).

<sup>156</sup> Sob a égide de Gaspar Silveira Martins, o Partido Federalista foi fundado em 1º de abril de 1892, com a preocupação de ser um partido independente e forte, em oposição à ascensão dos castilhistas agrupados em torno do Partido Republicano Rio-Grandense. Em 03 de março de 1928, o Partido Federalista desapareceu, dando lugar ao Partido Libertador, sob a liderança de Assis Brasil. Conforme Franco, marcado por “dissidências e rivalidades pessoais” entre federalistas e assisistas, ao longo da década de 1920, o Partido Federalista foi gradativamente se desmantelando. No contexto em que se insere esta citação, ou seja, no período de redemocratização pós-Estado Novo (1945-1964), o Partido Libertador – herdeiro dos antigos federalistas – estava sob a liderança de Raul Pilla (FRANCO, Sergio da Costa. O Partido Federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Günter (Orgs.). *República Velha* (1889-1930) v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 129-170).

<sup>157</sup> *Jornal de Rio Pardo*, 30 mar. 1951, [s.p.] (AHRP).

Cidadã ilustre que com o fulgor de seu talento e brilho de sua inteligência marcou época na história de Rio Pardo pelo seu espírito de luta e pelos princípios que defendia de liberdade e justiça. Professora emérita, escritora de renome, jornalista notável, Ana Aurora soube sempre elevar bem alto o nome de Rio Pardo<sup>158</sup>.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o seu presidente naquela ocasião, Guilhermino Cesar<sup>159</sup>, também enviou uma breve mensagem fúnebre em honra de Ana Aurora<sup>160</sup>, embora ela não fosse sócia da instituição. Em retribuição, o prefeito Manoel Alfeu de Borba enviou-lhe saudações: “Em nome comuna e da família da veneranda educacionista d. Ana Aurora do Amaral Lisboa, glória do magistério e letras gaúchas, agradeço as condolências enviadas por este Instituto”<sup>161</sup>.

Porém, entre as homenagens oferecidas à professora rio-pardense, uma correspondência de Biaggio Tarantino – diretor do Museu de Rio Pardo – datada de 26 de março de 1951, revela-se substancialmente inusitada pelo conteúdo ácido contido na nota final da mensagem. Após fazer formalmente um convite ao Deputado Estadual Liberato Salzano Vieira da Cunha<sup>162</sup> para que o mesmo prestasse uma homenagem póstuma a Ana Aurora na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em nome de Rio Pardo<sup>163</sup>, adicionou uma observação em nota de rodapé que diz o seguinte: “P.S.: Ana Aurora foi sempre uma ardorosa maragata, defensora dos ideais de Gaspar e imperialista (sic) intransigente”<sup>164</sup>. No entanto, coube ao Deputado Estadual Adalmiro

---

<sup>158</sup> Correspondência de Cid da Costa Correia à Câmara Municipal de Rio Pardo, 26 mar. 1951. Há também uma nota no *Jornal de Rio Pardo*, 30 mar. 1951, [s.p.] sobre esta homenagem póstuma à Anna Aurora.

<sup>159</sup> Guilhermino Cesar da Silva (1908 – 1993) nasceu em São Manoel, MG. Fixou-se em Porto Alegre a partir de 1943. Foi advogado, crítico literário e professor universitário, destacando-se no meio intelectual porto-alegrense. Conforme VILLAS-BOAS, Pedro. *Notas de Bibliografia Sul Rio-Grandense*: Autores. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1974, p. 131.

<sup>160</sup> Correspondência de Guilhermino César ao Prefeito Municipal de Rio Pardo, Manoel Alfeu Borba, Porto Alegre, 12 abr. 1951 (AHRP).

<sup>161</sup> Correspondência de Manoel Alfeu de Borba a Guilhermino César, Rio Pardo, 20 abr. 1951 (AHRP).

<sup>162</sup> Nasceu em Cachoeira do Sul (1920). Foi jornalista e editor do *Jornal do Povo* (1944-1957). Prefeito de Cachoeira do Sul (1947-1950) e deputado estadual nos mandatos de 1951-1955 e 1955-1959. Membro do PSD (Partido Social Democrático), foi líder da bancada no segundo mandato (AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAUJO, Vladimir (Orgs.) *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996, p. 176). Faleceu num acidente aéreo em 07 abr. 1957. Conforme <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberato\\_Salzano\\_Vieira\\_da\\_Cunha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberato_Salzano_Vieira_da_Cunha)>. Acesso em: 20 dez. 2009.

<sup>163</sup> Em anexo a essa missiva, foi enviada uma pasta com algumas informações gerais sobre a professora Ana Aurora.

<sup>164</sup> Correspondência de Biaggio Tarantino ao Deputado Estadual Liberato da Cunha, Rio Pardo, 26 mar. 1951 (AHRP). O significado desta declaração política ficará mais claro posteriormente, sobretudo no capítulo III.

Bandeira Moura<sup>165</sup> proferir, no dia 30 de março de 1951, na Assembléia Legislativa, um longo discurso intitulado ‘voto de pesar’. Destaco aqui um fragmento desta fala que me parece bastante simbólico do significativo prestígio que Ana Aurora desfrutava na esfera pública estadual:

Entre as primeiras mulheres que vieram a público defender pela imprensa os seus ideais políticos está no Rio Grande, a figura de Anna Aurora do Amaral Lisboa [ela que] projetou-se para fora das fronteiras municipais, ultrapassou as fronteiras estaduais e iluminou o cenário educacional da América com a auréola maravilhosa de sua inegável competência [...] Uma homenagem ao símbolo que soube ser, **símbolo da mulher gaúcha**, identificada com os nossos anseios e inspiradora dos nossos grandes movimentos sociais<sup>166</sup>.

Este fragmento honorífico é talvez o discurso mais ‘vultoso’ a respeito de Ana Aurora. A retórica de louvor desloca o nome da professora rio-pardense para o panteão dos ‘grandes homens no feminino’ da história do Rio Grande do Sul. A parte final da citação apresenta duas formulações que encontro, com menor intensidade, em outros textos e que discutirei na sequência: Ana Aurora como ‘símbolo da mulher gaúcha’ e como ‘inspiradora de movimentos sociais’.

A expressão ‘símbolo da mulher gaúcha’ poderia estar associada – quando se leva em conta seus usos mais corriqueiros, sobretudo em um estado marcado por fortes tradições patriarcais - à ideia da mulher ‘exemplar’, dedicada às funções de esposa e mãe ou, no máximo, como no caso de Ana Aurora, à atuação profissional condizente com essas funções (o magistério); porém, nessa homenagem, o símbolo parece ultrapassar tais limites, associando-se aos ‘grandes homens no feminino’, na medida em que seu nome está se projetando no *panteão de papel*, próprio do âmbito masculino e público.

Já a expressão ‘inspiradora dos movimentos sociais’ é duplamente problemática: de um lado, porque não encontro na documentação nenhuma ação de Ana Aurora que possa ter servido de ‘inspiração’ para qualquer movimento social; de outro, porque o autor não revela a que ‘grandes movimentos’ se refere.

Na imprensa, também circularam algumas homenagens. O correspondente de Rio Pardo para o *Correio do Povo*, um dia após a morte da professora, afirmava:

---

<sup>165</sup> Membro da bancada do PSP (Partido Social Progressista) em três mandatos, entre março de 1951 e dezembro de 1962, sendo que foi líder dessa bancada nos dois primeiros.

<sup>166</sup> Discurso reproduzido pelo jornal *O Progressista*, Porto Alegre, 31 mar. 1951, [s.p.] (AHRP) (grifo meu).

Com o falecimento da veneranda professora Anna Aurora do Amaral Lisboa, ocorrido na madrugada de hoje no arrabalde Boa Vista, nesta cidade, perde o magistério rio-grandense uma de suas figuras mais proeminentes, em todos os tempos, pelos seus magníficos dotes intelectuais e morais, seu profundo tirocínio e sua invulgar dedicação à causa do ensino em nosso Estado<sup>167</sup>.

Dos vestígios encontrados, talvez o artigo mais emblemático seja um divulgado poucos dias após sua morte, ainda que, curiosamente, não traga nenhuma referência direta a seu falecimento, mas sim ao seu percurso e influência na esfera pública, bem como a discussões contemporâneas à escrita do texto, reacendendo uma polêmica envolvendo o nome ‘Ana Aurora’, já ausente do mundo dos vivos. O autor afirma que a professora rio-pardense, apesar de nunca ter exercido cargo político, teria feito mais pela causa do ensino do que muitos governantes:

O atual Secretário da Educação, violando a Constituição do Estado, não quer que as professoras-diretoras de hoje sejam [politizadas]. Professora e política foi Ana Aurora do Amaral Lisboa. E tanto ganhou celebridade como professora, quanto como política [...] Como política, numa época que as mulheres nem votavam, ela teve uma visão esclarecida e firme, vivendo intensamente os seus ideais cívicos<sup>168</sup>.

Embora não conste o nome do autor deste inflamado artigo, trata-se de uma ferrenha crítica ao Secretário de Educação do Rio Grande do Sul que, naquela circunstância, havia ameaçado de demissão qualquer diretor e diretora de escola que exercesse atividade político-partidária, o que naturalmente ia de encontro, em termos práticos, à trajetória de aguerrida atuação de Ana Aurora ao longo dos mais de cinquenta anos em que exerceu o magistério. A morte física da professora aqui passa despercebida, já que o autor prefere usar o seu ‘exemplo vivo’ para legitimar sua oposição política. De qualquer forma, ele evoca uma memória pouco usual, naquela conjuntura, em se tratando de uma personagem feminina.

No *Jornal de Rio Pardo* do dia 30 de março de 1951, busca-se apreender um sentimento generalizado de consternação por parte da população rio-pardense devido à morte da ‘mulher-monumento’ daquela comunidade:

Nós os rio-pardenses, inspirados no espírito de veneração e respeito aqui deixamos as nossas homenagens a esta ilustre rio-pardense que com tanto

---

<sup>167</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 mar. 1951, p. 16 (AHRP).

<sup>168</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 mar. 1951, p. 3 (AHRP).

amor e patriotismo soube honrar as tradições de sua terra legando aos  
conterrâneos um patrimônio de civismo e brasilidade<sup>169</sup>

Algumas expressões referenciais relativas à personagem circularam pela imprensa do período, demarcando, de certa forma, um tipo de discurso memorialista recorrente ao longo do tempo, sintetizado em termos como ‘ilustre’ e ‘honra’; porém, nenhum deles me pareceu tão reempregado quanto o vocábulo ‘veneranda’. No convite para a missa de 10 de maio de 1951, aparece, por exemplo, estampada no cabeçalho, a referência honorífica: “Ex-alunos da veneranda educacionista e escritora Ana Aurora do Amaral Lisboa cujo passado é uma página de amor e dedicação à cultura [...]”<sup>170</sup>.

Em artigo assinado por Aníbal Vieira dos Santos, as palavras remetem a uma quase imortalidade de Ana Aurora: “Desapareceu, mas não morreu [...] Ana Aurora jamais será esquecida!”<sup>171</sup>. Em outro, diz-se o seguinte: “A extinta foi uma das maiores expressões do magistério rio-grandense”<sup>172</sup>. Transparece aqui a imagem do ‘vulto histórico’, reempregada ainda com mais força no instante de sua morte, mas que nos indica o quanto esse marco foi sendo construído e solidificado ao longo de sua trajetória.

Apesar de todas as homenagens que promoveram a ‘monumentalização’ do nome de Ana Aurora, um fato ocorrido pouco mais de um ano após seu falecimento desliza por entre os dizeres panegíricos aqui referidos, desafiando sua aparente unanimidade.

Em 1952, ocorreu a inauguração da Escola Normal Ernesto Alves. A pedra fundamental deste novo grupo escolar havia sido colocada por volta de 1944, quando foram erigidos os bustos das irmãs Ana Aurora e Zamira na Praça de Santo Ângelo, em Rio Pardo. Naquele momento, através do Secretário Municipal da Educação e Cultura, J. P. Coelho de Souza, ficara determinado que duas salas deste estabelecimento iriam receber uma placa com os nomes das professoras, porém, isto não ocorreu. Seus nomes foram relegados pela Diretora Maria Quadros Pereira Rego e por parte do corpo docente, que alegaram que Ana Aurora foi uma “[...] má mestra e essencialmente política e que a homenagem deveria ser política e não didática”<sup>173</sup>.

---

<sup>169</sup> *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 30 mar. 1951, s/p (AHRP).

<sup>170</sup> Convite, 10 maio 1951 (AHRP).

<sup>171</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 abr. 1951, [s.p.] (AHRP).

<sup>172</sup> *Estado de São Paulo*, 06 abr. 1951, [s.p.] (AHRP).

<sup>173</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 132.

Este conflito teve inúmeras repercussões. Em represália, o Sr. Glicério Alves<sup>174</sup> comunicou, através de correspondência, sua ausência à inauguração da referida escola<sup>175</sup> e exigiu a devolução das placas com os nomes de Ana Aurora e Zamira. Aníbal Vieira dos Santos<sup>176</sup> também manifestou seu desagrado com a decisão. Contudo, a crítica mais contundente veio de Guiomar d’Aguiar Lisboa, em 15 de outubro de 1952, que publicou, no jornal *Estado do Rio Grande*, uma inflamada ‘carta aberta’. A sobrinha e, de certa forma, guardiã da memória de Ana Aurora exigiu publicamente a retirada imediata de um retrato de sua tia da Escola Normal Ernesto Alves. Um fragmento deste artigo diz o seguinte:

Às Sras. Maria Quadros Pereira Rego, diretora da Escola Normal Ernesto Alves; seu destacado grupo de RELIGIOSAS priminhas e demais companheiras, no movimento aguerrido de perseguição e grosseiro ataque à memória de minha saudosíssima Ana Aurora. Considere-se sobre este contrasenso o tamanho deste absurdo: não acharam a minha tia digna da homenagem de ser colocada uma placa com o seu nome – como patrona de uma sala da Escola que dirigem (conforme determinação oficial que receberam e contra a qual se insurgiram na sua infinita inferioridade)?, [pois, digo-lhes que minha tia] era a personificação da mulher sincera, leal e franca. O seu retrato, de maneira alguma deve permanecer no lugar em que está, o qual, para mim e para os meus, é o conduto de uma mácula aos seus nobres sentimentos<sup>177</sup>.

Corroborando com o manifesto de Guiomar d’Aguiar Lisboa, Spalding acrescenta:

Isso, entretanto, em nada, absolutamente, diminui a glorificação das grandes mestras. Ao contrário: essa mesquinhez de jovens professoras inexperientes aumenta-lhes o mérito porque prova que sua grandeza foi tanta que se tornou incompreendida pela geração que não as conheceu [...]<sup>178</sup>

Destoando das homenagens prestadas a Ana Aurora, o acontecimento revela fissuras no monumento engendrado pela historiografia memorialista referente à

---

<sup>174</sup> Glicério Alves de Oliveira foi aluno de Ana Aurora. Entre 1946 e 1951, foi Deputado Federal pelo PSD.

<sup>175</sup> “De nenhuma maneira concordamos que as placas tenham outro destino senão a devolução ora solicitada. Lamento, por tudo isso, não poder aceitar o convite que me foi feito, já que não desejo sentir-me constrangido e nem constranger a ninguém. E lamento mais que o gesto inconsiderado daquelas que deviam ser um elo de compreensão e fraternidade entre Riopardenses vá propiciar a desunião e a discórdia entre os filhos desta terra” (Correspondência de Glicério Alves à Maria Quadros Pereira Rego, 02 out. 1952, p. 2 (AHRP)).

<sup>176</sup> “No dia da inauguração da Escola Normal Ernesto Alves, se houve alegria, deve ter sido uma alegria fria, pela tristeza que pairava no ar, sentindo os rio-pardenses uma opressão no coração e a alma abatida pela incompreensão em torno das duas grandes e excelsas mulheres que sacrificaram uma existência pela instrução de sua terra e se imolaram pelo seu indômito patriotismo. No meu coração de patriota, a elas elevei um altar” (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1952, p. 4).

<sup>177</sup> LISBOA, Guiomar d’Aguiar. Carta Aberta. *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 15 out. 1952, p. 04 (grifo da autora) (AHRP).

<sup>178</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 137.

professora. Nesse caso, os conflitos nos quais ela se envolveu em vida – e que serão vistos com mais vagar nos capítulos II e III - não foram apaziguados pela morte e continuaram a ressoar, rondando sua posteridade.

### 1.5.2 2007: um encontro com a ‘veneranda’ Ana Aurora

Pouco mais de cinquenta anos após a morte de Ana Aurora, parti, em 2007, em busca do túmulo da professora, que está sepultada, como foi dito anteriormente, no Cemitério Municipal de Rio Pardo, no mesmo jazigo de sua irmã Zamira do Amaral Lisboa<sup>179</sup>. Envolto por uma espessa camada musgosa, não havia nenhuma imagem de Ana Aurora no monumento funerário que se encontra, aliás, em situação de abandono<sup>180</sup>.



**Figura 04:** Vista geral do túmulo de Ana Aurora e de sua irmã Zamira (Acervo pessoal).



**Figura 05:** Lápide superior – Havia um epitáfio que se apagou e que dizia o seguinte: “Tenho a consciência tranquila pois cumpri meu dever”<sup>181</sup> (Acervo pessoal).

<sup>179</sup> Falecida em 14 de dezembro de 1944 em Rio Pardo.

<sup>180</sup> Conforme Fábila Winck, coordenadora do Arquivo Histórico de Rio Pardo, no segundo semestre de 2008, houve uma mobilização de algumas pessoas ‘influentes’ na cidade para que se restaurassem alguns túmulos de ‘vultos da história’ do Município, como o do Barão de Santo Ângelo, o que de fato ocorreu; porém, o túmulo de Ana Aurora permaneceu esquecido.

<sup>181</sup> Conforme nota esparsa encontrada no Acervo Particular de Ana Aurora do Amaral Lisboa (AHRP).

Minha curiosidade voltava-se, no entanto, ao mesmo ponto de partida que me conduziu a investigar os vestígios de Malvina, ou seja, observar de que maneira o nome de Ana Aurora ressoava no presente, ou, melhor dizendo, o que sobrevivia de sua trajetória no imaginário social daquela comunidade. Fundamentalmente, era no *entretempos* que eu fixava minha atenção acerca desta personagem.

Entretanto, ao contrário da inexistência de vestígios materiais sobre Malvina na cidade onde vivera por mais de quarenta anos, reencontrei os bustos de bronze das irmãs Ana Aurora e Zamira na mesma tristonha Praça Barão de Santo Ângelo de anos atrás.



**Figura 06:** Bustos das irmãs Ana Aurora e Zamira do Amaral Lisboa, inaugurado em 24 de setembro de 1944 na Praça Barão Barão de Santo Ângelo, Rio Pardo (AHRP).

Em 24 de setembro de 1944, foram erigidos estes bustos das irmãs Lisboa, dois meses antes do falecimento de Zamira. A construção resultou do esforço de um grupo de ex-alunos que resolveu homenageá-las<sup>182</sup>. No convite para a inauguração do monumento, datado de 19 de agosto de 1944, é possível ler o seguinte:

[...] traduzindo os próprios sentimentos e o desejo de grande número de ex-alunos das nobres educacionistas exmas. Senhoras ANA AURORA E

---

<sup>182</sup> A comissão de ex-alunos era formada por Ernesto Wunderlich (prefeito de Rio Pardo nesta época), Biaggio Tarantino, Nestor Cavalcanti, Glicério Alves, Wilfredo Lima, Coronel Armando e Osvaldo Sperb. Alguns desses ex-alunos tiveram, posteriormente, influência junto à elite política local.

ZAMIRA DO AMARAL LISBOA, que dedicaram a vida inteira ao ensino e educação de varias gerações rio-pardenses, constituíram-se em comissão destinada a coordenar as excepcionais homenagens que todos desejam prestar às virtuosas anciãs mais que octogenárias, no dia 24 de setembro próximo, data do aniversário da primeira. Essas homenagens constarão da inauguração do busto de bronze das ilustres patrícias, na Praça Barão de Santo Ângelo, designada, para isso, pelo Prefeito de Rio Pardo. Haverá, ainda, uma sessão cívica, que se realizará no Teatro Coliseu. Outras homenagens serão realizadas e constarão do programa que, oportunamente, será publicado<sup>183</sup>.

Na ocasião, Ana Aurora, falando por ela e por sua irmã, afirmou: “Nada mais fizemos do que cumprir o nosso dever”<sup>184</sup>. Spalding, comparando a consagração pública de Ana Aurora com o desejo de perpetuar-se de D. Pedro II que, num famoso soneto, disse que “aguardaria, serenamente, a Justiça de Deus na voz da História”<sup>185</sup>, acrescentou: “[...] mais feliz do que D. Pedro, a Justiça da História bateu-lhe às portas ainda em vida. Levada até lá pelas mãos agradecidas de seus antigos alunos”<sup>186</sup>.

O fato é que Ana Aurora experimentou o prazer de ser agraciada não apenas com a inauguração de seu busto e o de sua irmã, mas também com a concessão, por parte da comunidade rio-pardense, do título de *Grande Mestra* e de uma medalha de *Honra ao Mérito*, oferecida pela *Standard Oil Company of Brazil* em 20 de outubro de 1950, precisamente cinco meses antes de falecer em 22 de março de 1951, “[...] por ter sido exemplar professora que no anonimato de uma vida heróica e construtiva sempre vivera”<sup>187</sup>.

A casa em que habitou nos seus últimos anos ainda resiste ao fulgor do tempo, no bairro Boa Vista, em Rio Pardo. Além disso, há uma rua com seu nome em Porto Alegre, no bairro Passo das Pedras<sup>188</sup>.

Na fluidez do *entre-tempos*, voltei-me, como já disse, para os vestígios da professora que permaneciam no presente. Sua trajetória - ao contrário da de Malvina - parecia sobreviver na memória daquela comunidade.

---

<sup>183</sup> Convite, 14 ago. 1944, p. 1 (AHRP). Este convite foi assinado pelos membros da comissão de ex-alunos, listados na nota anterior. (grifo dos autores).

<sup>184</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral *apud* SPALDING, Walter. op. cit., p. 127.

<sup>185</sup> *Apud* SPALDING, Walter. op. cit., p. 120.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>188</sup> “Ana Aurora do Amaral Lisboa [foi] professora, poetisa, dramaturga, jornalista, feminista. Nasceu na cidade de Rio Pardo-RS, 1860. Publicou sobre os pseudônimos de Aura Lis, Rosa Amaral e José. Defendeu o direito ao voto para as mulheres. Fundou a sociedade Sempre Viva, integrou o Grêmio Rio-Pardense e liderou a campanha pela construção de escola na cidade de Rio Pardo. Faleceu em 1951” (FONTES, Rosa Ângela. op. cit., p. 14).

### 1.5.3 A ‘mulher-monumento’

Em 1953, dois anos após a morte de Ana Aurora, o historiador Spalding<sup>189</sup> publicou o livro *A Grande Mestra*<sup>190</sup>, uma narrativa que, muito provavelmente, foi autorizada pela biografada, embora essa suposição não encontre confirmação nas fontes consultadas. De qualquer forma, não seria exagero acreditar que a narrativa foi sendo costurada cuidadosamente por ambos, numa espécie de ‘pacto biográfico’.

Os laços afetivos existentes entre Spalding e Ana Aurora ficam evidentes em algumas correspondências trocadas por eles. Em uma delas, de 1934<sup>191</sup>, o historiador agradece à professora o envio de documentos ao IHGRS endereçados a ele e, em outra missiva<sup>192</sup>, demonstra enorme gratidão após receber um presente de Ana Aurora. De acordo com Winck, sabe-se que Spalding esteve algumas vezes em Rio Pardo, particularmente nos últimos anos de vida da professora rio-pardense. Além disso, se levamos em consideração o volumoso conjunto de informações coletadas através de depoimentos e, principalmente, do acesso ao arquivo pessoal de Ana Aurora que, naquela circunstância, encontrava-se sob a tutela de Guiomar Lisboa, sua sobrinha, é de se crer nesta ‘associação’ entre biógrafo e biografada<sup>193</sup>; afinal, pouco após a morte de Ana Aurora, o livro *A Grande Mestra* já estava concluído e só demorou a ser publicado devido aos escassos recursos financeiros disponíveis para tanto.

---

<sup>189</sup> “Walter Spalding (28 out. 1901 – 05 jul. 1976) nasceu em Arroio dos Ratos, RS. Foi professor em Porto Alegre, desde 1931. Bibliotecário da Diretoria do Arquivo Municipal de Porto Alegre de 1937 a 1938. Assumiu em 1939 o cargo de Diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal de Porto Alegre até 1963, aposentando-se nesse último ano. Poeta, historiador, contista, genealogista, biógrafo, crítico literário, cronista e teatrólogo. Membro da Academia Rio-Grandense de Letras, do IHGRS e do Instituto Brasileiro de Genealogia. Foi o organizador do Pavilhão Cultural da Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha em Porto Alegre em 1935. Às vezes, assinava na imprensa abreviadamente W. Sp.” (Ensaístas Gaúchos. *Caderno de História* – nº 25. Memorial do Rio Grande do Sul, Secretaria do Estado da Cultura Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 28-12-2006, p. 20). Além da obra citada, há uma pequena nota biográfica sobre Ana Aurora em outro livro do autor intitulado *Construtores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973, v. 3, p. 47-53.

<sup>190</sup> SPALDING, Walter. *A Grande Mestra: Dona Anna Aurora do Amaral Lisboa*. Porto Alegre: Sulina, 1953. No AHRP, encontrei uma relação de sessenta nomes de ex-alunos de Ana Aurora que contribuíram financeiramente com a publicação do livro, a pedido de outros dois ex-alunos seus: Glicério Alves e Osvaldo Sperb (1º/08/1953).

<sup>191</sup> Correspondência de Walter Spalding à Ana Aurora do Amaral Lisboa, 07 jul. 1934, p. 01 (AHRP). “Recebi sua amável carta de 20 de junho passado, que me apresso em responder. Falei ao Dr. Duarte sobre os retratos e mais documentos que V. Excia. teve a amabilidade de enviar para nosso Instituto”.

<sup>192</sup> Correspondência de Walter Spalding à Ana Aurora do Amaral Lisboa, 24 fev. 1939, p. 01 (AHRP). “Chegou, e já se acha encaixado em minha modesta biblioteca de curioso, sua magnífica, oportuna, e utilíssima lembrança: o *Dictionnaire Geographique et Historique*, que com tão amável, quão comovedora dedicatória me enviaste”.

<sup>193</sup> Do *baú de memórias* de Ana Aurora, Spalding teve acesso a peças teatrais, artigos de jornais, correspondências, ilustrações, discursos, etc.

No prefácio do livro<sup>194</sup>, um terceiro personagem participa desta cumplicidade biográfica: Moysés Vellinho<sup>195</sup>, indicando um interessante laço de aproximação. Diz ele: “Ana Aurora não nascera para o temor nem para a capitulação. Sua vida seria toda ela, um ardente desafio ao que lhe parecia injusto ou errado”<sup>196</sup>. Não é apenas a referência honorífica que chama a atenção no fragmento citado, mas, principalmente, uma indicação do autor que revela a ‘ilusão biográfica’ recorrente em textos biográficos: a crença “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva”<sup>197</sup>, crença essa que transparece especialmente no trecho: “sua vida seria toda ela”.

Ao longo de *A Grande Mestra*, é possível constatar a cumplicidade entre biógrafo e biografada, o que conduz, insistentemente, à noção de uma imagem a ser perpetuada: ‘um símbolo de mulher’, sobretudo porque, para o biógrafo Spalding, “Dona Ana Aurora [foi uma] mulher de honra e de brios, destemida e vibrante”<sup>198</sup>.

Esses atributos condensam, de certa forma, a noção anteriormente referida de ‘grande homem no feminino’, com ênfase em uma imagem de mulher heróica e guerreira. Tal imagem pode perfeitamente ser relacionada à ideia de ‘símbolo de mulher’ que aparece em inúmeros discursos a respeito de Ana Aurora ao longo do tempo. Quando Spalding narra o itinerário da professora, delineando uma mulher que teve uma vida “[...] firme e inquebrantável [sendo este] o traço característico de Dona Ana Aurora até os últimos instantes de sua existência”<sup>199</sup>, é possível, talvez, fazer uma associação entre a ‘grande mestra/veneranda’ e o ‘símbolo de mulher’.

---

<sup>194</sup> Esse prefácio foi publicado integralmente no *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 ago. 1953, p. 6 e 8 (MCSHJC).

<sup>195</sup> Moysés de Moraes Vellinho (06 jan 1902 – 27 ago. 1980) nasceu em Santa Maria, RS. Foi advogado, ensaísta, historiador e jornalista (VILLAS-BÔAS, Pedro. op. cit., p. 532-533). Conforme Rodrigues, Moysés Vellinho “[...] iniciou sua carreira como crítico literário nos anos 1920, participou ativamente da revolução de 30 e ocupou cargos na burocracia do governo Getúlio Vargas, tornando-se crítico dos destinos do movimento após o Estado Novo. Dirigiu o importante empreendimento cultural local, a Revista *Província de São Pedro*, desde seu lançamento, em 1945, até seu final, em 1957, congregando em torno de si os mais importantes nomes do cenário intelectual local. Se até aí a sua trajetória intelectual desempenhou um papel destacado nas principais discussões a respeito de literatura, sociologia, política e história, a partir de 1949, ela torna-se mais importante ainda para uma análise sobre a historiografia ‘pré-universitária’ no Rio Grande do Sul. Nesse ano, Vellinho ingressou no IHGRS, juntamente com Guilhermino César, outro crítico literário” (RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à História: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964*. Porto Alegre, IFCH, UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em História), p. 14).

<sup>196</sup> VELLINHO, Moyses. Para a biografia de Ana Aurora. In: SPALDING, Walter. *A Grande Mestra: Dona Ana Aurora do Amaral Lisboa*. Porto Alegre: Sulina, 1953. p. 10.

<sup>197</sup> BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 184.

<sup>198</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 47.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 27.

A biografia da professora rio-pardense escrita por Spalding tornou-se, gradativamente, uma espécie de ‘biografia-monumento’, pois se trata da referência mais citada quando se fala da personagem Ana Aurora<sup>200</sup>.

A estrutura narrativa do livro ‘A Grande Mestra’ é linear e cronológica: no primeiro capítulo, a ênfase recai no aparecimento de Rio Pardo e sua consolidação como uma das mais importantes cidades gaúchas até o final do século XIX; porém, Ana Aurora não aparece neste ‘cenário’, delineado como “[...] um fundo de cena fixo, sem impressões digitais”<sup>201</sup>. Num segundo momento, temos praticamente o inverso: a trajetória de Ana Aurora avança independente de determinações sociais, no sentido linear da temporalidade de uma vida, além de assumir proporções quase heróicas para sua época, um ‘grande homem no feminino’, como queriam os biógrafos encarregados de selecionar mulheres de ‘vulto’ para figurarem no *panteão de papel*. Nos quatro capítulos seguintes, o autor procura entrelaçar a vida e a obra da professora rio-pardense.

Embora a construção da memória biográfica de Ana Aurora herdada pelas gerações posteriores tenha uma história anterior ao ‘embalsamamento’ operado na biografia-monumento de Spalding, é justamente neste ‘testamento’ que se legitima a vida da professora rio-pardense para a posteridade.

Em 1955, Spalding viria a manifestar novamente uma homenagem a Ana Aurora, reafirmando algumas ideias já expostas em ‘A Grande Mestra’, embora aqui seja possível observar um autor ligeiramente mais à vontade com seu objeto de pesquisa (e de veneração), ainda que seu discurso se mantenha arraigado a uma noção heróica de biografia como se pode observar:

Assim, consagrada em vida com a maior justiça, confortada e feliz na sua imensa pobreza, dona Ana Aurora do Amaral Lisboa, entregou a alma ao Criador no dia 22 de março de 1951. **Vida exemplar, modelo de mulher e professora**<sup>202</sup>.

---

<sup>200</sup> Souza faz importantes considerações que possibilitam comparações com o caso aqui estudado. A autora percebe que a heroicização e monumentalização do personagem Caxias se deve, em grande parte, à biografia “autorizada” de Joaquim Pinto de Campos, publicada em 1878, dois anos antes da morte de Luís Alves de Lima e Silva (SOUZA, Adriana Barreto. op. cit.).

<sup>201</sup> LORIGA, Sabina. op. cit., p. 248.

<sup>202</sup> SPALDING, Walter. Dona Ana Aurora do Amaral Lisboa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 out. 1955, p. 04 (grifo meu). Na referida biografia *A Grande Mestra*, o autor já havia proferido esses atributos: “vida exemplar, modelo de mulher e de professora” (op. cit., p. 131).

Neste fragmento, revela-se, sobretudo, uma forma de se conceber e de se escrever a história, principalmente se considerarmos a noção de ‘história mestra da vida’, segundo a qual, nesse caso específico, o passado de Ana Aurora parece iluminar o futuro. Além disso, na pena do biógrafo, a ‘vida exemplar’ da professora rio-pardense parece aproximar-se das *Vidas* de Plutarco, pois ele esboça, através da *grande mestra*, um modelo de mulher não muito diferente das ‘vidas exemplares’ dos ‘grandes homens e mulheres’ do passado.

O autor ainda conclui de forma emblemática: “[Ana Aurora] teu nome pertence à posteridade”<sup>203</sup>. Ora, em nenhum outro momento Spalding me pareceu mais enfático no deslocamento do nome de Ana Aurora ao *panteão de papel* como neste trecho derradeiro que emerge como o ápice da ‘monumentalização’ da professora rio-pardense.

Embora Spalding tenha sido o ‘biógrafo-mor’ a erigir o ‘monumento’ à Ana Aurora, cronologicamente podemos demarcar um ato biográfico anterior a respeito da professora rio-pardense na breve biografia de Antunes<sup>204</sup> intitulado *Pioneira Autêntica do Feminismo Brasileiro* de 1946. Trata-se de um texto explicitamente laudatório, publicado quando Ana Aurora se encontrava com 85 anos de idade. Diz o autor:

Velhinha, rondando já a última estação da vida, mirando-se no que ficou lá distante, na curva dos anos, deve ela, no entanto, sentir-se feliz, ao lembrar o passado, já que deu o melhor da sua existência pelas causas nobres, encimando campanhas em favor da coletividade<sup>205</sup>.

Curiosamente, na obra, não há referência alguma ao que o autor entende pela expressão ‘feminista’, ainda que tal sentido fique subentendido quando ele faz uma observação no final do texto: “Faltava um nome de mulher nas páginas da nossa história, tão cheia de lances épicos e comoventes, para que ela fosse mais completa e interessante. Aí temos agora o de Ana Aurora do Amaral Lisboa!”<sup>206</sup>. De imediato, resta a impressão de que o termo ‘feminista’ não está associado ao movimento social

---

<sup>203</sup> Ibid., p. 137 (o grifo é meu). Esta expressão laudatória foi proferida em 1889 por Maria da Glória Eicehnberg – conforme Spalding, outra ‘ilustre dama’ rio-pardense - referindo-se a Ana Aurora e aparece aqui ‘legitimada’ pelo biógrafo.

<sup>204</sup> Conforme VILLAS-BÓAS, Pedro. op. cit., p. 31. Duminiense Paranhos Antunes (06 jul. 1909 - ? ) nasceu em Rio Pardo, RS. Foi funcionário público federal, jornalista, poeta, orador e novelista.

<sup>205</sup> Parece-me válido chamar aqui a atenção para um aspecto: a obra de Antunes também se enquadra na noção de ‘história mestra da vida’ referida anteriormente. Nela, o autor seleciona algumas ‘vidas exemplares’ para legitimar o livro dedicado a glorificar o passado de Rio Pardo, a começar, certamente, pelo título do texto (ANTUNES, Duminiense Paranhos. Ana Aurora do Amaral Lisboa. Pioneira Autêntica do Feminismo Brasileiro. *Rio Pardo. Cidade-Monumento*. Porto Alegre: Globo, p. 93-99. 1946, p. 96).

<sup>206</sup> Ibid., p. 98.

empreendido a partir do final do século XIX<sup>207</sup>, ao contrário, a expressão é subvertida em outra noção já mencionada: ‘símbolo de mulher’.

Num fragmento publicado na imprensa em 24 de abril de 1951, J. P. Coelho de Souza também sugere uma espécie de ‘feminismo’ na atuação de Ana Aurora: “Escritora e jornalista, foi expressão da inteligência emancipada da mulher rio-pardense ‘maragata’ de têmpera”<sup>208</sup>. Mas é numa entrevista a Reverbel<sup>209</sup>, publicada na *Folha da Tarde* em 11 de fevereiro de 1942, que a personagem responde sobre a designação de ‘primeira feminista’ do Rio Grande do Sul:

Se manifestar suas ideias sobre a política do seu país e tomar parte ativa na imprensa partidária em defesa dessas ideias é ser ‘feminista’, penso ter sido a primeira ‘feminista’ do Rio Grande do Sul. Rompi com o preconceito de que à mulher só assiste o dever de zelar pelo lar doméstico, quando a lei dava o direito do voto a um homem que nem sequer sabia o nome daquele em quem votava, limitando-se a colocar na urna a chapa que no momento oportuno lhe entregava o chefe. Com os maus governos sofria tanto ou mais do que o homem – porque então não se lhe dar o direito de escolher aquele que deve governar a nação?<sup>210</sup>

Porém, Ana Aurora adverte para a amplitude do qualificativo ‘feminista’<sup>211</sup>, afirmando que “se ‘feminismo’ é o que vemos agora, nunca fui ‘feminista’. Reclamava para a mulher a revogação de certos preconceitos que limitavam toda a sua influência ao âmbito do lar; mas para isso não era preciso que ela renunciasse aos predicados do seu sexo: a modéstia, o recato, a sensibilidade”<sup>212</sup>. O fato é que, naquele contexto, a referência ao ‘feminismo’ de Ana Aurora merece uma atenção cuidadosa<sup>213</sup>. De qualquer forma, é oportuno voltar-se para os sentidos que o chamado ‘feminismo’ assume ao longo de sua trajetória. Louro, por exemplo, fez referência ao epíteto atribuído à professora rio-pardense de ‘primeira feminista do Rio Grande do Sul’; sem

<sup>207</sup> “O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no fim do século XIX; centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita -, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança” (PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). *O Historiador e seu Tempo*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008. p. 163-188, p. 164).

<sup>208</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 abr. 1951 (recorte) (AHRP).

<sup>209</sup> Conforme VILLAS-BÔAS. Pedro. op. cit., p. 422, Carlos de Macedo Reverbel (21 jul.1912 – 27 jun. 1997) nasceu em Quarai, RS e foi jornalista, cronista e historiador. Membro do IHGRS.

<sup>210</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 11 fev. 1942 [s.p.] (AHRP). Entrevista de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Carlos Reverbel intitulada “Feminista desde o século passado”.

<sup>211</sup> Ana Aurora publicou dois artigos que abordam o tema específico da ‘mulher’: ‘A Mulher e a sua Missão na Sociedade’ (1894) e ‘A Educação da Mulher’ (1910). Em ambos, deixa claro que não ambiciona a igualdade entre os sexos e, muito menos, exige os mesmos direitos civis e políticos, porém, defende a necessidade da mulher educar-se, ter ideias, pensar, julgar e, principalmente, apregoa o seu ‘dever’ de participar da política, aspecto que iremos explorar no terceiro capítulo desta tese.

<sup>212</sup> *Ibid.*, [s.p.].

<sup>213</sup> Esta discussão será explorada particularmente nos capítulos II e III desta tese.

corroborar com ele, informa a autora: “[Ana Aurora] é por muitos considerada a primeira feminista do Rio Grande do Sul”<sup>214</sup>.

No final da década de 1970, duas obras trazem breves biografias de Ana Aurora. Ari Martins<sup>215</sup> oferece informações já contidas em Spalding e Antunes, apresentando uma narrativa pouco inovadora. Laytano<sup>216</sup> também reproduz alguns apontamentos de Spalding, além de citar Martins. Em síntese, ambos apenas atualizam os atos biográficos citados anteriormente sem trazer novidades.

Entre as referências mais recentes, destaco uma pequena biografia escrita pelo punho de Lessa<sup>217</sup> em 1998 que ironiza o ‘espírito aguerrido’ de Ana Aurora, dizendo o seguinte:

‘Que maluca!’, hão de pronunciar muitos dos que agora lêem esta resumidíssima biografia. ‘Que santa mulher!’, poderão dizer outros, achando que, sob certos aspectos, nossa sociedade atual bem que estaria precisando de muitos exemplos tais como o de Ana Terra, imaginada por Érico Veríssimo, ou Ana Aurora, em carne e osso<sup>218</sup>.

O tom jocoso parece indicar uma ‘memória dissidente’ a respeito da personagem, colocando em suspeição qualidades a ela freqüentemente relacionadas.

Em 1994, a historiadora Hilda Agnes Hübner Flores<sup>219</sup> publicou ‘Ana Aurora do Amaral Lisboa. Educadora e Política’<sup>220</sup>, texto que se caracteriza, sobretudo, pela estrutura fragmentada; nele, contexto, obra e vida pessoal não se relacionam. Talvez a

---

<sup>214</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 1987. p. 28.

<sup>215</sup> MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1978. p. 316. Conforme VILLAS-BOAS, Pedro. op. cit., p. 299-302, Ari Peixoto Martins (21 ago. 1908 – 22 jan. 1971) nasceu em Porto Alegre, RS. Foi poeta, teatrólogo, jornalista e ensaísta. Filiado à Academia Sul Rio-Grandense de Letras.

<sup>216</sup> LAYTANO, Dante. op. cit. Dante de Laytano (23 mar. 1908 – 18 fev. 2000) nasceu em Porto Alegre, RS. Foi escritor, juiz e escritor. Dirigiu o Museu Julio de Castilhos, onde a partir de 1954, se volta para estudos envolvendo folclore e tradições (VILLAS-BOAS, Pedro. Op. Cit., p. 262-265). Para Nedel, “Sob sua direção, o museu volta a ser palco de intensos debates intelectuais, reedita sua revista (de 1952 a 1959) e participa do surgimento de outras instituições do gênero. Além disso, passa a treinar um corpo de profissionais que não contavam com formação específica, integrando-os a uma rede de pesquisadores articulados em uma campanha nacional em prol da elaboração de um identidade científica para os estudos folclóricos, cuja representação local (também chefiada por Laytano) é oficiosamente abrigada no museu” (NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um Museu Mutante. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, jan/jun 2005. p. 104).

<sup>217</sup> Conforme VILLAS-BOAS, Pedro. op. cit. p. 271, Luiz Carlos Barbosa Lessa (13 dez. 1929 – 11 mar. 2002) nasceu em Piratini, RS. Foi contista, cronista e folclorista.

<sup>218</sup> BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Ana Aurora do Amaral Lisboa. In: \_\_\_\_\_. *Crônicas do Passado Presente*. Porto Alegre: Nova Prata, 2002, p. 105-109.

<sup>219</sup> Hilda Agnes Hübner Flores coordena a Revista *Presença Feminina* que teve sua primeira edição em 1987, além de compor a diretoria da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul desde 1982, agremiação esta surgida em 1943.

<sup>220</sup> FLORES, Hilda A. Hübner (Org.). *Vidas e Costumes*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1994.

questão mais importante trazida por Flores seja suas considerações sobre o positivismo e a mulher, embora a narrativa não mostre de forma convincente a influência do ideário positivista na ação de Ana Aurora, ainda mais quando se leva em conta que ela foi ferrenha opositora do castilhismo. Além disso, nesse estudo, algumas qualificações recaem sobre Ana Aurora quase como um ‘vício laudatório’. A professora rio-pardense é descrita pela historiadora como uma mulher “enérgica e persistente”<sup>221</sup>. Posteriormente, a autora mostra-se ainda mais incisiva em relação ao ‘feminismo’ da personagem dizendo: Ana Aurora foi “educadora, poetisa, dramaturga, jornalista, política, feminista”<sup>222</sup>.

No final da década de 1990, integrando a volumosa obra *Escritoras Brasileiras do século XIX*<sup>223</sup>, Muzart escreve uma breve biografia de Ana Aurora antecedendo a transcrição de textos da professora rio-pardense. Porém, limita-se a reempregar adjetivos fartamente repetidos pela historiografia memorialista sobre Ana Aurora afirmando:

A característica mais marcante de Ana Aurora é a do engajamento político. **Em tudo** colocou a paixão política que lhe vinha da repugnância às injustiças que imperavam. Ana Aurora pode ser definida como uma lutadora, uma guerreira. E, **em tudo**, imprimiu marca de seu caráter altivo, franco e audaz. Nunca suportou injustiças. É realmente admirável a existência de uma mulher como Ana Aurora no pequeno burgo de Rio Pardo, uma mulher que fez da defesa de suas opiniões e do direito de expressá-las o ideal de sua vida, aliado a outro, maior, o ideal pedagógico<sup>224</sup>.

Ao menos duas observações devem ser feitas em relação a esse fragmento. A primeira delas, do ponto de vista geral, é a própria seleção do nome de Ana Aurora para este prestigioso e importantíssimo catálogo com abrangência nacional, possibilitando a projeção da personagem-monumento Ana Aurora para além dos limites do Rio Grande

---

<sup>221</sup> Ibid., p. 146.

<sup>222</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Dicionário de Mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999, p. 284.

<sup>223</sup> Muzart lembra oportunamente que esta antologia não é a primeira de mulheres a ser realizada no Brasil. Conforme a organizadora, no século XIX não há antologias de escritoras, mas de escritores – homens e mulheres, embora estas, raríssimas. Nesse sentido, “o objetivo maior da presente pesquisa foi o de resgatar parte da obra dessas esquecidas e, principalmente, mostrar que, apesar da ausência desses nomes nas histórias literárias do século XIX, elas existiram e foram atuantes, a seu modo, em sua época. O nosso propósito é exatamente este: o de mostrar que elas existiram, que se rebelaram contra o papel ‘natural’ que lhes foi sempre assinalado – o do confinamento à vida doméstica – e desejaram ter suas vozes ouvidas”. O eixo do livro é a apresentação da produção feminina neste período, procurando contemplar a todos os estados brasileiros, trazendo à tona cinquenta e quatro escritoras brasileiras (MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, p. 19).

<sup>224</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci. Ana Aurora do Amaral Lisboa. In. *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, p. 874 (grifo meu).

do Sul, o que, de certa forma, contrasta com a característica provinciana de seu burgo natal: Rio Pardo. A segunda observação é o emprego da expressão ‘em tudo’ para descrever a trajetória da professora rio-pardense. Trata-se da recorrente armadilha da ‘ilusão biográfica’ analisada por Bourdieu e que aqui é exemplificada na intenção de Muzart de ‘organizar’ a vida de Ana Aurora enquanto “um conjunto coerente e orientado”<sup>225</sup>.

A posteridade do nome de Ana Aurora tem sido moldada e remoldada, em inúmeras ocasiões, a partir de categorias lapidadas na biografia-monumento de Spalding. Um exemplo: pouco mais de cinquenta anos após *A Grande Mestra* ter sido publicado, um grupo de alunos da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS<sup>226</sup> decidiu investigar a trajetória da professora, mas, espantosamente, ficaram restritos aos mesmos marcos batidos pelo referido autor. No ensaio acadêmico intitulado *Personalidades ilustres de Rio Pardo, RS*, Ana Aurora ‘ressurge’ igualmente como descrita por Spalding; aliás, a legitimidade da biografia-monumento do historiador pode ser demonstrada na conclusão do trabalho que se encerra com uma citação sua:

Com 90 anos de idade e sentindo todo o cansaço dos esforços e atividades prestadas à Educação, Ana Aurora sofre uma fratura de uma perna no início do ano de 1951. Este fato vem contribuir para sua fragilização e seu falecimento no dia 22 de março de 1951, deixando-nos um legado de bons exemplos e de uma vida dedicada à virtude<sup>227</sup>.

Ainda que haja outras referências, tal como o texto de Antunes, o que se percebe, mais uma vez, é o fato da narrativa monumentalizadora de Spalding permanecer suficiente e inquestionável ao longo deste tempo<sup>228</sup>.

Na contramão desses exemplos, Louro, no texto *Mulheres na sala de aula*<sup>229</sup>, aborda a trajetória de Ana Aurora a partir de um ângulo diferenciado. A autora observa que a personagem “associava sua decisão pela carreira de professora ao fato de se

---

<sup>225</sup> BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 184.

<sup>226</sup> Sob a orientação da professora Jussara Pereira Santos, do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social da UFRGS, esta pesquisa foi realizada por cinco acadêmicos que o apresentaram em junho de 2008 na disciplina “Fontes Gerais de Informação”.

<sup>227</sup> SPALDING apud CASTRO, Daniele B. de et al. Ana Aurora do Amaral Lisboa. In: *Personalidades Ilustres de Rio Pardo, RS*. Porto Alegre. Monografia – Curso de Biblioteconomia/UFRGS. 2008. p. 17.

<sup>228</sup> Outro exemplo: na coluna ‘Memória Viva’ do Jornal *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 23 e 24 jun. 2001, foi publicada uma breve biografia de Ana Aurora contendo dados gerais sobre sua trajetória. A fonte utilizada foi, novamente, a obra de Walter Spalding.

<sup>229</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 2001.

considerar ‘muito feia, até defeituosa, desconfiada e retraída’<sup>230</sup>. Possivelmente para Ana Aurora, como para muitas outras moças de sua época, o magistério se apresentava como a alternativa mais viável ao casamento. Segundo tal relato, a professora era associada à imagem da mulher pouco graciosa, da solteirona retraída, distante dos padrões estéticos então valorizados como atributos da moça com chances de conquistar um marido<sup>231</sup>. Naquele contexto, o trabalho fora de casa era socialmente aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as ‘solteironas’, como foi o caso de Ana Aurora<sup>232</sup>. Esta relação entre ser educadora e ser solteira havia sido pouco explorada nos estudos sobre Ana Aurora referidos até aqui, nos inúmeros atos biográficos dos quais ela foi protagonista, até porque tal aspecto poderia macular a imagem heróica solidificada na memória<sup>233</sup>. Spalding, por exemplo, quando se refere ao assunto, ignora qualquer componente social a ele relacionado. Já Glicério Alves trabalha com a ideia de ‘compensação’ ou ‘consolo’. Comenta ele: “A providência não lhe deu a graça de ser mãe, no sentido físico, mas, em compensação permitiu-lhe uma enorme maternidade espiritual”<sup>234</sup>. A observação do autor enquadra-se num ideário que circulou em fins do século XIX e início do século XX, ou, mais exatamente, numa “[...] ideologia que prega um perfil feminino dócil, submisso e obediente, uma mulher dedicada apenas às funções de mãe ou à participação profissional condizente com essas funções”<sup>235</sup>.

Enfim, essa questão merece ser analisada não na sua face ‘curiosa’ ou ‘pitoresca’, nem como ‘obra da providência’, mas na sua historicidade, à luz de outras aproximações. De todo modo, parece-me válida a observação de Fonseca quando diz: “Se procuramos entender a lógica das mulheres celibatárias, não é por considerá-las ‘vítimas’ do contexto [...] Todavia, é inegável que, na nossa sociedade [e naquela em

---

<sup>230</sup> Observação semelhante encontra-se também em Spalding que afirma: quando jovem Ana Aurora era “simples, modesta, considerando-se muito feia, evitava aparecer” (SPALDING, Walter. op. cit., p. 26).

<sup>231</sup> LOURO, Guacira. op. cit., 2001, p. 464.

<sup>232</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 2001, p. 453.

<sup>233</sup> Fonseca definiu a ‘solteirona’ em função de sua reputação: “é aquela mulher que aparentemente nunca se casou, nunca teve filhos e nunca viveu com um homem. Essa definição restringe nosso campo a um grupo específico onde as relações sexuais são revestidas de fortes conotações sociais e religiosas – onde a ideia de solteirice é inextricavelmente ligada à abstinência sexual” (FONSECA, Claudia. Solteironas de Fino Trato: Reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, ago. 1989/set. 1989. p. 99-120, p. 104).

<sup>234</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 mar. 1952, p. 04 (MCSHJC).

<sup>235</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 1987, p. 12.

que viveu Ana Aurora e a maioria de seus biógrafos], a solteirona, por não se conformar ao ideal dominante, exige uma explicação”<sup>236</sup>.

Para além da dimensão histórica do feminismo de Ana Aurora<sup>237</sup>, parece-me válido, neste momento, pensar que o atributo ‘feminista’<sup>238</sup>, a expressão ‘símbolo autêntico do Rio Grande do Sul’<sup>239</sup> e ainda o epíteto ‘ilustre patrícia’<sup>240</sup> são marcas que constituem a personagem Ana Aurora na memória historiográfica. Naturalmente que os sentidos para esses termos são diversos. Spalding, por exemplo, refere-se a ela como ‘símbolo feminino’ em detrimento do termo ‘feminista’: “Dona Ana Aurora nunca foi, doutrinariamente, feminista”<sup>241</sup>, ao contrário, afirma o autor, ela foi “[...] professora carinhosa que transformava a escola na mais legítima dependência do lar, cumprindo, dessarte a finalidade, ou uma das finalidades das escolas: continuar, com mais amplitude, a obra dos pais”<sup>242</sup>.

Na esteira desses inúmeros traços recuperados, as disputas de memória entre a Ana Aurora ‘símbolo de mulher’ e a Ana Aurora ‘feminista’ ressoam no presente e coexistem no *enquadramento da memória* da professora rio-pardense, embora o atributo ‘símbolo’/‘modelo’ seja mais empregado na historiografia memorialista até a década de 1970, esvaziando de sentido o termo ‘feminista’ utilizado já na década de 1940 para referir-se à professora.

Por outro lado, o ‘desvio’ operado por Louro com a evocação da solteirice de Ana Aurora traz uma dimensão inexplorada nos textos referidos até aqui. Pode-se indicar ao menos uma pista para explicar tal omissão: esta dimensão, oculta em grande parte da produção historiográfica e memorialista a respeito de Ana Aurora poderia impor restrições ao trabalho de *enquadramento* que gradativamente foi se consolidando com a finalidade de incluir a professora no *panteão de papel* do estado.

---

<sup>236</sup> FONSECA, Claudia. op. cit., p. 103.

<sup>237</sup> Nos capítulos II e III, discutirei questões relacionadas às práticas e às ideias femininas e feministas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, a partir do vasto debate teórico e historiográfico em torno da história das mulheres e das relações de gênero, mas me parece importante sinalizar já agora que “[...] durante a segunda metade do século XIX, periódicos não-feministas dirigidos às mulheres e jornais feministas forneceram um escape para algumas das criações de mulheres cultas no Brasil”. É nesse panorama que as ideias de Ana Aurora encontram ressonância, ou seja, num espaço em que já circulavam tímidas posturas feministas (HAHNER, June E. op. cit., p. 89).

<sup>238</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 1987, p. 28; op. cit., 2001, p. 464; MUZART, Zahidé. op. cit., 1999, p. 879 e ISMÉRIO, Clarice, op. cit., 1995, p. 85-88.

<sup>239</sup> SPALDING, Walter. op. cit., 1953, p. 100.

<sup>240</sup> ANTUNES, Duminiense Paranhos. op. cit., p. 93.

<sup>241</sup> SPALDING, Walter. op. cit., 1953, p. 78.

<sup>242</sup> Ibid., p. 26

#### 1.5.4 Ana Aurora: a sobrevivência da memória

O que sobreviveu desta personagem ao longo das últimas décadas? Como já foi dito, os vestígios de Ana Aurora, diferentemente dos de Malvina, são expressivos e encontram-se, em boa parte, organizados no AHRP.

Os epítetos atribuídos a Ana Aurora de ‘veneranda’ ou ‘símbolo de mulher’ não me parecem meros adereços narrativos ou acasos historiográficos. Ao contrário, eles perpassam inúmeros atos biográficos e estão solidificados pela historiografia memorialista que se encarregou de perpetuar o nome da personagem. É fato que essas expressões se sobrepõem a outros qualificativos percebidos em sua trajetória como, por exemplo, liberal, abolicionista, federalista, republicana (embora contrária ao caráter positivista desse movimento, no caso do Rio Grande do Sul), feminista e solteirona.

É pertinente, neste momento, vincular a reflexão que desenvolvo a duas pesquisas sobre outros ‘personagens-monumentos’ que, indiretamente, podem nos ajudar a compreender a monumentalização de Ana Aurora.

No estudo de Delgado, o objetivo foi entender a metamorfose de Cora Coralina em mulher-monumento da cidade de Goiás a partir de uma rede heterogênea de memórias. Diz a autora: “a referência constante a determinados *marcos biográficos* que comporiam ‘a vida’ de Cora Coralina termina por estabelecer a ilusão que há um único sujeito Cora”<sup>243</sup>.

Já Souza, através da operação historiográfica, ‘dessacraliza’ o personagem-monumento Duque de Caxias até percebê-lo como humano, um homem entre os homens, e por isso passível de escrita histórica e não hagiográfica. Afirma a autora: “a história desse homem [Lima e Silva], um general do século XIX, ficou para trás, esquecida sob o peso do ‘monumento’ que o transformava em herói nacional”<sup>244</sup>.

Pois bem, tal qual seu busto de bronze, também a vida de Ana Aurora tem se constituído narrativamente num ‘monumento’. Através de alguns marcos biográficos solidificados por expressões constantemente repetidas, ela é configurada como sujeito, o que conduz ao apagamento de vários outros caminhos percorridos pela personagem, os quais são esquecidos ou silenciados sob o peso do ‘vulto histórico’.

---

<sup>243</sup> DELGADO, Andrea Ferreira. A Rede de Memórias e a invenção de Cora Coralina. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O Biográfico: Perspectivas Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 131-178. p. 132 (grifos meus).

<sup>244</sup> SOUZA, Adriana Barreto. op. cit., p. 28 (grifo meu).

Nesse sentido, pergunto-me: qual era afinal a perspectiva biográfica de Spalding, o principal edificador desse monumento? Parece-me, até aqui, que a característica norteadora de sua escrita é a preocupação em monumentalizar a personagem Ana Aurora, como demonstrarei na sequência. Essa ressalva indica que, no horizonte narrativo do autor, havia um modelo de mulher-professora a ser postergado às gerações seguintes; meta, talvez, ambicionada pela própria biografada. Ou seja, a biografia-monumento de Spalding busca traçar, sobretudo, uma trajetória exemplar com objetivo moral e pedagógico. Sua obra, como foi visto antes, resultou no *enquadramento da memória* de Ana Aurora, instaurando marcos reempregados inúmeras vezes posteriormente.

Portanto, mesmo antes de sua morte, a existência da professora rio-pardense já se constituía em matéria-prima para a institucionalização e inclusão de sua figura no reservado *panteão de papel* dos ‘vultos históricos’ do Rio Grande do Sul. Ana Aurora transformou-se, assim, numa personagem histórica cuja importância é incessantemente relembrada, sobretudo, como um ‘grande homem no feminino’.

A noção de ‘símbolo de mulher’ a ela associada poderia expressar uma ligeira contradição. Afinal, Ana Aurora foi uma solteirona de ‘livre escolha’, especialmente se considerarmos a premissa corrente na época de que “a ‘missão civilizadora’ da mulher se corporificaria na educação de seus filhos”<sup>245</sup>. No entanto, a inserção da professora rio-pardense na memória da cidade encontra sua legitimação na medida em que, em outra dimensão, “as mulheres são indissociáveis do tema da ‘mãe-pátria’”<sup>246</sup>. Quando Spalding diz que Ana Aurora dedicou sua vida inteira à educação está, de certa maneira, compensando a ‘missão civilizadora’ desta mulher que optou pela ‘solteirice’ na sua ação enquanto educadora, voltada à formação dos ‘filhos da Pátria’, da mesma forma que formaria os seus, se os tivesse.

Além disso, a ‘heroína’ Ana Aurora é descrita a partir de certos atributos (masculinos) que a tornariam diferenciada de outras mulheres de seu tempo, particularmente pelo destemor e patriotismo. Porém, seus detratores irão recorrer a essa mesma ‘bravura’ com a intenção de fragilizar sua ação aguerrida em frases sarcásticas como: “D. Aurora é uma mulher muito homem para isso”<sup>247</sup>. Jogos de linguagem como

---

<sup>245</sup> SILVEIRA, Rosa M. H. e BONIN, Iara T. op. cit., p. 262.

<sup>246</sup> ENDERS, Armelle. op. cit., p. 52.

<sup>247</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 10 jul. 1897. p. 1 (AHPAMV).

esse, marcados por potentes imagens de gênero, serão analisados em outros momentos desta tese.

## 1.6 Malvina e Ana Aurora: a memória historiográfica revisitada

### 1.6.1 Revendo o percurso e as fontes

O fio condutor deste capítulo foi a análise das lembranças referentes às trajetórias de Ana Aurora e Malvina, dos traços dessas personagens que sobreviveram na atualidade. O que me pareceu importante problematizar é de que forma se revivificou a memória em torno das duas professoras, ou, dito de outra maneira, que imagens se perpetuaram dessas mulheres no presente em que narro suas vidas. Nesse sentido, impõe-se o desafio inesgotável do ofício do historiador: “Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido”<sup>248</sup>.

Instigado por duas formulações cristalizadas na memória historiográfica e, conseqüentemente, engessadas no tempo, busquei estabelecer aqui, a partir da relação presente-passado, uma compreensão da rememoração/esquecimento das personagens. As expressões ‘Ana Aurora - a primeira feminista do Rio Grande do Sul’ e ‘Malvina – pioneira da educação libertária’ alavancaram, de um lado, a investigação em torno do *enquadramento da memória* construídas sobre ambas e, de outro, o exame de suas inserções no *panteão de papel* sul-rio-grandense e brasileiro. A partir dessa observação, achei necessário pensar em como tais afirmações persistiram e foram re-memoradas como marcos históricos de suas vidas.

No caso de Ana Aurora, existe uma dupla caracterização. Ao longo de sua trajetória e estendendo-se até a década de 1970, encontrei as noções ‘veneranda’ e ‘símbolo de mulher’ como expressões maiores da professora rio-pardense. Essas noções coexistem com o termo ‘feminista’, encontrado principalmente nos discursos mais recentes sobre a personagem. Naturalmente que o atributo ‘feminista’ já era percebido nos atos biográficos a respeito dela, ao menos desde a década de 1940, quando Reverbel assim a caracterizou numa antológica entrevista. No entanto, como acabei de ressaltar, esse termo permaneceu pouco expressivo diante de caracterizações como ‘veneranda’ e ‘símbolo de mulher’ até os anos 70.

---

<sup>248</sup> KOSELLECK, Reinhart. op. cit., p. 13.

Em relação à Malvina, há uma demarcação mais precisa do atributo ‘libertária’, que emergiu em meados da década de 1980<sup>249</sup>, quase cinquenta anos após sua morte. Nesse *entre-tempos*, nada foi encontrado que a caracterizasse enquanto ‘libertária’. Além disso, o termo ‘feminista’ aparece na esteira da caracterização que a insere no *panteão de papel* do movimento anarquista brasileiro enquanto ‘pioneira da educação libertária’.

No âmago desses traços, uma constatação se estabelece: enquanto Ana Aurora havia se engessado nos ‘lugares de memória’ de Rio Pardo; Malvina - a professora ‘libertária’ - escapava da memória coletiva de Cruzeiro do Sul.

Pesquisando a produção historiográfica e memorialista sobre elas, parti da assertiva de que os relatos não apenas narram, mas constroem formas de interpretação do passado. Assim, ao problematizar esses diferentes tipos de documento, procurei retirá-los de suas aparências monumentais. Nesse sentido, uma ressalva importante refere-se à ausência de certas fontes documentais nas biografias que são as principais matrizes historiográficas a respeito de Malvina e Ana Aurora. De um lado, na biografia-monumento de Spalding, não foram utilizadas as correspondências de Ana Aurora; de outro, Marçal não chegou a manusear o diário íntimo de Malvina.

Esta lacuna revela ao menos uma constatação significativa: essas fontes – correspondências e diário íntimo – ao terem sido deixadas de lado, sinalizam a forma de se conceber e de se escrever a história dos autores. É importante acrescentar, nesse sentido, que as ‘escritas de si’ são fontes pouco utilizadas em uma historiografia mais tradicional, como é o caso dos textos referidos. Loriga lembrou que “todos os que trabalharam com fontes biográficas (diários íntimos, correspondência, memórias, etc.) sabem o quanto é frustrante essa busca de normalidade [individual]”. No processo de *enquadramento da memória* operado por Spalding e Marçal, eliminaram-se, portanto, as idiosincrasias individuais.

### 1.6.2 Ilusões biográficas

Uma forma narrativa perpassa quase todos os ‘atos biográficos’ aqui citados, mesmo levando-se em conta a heterogeneidade dos mesmos: a já aludida *ilusão biográfica*, ou seja, a tácita aceitação de que “a vida constitui um todo, um conjunto

---

<sup>249</sup> Conforme MARÇAL, João Batista. op. cit.

coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva”<sup>250</sup>. A assertiva de Bourdieu pode ser muito bem representada num texto recente que diz: “Ana Aurora foi na vida e na obra uma mesma pessoa”<sup>251</sup>.

Esse ‘feitiço’ - ao qual biógrafos, biografados e leitores de narrativas biográficas estão sujeitos devido ao ‘efeito de verdade’ emanado do discurso biográfico - remete à organização dos marcos históricos de uma vida. No caso específico examinado nesta tese, as trajetórias de ambas as personagens passaram a ser conhecidas por meio de textos biográficos que desejam impor a seus contemporâneos e à posteridade uma imagem ‘heróica’ (Ana Aurora) ou ‘transgressora’ (Malvina) das biografadas. Na esteira dessa armadilha, há um desdobramento que, por vezes, está latente no senso comum: o predomínio de uma visão anacrônica do que possa ser ‘feminista’ ou ‘libertária’.

Nesse percurso biográfico/memorialista, alguns juízos de valor resvalam nas linhas e entrelinhas das escritas sobre as duas professoras. Características como ‘enérgica e persistente’, no caso de Ana Aurora, ou ‘ousada e inovadora’, no caso de Malvina, ecoam em diversos trabalhos, alinhavando trajetórias e configurando imagens unidimensionais dessas mulheres.

### 1.6.3 O *enquadramento da memória*

A partir da interrogação inicial sobre que imagens a respeito das professoras Ana Aurora e Malvina foram solidificadas na memória historiográfica, perscrutei inúmeros atos biográficos, buscando compreender em que medida houve um *enquadramento da memória* dessas mulheres. Nesse trajeto, deparei-me com um conjunto heterogêneo de autores que escreveram sobre elas e, nesse *entre-tempos*, foi possível observar o quanto alguns dizeres se solidificaram na memória historiográfica, ao passo que outros permaneceram na camada tênue do esquecimento.

Se, por um lado, os vestígios mais expressivos sobre Malvina possuem poucos vínculos com a ‘professora libertária’ que encontrei na historiografia décadas após sua morte; por outro, no que tange a Ana Aurora, houve um reemprego sucessivo de categorias que fixaram no tempo a ‘professora veneranda’ e, posteriormente, ‘a primeira

---

<sup>250</sup> BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 184.

<sup>251</sup> MUZART, Zahidé. op. cit., p. 876.

feminista’. No caso de Malvina, apenas recentemente houve um despertar, um tempo redescoberto de sua ação pretérita, porém, no imaginário local da cidade onde ela viveu por cerca de quarenta anos, a lembrança de sua existência é ausente. De outro, em relação à Ana Aurora, um rastro contínuo de dizeres se perpetuou na memória coletiva e historiográfica de tal forma que ela, a ‘mulher Ana Aurora’, foi ofuscada pela personagem-monumento. Nesse último caso, a personagem histórica parece estar irremediavelmente confinada ao discurso monumentalizado da ‘professora-veneranda’.

Nesse processo de *enquadramento da memória*, ao menos dois autores podem ser tomados como pilares da solidificação das lembranças referentes às professoras: Spalding e Marçal. A intenção do primeiro se insere na perspectiva da ‘história mestra da vida’, afinal, o autor busca na personagem escolhida um ‘modelo de mulher’ a ser transferido às gerações futuras. O propósito de Spalding é equivalente - mesmo considerando o enorme distanciamento temporal - à perspectiva de Plutarco e suas ‘vidas’ exemplares. Portanto, na medida em que o historiador gaúcho se projeta enquanto ‘biógrafo mor’ de Ana Aurora, ele consolida o nome da professora riopardense enquanto um ‘grande homem no feminino’. Numa outra perspectiva, Marçal ‘recupera’ do esquecimento o itinerário de Malvina e reencontra, no movimento anarquista gaúcho do início do século XX, uma ‘pioneira’ da difusão de ideias libertárias. Há, porém, uma dupla face nesse ‘pioneirismo’, pois não é apenas a personagem Malvina que ostentará essa roupagem histórica, mas o autor, ele mesmo um militante da causa operária, “[...] torna-se também um justiceiro”<sup>252</sup>.

O *enquadramento da memória* é intrinsecamente cheio de porosidades. Pollak, muito apropriadamente, lembrou que esse trabalho “deve satisfazer a certas exigências de justificação”<sup>253</sup>. Nesse processo, alguns elementos dos itinerários das professoras escapam aos marcos consagrados, os quais tendem a apagar as contradições. No caso de Marçal, Malvina não é citada, por exemplo, enquanto católica, fato esse que será revelado não apenas no conteúdo de seu diário, mas na dedicatória já citada de Flavio Tavares; por outro lado, o componente social da ‘solteirice’ de Ana Aurora é ignorado nas quase duzentas páginas de *A Grande Mestra*, de Spalding. Trata-se, então, da produção de representações de mulheres heroínas e pioneiras, que atuam no ‘mundo masculino’ (público, político) sem, no entanto, colocar em questão as qualidades tidas

---

<sup>252</sup> ENDERS, Armelle. op. cit., p. 47.

<sup>253</sup> POLLAK, Michael. op. cit., 1989, p. 9.

como ‘próprias’ do ‘mundo feminino’ (Ana Aurora) ou ‘próprias’ dos movimentos sociais anarquistas (Malvina).

No interlúdio de *entre-tempos* possíveis (o meu e o delas), é possível verificar que seus nomes ressoam diferentemente. No caso de Malvina, um silêncio na memória historiográfica abrange seu itinerário durante um longo período. Entre os registros fúnebres de 1939 e o aparecimento de uma breve nota biográfica em meados dos anos de 1980, nenhum traço foi encontrado sobre esta personagem. A mulher ‘cultu’ que localizei em seu diário ressurgiu cinquenta anos após sua morte enquanto pioneira da educação libertária. Enfim, as vidas destas mulheres se desencontram: de um lado, Ana Aurora aparece como uma personagem representativa no imaginário social local; de outro, Malvina permanece quase anônima.

#### 1.6.4 *Panteão de Papel*

Na perspectiva esboçada anteriormente sobre a metáfora do *panteão de papel* – espécie de monumento da memória historiográfica -, os nomes de Ana Aurora e Malvina encontram pontos de significação. Instigado em desconstruir as aparências monumentais que envolvem essas mulheres, tornou-se possível perceber o quanto algumas imagens referentes a elas foram repetidas insistentemente, tornando-se responsáveis pela panteonização de suas vidas, seja, por um lado, na memória recente dos movimentos libertários (Malvina) ou, de outro, na memória de Rio Pardo (Ana Aurora).

A primeira constatação é a de que Ana Aurora é deslocada ao *panteão de papel* ainda em vida. Malvina, ao contrário, está muito distante dessa inserção, que só ocorrerá quase cinquenta anos após sua morte. Isto se relaciona diretamente às suas trajetórias e ao alcance de suas ações enquanto educadoras ao longo de suas vidas.

Nesse processo de panteonização, Enders, muito oportunamente, lembrou que a “missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas”<sup>254</sup> é parte fundamental do processo de solidificação dos ‘vultos eminentes’. Assim, na medida em que os nomes de ambas as professoras tornaram-se referências enquanto marcos históricos, a panteonização parece inevitável.

---

<sup>254</sup> ENDERS, Armelle. op. cit., p. 42.

Portanto, Ana Aurora insere-se no *panteão de papel* que consolida sua trajetória como um modelo de conduta e de valores considerados exemplares (não só para as mulheres, mas, sobretudo, para elas). Por meio de inúmeros atos biográficos, seu nome reforça, num primeiro momento, um sentimento heróico, através de atributos como ‘veneranda’ e ‘símbolo de mulher’ e, posteriormente, é ‘recuperado’ para transmutar-se numa primeira referência do feminismo no Rio Grande do Sul. Malvina entrará no *panteão de papel* apenas a partir da década de 1980, quando seu nome gradativamente se converte numa espécie de matriz do movimento anarquista no Rio Grande do Sul (e mesmo de outras partes do Brasil).

Depois de percorrer estas fulgurações da memória e do esquecimento, é hora de voltar à segunda metade do século XIX para reencontrar outras maneiras de ser Malvina e Ana Aurora.

## 2 *Antiprendas* no século XIX: os percursos iniciais de duas professoras gaúchas<sup>255</sup>

Ana Aurora e Malvina vivenciaram inúmeras experiências – muitas delas aparentemente sem registro – que só podem ser compreendidas a partir do quadro de referências da época na qual viveram, pois suas trajetórias estão entrelaçadas a um conjunto de eventos e valores morais que compõem aquele contexto.

Transitando do individual ao coletivo, e vice-versa, este capítulo divide-se em duas partes: na primeira, minha preocupação foi a de ‘costurar’ os momentos iniciais das trajetórias de Malvina e Ana Aurora aos seus locais de origem e aos seus laços familiares (itens 1 e 2); e, na segunda, retomo mais diretamente os itinerários das professoras a partir de dois eixos de observação: de um lado, o sentido das noções de público e privado (item 3), de outro, suas escolhas e inserções nos modos de vida da época (item 4).

### 2.1 Os lugares

Nascidas no Rio Grande do Sul, Malvina e Ana Aurora foram mulheres do século XIX. Essa assertiva me levou a explorar os espaços em que elas viveram e tal exercício envolveu, inevitavelmente, entender o *campo de possibilidades* no qual estavam inseridas.

O viajante francês Dreys percorreu o Rio Grande do Sul entre 1817 e 1827, registrando detalhadamente a paisagem rio-grandense. Tais registros, no entanto, vieram a público apenas em 1839. Escreveu ele:

Pampas férteis com suas perspectivas indefinidas; matos virgens com sua vegetação robusta e confusa; montanhas elevadas com suas aderências filiais, seus sistemas de irrigações, e suas coincidências com a organização geral;

---

<sup>255</sup> Em seu livro *Prendas e Anti Prendas*, Louro reproduz o trecho de uma crônica do escritor Luiz Fernando Veríssimo publicado em 1984, que é ilustrativo para compreender a noção de ‘anti-prenda’: “A prenda é a idealização da fêmea que não se mete. Mas então, me diz um troço, tchê: se isto é verdade e se a nossa tradição é mesmo esta, como se explica que o Estado tenha produzido tantas mulheres, digamos assim, metidas? Mulheres que não se contentaram em ficar rodando a saia. Antiprendas. Mulheres que, na sua vida e no seu exemplo, negam a velha lei de que mulher de gaúcho não se mostra: as de casa ficam na cozinha e as outras no chineiro, ou no segredo...” (VERÍSSIMO, Luiz Fernando apud LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Anti Prendas*. Uma Escola de Mulheres. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1987, p. 9.

tudo se acha reunido no quadro estreito da Província, como um compêndio dos acidentes mais memoráveis do globo<sup>256</sup>.

Dreys, embora minucioso nas suas notas descritivas, pouco registrou sobre a vida social da população gaúcha com quem teve contato ao longo dos dez anos em que viveu nesse território. O viajante francês Auguste Saint-Hilaire, por sua vez, que visitou estas plagas em 1821, esteve atento não só ao meio geográfico, mas também aos aspectos sociais do Rio Grande do Sul. Quando chegou às proximidades de Porto Alegre, ele assim deixou registrado: “sede da Capitania do Rio Grande do Sul [...] está situada em aprazível posição, sobre uma península formada por uma colina que avança na direção norte-sudeste, sobre a Lagoa dos Patos”<sup>257</sup>. Entretanto, é quando aborda o cotidiano da sociedade da época que algumas impressões de Saint-Hilaire revelam-se valiosas a essa pesquisa. Destaca o autor que, na referida cidade, as “[...] mulheres não se furtam a conversar com os homens. Aqui não há tanta vida social como nas cidades europeias, porém, há muito mais do que nas outras cidades do Brasil”<sup>258</sup>. O comportamento feminino com o qual o viajante francês se deparou em Porto Alegre é narrado a partir de um contraponto com outras cidades onde esteve, o que fica ainda mais claro quando prossegue opondo a capital ao interior, no que se refere às mulheres:

[Em Porto Alegre] Encontrei maneiras distintas em todas as pessoas da sociedade. As senhoras conversavam sem constrangimento com os homens; estes as cercavam de gentilezas, mas não demonstravam desvelo ou desejo de agradar [porém] no interior, como já o afirmei centenas de vezes, as mulheres se escondem; não passam de primeiras escravas da casa<sup>259</sup>.

A breve descrição do autor é significativa para começar a mapear as condições e vivências femininas no período e possibilitar uma aproximação com o *campo de possibilidades* em que nasceram Ana Aurora e Malvina, ainda que elas tenham vindo ao mundo quatro décadas após essas anotações.

Oriundas de duas pequenas cidades do interior rio-grandense, o cotidiano esvaziado pelo tempo que separa a vida das duas personagens do presente desta reflexão conduz a perceber de antemão que, embora geograficamente distantes de centros urbanos mais cosmopolitas, é muito provável que elas não ignorassem certas teias que

---

<sup>256</sup> DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961, p. 41.

<sup>257</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p. 42.

<sup>258</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>259</sup> *Ibid.*, p. 40.

configuravam aquele contexto, o que parece evidenciar-se na rede de relações sociais que elas ‘costuraram’ ao longo de suas vidas e que extrapola o espaço da sala de aula.

### 2.1.1 Encruzilhada do Sul

A pequena cidade de Encruzilhada do Sul fica ao pé das escarpas da Serra das Encantadas ou Serra do Sudeste como é mais conhecida. O início do assentamento dos primeiros sesmeiros no local ocorreu em 1771, na Encosta do Cerro Partido, vale do rio Camaquã, e no altiplano, onde hoje está edificada a sede da municipalidade: “Encruzilhada foi começada no último trintênio do século XVIII, visto que em 1781 já existia a igreja de Santa Bárbara”<sup>260</sup>.

A primitiva denominação de Santa Bárbara de Encruzilhada constitui uma homenagem ao destacamento de dragões, sediado no local na época da luta contra os espanhóis, pois Santa Bárbara é a padroeira dos artilheiros. A referência ao nome Encruzilhada provém da sua localização num cruzamento de estradas, no que seria um divisor de águas dos rios Jacuí e Camaquã<sup>261</sup>. A posição geográfica do município, provavelmente, facilitava a chegada de informações provenientes de outras partes do país e mesmo do exterior.

Encruzilhada do Sul passou a ser considerada Freguesia através da Lei Provincial assinada no dia 17 de novembro de 1837 e, a partir desse momento, um movimento emancipatório começou a se organizar. Nesta época, a pequena povoação era apenas um lugarejo de “casas cômodas, porém reduzidas ao necessário, ausência de edifícios faustosos e pouca afluência de habitantes, salvo nos domingos e dias santos, em que a gente do campo se ajunta para cumprir com os deveres da religião”<sup>262</sup>.

A localidade, por fim, emancipou-se politicamente de Rio Pardo em 19 de julho de 1849<sup>263</sup>, pertencendo, portanto, ao grupo dos municípios mais antigos do Estado.

---

<sup>260</sup> PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Encruzilhada do Sul*. Edição comemorativa do 1º centenário de municipalização. Porto Alegre: Gundlach, 1949, p. 10.

<sup>261</sup> MOREIRA, Alice Therezinha Campos; MOREIRA, Dione Teixeira Borges; TEIXEIRA, Flavio Vinício Campos (Org.). *Memória Encruzhadense*. Porto Alegre: EPECÊ, 1997, p. 13

<sup>262</sup> DREYS, Nicolau. op. cit. p. 124.

<sup>263</sup> Segundo documentação do Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo (AHRP), os limites entre as duas cidades foram oficializados em 1853; entretanto, “[em 1849] a Lei Provincial, número 178, assinada pelo General Francisco Souza Soares de Andrea, eleva à vila a povoação da Encruzilhada, com os limites que ora tem, e os que formam a freguesia de São José. São assim desmembradas de Rio Pardo as duas paróquias – Encruzilhada e São José do Patrocínio”. PIMENTEL, Fortunato. op. cit., p. 12-13.

Neste lugarejo, instalaram-se algumas famílias de imigrantes franceses por volta da década de 1850<sup>264</sup>.

Ao que tudo indica a chegada do casal François e Henriette Hailliot<sup>265</sup> à localidade está vinculada à construção da igreja matriz da cidade. Em 1866, deram-se início às obras da Igreja Matriz de Santa Bárbara na parte mais alta do povoado, ao lado da antiga capela, capitaneadas por dois mestres: François Hailliot e Antonio Labriola. Consta que a ata referente à solenidade foi posta junto à base de uma das colunas que sustentavam o coro. De acordo com Fossa:

Em 1972, quando estava em andamento a reforma da igreja, foi encontrada ali uma placa metálica, já em mau estado de conservação, na qual estavam inscritos os seguintes dizeres: 1866 – Benção e colocação da pedra fundamental. Execução pelo artista Francisco Hailliot<sup>266</sup>.

No recenseamento de 1872, o município de Encruzilhada do Sul, formado pelas paróquias de Santa Bárbara de Encruzilhada e de São José do Patrocínio, contava com uma população de 8.451 habitantes.

### 2.1.2 Rio Pardo

As origens de Rio Pardo remontam a 1633<sup>267</sup>, mas só a partir da década de 1730 é que efetivamente chegaram alguns casais açorianos à região. A importância desta cidade está diretamente ligada à fundação de um posto militar na década de 1750. O lendário Forte de Jesus, Maria, José (do qual restam apenas três canhões) serviu de ‘tranqueira invicta’, de fortificação aos portugueses em virtude dos conflitos com os espanhóis que se arrastavam nessa época. A fortificação foi erguida, assim, no seu ponto mais elevado, sobre os rios Pardo e Jacuí. Em volta do posto militar “[...] estabeleceram-se os povoadores, muitos dos quais soldados com suas famílias,

---

<sup>264</sup> Data de 26 de novembro de 1857, a lei provincial que criou o núcleo colonial de São Feliciano, 5º distrito de Encruzilhada, hoje, Dom Feliciano. Os primeiros colonos eram de nacionalidade francesa. FOSSA, Humberto Castro. In: MOREIRA, Dione Teixeira Borges (Org.). *Memória Encruzilhadense*. Porto Alegre: Do Autor, 2008, p. 24.

<sup>265</sup> Os prenomes referidos no texto foram traduzidos para o português, por isso, encontram-se, em cartas e outros documentos, às vezes, no original francês e, às vezes, em português como a seguir: a) François como Francisco; b) Henriette como Henriqueta ou Maria Henriqueta.

<sup>266</sup> FOSSA, Humberto Castro. op. cit., p. 64.

<sup>267</sup> Em 1633, ocorreu a fundação do Forte Jesus, Maria, José do Rio Pardo no sopé do último contraforte da serra do Botucaraí, à margem direita do Yequi (Rio Pardo), a cerca de 20 quilômetros acima da foz do Yequijii (Rio Pardinho), pelo padre Pedro Mola. Esta parece ser a primeira referência ao surgimento desta cidade.

organizando-se, assim, a incipiente vila. Mais longe um pouco, as sesmarias doadas aos primeiros povoadores da zona, formaram as primeiras estâncias rio-pardenses”<sup>268</sup>.

Em 1804, conforme Laytano<sup>269</sup>, Rio Pardo aparece na documentação com o nome de Vila do Príncipe, tendo sido elevada à categoria de município em 1809. Em 21 de abril de 1820, Saint-Hilaire registrou suas impressões desta cidade: “Logo ao começo da viagem, comecei a avistar a cidade de Rio Pardo, situada no alto de uma colina, ao pé da qual corre o rio que lhe empresta o nome”<sup>270</sup>. Dreys comparou a localidade com a capital da Província: “mais antiga e muito tempo rival de Porto Alegre, a vila de Rio Pardo ainda é, depois da capital, o mais considerável ponto habitado da parte setentrional da Província”<sup>271</sup>.

Rio Pardo, neste contexto, era uma das cidades mais prósperas da Província, desfrutando de importância política e social inquestionável, como também constatou Saint-Hilaire:

A vila de Rio Pardo é inteiramente nova. Todos os que aqui vieram se estabelecer há menos de trinta anos, contam-me que, na ocasião, só se viam choupanas na localidade [...] A cidade, também sede de uma paróquia fica em terreno acidentado à confluência do rio que lhe dá nome e a do Jacuí. Sobre a crista de elevada colina corre a principal rua, ficando as demais nos flancos dessa e de outras colinas, adjacentes<sup>272</sup>.

Em 20 de maio de 1811, foi instalada solenemente a nova vila e o município, com a posse dos primeiros vereadores. Pouco depois da elevação de Rio Pardo à condição de vila, sua principal rua, a Rua da Ladeira<sup>273</sup>, foi calçada. Em 31 de março de 1846, pela Lei Provincial nº 3, Rio Pardo ascendeu à categoria de cidade em decorrência de seu progresso e, também, como consequência da visita do Imperador D. Pedro II, ocorrida em janeiro daquele mesmo ano<sup>274</sup>.

É nessa cidade de envergadura militar estratégica e crucial para os rumos da instável província sulina que cresceu Joaquim Pedro da Silva Lisboa. Nascido em 1823, foi comerciante, agente dos Correios e Comandante da Guarda Nacional em Rio Pardo,

---

<sup>268</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 19.

<sup>269</sup> LAYTANO, Dante de. op. cit, p. 118.

<sup>270</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit., p. 189.

<sup>271</sup> DREYS, Nicolau. op. cit., p. 103.

<sup>272</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit., p. 191.

<sup>273</sup> Conforme <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>>. Acesso em: 28 out. 2010. O calçamento de pedra da Rua da Ladeira foi tombado em 16 de março de 1955, como indica o processo número 0521-T-55, Livro Histórico 311, v. 1.

<sup>274</sup> Em 1865, D. Pedro II passou novamente por Rio Pardo na viagem que fez à Uruguaiana onde assistiu a rendição das tropas de Solano Lopes, ao final da Guerra do Paraguai.

galgando os postos de Tenente e Major. Já a mãe de Ana Aurora, Maria Carlota do Amaral Sarmiento Menna, nascida em 1824, pertencia ao núcleo de uma próspera família de estancieiros, filha do coronel Francisco Xavier do Amaral Sarmiento Menna e de Rosália Brígida de Carvalho.

Na década de 1880, inúmeros fatores contribuíram para fazer declinar o progresso econômico de Rio Pardo: a Guerra do Paraguai; os contínuos desmembramentos de seu território; a chegada da estrada de ferro, que tirou o movimento do porto fluvial; e a retirada da Escola Militar<sup>275</sup>.

\* \* \*

Assim, os lugares de origem de Ana Aurora e Malvina constituem-se, naturalmente, nos primeiros espaços onde elas experimentam suas relações afetivas/familiares e onde se esboçou a configuração de seus *projetos de vida*.

## 2.2 A família

Perscrutar os vestígios das professoras conduz a compreender os lugares sociais e familiares onde elas formaram suas personalidades e articularam seus primeiros projetos. Ao mesmo tempo em que é possível compor um panorama geral desses ‘inícios’ a partir da árvore genealógica das famílias Hailliot Tavares e Amaral Lisboa, é imprescindível observar também a dimensão de seus papéis nesses laços familiares.

Nesta perspectiva, é oportuno entender que família “[...] é não só um tecido social fundamental de relações, mas também um conjunto de papéis socialmente definidos”<sup>276</sup>. Além disso, parece ser consensual no âmbito das ciências sociais a premissa de que a família não é um fenômeno ‘natural’, mas sim uma instituição social que se modifica e ganha sentidos variados no tempo e no espaço<sup>277</sup>.

---

<sup>275</sup> LAYTANO, Dante de. op. cit. p. 129.

<sup>276</sup> PRADO, Danda. *O que é família*. 12. ed. SP: Brasiliense, 1991, p. 23.

<sup>277</sup> É válido lembrar que ‘família’ é um tema de pesquisa na historiografia relativamente recente. Na segunda metade do século XIX, alguns estudiosos haviam tratado da ‘história da família’, como por exemplo, Jacob Bachofen (*O Direito Materno*, 1861) e Charles Morgan (*A Sociedade Antiga*, 1877); este último serviu de base para o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) de Friedrich Engels. Porém, as ambições desses autores estavam voltadas para as ‘origens’ da família em tempos remotos (barbárie) em oposição ao que eles acreditavam estar experimentando na sociedade contemporânea do século XIX: a civilização. No Brasil, o tema ‘família’ só foi incorporado definitivamente à historiografia na década de 1980. Até então, esse assunto basicamente havia sido explorado por sociólogos e antropólogos. A obra de Gilberto Freyre é talvez a referência mais importante

Tradicionalmente, os estudos vinculados à história das mulheres e das famílias no Brasil pautaram-se pelo modelo ‘patriarcal’ ou ‘semi-patriarcal’ que serviu de parâmetro para grande parte da produção historiográfica, ao menos até a década de 1980 quando inúmeros estudos relativizaram esse conceito<sup>278</sup>. Na esteira desta primeira compreensão, revelava-se uma identidade feminina marcada pela submissão à autoridade masculina e pela invisibilidade na cena pública. A premissa de que a mulher brasileira viveu, nesse período (século XIX), submersa numa atmosfera austera de controle ‘patriarcal’ e, portanto, alheia à vida política e social do país<sup>279</sup>, está certamente distante de experiências femininas como as de Ana Aurora, Malvina e, possivelmente, de muitas outras mulheres naquele contexto, como as que protagonizam a pesquisa de Maria Odila Dias. Conforme a autora,

Essas mulheres [quase todas analfabetas] não estavam integradas nas instituições do poder: não eram assalariadas, não tinham acesso à cidadania política. Nem por isso deixaram de ter a sua organização familiar e de sobrevivência e relações próprias, de convívio comunitário<sup>280</sup>.

Deve-se considerar, a partir das recentes investigações historiográficas, a existência de uma pluralidade de arranjos familiares, que comportam experiências diversas do feminino ao longo do Oitocentos. Os itinerários de Ana Aurora e Malvina

---

nesse conjunto. De acordo com Samara, a retomada decisiva da ‘família’ deu-se na década de 70, vinculada em parte à “[...] produção da própria Demografia Histórica, pois a maior parte dos estudos foram feitos por demógrafos-historiadores interessados nas estruturas demográficas e também na família. [Na década de 1980] com o avanço da História Social, a diversificação temática é maior e as pesquisas estão mais voltadas para a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o concubinato e a transmissão de fortunas” (SAMARA, Eni de Mesquita. *A História da Família no Brasil. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 07-35. set. 1988 – fev. 1989, p. 11-13).

<sup>278</sup> De acordo com Samara, “[...] as famílias extensas do tipo patriarcal não foram predominantes em São Paulo, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de membros. O modelo explorado por estudiosos como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna permaneceu tradicionalmente aceito pela historiografia, como um exemplo válido e estático para toda a sociedade brasileira” (SAMARA Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 10). Corroborando esta assertiva, Correa acrescenta que “o modelo familiar patriarcal, homogeneizador do ponto de vista histórico que se estende do século XVI ao XIX, proposto por Gilberto Freyre e Antonio Candido, é contrastante com a sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa” (CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal. *Cadernos de Pesquisa*. A família em questão. São Paulo. Fundação Carlos Chagas, n. 37, maio de 1981. p. 5-16).

<sup>279</sup> Conforme Freyre: “Nenhuma mulher ortodoxamente patriarcal, ou semi-patriarcal, do Brasil – nem de sobrado, nem de fazenda nem mesmo de estância – com toda a sua doçura, todo o seu donaire, toda a sua graça, foi capaz de comunicar a algum dos filhos, ao marido, ao irmão, a algum homem público ou a poeta seu apaixonado [...] sugestão que excedesse as de puro sentimento ou de pura sensualidade [...]” (FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14. ed. rev. São Paulo: Global, 2003, p. 229).

<sup>280</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder*. Em São Paulo no século XIX. 2. ed. revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 52.

não são, portanto, redutíveis a uma situação de dependência e submissão ao universo masculino típica do modelo patriarcal<sup>281</sup>.

### 2.2.1 A família Hailliot

Henriette Souleaux Hailliot e François de Lalemode Hailliot - os pais de Malvina – eram imigrantes franceses que chegaram ao Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Numa pequena referência a esses imigrantes, Carlos Rheingantz informa que “François Hailliot casou-se com Marie Henriette Soulian em 1849 na cidade de Rio Grande”<sup>282</sup>, local onde eles chegaram ainda na primeira metade do século XIX. Para além do equívoco da grafia do prenome e do sobrenome da esposa de François, mãe de Malvina, o indício é relevante na medida em que essa informação não está presente nem no diário de Malvina, nem nas entrevistas com seus familiares.

Mesmo que não seja possível precisar a data, é muito provável que o casal François e Henriette tenha se estabelecido em Encruzilhada do Sul na década de 1860. Nesta pequena cidade, eles tiveram cinco filhos: Henrique, Maria Honorina, Francisca, Aristides e Julia Malvina, a caçula, nascida em 1866.

A permanência da família neste lugarejo está relacionada à participação de François em atividades vinculadas ao ramo de obras de engenharia e construção. A primitiva planta do edifício da igreja foi elaborada pelo próprio François Hailliot, aliás, conforme já se indicou, foi ele quem deu início às obras no local desde há muito escolhido para isso em 1867. Examinando antigos registros, verifica-se que três anos antes da elaboração deste projeto, François Hailliot já exercia suas atividades na vila onde, por ordem da Câmara Municipal, levantou com pedras e cal as coberturas das fontes do Pedroso e da Cadeia<sup>283</sup>.

François Hailliot – que tinha o apelido de *chéri*<sup>284</sup> – e Henriette viveram em Encruzilhada do Sul até o fim de suas vidas. Ao que tudo indica, ele nasceu em 1812 e era procedente da região de Bordeaux, filho de Jean Hailliot e Heloïse de Lalemode. De

---

<sup>281</sup> A este respeito ver o trabalho de AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou Casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

<sup>282</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. Famílias Francesas no Sul do Rio Grande do Sul. In: BEUX, Armindo (Org.). *Francesas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação, 1976. p. 115-121, p. 116.

<sup>283</sup> FOSSA, Humberto Castro. op. cit., p. 68.

<sup>284</sup> Ibid., p. 69.

acordo com o diário de Malvina<sup>285</sup>, o avô paterno era de origem nobre, portava o título de Barão de Saint Marcel e chegou a ser condecorado por Napoleão Bonaparte pela sua participação política na Revolução Francesa (1789), onde lutara ao lado dos girondinos. A mãe de François, Heloïse, era filha do Conde de Lalemode, um dos integrantes das forças de comando do exército napoleônico.

Os desdobramentos do processo revolucionário na França, contudo, levaram as famílias Hailliot e Lalemode a perderem seu patrimônio. Esse fato já indica uma mudança nos *projets* das duas famílias.

Sobre os avós maternos de Malvina, provenientes de Marselha, no sul da França, não localizei nenhuma informação além de seus nomes: Pierre Souleaux Martillac e Julie Souleaux. É muito provável que a origem aristocrática seja semelhante a das famílias Hailliot e Lalemode, como indica uma passagem do diário de Malvina: “Minha mãe Henriquetta nasceu no castelo de seu pai [Pierre], em Bordeaux. Os Lalemode perderam seu patrimônio na revolução que derrubou a Bastilha que fez a França República”<sup>286</sup>.

A referência a um passado longínquo e aristocrático parece ter ficado marcada nas reminiscências de Malvina que valorizou essa origem nobre, registrando-a em seu diário. Embora não tenha vivido diretamente esses acontecimentos, tais lembranças provavelmente eram retomadas em reuniões com os próximos onde se processava o enquadramento das memórias familiares.

### 2.2.2 A família Amaral Lisboa

Joaquim Pedro da Silva Lisboa e Maria Carlota do Amaral – os pais de Ana Aurora – descendiam de núcleos familiares diversos, mas que se entrelaçaram na vigorosa cidade de Rio Pardo em meados do século XIX.

O avô de Ana Aurora, Francisco Pereira da Silva *Lisboa*<sup>287</sup>, nasceu em Vila Nova de Cerveira<sup>288</sup> em 1795 e chegou a Rio Pardo por volta de 1808. Casou-se em 1817 com Anna Maria de Borba, nascida em 1796 e pertencente a uma família

---

<sup>285</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 27.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>287</sup> A Joaquim Pereira da Silva foi dado pelo povo riopardense a alcunha de ‘Lisboa’, que ele acrescentou para sempre ao sobrenome, transmitindo-o aos seus descendentes. Joaquim foi escrivão público, vereador da Câmara de Rio Pardo (1827) e procurador do município (1831). Faleceu a 11 de maio de 1833.

<sup>288</sup> Vila Nova de Cerveira era Distrito de Viana do Castelo na margem esquerda do rio Minho, Bispado de Lamego, no Patriarcado de Lisboa.

tradicional daquela cidade. Deste laço matrimonial, nasceram cinco filhos: Josefa, Francisco, Joaquim, José Lourenço e Maria Gertrudes. Francisco faleceu em 1833 e Anna Maria em 1854.

Em 1847, Joaquim e Maria Carlota casaram-se formando o ramo ‘Amaral Lisboa’ que se constituiu a partir de então em uma das mais tradicionais famílias do município. Deste casamento, nasceram catorze filhos, sendo que o primeiro veio ao mundo em 1848. Ana Aurora foi a décima filha do casal, nascida em 1860 e precedida pelas irmãs com as quais teve sua vida inteiramente entrelaçada: Zamira (1858) e Carlota (1859).

### 2.2.3 A infância

Embora existam poucas informações diretas sobre a infância e adolescência de Ana Aurora e Malvina, suas vidas transcorreram num panorama semelhante: cidades muito pequenas e relativamente distantes da capital da Província, Porto Alegre. Contudo, sabe-se que Malvina foi encaminhada desde cedo para os estudos ao lado de seus irmãos. Num raro documento da Instrução Pública de Encruzilhada do Sul de 1869, tive acesso ao nome de suas duas irmãs mais velhas, Maria Honorina e Francisca Hailliot, que estudavam sob a regência da professora Fausta Augusta Nunes<sup>289</sup>, numa aula para meninas. Nesta circunstância, Malvina já estaria com cerca de nove anos de idade. Ana Aurora cursou a escola em Rio Pardo ao lado de seus irmãos. Posteriormente, registrou essa experiência numa referência ao pai falecido em 1884: “À noite consagrava ele à leitura que fazia em voz alta, à cabeceira de uma mesa, em volta da qual nossa boa mãe e nós fazíamos crochê”<sup>290</sup>. Revendo sua trajetória inicial, ela comenta: “quanto lucrámos em nossa educação! Leituras sempre morais, escolhidas, às quais nosso pai adicionava seus comentários, tendentes a chamar nossa atenção sobre algum ponto mais proveitoso para nós”<sup>291</sup>.

Para Spalding, nos serões de família, especialmente no interior do Rio Grande do Sul, assentava-se a base da educação familiar. Saint-Hilaire já havia feito uma referência a este hábito: “são frequentes as reuniões nas residências para saraus, e algumas senhoras tocam, com mestria o violão e o piano, instrumento este desconhecido

---

<sup>289</sup> Instrução Pública de Encruzilhada do Sul (1869) – Maço 2, caixa 1 (AHRs).

<sup>290</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *Prefácio à Vida de Joaquim Pedro Lisboa*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1944. p. 3.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p. 3.

no interior, por causa das dificuldades de seu transporte”<sup>292</sup>. É possível fazer também uma relação com as lembranças de Synval Tavares, neto de Malvina, que guardou em sua memória as reuniões familiares na casa da avó, quando ainda era um menino<sup>293</sup>.

As duas mulheres aqui analisadas fizeram parte de uma pequena parcela de crianças que cursaram a escola em fins do Império. Esse fato está diretamente ligado a importantes mudanças nos cuidados com a educação infantil e implicou transformações das relações familiares. Para Ariès, abordando a realidade europeia, “o grande acontecimento foi [...] o reaparecimento no início dos tempos modernos da preocupação com a educação”<sup>294</sup>. Entretanto, o desenvolvimento da escola no século XIX no Rio Grande do Sul, como consequência da preocupação dos pais com a educação das crianças, ainda era desalentador. Um relatório de 1876 apontava que apenas 1/5 das crianças frequentavam a escola de ensino primário<sup>295</sup>:

A obrigatoriedade do ensino adotada no Regulamento de 17 de fevereiro de 1854 na Corte, e incluída no Regulamento Provincial de 1857, era uma ideia nova entre nós e aqui impraticável, pois seria preciso primeiramente que a consciência pública aceitasse essa ideia, que a muitos parecia uma afronta aos direitos paternos e não um benefício<sup>296</sup>.

Lentamente, esse *campo de possibilidades* revela mudanças. Em 1859, o ensino começou a ser prioridade para muitos encruzilhadenses. As contratações de professores foram feitas, da mesma forma que se criou uma “Aula das Primeiras Letras, para o sexo feminino”<sup>297</sup>. De forma geral, até meados do Oitocentos, “nota-se a ausência de um pensamento básico, de uma ideia predominante na direção da instrução pública provincial”<sup>298</sup>. Infelizmente, quase nada encontrei sobre a instrução em Rio Pardo neste mesmo período e tampouco sobre a proporção de ingresso nas escolas de meninos e meninas o que seria um parâmetro interessante.

---

<sup>292</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. op. cit., p. 46.

<sup>293</sup> Entrevista ao autor. Porto Alegre, 02 out. 2008.

<sup>294</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006, p. 194.

<sup>295</sup> Conforme Relatório da Diretoria-Geral da Instrução Pública. Porto Alegre, 1876. AHRS. No cabeçalho do quadro comparativo incluso neste Relatório, uma nota informa o seguinte: “A Província tem despendido grossas somas para elevar o nível intelectual de seus filhos, e, entretanto, a estatística de nossa ignorância é enorme [...]”. Os dados expostos referem-se a apenas alguns municípios da Província de São Pedro do Sul, mas, a título de ilustração, são significativos: em Porto Alegre, de um conjunto de 8.247 crianças, apenas 2.181 frequentavam o ensino primário; em Rio Pardo, de 2.069 crianças, apenas 416; e em Encruzilhada do Sul, de um total de 1.133, apenas 163 estavam em sala de aula.

<sup>296</sup> SCHNEIDER, Regina. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 228.

<sup>297</sup> Conforme <<http://www.encruzilhadadosul.rs.gov.br/historia-encruzilhada.htm>>. Acesso em: 15 jul 2010.

<sup>298</sup> SCHNEIDER, Regina. op. cit., p. 284.

De qualquer forma, é relevante pensar em como os itinerários de Ana Aurora e Malvina contradizem determinadas concepções historiográficas tradicionais que mostram as mulheres da elite ou camadas médias desse período como ‘trancadas em casa’, sem acesso ao ensino formal e à vida pública, especialmente diante de um contexto de raras oportunidades educacionais para as crianças que viviam em pequenos e longínquos municípios.

#### 2.2.4 A educação

A educação feminina foi, talvez, uma das questões mais sintomáticas das mudanças em curso nesse processo histórico, afinal, sobre esse pilar, sustentaram-se várias outras conquistas. O relato de viagem de Agassiz, que esteve no Brasil entre 1865 e 1866, revela um interessante panorama desse contexto:

Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação da mulher; o nível da instrução dada nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos freqüentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que se retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver<sup>299</sup>.

Neste relato, pelo olhar do estrangeiro, revelam-se algumas pistas sobre o significado da educação feminina, ou, em outras palavras, sobre o papel que a mulher deveria assumir naquela sociedade, na sua desigual relação com os homens. A pesquisa de Bernardes, realizada a partir de um obscuro documento chamado *Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios*<sup>300</sup>, publicado no Rio de Janeiro em 1881, revela uma interessante pluralidade de discursos a respeito da educação feminina e, especialmente, a maneira como homens e mulheres de letras estavam apreendendo tais mudanças. No conjunto desses escritores, existe uma enorme disparidade: quatro mulheres e cento e vinte e sete

---

<sup>299</sup> AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 567.

<sup>300</sup> Esse documento reúne o pensamento de quatro mulheres e cento e vinte e sete homens de letras convidados a escrever sobre a educação feminina com o fim de comemorar o início das aulas de desenho e música para meninas naquela instituição de ensino. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi fundado em 23 de novembro de 1856, por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. A autora classificou a diversidade das ideias sobre a educação feminina presentes nas contribuições à obra em seis grandes eixos: 1) a educação deve preparar a mulher exclusivamente para o lar e jamais contribuir para sua emancipação intelectual ou profissional; 2) ideias evasivas que não chegam a definir educação feminina; 3) a educação deve complementar a formação feminina; 4) a educação da mulher consiste, sobretudo, em sua preparação moral e religiosa; 5) educar a mulher é contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo; 6) a educação da mulher representa sua emancipação (BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988).

homens! Para Bernardes, trata-se efetivamente do “pensamento masculino sobre a educação da mulher, isto é, do modo como os homens de letras do final do século passado concebiam o papel feminino no Brasil”<sup>301</sup>. Além disso, não se verifica uma homogeneidade em suas perspectivas acerca da educação feminina. Se, por um lado, existe uma parcela de autores que acredita que a educação deve preparar a mulher exclusivamente para o lar e jamais contribuir para sua emancipação intelectual ou profissional, por outro, há aqueles que crêem que a educação da mulher deve representar sua emancipação. Como exemplo da primeira postura, o articulista positivista Miguel Lemos destaca:

Nada mais quimérico do que certas doutrinas hoje em voga sobre uma igualdade mal entendida do homem e da mulher, nada mais desmoralizador do que lançar a mulher na concorrência industrial com o homem. Ser mãe e esposa é quanto basta à sua glória, à felicidade sua e nossa<sup>302</sup>.

Nesse fragmento, evidencia-se nitidamente o receio da ascensão feminina através da educação rumo a ambições intelectuais e políticas. O horizonte da época parece confirmar o temor do autor – e provavelmente de parcela considerável da intelectualidade –, pois nele verifica-se o sensível avanço da participação feminina na esfera pública.

Contudo, há também posturas de apoio à ampliação da educação feminina, como no texto de Leitão:

Libertá-la do atrofiamiento intelectual a que a condenam e que produziu durante séculos sua inferioridade cerebral, é predispor os elementos para a evolução que a ciência assinala. Glória aos que compreenderam tão alto pensamento e trabalham para torná-lo uma realidade auspiciosa<sup>303</sup>.

O documento analisado por Bernardes, trazendo à tona diferentes autores e posturas a respeito da educação feminina, não é naturalmente uma produção deslocada do contexto do qual emergiram esses olhares, pois está inserido nos modos de viver e pensar àquela circunstância. Assim, os dois exemplos díspares dialogam no mesmo espaço textual e revelam o caloroso debate em curso na época. Conforme a autora, os artigos indicavam a existência, no interior do próprio grupo de intelectuais, de opiniões muito variadas sobre o ingresso da mulher na vida pública e a profissionalização

---

<sup>301</sup> Ibid., p. 23.

<sup>302</sup> LEMOS, Miguel *apud* BERNARDES, M. T. op. cit., p. 24.

<sup>303</sup> LEITÃO, Luiz *apud* BERNARDES, M. T. op. cit., p. 29.

feminina, indo da inteira manutenção dentro do lar até o extremo oposto de seu ingresso irrestrito na vida profissional e pública.

Em 1887, o médico Castro<sup>304</sup> publicou *A Mulher e a Sociogenia*, obra que reflete de forma contundente a misoginia presente no discurso científico daquele contexto. O livro é significativo não apenas porque interage com uma produção intelectual legitimadora das teorias evolucionistas e da sociologia positivista<sup>305</sup> de sua época, mas especialmente porque cristaliza uma postura antifeminista, a qual buscava coagir e dissolver as recentes conquistas das mulheres. De acordo com o autor:

A educação feminina e, portanto, a mulher no futuro, está em contradição com a evolução intelectual. São essas as condições, em que se acha a mulher; foi assim no passado, é assim no presente, e será assim no futuro, se uma influência nova não modificar a sua mentalidade. Ora essa distinção da mentalidade dos dois sexos dá em resultado a formação de dois tipos sociogênicos, o tipo masculino e o tipo feminino [...] A influência da mulher sobre as gerações que se formam é nociva, porque é uma influência do tipo que não evolui.<sup>306</sup>

Contemporâneo de Castro, Silvio Romero corrobora essas ideias no prefácio da referida obra, caracterizando-a como:

Um apurado estudo do problema da mulher perante a organografia, a antropologia, a história, o direito, onde se procuram as causas de sua menor capacidade cerebral e intelectual; onde se apontam os inconvenientes dessa seleção inversiva e se procuram os meios de corrigi-la.<sup>307</sup>

Os argumentos spencerianos de Castro buscam sedimentar a tese da inferioridade mental e retardação evolutiva da mulher:

Pelo volume, peso e forma o cérebro feminino é inferior ao cérebro masculino [...]. Há uma inferioridade muito notável no crânio feminino quando se comparam os dois sexos de uma mesma raça, isto é, os dois crânios de uma mesma forma típico-hereditária.<sup>308</sup>

---

<sup>304</sup> CASTRO, Tito Lívio de. *A mulher e a sociogenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.

<sup>305</sup> Comparando os cérebros do homem e da mulher, Auguste Comte “[...] diferenciou os dois sexos, afirmando que a mulher possuía um aparelho contemplativo, apto para aproximar os fatos, enquanto o homem tinha um aparelho meditativo, próprio para coordenar os fatos” (LEAL, Elisabete. *O Positivismo e os Prazeres da Educação Feminina*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (Orgs.) *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1995, p. 149-157, p. 155).

<sup>306</sup> CASTRO, Tito Lívio de. op. cit., p. 403.

<sup>307</sup> ROMERO, Silvio. Prefácio. In: CASTRO, Tito Lívio de. op. cit., p. XXIV.

<sup>308</sup> CASTRO, Tito Lívio de. op. cit., p. 02-04. É válido lembrar que, meio século após a publicação do estudo misógino de Castro, o antropólogo Freyre retomou essa discussão para fundamentar as diferenças entre homens e mulheres: “Entre essas diferenças, as do índice cefálico – índice em que se têm baseado estudos de diferença entre os dois sexos, por um lado, entre as várias raças, por outro. As pesquisas feitas até hoje indicam maior tendência da mulher para a braquicefalia, embora se encontrem grupos em uma

Estas argumentações sobre os cérebros infantis das mulheres ecoaram nas salas dos órgãos governamentais no trabalho da Assembléia Constituinte de 1891. Por exemplo: o deputado federal José Cândido de Lacerda Coutinho<sup>309</sup> – para quem parecia evidente que as mulheres eram física e mentalmente incapazes de suportar as vicissitudes da esfera extra-doméstica – afirmava que a educação não poderia alterar a ‘natureza’ das mulheres, pois elas teriam “funções que os homens não têm, essas funções são tão delicadas, tão melindrosas, que basta a menor perturbação nervosa, um susto, um momento de excitação, para que se pervertam, e as conseqüências sejam, muitas vezes, funestas”<sup>310</sup>.

Tais olhares se articulavam com outras produções textuais que circulavam na época. A título de ilustração, nas páginas de um importante jornal que circulou em Porto Alegre em fins do século XIX, encontrei um fragmento intitulado *A Mulher e o Espelho*, de Maciel do Amaral, onde se lê:

A aspiração mais veemente da mulher foi sempre reinar caprichosa e absoluta. Seu sistema muscular menos desenvolvido que o do homem, o doce timbre de sua voz, sua esquisita sensibilidade e delicadeza de seu organismo, lhe demarcavam na sociedade, um papel muito distinto daquele que a natureza assinou ao homem, porém, sentindo em sua alma um desejo invencível de domínio, ao passo que se sentia fraca por natureza, um dia, chegou-se a uma fonte, a seismar como poderia com sua fraqueza sujeitar a rudez e vigor de seu companheiro<sup>311</sup>.

O discurso pouco animador de Amaral no que tange à emancipação da mulher naquela circunstância se relaciona às transformações verificadas no Rio Grande do Sul sob a égide do PRR a partir de 1891. Embora não seja o foco principal deste estudo analisar o impacto do Castilhismo<sup>312</sup> na sociedade gaúcha, parece pertinente para o

---

situação precisamente inversa: maior tendência da mulher para a dolicocefalia. A mesma situação de impureza que entre as raças [...] Que existem entre os sexos diferenças mentais de capacidade criadora e de predisposição para certas formas de atividade ou de sensibilidade, parece tão fora de dúvida quanto existirem diferenças semelhantes entre as raças” (FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 221-222).

<sup>309</sup> O médico Lacerda Coutinho (1841-1900) foi Deputado à Câmara dos Deputados do Brasil pela Província de Santa Catarina na 1ª legislatura (1891-1893) (PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, p. 55).

<sup>310</sup> BRAZIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Congresso Constituinte da República*. 2. Ed. RJ, Imprensa Nacional, 1924-26. II: 544. Sessão de 14 de janeiro de 1891. p. 84.

<sup>311</sup> *A Gazetinha*, Porto Alegre, 05 nov. 1895, p. 1.

<sup>312</sup> “Há consenso entre os estudiosos de que a forma pela qual o positivismo estruturou-se no Rio Grande do Sul apresentou características muito peculiares. Esta peculiaridade decorre de justaposição das ideias comtianas com as de Julio de Castilhos e com a realidade da Província” (TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (Orgs.) *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1995. p. 171-182. p. 172).

problema aqui abordado observar algumas questões referentes à apreensão do ideário positivista no extremo sul do país.

Para Ismério, no momento em que Comte elegeu a mulher como guardiã da moral e dos costumes, anulou sua participação no espaço público, restringindo sua atuação profissional: “a mulher deveria seguir os modelos de *rainha do lar e anjo tutelar*, para conduzir com dignidade sua família”<sup>313</sup>.

Diferentemente de outras doutrinas da época, o positivismo não afirmava a inferioridade intelectual das mulheres, mas sim que sua inteligência era complementar à do homem, ou seja, embora não tivesse inteligência inferior, a mulher parecia condenada ao espaço privado que, em última instância, a encaminhava para a preparação da função de mãe. Nesta perspectiva, o pensamento do Centro Positivista de Porto Alegre sugeria que ser mãe era o papel mais sublime que a mulher poderia desejar. Sobre isso, é importante lembrar que, no Rio Grande do Sul,

A predominância das ideias positivistas significou a repetição [...] dos mesmos discursos homogeneizadores dos papéis femininos: identificou a mulher como tendo uma natureza complementar à dos homens, apresentando uma diferença que justificava sua educação específica. Mesmo assim, significaram um certo avanço, pois recomendavam a educação das mulheres, já que como mães eram as responsáveis pela construção dos ‘homens de amanhã’ – coisa rara até então<sup>314</sup>.

De fato, Comte parece propor a igualdade de acesso ao ensino a homens e mulheres, entretanto, com uma ressalva que confirma a noção de educação complementar reservada às últimas:

Aos homens o aprendizado profissional e às mulheres um sistema educacional não especializado, já que estariam dispensadas da vida ativa. A educação feminina deveria restringir-se aos estudos lógicos, afastando-se dos científicos. Todos, porém, deveriam receber conhecimentos da teoria histórica a fim de desenvolver o sentimento social. Assim, no aspecto intelectual, a mulher também deveria desenvolver-se, mas diferentemente dos homens, pois suas funções sociais seriam outras, ligadas aos filhos, ao marido e à família, devendo desenvolver a aptidão artística e contemplativa, nunca prática e científica<sup>315</sup>.

---

<sup>313</sup> ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: A Moral e o Imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 10.

<sup>314</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 278-321. p. 298.

<sup>315</sup> LEAL, Elisabete. op. cit., p. 154.

Portanto, o discurso que considera a mulher como de natureza complementar ao homem, presente na filosofia positivista, reitera um conjunto de ideias conservadoras sobre a moral feminina, que produziu e difundiu modelos de *rainha do lar* e *anjo tutelar*, os quais vinham ao encontro de boa parte dos discursos moralistas da época<sup>316</sup>. Em tal perspectiva, a finalidade da educação da mulher não estava em seu crescimento intelectual, mas na sua capacidade de tornar-se esposa, mãe e educadora dos filhos.

### 2.2.5 A Escola Normal

Em 04 de janeiro de 1860, a Assembléia Legislativa Provincial autorizou a Presidência da Província, através da Lei 446, em seu artigo 36, parágrafo 21<sup>317</sup>, a estabelecer na capital uma Escola Normal de instrução primária; entretanto, esse projeto só se concretizou em 5 de abril de 1869<sup>318</sup> quando foi finalmente inaugurado o estabelecimento.

A Escola Normal abrigou muitas mulheres que buscavam uma profissão. Contudo, nesse contexto, deve-se considerar que:

O destino das mulheres ainda é, sem dúvida, a maternidade e o lar; a esfera de atuação feminina é a doméstica. Mas começa-se a admitir mais amplamente a atividade profissional fora do lar para as que ‘precisavam’ trabalhar e nesta atividade ganha realce o magistério primário, atingindo a classe média<sup>319</sup>.

Tal panorama inicialmente atípico transformou-se progressivamente numa experiência real para inúmeras mulheres que almejavam uma profissão. Ana Aurora e Malvina foram duas dessas mulheres que iniciaram sua formação profissional no curso

---

<sup>316</sup> “Tanto positivistas ortodoxos ou heterodoxos, católicos, maçons e anarquistas, ou ainda os espíritas e socialistas, apesar de suas divergências políticas e ideológicas, concordavam com o mesmo tipo de moral, pois no que se refere à educação feminina todos eram conservadores” (ISMÉRIO, Clarice. op. cit., p. 55).

<sup>317</sup> Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª Legislatura, pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, 1860, p. 21 (AHRs).

<sup>318</sup> A Escola Normal sofreu reorganizações ao findar o século (em 1877 e 1881) e foi suprimida em 1901 (por ser considerada dispendiosa) e transformada em Colégio Distrital, composto de duas seções separadas (para moças e para rapazes). Em 1939, a escola passou a se chamar Instituto de Educação (título generalizado em todo o país), acrescentando o nome Gen. Flores da Cunha, em homenagem ao ex-governador pelo apoio que lhe dera. Por mais de sessenta anos, a Escola Normal funcionou em um velho edifício provincial à Rua Duque de Caxias, esquina Mal. Floriano. Na década de 1930, sob a administração estadual do General Flores da Cunha, foi ordenada a construção do espaçoso prédio da Av. Osvaldo Aranha, dado por pronto em 30 de abril de 1936. Já então, fora restabelecida (desde 1929) a denominação de Escola Normal, transformada em Instituto de Educação por obra de um decreto de 9/1/1939 (LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 1987, p. 15-16).

<sup>319</sup> Ibid., p. 15.

de magistério da Escola Normal de Porto Alegre: Ana Aurora realizou-o entre 1879 e 1881, e Malvina entre 1885 e 1888. Essa informação me conduz a pensar se, naquela circunstância, seus pais, ao enviarem as duas moças à Escola Normal, não desejavam tão somente que suas filhas fossem ‘honestas’, ou, em outros termos, que se dedicassem apenas ao lar. É bem verdade que já na adolescência, Ana Aurora fizera um ‘pacto’ com suas irmãs Zamira e Carlota de “[...] nunca se casarem afim de se dedicarem à instrução de corpo e alma”<sup>320</sup>.

O perfil das mulheres que frequentaram a Escola Normal é bastante singular, segundo analisa Louro:

Era uma instituição pública, frequentada majoritariamente por mulheres das camadas médias, e que se apresentava como uma escola avançada pedagogicamente, fiel às suas tradições e com uma unidade de princípios filosóficos e educacionais orientadores de sua ação. Essa era sua aparência, difundida por documentos, planos e regimentos, o que certamente seria parte da realidade, mas não a realidade completa<sup>321</sup>.

É importante reafirmar que o quadro da educação feminina no período imediatamente anterior ao surgimento das escolas normais no país era precário. Em 1827, a Lei de 15 de Outubro criava as primeiras escolas primárias para meninas em todo o Império. O fato de haver turmas separadas por sexo levou os condutores desse processo a admitirem mulheres para lecionar em turmas femininas, dando início às primeiras vagas para o magistério feminino<sup>322</sup>. As escolas normais instauradas em inúmeras cidades ao longo do século representavam então uma rara oportunidade às mulheres de prosseguirem seus estudos além do primário.

Na esteira da inserção de mulheres nas escolas normais, o debate sobre a ‘feminização do magistério’<sup>323</sup> fluía. É significativo lembrar que, em última instância, essas mudanças adotadas pelas lideranças governamentais partiam do pressuposto das diferenças ‘naturais’ entre homens e mulheres. Neste caso, às mulheres cabia a socialização das crianças, numa espécie de continuidade de suas funções maternas, ou

---

<sup>320</sup> LAYTANO, Dante de. op. cit., p. 276.

<sup>321</sup> Ibid., p. 89.

<sup>322</sup> Conforme Schneider, na década de 1870, “a introdução das aulas mistas apresentava-se como outra solução para sanar o atraso da instrução pública provincial. Até então, as aulas provinciais funcionavam separadamente para meninos e meninas. As aulas dos alunos do sexo masculino eram regidas por professores e as do sexo feminino por professoras” (SCHNEIDER, Regina. op. cit., p. 329).

<sup>323</sup> A este respeito ver também NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Anaete Regina. Feminização do Magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do Primeiro Congresso da Instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.27, p.78–94, set. 2007. Acesso em: 22 out. 2009. <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/GT1%20PDF/FEMINIZA%C7%C3O%20DO%20MAGIST%C9RIO%20NO%20BRASIL.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT1%20PDF/FEMINIZA%C7%C3O%20DO%20MAGIST%C9RIO%20NO%20BRASIL.pdf)>.

seja, a educação infantil nas mãos de uma mulher – a professora – tornava-se uma extensão da formação recebida em casa pela mãe.

Ao longo do século XIX e início do XX, inúmeras experiências educativas foram destinadas às meninas, com a intenção de prepará-las para serem boas mães, verdadeiros *anjos do lar*; nesse sentido, seguidamente sua formação reduzia-se a aprender a ler, escrever, coser e bordar.

Assim, em 1877, mesmo levando-se em conta o fato de que já uma pequena parcela da população feminina havia concluído o magistério, “[...] a situação da mulher na sociedade da Província era acanhada, restringindo-se aos afazeres do lar e à função de professora”<sup>324</sup>. Segundo Schneider:

A crença na inferioridade intelectual da mulher ficava evidente quando nos regulamentos de ensino matérias como escrituração mercantil e geometria prática eram retiradas das aulas para meninas, sendo substituídas por amenidades como costura e trabalhos de agulha<sup>325</sup>.

No processo de ‘feminização do magistério’, esse direcionamento era intrínseco; afinal, deve-se entender que a educação feminina ao longo da história foi pensada a partir do ponto de vista masculino: assim, ao mesmo tempo em que se criava um espaço profissional reservado às mulheres – o magistério – na sua estreita aproximação com as funções maternas, buscava-se também mantê-las numa relação de obediência e submissão aos homens.

Além disso, de acordo com Louro, de forma geral, a mulher que experimentava a passagem pela Escola Normal não raramente recebia atributos como ‘cultura’, ‘digna’, ‘ilustrada’. Essas qualificações, no entanto, funcionavam muito mais como um incentivo externo da sua função de “mãe na sala de aula”, do que expressavam seu crescimento intelectual. Em outras palavras, a formação na Escola Normal estimulava nas moças “[...] mais a disciplina, do que a contestação; a obediência, e menos a crítica; a discrição, e não a imposição; a docilidade, e não a agressividade; a teoria, mais do que a prática; o estudo livresco, mais do que a ação sobre a realidade”<sup>326</sup>.

Esta compreensão é de extrema importância para que possamos observar as brechas existentes mesmo dentro de uma perspectiva mais homogênea da formação educacional oferecida pela Escola Normal. É talvez aqui que se insira a noção simbólica

---

<sup>324</sup> SCHNEIDER, Regina. op. cit., p. 332.

<sup>325</sup> Ibid., p. 332.

<sup>326</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 1987, p. 92.

de *antiprendas*<sup>327</sup> sugerida por Louro, referindo-se a uma pequena parcela de mulheres que desafiaram a normativa do discurso engessado na sociedade, o qual, como foi assinalado, estimulava a docilidade, a submissão e a obediência. A autora, inclusive, cita Ana Aurora como uma dessas mulheres ‘metidas’ que alcançaram a esfera pública desagradando muitos homens e mulheres de sua época ao agir em vários momentos como uma *antiprenda*.

A passagem dessas duas mulheres pela Escola Normal foi uma etapa fundamental em suas trajetórias, como revelou décadas mais tarde Ana Aurora numa entrevista: “o acontecimento principal de minha vida e que influenciou em toda ela foi a resolução que tomei de estudar na Escola Normal”<sup>328</sup>. É muito provável que as lições formais e informais aprendidas pelas duas professoras oriundas do interior rio-grandense na capital do estado tenham se transformado num substrato importante para a elaboração de seus *projetos*.

### 2.3 Entre o público e o privado

A imagem feminina que transborda da obra de Gilberto Freyre é, no mínimo, inquietante. Para esse autor, circunscrita à esfera doméstica, a mulher do século XIX era praticamente invisível na esfera pública, sem meios para o desenvolvimento intelectual ou para o exercício de funções públicas. Mesmo a mulher que “frequentava escola ou colégio, tornava-se mãe de família sabendo apenas falar mais elegantemente que as

---

<sup>327</sup> É necessário observar que a construção sobre o feminino presente na representação da figura da *prenda* é relativamente recente: “Criada em 1949, a *prenda* foi sendo envolvida por um processo de solidificação, passando a integrar o patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, se tornando homogenizadora das diversas figuras de mulheres que viveram aqui” (DUTRA, Claudia Pereira. *A Prenda no Imaginário Tradicionalista*. Porto Alegre, PUCRS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), p. 118). A palavra ‘prenda’ possui o significado de algo precioso, valioso, insubstituível e seria, neste sentido, uma forma de gentileza utilizada pelos homens para se direcionarem às suas mulheres. É, portanto, na esteira dessa apreensão que os tradicionalistas forjaram a *prenda* em detrimento da *china*: “A *prenda* não apenas define um perfil feminino, da mulher submissa, comportada e sociável estabelecido como memória oficial, como também se sobrepõe à figura da *china* (memória recalçada), que embora apareça nos textos tradicionalistas, nos relatos do passado e nos versos das canções, ela não é referendada como ‘mulher gaúcha’. Essa ‘mulher gaúcha’ é a *prenda*, a figura normatizada e moldada para ser cultuada e tornar-se um exemplo (DUTRA, Claudia Pereira, *Ibid*, p. 128). Se, por um lado, a *prenda* caracteriza-se pela condição de mulher resignada e responsável pelo bom funcionamento do lar e da família, uma vez que “a figura que é exaltada quando os tradicionalistas falam no Rio Grande do Sul é sempre a masculina, cabendo à mulher o papel subalterno de *prenda*” (OLIVEN, Ruben George. O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental: o tradicionalismo gaúcho. *Cadernos de Antropologia*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS. Porto Alegre, n. 1, 1990, p. 26); por outro lado, a *antiprenda* configura-se na antítese dessa construção instituída pelos ‘guardiões da memória’ tradicionalista, na medida em que incorpora todas as mulheres gaúchas ‘metidas’ que escapam ao enquadramento feminino de um modelo de decência e submissão.

<sup>328</sup> Entrevista de Ana Aurora do Amaral Lisboa, 1942, p. 4 (AHRP).

outras, juntando ao português um pouco de francês, um pouco de música, um pouco de dança”<sup>329</sup>.

Entretanto, é preciso considerar que, apesar dessa análise referir-se muito provavelmente a um número significativo de mulheres da época, o autor parece ignorar um outro contingente feminino que, de alguma forma, exerceu atividades extra-domésticas. No limiar entre as duas esferas - pública e privada -, Ana Aurora, Malvina e tantas outras mulheres suas contemporâneas parecem ter experimentado vivências diferenciadas, relativizando a prerrogativa de Freyre.

É fato que, no século XIX, como mostrei mais acima, ocorreram intensos debates sobre a emancipação feminina. Essa discussão, porém, integra uma reflexão ainda mais abrangente relativa à histórica assimetria na relação entre homens e mulheres com alcances diversos no tempo e no espaço. Como lembrou Gay, o fardo que as mulheres suportaram historicamente pareceu ser menos uma diferenciação sexual ‘natural’ do que um duradouro preconceito, mantido em benefício masculino<sup>330</sup>.

De qualquer forma, é visível nas fontes e na bibliografia que uma reflexão sobre o novo papel da mulher estava mesmo em curso, permeando os lares e as ruas, inserindo-se nos círculos familiares e nos espaços estritamente masculinos de manutenção de poderes. Para d’Incao, presencia-se “nesse período o nascimento de uma nova mulher [...] agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade”<sup>331</sup>.

O processo de interiorização da vida doméstica das elites e camadas médias, caracterizada por reuniões íntimas e saraus, encontra na sala de visitas não apenas o lugar de regozijo familiar, mas especialmente o espaço intermediário entre o lar e a rua. É, portanto, numa frágil relação entre o privado e o público que muitas mulheres ascenderam e ampliaram suas relações sociais.

### 2.3.1 Feminismo

Ainda que seja difícil – e talvez pouco desejável – estabelecer uma definição exata do termo feminismo, uma vez que ele traduz um longo processo que se constrói gradativamente permeado de contradições e transformações; para fins de delimitação

---

<sup>329</sup> FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 231.

<sup>330</sup> GAY, Peter. Mulheres Agressivas e Homens Defensivos. In: *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 128-167. p. 130.

<sup>331</sup> D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 223-240. p. 223.

temporal, utilizarei como marco algumas discussões que marcaram o chamado feminismo de primeira onda<sup>332</sup>. Essa fase refere-se a um período extenso de práticas femininas em que o foco concentra-se na conquista dos direitos de igualdade, especialmente o direito ao sufrágio por parte das mulheres<sup>333</sup>.

De início, é importante reafirmar que o feminismo não compreende um movimento homogêneo e, principalmente, não se constitui apenas de mulheres diferentes emitindo opiniões e, tampouco, de mulheres que almejem os direitos dos homens. Para Scott,

A história do feminismo é a história de mulheres que só tiveram a oferecer paradoxos não porque – como queriam os críticos misóginos – a capacidade racional da mulher seja fundamentalmente diferente, nem porque o feminismo, de algum modo, não conseguiu alinhar teoria com prática, mas porque o feminismo ocidental e historicamente moderno é constituído por práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade<sup>334</sup>.

A inclusão da mulher na política e, num plano mais abrangente e menos perceptível, na esfera pública faz com que as feministas se defrontem com um dilema que, conforme Scott, chega até nós através do debate sobre ‘igualdade’ e ‘diferença’<sup>335</sup>.

---

<sup>332</sup> Alguns autores apontam ao menos três ‘ondas’ neste movimento: a primeira teria ocorrido no século XIX e início do século XX; a segunda, nas décadas de 1960 e 1970; e a terceira teria iniciado na década de 1990 prolongando-se até a atualidade. Outros autores, porém, descartam esse terceiro momento enquanto uma ‘onda’ feminista propriamente dita.

<sup>333</sup> Historicamente, houve inúmeros acontecimentos que marcaram a chamada ‘primeira onda’. A inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) pode ser considerada uma das pioneiras do feminismo com a publicação da obra *Uma Defesa dos Direitos da Mulher* (1790). Do outro lado do Canal da Mancha, na França, alguns clamores se destacaram: Olympe de Gouges (1748-1793), Jeanne Deroin (1805-1894), Hubertine Auclert (1848-1914) e Madeleine Pelletier (1874-1939) proferiram discursos dissonantes, porém, confluentes no que se refere à inserção da mulher na política. Scott destaca as trajetórias dessas mulheres, seus modos e perspectivas singulares à sua época no que tange às questões femininas urgentes (SCOTT, Joan. *A Cidadã Paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres. 2002). Além disso, de acordo com Perrot, “em 1848, algumas mulheres, muitas vezes ligadas ao saint-simonismo, como Eugénie Niboyet, Jeanne Deroin, Desirée Gay, abriram clubes para defenderem seus direitos, principalmente o direito de voto, de que haviam sido, mais uma vez excluídas. Vaiadas pelos engraçadinhos, esses clubes foram o alvo da sátira misógina” (PERROT, Michelle. op. cit., 1998, p. 69). Em junho de 1848, ocorreu em Nova York uma convenção feminista em que a pauta de discussões esteve direcionada aos direitos da mulher e às injustiças cometidas contra ela. Este evento talvez tenha passado despercebido, embora marque um importante esforço para libertar as mulheres de sua dependência. As organizadoras desta convenção - Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott – já haviam, em 1840, acompanhado as discussões contra a escravidão, realizadas em Londres, mas foram impedidas de participar dos debates, podendo apenas assisti-los como meras observadoras (GAY, Peter. op. cit., p. 142). A este respeito ver também GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 15.

<sup>334</sup> SCOTT, Joan. op. cit., 2002, p. 29.

<sup>335</sup> *Ibid.*, p. 18. A autora questiona: “serão mulheres iguais a homens, fato do qual decorreria a única base para se poder reivindicar direitos? Ou serão seres diferentes e, por causa ou apesar das diferenças, com direito a igual tratamento? Qualquer das duas posições atribui identidades fixas e análogas a homens e

Os paradoxos constitutivos da trajetória do feminismo são, portanto, integrantes de práticas femininas desiguais que se estruturam a partir de lugares sociais específicos. Apenas dessa forma, é possível começar a entender porque Ana Aurora foi considerada a primeira feminista do Rio Grande do Sul e porque esse atributo foi acrescido posteriormente à ação libertária de Malvina.

No Brasil, um sopro de mudanças significativas perpassou o século XIX. É interessante perceber como essas transformações se configuraram nos espaços sociais de onde emergiram as duas professoras.

Se, na primeira metade do século XIX, as reivindicações das mulheres inconformadas com seu espaço na sociedade alcançavam ainda pouco impacto, na segunda metade, pode-se observar uma intensificação das ações feministas: “os clamores das mulheres organizadas, exigindo mudanças nas leis e nos costumes, se tornaram mais ativos, e suas vozes mais estridentes, a medida que se aproximava a virada do século”<sup>336</sup>. Há, neste momento, no Brasil, uma ampliação dos temas que envolvem as questões femininas, desde a instrução até a conquista do direito ao voto em 1932. Conforme Hahner:

Durante a segunda metade do século XIX, um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras proclamou sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres. Principalmente por meio de jornais editados por mulheres, agora esquecidos, surgidos nessa época nas cidades do centro-sul do Brasil, elas procuraram despertar outras mulheres para seu potencial de auto-progresso e para elevar seu nível de aspirações<sup>337</sup>.

A pluralidade de discursos com essa perspectiva que então circulavam revela as tensões sociais experimentadas naquela circunstância<sup>338</sup>. As ações feministas e as inúmeras vozes que, com maior ou menor intensidade, propunham mudanças se contrapunham à imagem tradicional da mulher inteiramente subordinada e passiva, restrita à esfera doméstica, construída por Freyre. Afinal,

---

mulheres, ambas endossam implicitamente a premissa de que pode haver uma definição oficial e autoritária de diferença sexual”.

<sup>336</sup> GAY, Peter. op. cit., p. 134.

<sup>337</sup> HAHNER, June H. op. cit., p. 25.

<sup>338</sup> Num artigo de Inez Sabino - colaboradora de diversos jornais de senhoras -, a autora parabeniza a ação de Presciliana Duarte - diretora da revista *A Mensageira* que circulou em fins do século XIX em São Paulo -, por diferenciar-se de ‘políticas desequilibradas’ como as da feminista francesa Louise Michel. No texto de Sabino, portanto, é possível perceber o aspecto multifacetado do feminismo da época. A autora “[...] enfatiza o papel desempenhado por suas compatriotas escritoras, distinguindo aquelas de caráter másculo (Nísia Floresta, Revocata de Melo, Josefina de Azevedo) das amenas e circunspectas (Julieta Monteiro e as irmãs Julia e Adelina Lopes) ou despreziosas (como a cronista Maria Clara da Cunha)” (DE LUCA, Leonora de. *A Mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. Campinas, IFCSH, UNICAMP, 1999. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), p. 60).

Vários historiadores revelam a mesma incapacidade de tratar da participação de mulheres no processo de formação da sociedade brasileira. Perdem-se em juízos de valor e não conseguem desfazer-se de idealidades e estereótipos, que os impedem de ver com mais clareza o contexto histórico de que tratam [...] O próprio Gilberto Freyre, estudioso dos costumes e do cotidiano, vê a mulher branca como um ‘serva do homem e boneca de carne do marido’<sup>339</sup>.

Nesta perspectiva, o estudo de Dias é extremamente importante na medida em que analisa os papéis informais desempenhados por mulheres pobres no processo de urbanização de São Paulo, desvendando os “[...] espaços femininos conquistados e não prescritos, por isso em grande parte calados ou omitidos nos documentos escritos”<sup>340</sup>. Se, por um lado, os itinerários das duas professoras aqui examinadas se distanciam do quadro apresentado pela historiadora em que quase todas as mulheres analisadas eram analfabetas; por outro, se aproximam ao menos em um aspecto: Ana Aurora e Malvina, assim como todas as mulheres brasileiras de sua época, não tinham acesso à cidadania política, mas transgrediram, como as personagens de Dias, as fronteiras da esfera doméstica.

### 2.3.2 O lar e a rua

Perrot lembra que a noção de público possui dois sentidos que se recobrem parcialmente: “a esfera pública, por oposição à esfera privada, designa o conjunto jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública”<sup>341</sup>. Se, no espaço público, homens e mulheres exercem ações diferenciadas, é possível entender porque a historiadora afirma que, na França do Oitocentos, “o homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude [e, por outro lado] a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto”<sup>342</sup>. Em outras palavras, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido; já a mulher pública inexistente ou habita as margens da vida social, pois ela, a mulher, “foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira”<sup>343</sup>. Em última instância

---

<sup>339</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. op. cit., p. 40.

<sup>340</sup> Ibid., p. 50.

<sup>341</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. 2ª reimp. São Paulo: UNESP, 1998, p. 7-8.

<sup>342</sup> Ibid., p. 7

<sup>343</sup> Ibid., p. 9

Não esqueçamos [...] que o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos.<sup>344</sup>

Parece consenso que no Oitocentos, o espaço público – amplamente equivalente à cidade – era hegemonicamente masculino; porém, as experiências de mulheres como Ana Aurora e Malvina, de certa maneira, re-configuram essa premissa, pois a inserção gradual da mulher na vida extra-doméstica demonstra o quanto a demarcação entre o público e o privado é móvel e porosa, permitindo, portanto, a conformação de um espaço em que as relações entre homens e mulheres tensionam-se e, muitas vezes, modificam-se. É válido pensar assim na noção de ‘público’ como um lugar de significação das relações de gênero. De acordo com Gay:

Para a maioria dos homens que se regalavam com a dominação, uma mulher que abandonasse sua própria esfera constituía não apenas uma anomalia, uma mulher-macho [*la femme homme*]; mais do que isso, levantava incômodas questões quanto ao papel masculino, um papel que não se definia mais isoladamente, mas numa constrangedora confrontação com o sexo oposto<sup>345</sup>.

A existência dessa divisão dos papéis, das tarefas e dos espaços sexuais leva-me a compreender que o espaço público era especialmente o local de regozijo e de fortalecimento de um sistema de valores que (in)visivelmente preservava a histórica dominação masculina. Na Inglaterra oitocentista, por exemplo:

O homem cuidava da vida pública; a mulher, por seu lado, era o centro do lar e da família. Eles acreditavam firmemente que o homem e a mulher nasciam para ocupar esferas diversas. Era uma regra da natureza, confirmada pelo costume e pelas relações sociais. Cada sexo, diferente por natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso<sup>346</sup>.

À luz da historiografia produzida sobre o século XIX, algumas constatações se fazem claras. Parece evidente que, ao longo deste período, há um despertar da consciência feminista: a letargia da subordinação no lar e sua inexpressividade na esfera

---

<sup>344</sup> RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 578-606, p. 603.

<sup>345</sup> GAY, Peter. op. cit., p. 128 (grifo do autor).

<sup>346</sup> HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (Org.) *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, v. 4, p. 60.

pública foram constantemente denunciadas de modos diversos, num empenho coletivo para se modificar o sistema de relações de gênero vigente. Do outro lado da trincheira, denunciava-se também as mudanças nefastas para a harmonia entre o privado e o público; afinal, para muitos, era conveniente que essa situação não se alterasse, o que colocaria em risco a estabilidade estrutural da família.

Através de um simples manusear da correspondência recebida que Ana Aurora preservou em seu relicário, é possível confirmar o quanto essa mulher transitou na esfera pública, alicerçando uma influência político-partidária ainda incomum para a época. Do conjunto de vinte missivas dirigidas a ela (1877 – 1899) existentes no acervo do AHRP, apenas uma não possui conteúdo estritamente político<sup>347</sup>. O restante foi emitido pelo punho de homens com os quais ela mantinha, ao que tudo indica, estreitos vínculos políticos.

Entretanto, é preciso considerar que esse descompasso observado na documentação pode sugerir também que o conjunto de suas correspondências familiares tenha sido dispensado da composição do acervo ‘oficial’, ou seja, parece-me relevante pensar que essa assimetria entre cartas familiares (talvez não preservadas) e públicas remeta à própria constituição do ‘arquivo de si’ de Ana Aurora organizado posteriormente, ou seja, preservou-se a ‘veneranda’ (pública) em detrimento da professora envolvida com seu cotidiano particular e, talvez, secreto.

Nesse sentido, por exemplo, da redação do jornal *A Reforma*, Julio Magalhães informava à professora a chegada do material enviado: “Com grande satisfação, recebi os originais que tivesses a bondade de enviar-me e que serão publicados amanhã. [...] Espero que a minha distinta patrícia consinta que seja eu o responsável pelas publicações de vossas produções”<sup>348</sup>.

Já Hildebrando do Amaral Fao comentava: “Pela maneira nobre e altiva com que V. Exa. procedeu em toda essa emergência, peço licença para felicitá-la dizendo-lhe: se todas as mulheres soubessem imitá-la, muito menor seria o número de caluniadores”<sup>349</sup>. Ao que tudo indica, o autor refere-se à postura de Ana Aurora em relação aos

---

<sup>347</sup> Trata-se de uma correspondência de Amália Barcellos Cardoso (Porto Alegre, 25 mar. 1898), na qual essa envia uma lista de contribuintes do Colégio Amaral Lisboa.

<sup>348</sup> Correspondência de Julio Magalhães à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 jul. 1897 (AHRP).

<sup>349</sup> Correspondência de Hildebrando do Amaral Fao à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 abr. 1895 (AHRP). Hildebrando do Amaral Fao foi Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Pardo em 1882.

desdobramentos da Revolução Federalista, embora isto não esteja explícito no conteúdo da missiva.

Esses dois fragmentos são uma amostra da rede de relações políticas na qual Ana Aurora estava inserida já na sua trajetória inicial. A professora rio-pardense concentrava em si uma espécie de papel de conselheira no debate político efervescente da época.

Malvina, por sua vez, costura suas relações sociais de maneira talvez menos visível. Em suas palavras, “uma mulher bem instruída equivale a um diamante de primeira água”<sup>350</sup>. Essa pequena epígrafe, anotada em seu diário em fins do século XIX, é significativo para entender aquilo que Michelle Perrot chama de mulher ‘semi-pública’. Para a historiadora, se a leitora ainda é uma figura incomum nessa época, a mulher que escreve é ainda mais rara. É em tal perspectiva que a redação do diário íntimo, na privacidade do lar, constitui uma postura semi-pública<sup>351</sup>, e é justamente nesse *campo de possibilidades*, nessa sala entreaberta para a rua, que Malvina teceu seu diário a partir de 1891, comunicando-se secretamente com o mundo. Entretanto, se em alguns momentos refugiou-se em lazeres solitários, em outros, esteve à frente em ações solidárias como fica evidente em seus registros pessoais. Por exemplo: Malvina teria saído às ruas em busca de donativos “[...] em benefício das viúvas e filhos dos mortos [na Guerra do] Paraguai”<sup>352</sup>. Ela teria ainda recitado o poema *Quem dá aos pobres, empresta a Deus*, de Castro Alves, numa sociedade literária por ocasião desta campanha solidária:

Eu, que a pobreza de meus pobres cantos  
Dei aos heróis — aos miseráveis grandes —,  
Eu, que sou cego, — mas só peço luzes...  
Que sou pequeno, — mas só fito os Andes...  
Canto nest’hora, como o bardo antigo  
Das priscas eras, que bem longe vão,  
O grande NADA dos heróis, que dormem  
Do vasto pampa no funéreo chão...

[...]

E foram grandes teus heróis, ó pátria,  
— Mulher fecunda, que não cria escravos —,  
Que ao som da guerra soluçaste aos filhos:  
“Parti — soldados, mas voltai-me — bravos!”  
E qual Moema desgrenhada, altiva,  
Eis tua prole, que se arroja então,  
De um mar de glórias apartando as vagas

<sup>350</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939). p. 52.

<sup>351</sup> PERROT, Michelle. op. cit., p. 74

<sup>352</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 67.

Do vasto pampa no funéreo chão<sup>353</sup>.

Esse poema foi escrito em 1867 em benefício às famílias dos soldados mortos na Guerra do Paraguai. É interessante observar o quanto o ‘heroísmo patriótico’ será re-empregado por Malvina em sua ação (assunto que veremos no capítulo III). Em outra perspectiva, é possível entender, talvez, os meios através dos quais ela toma posse do espaço da casa e da rua, de “[...] redes de solidariedade que excedem amplamente a família, para estruturar às vezes o vilarejo ou o bairro”<sup>354</sup>. Esses vestígios mostram, sobretudo, as modalidades do poder cotidiano de mulheres como Malvina, exercido, por exemplo, em atividades de benemerência e na formulação de uma escrita de si.

Contemporânea de Malvina, a escritora baiana Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (1817-1875) captou esses espaços cheios de porosidades, no qual inúmeras mulheres, através da prática da leitura e escrita, se comunicaram e se inseriram na esfera pública: “os prazeres do estudo são, talvez, os únicos que lhe enchem completamente a alma”<sup>355</sup>.

Essas práticas femininas que desabrocham na intimidade da casa e que, de alguma forma, afetam as relações que se estabelecem entre homens e mulheres, são, sobretudo, um prazer tolerável e furtivo, uma maneira de mulheres como Malvina e Ana Aurora conhecerem a história e se apropriarem do mundo. Sobre isso, Perrot observa:

Uma mulher, na intimidade de seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência<sup>356</sup>.

O diário, essa forma de escrita tão íntima e feminina, revela mulheres de talento que se ilustram e se constroem através de fragmentos dispersos pelas páginas confidenciais, expondo “sentimentos [que] se encontram frequentemente soterrados na correspondência íntima e em anotações particulares”<sup>357</sup>. Nesse sentido, por exemplo, Malvina reproduz poemas patrióticos em seu diário:

---

<sup>353</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 67-68. Em seu diário Malvina registrou o título do poema apenas em francês: *Qui donne aux pauvres prête à Dieu*, talvez em referência ao provérbio bíblico ou ainda lembrando o escritor Victor Hugo que utilizou esta expressão em um poema chamado *Para os pobres*.

<sup>354</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 274-275.

<sup>355</sup> VELASCO, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e *apud* HAHNER, June H. op. cit., p. 57.

<sup>356</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 1998, p. 10.

<sup>357</sup> GAY, Peter. op. cit., p. 130.

Treze anos são passados, que deixei meu pátrio lar; treze anos que contados, são por séculos a seismar! Treze anos sem que a sorte, num propício vento norte, leve a salvo meu batel; treze anos entre abrolhos, vendo a morte nas escolhas, como a nau entre o parcel<sup>358</sup>.

Ao contrário da mulher brasileira descrita por Freyre, que andava pela casa se arrastando ou mexendo uma panela de doce no fogão – embora seja certo que boa parte das mulheres da época dificilmente deixassem de lado totalmente essas atividades cotidianas - Ana Aurora e Malvina não restringiram suas experiências ao lar e adentraram no espaço público por meios diversos e com intensidades variadas.

Entretanto, apesar (ou por causa) dessas transgressões, a mulher ‘pública’ ou ‘semi-pública’ continuava sendo inconcebível para a grande maioria dos homens nesse contexto, como mostra o trecho abaixo, o qual deixa bem claro qual deveria ser o destino do gênero feminino:

A influência da mulher no lar doméstico faz-se sentir sob a tríplice modalidade de filha, que alegra e distrai; de esposa, que auxilia e consola; de mãe, que vela e educa. É aí que se forma o caráter dos cidadãos e se, na família tanto influi a mulher, é óbvia a magnitude de seu papel nas evoluções sociais. Sua instrução, portanto, igualará o nível de seu destino. **A lei da divisão do trabalho comete ao homem o mundo, à mulher o lar**<sup>359</sup>.

O trecho final da assertiva do autor demarca, de forma clara, os espaços que homens e mulheres deveriam ocupar; na sua perspectiva, mesmo na esfera privada, no ‘lar doméstico’, não haveria para a mulher um lugar reservado aos momentos de regozijo junto a seus papéis, jornais, entre outros materiais que remetessem a uma vida ‘semi-pública’.

Parece-me válido retomar aqui as considerações de Freyre sobre o papel da mulher durante o Império, a título de ilustração. Para o autor, o tipo comum da mulher brasileira estava irremediavelmente atrelado aos interesses domésticos, pois, com raríssimas exceções<sup>360</sup>, é a imagem da mulher passiva, bondosa e ignorante que prevalece nas páginas de *Sobrados e Mucambos*:

---

<sup>358</sup> Costa Lima *apud* Tavares, M. Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 31.

<sup>359</sup> CAMPOS JUNIOR, Senna *apud* BERNARDES, M. T. op. cit., p. 28 (grifo meu).

<sup>360</sup> Observe-se a denominação conferida pelo autor às raras mulheres que deram ordens aos homens com ‘extraordinária capacidade de ação’: “As ‘machonas’ mostraram-se capazes de exercer o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens” (FREYRE, Gilberto. op. cit., p. 210).

Conservando um apego doentio à casa e à família; desinteressando-se dos negócios e dos amigos políticos do marido, mesmo quando convidada a participar de suas conversas. Quando muito chegando às margens sentimentais do patriotismo e da literatura. **Alheia ao mundo que não fosse o dominado pela casa [...] Ignorando que houvesse Pátria, Império, literatura e até rua, cidade, praça**<sup>361</sup>.

A descrição de Freyre surpreende pela ausência de critérios verossímeis que a embasem. O ponto nevrálgico e controverso da argumentação do autor reside na sua (ingênua) generalização desses aspectos. Na contramão da assertiva de Freyre, ações femininas como as de Ana Aurora e Malvina perpassam quase anonimamente esse período adentrando o século XX.

## 2.4 No limiar do século XX

### 2.4.1 Malvina

Em 1890, Malvina casou-se em Porto Alegre com José Joaquim Tavares – a quem ela irá se referir algumas vezes como “Meu Amado Marido J. J. T.”<sup>362</sup>. Oriundo do pequeno povoado de Junqueira de Cima, no vale de Cambra, distrito de Aveiro, em Portugal, José Joaquim nasceu no dia 27 de janeiro de 1864. Ao que tudo indica, chegou ao sul do Brasil na década de 1880, via Buenos Aires, na companhia de um irmão, Antonio Joaquim Tavares; porém, eles se desconstruíram nesse percurso<sup>363</sup>. Em Porto Alegre, se estabeleceu exercendo atividades de sapateiro e carpinteiro.

No diário de Malvina, seu casamento aparece como um dos primeiros registros: “Casei-me no dia 15 de outubro do ano de 1890, quarta-feira, às 5 horas e 30 minutos da tarde, pelo civil, à rua d’Azenha, número 106”<sup>364</sup>. Este acontecimento possui um enorme significado social para as mulheres da época. Afinal,

O curso dos anos de uma vida é dividido em duas etapas por um acontecimento central, o casamento. Ele funda a continuidade social e familiar. O tempo privado, portanto, compreende um ‘antes’ e um ‘depois’, e os acontecimentos que o pontuam são desigualmente repartidos entre os dois períodos [...] No fim do caminho está o casamento, seguido pelo nascimento dos filhos. Depois disso, o tempo privado transcorre de maneira bastante

---

<sup>361</sup> Ibid., p. 229 (grifo meu).

<sup>362</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 12.

<sup>363</sup> Entrevista com Flavio Tavares. Porto Alegre, 31 março 2008.

<sup>364</sup> Há, em seu diário, um anexo com o registro de casamento, assinado por Luiz Leisegneur, que fixa no dia 11 de setembro de 1890 a data do casamento civil, portanto, com um mês de antecedência ao registro feito por Malvina (Diário de Malvina Tavares 1891-1939, p. 4).

uniforme até a morte, ocupado pela educação e estabelecimento dos filhos, e balizado pelas festas familiares.<sup>365</sup>

Os ritos observados por Martin-Fugier são significativos para se tentar compreender a configuração familiar de Malvina a partir de sua escolha pelo casamento. O apontamento do nascimento dos filhos e das inúmeras mudanças de endereço contribui para que se possa rastrear seus itinerários em Porto Alegre e, posteriormente, em São Gabriel da Estrela (Cruzeiro do Sul), para onde será transferida em 1898.

O laço matrimonial de Malvina e José Joaquim possui, talvez, uma característica atípica para a época: a união religiosa ocorreu quase seis anos mais tarde. Informa ela: “Casei-me religiosamente na Igreja de São Rafael no dia 12 de janeiro de 1896 após 5 anos e meses de casada pelo civil”<sup>366</sup>.

O casal Hailliot Tavares teve seis filhos: Edmundo (em 18 de agosto de 1891), Alcida (em 21 de março de 1894), Aristides (em 29 de agosto de 1895), Georgina Honorina (em 11 de dezembro de 1897), Manoel (em 29 de novembro de 1899) e Maria Henriqueta (em 06 de dezembro de 1901). Os quatro primeiros nasceram em Porto Alegre e os dois últimos em São Gabriel da Estrela. Além destes, a segunda filha do casal morreu prematuramente em 1893. Malvina registrou sua dor com esse fato: “Perdi minha querida filha Aurora, a 7 de março de 1893 com 2 meses de idade, também repentinamente às 7 horas da manhã. Dorme lá no céu, querido anjo”<sup>367</sup>.

Ao lado das anotações sobre o nascimento dos filhos, sobrinhos, netos e afilhados em seu diário, aparece também o apontamento do falecimento de seu pai, François, em 05 de setembro de 1883 – que não chegou a concluir a matriz de Encruzilhada do Sul<sup>368</sup> – e de sua mãe, Henriette, em 11 de novembro de 1892, além do sogro, Manoel Joaquim Tavares, que morreu em 12 de abril de 1897, e da sogra, Ana Custódia Tavares, em 26 de março de 1914, ambos em Portugal. Aliás, é muito provável que os pais de José Joaquim nunca tenham vindo ao Brasil.

Sobre a morte de Henriette, Malvina deixou anotado um pequeno epitáfio: “Faleceu minha benditosa mãe a 11 de novembro de 1892, repentinamente às 6 horas da

---

<sup>365</sup> MARTIN-FUGIER, Anne. op. cit., p. 235.

<sup>366</sup> Ibid., p. 4.

<sup>367</sup> Ibid., p. 10.

<sup>368</sup> Após a morte de François Hailliot, em 1883, Antonio Labriola ficou encarregado de dar prosseguimento à obra iniciada pelo mestre francês há dezessete anos (FOSSA, Humberto Castro. op. cit., p. 69).

tarde. Querida mãe, descansastes dos desabores deste mundo, paz à vossa alma [...] suaviza-me a saudade, aceitando este tributo de filial amizade”<sup>369</sup>.

Ou seja, o diário servia também para que Malvina periodizasse a sua existência, tomando como marcos acontecimentos da vida familiar: casamento, nascimento dos filhos e desaparecimento de entes queridos.

Profissionalmente, os itinerários de Malvina, após a conclusão de sua formação na Escola Normal, têm contornos pouco claros, pois não existem registros de vínculos seus com escolas de Porto Alegre. Ao que tudo indica, isso se deve não apenas ao possível extravio de documentação, mas sobretudo ao fato de que o exercício do ensino particular era livre, não havendo dados sobre sua estrutura, pois “as escolas recusavam-se, em grande parte, a enviá-los”<sup>370</sup>.

Entre 1890 e 1899, a família Hailliot Tavares mudou-se inúmeras vezes. Na rua d’Azenha, Malvina registrou o deslocamento da família em duas ocasiões: 15 de março de 1891 e 01 de julho de 1893. Posteriormente, a família se transferiu para o Arraial da Glória, mais exatamente em 02 de fevereiro de 1897 e, finalmente, para uma residência particular, em 28 de fevereiro do mesmo ano, ou seja, vinte e seis dias após a mudança anterior.

É aqui, no entanto, que reside uma informação intrigante: no diário de Malvina, ela registrou com euforia a realização do sonho de aquisição da casa própria neste último endereço, em fevereiro de 1897, quando anotou: “nos prestou o seu valioso serviço na construção desta casinha o nosso bom amigo e hábil pedreiro Vicente Schmitt”<sup>371</sup>. Entretanto, em 1898, uma pequena nota em seu diário informa: “Fiz concurso para a cadeira de Encruzilhada nos dias 11, 12 e 13 de julho de 1898. Fui nomeada no dia 19 do mesmo e tomei conta do magistério no dia 22 de agosto de 1898”<sup>372</sup>.

Na documentação oficial, o registro de sua nomeação confirma este acontecimento:

Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, nomeia Julia Malvina Hailliot Tavares para reger efetivamente a terceira cadeira, de 1ª entrância, do sexo masculino da vila da **Encruzilhada**, com os vencimentos marcados em lei visto ter sido aprovada em concurso.

---

<sup>369</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 10.

<sup>370</sup> SCHNEIDER, Regina. op. cit., p. 283.

<sup>371</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 14.

<sup>372</sup> Ibid., p. 26.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 19 de julho de 1898. Antonio Augusto Borges de Medeiros, n. 685 (salário de 5.000 réis)<sup>373</sup>.

Neste momento, os acontecimentos se precipitam: “Saímos de nossa casa no dia 23 de julho de 1898 e de Porto Alegre para Encruzilhada, no dia 9 de agosto do mesmo ano, chegamos a Encruzilhada no dia 19 de agosto. Tomei conta de minha cadeira no dia 22 do mesmo”<sup>374</sup>.

Contudo, em 1899, Malvina foi novamente transferida, dessa vez para o então inóspito vilarejo de São Gabriel da Estrela:

Decreto nº. 293 de 08/02/1900: determina as escolas que devem funcionar durante o corrente exercício na 3ª região – município de Lajeado: 1ª entrância: 5ª aula mista: professora Julia Malvina Hailliot Tavares, em São Gabriel da Estrela<sup>375</sup>.

Em seu diário, consta uma referência a essa mudança: “Parti de Encruzilhada no dia 20 de março de 1899, chegando em minha nova residência, São Gabriel da Estrela a 27 de março do mesmo às 7 horas da manhã, abrindo a aula a 28 do dia seguinte”<sup>376</sup>. É possível observar nesta breve anotação o rearranjo que Malvina experimentou em sua vida em um espaço de tempo relativamente curto, o que lhe trouxe, possivelmente, insegurança e incertezas afetivas e profissionais.

Tais mudanças talvez coincidam com a assertiva de Flávio Tavares de que a avó não foi exatamente transferida, mas ‘removida’, embora com uma ligeira margem de erro cronológico, próprio das artimanhas da memória. Tavares comenta, em trecho já citado anteriormente, que:

No início do século, minha avó Malvina Hailliot Tavares aboliu a palmatória na sua escola ‘sem pedir licença ao governo’, num gesto tão ousado e inovador que ela – mulher requintada, filha e neta de barões franceses – acabou removida e confinada nos cafundós da zona de imigração alemã do Rio Grande do Sul. Só aí pôde lecionar em paz, sem que os inspetores de ensino a obrigassem a educar arrebatando as mãos da criança<sup>377</sup>.

Como já foi comentado no capítulo anterior, a lembrança de Flávio Tavares remete ao desejo de construir uma avó heróica e libertária. Porém, uma outra

---

<sup>373</sup> Livro de Registro de Títulos - Nomeação de Julia Malvina Hailliot Tavares, Livro 11 – 1898-1899 – I-126. AHRs (Grifo meu).

<sup>374</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 14.

<sup>375</sup> Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior 1900, p. 131. AHRs.

<sup>376</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 14-15.

<sup>377</sup> TAVARES, Flávio. op. cit, p. 73.

possibilidade pode ser levantada: a motivação dessas inúmeras mudanças foram as questões que envolviam a vida profissional de Malvina, ou seja, foram seus interesses que levaram o casal e os quatro pequenos filhos, na época, para São Gabriel da Estrela, onde permaneceram até o final de suas vidas.

Nesse sentido, a base financeira da família parece se concentrar em Malvina, que registra toda a contabilidade em seu diário. Tal característica percebida em sua trajetória, embora incomum para a época, guarda paralelo com outros casos. No diário de Helena Morley, que viveu no interior de Diamantina, Minas Gerais, nesse contexto, encontro o interessante registro de uma conversa sua com a avó que lhe fala: “Veja só que mulher extraordinária é sua tia. Por isso é que ela com os oitenta mil-réis da escola vive tão bem, sustenta a casa e as irmãs e ainda convida pessoas para jantar como você vê. É o segredo dela, minha filha; aprenda tudo e não perca nada”<sup>378</sup>. O exemplo da tia de Morley torna a situação de Malvina ainda mais singular, afinal, ao contrário daquela, a professora gaúcha ao gerir as finanças domésticas, isenta o esposo de uma atividade que em geral era realizada pelos maridos.

Ao findar o ano de 1899, uma epígrafe de Malvina talvez encerre uma década de muitas transformações pessoais e profissionais: “A saudade nos fala do passado; a esperança do futuro; aquela tem a poética tristeza do crepúsculo; e esta a alegria risonha da aurora”<sup>379</sup>. Entre as experiências do passado e as expectativas com o futuro, a personagem reconfigurou vários de seus projetos tendo em vista o *campo de possibilidade* que também se alterava como se observará no próximo capítulo.

#### 2.4.2 Ana Aurora

Ao contrário de Malvina, Ana Aurora preferiu o celibato. A professora riopardense foi uma mulher solteira de ‘livre escolha’ e, ao longo de toda sua existência, viveu ao lado das irmãs Zamira e Carlota.

Em 1883, Ana Aurora assumiu a regência de uma aula do sexo masculino em João Rodrigues, distrito do Couto (hoje Ramiz Galvão), nos arredores de Rio Pardo, permanecendo nessa escola até sua promoção em 1888<sup>380</sup>. Seu título de nomeação data de 28 de junho de 1883, emanado do Palácio do Governo, em Porto Alegre. Em 09 de

---

<sup>378</sup> MORLEY, Helena. op. cit., p. 24.

<sup>379</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 51.

<sup>380</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 30.

novembro de 1888, Ana Aurora foi promovida para a primeira cadeira do segundo grau do sexo masculino em Rio Pardo.

Os acontecimentos político-sociais que marcaram o país na transição do Império para a República, culminando no estado do Rio Grande do Sul com a Revolução Federalista entre 1893 e 1895, tiveram efeitos decisivos sobre a trajetória de Ana Aurora.

Conforme Walter Spalding, a irmã de Ana Aurora, Carlota, teria escrito versos em honra a Gumercindo Saraiva, então um dos principais líderes federalistas, e, conseqüentemente, da oposição ao governo republicano castilhista que, naquela conjuntura, ocupava o poder na Província. Embora esses versos não tenham sido publicados em nenhum jornal da época, tornaram-se públicos de alguma maneira, o que levou Julio de Castilhos a transferir Ana Aurora para Vila Rica (hoje Julio de Castilhos), terra natal do líder republicano. A professora rio-pardense, entretanto, renunciou ao cargo público:

Cidadão Presidente, Ana Aurora do Amaral Lisboa, professora da 1ª cadeira do sexo feminino, da cidade de Rio Pardo, vem declarar-vos que não aceita a sua remoção para Vila Rica e que nesta data vos apresenta a sua demissão, considerando-se desde este momento exonerada do cargo que exerceu<sup>381</sup>.

A longa carta da qual o fragmento acima foi extraído é, sobretudo, um manifesto político de reafirmação de suas convicções pessoais. Décadas depois deste ocorrido, em 1937, ela retomou o assunto numa carta dirigida a Getulio Vargas:

Exerci o magistério público durante 10 anos, sendo 6 em distrito rural e 4 nesta cidade como professora do 2º grau por acesso. Em 1893 fui removida, sem explicação alguma dos motivos de tal remoção para Vila Rica. Ofendida em meus sentimentos de professora estritamente cumpridora de seus deveres, como foi comprovado então, pelos protestos das autoridades escolares desta cidade, renunciei ao magistério público e abri no mesmo ano o 'Colégio Amaral Lisboa' associada à minha irmã Zamira do Amaral Lisboa que já lecionava particularmente<sup>382</sup>.

Em meio à turbulência político-social que marcou esse momento, após ter renunciado ao magistério público, Ana Aurora associou-se a Zamira na fundação do Colégio Amaral Lisboa, que se manteve com poucos recursos até 1927 quando fechou definitivamente suas portas. Ao ser inaugurado em 1893, do total de 19 alunos

---

<sup>381</sup> Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Julio de Castilhos, 10 jan 1893 (AHRP).

<sup>382</sup> Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Getulio Vargas, 1937 (AHRP).

matriculados, 8 foram retirados em virtude do envolvimento da família e, em especial, de Ana Aurora, na Revolução Federalista que se iniciava<sup>383</sup>.

A postura política de Ana Aurora vai ao encontro das decisões que ela tomara nesta circunstância, atraindo sobre si uma enorme rejeição político-partidária de lideranças do PRR. Para Spalding, politicamente ela se caracterizava por ser: “Católica e liberal, vendo em Gaspar da Silveira Martins, - o tribuno incomparável dos pampas, - o defensor máximo da liberdade no Rio Grande do Sul e no Brasil, sua ideologia política aí se fixou”<sup>384</sup>.

A professora rio-pardense esteve envolvida nos rumos da Revolução Federalista, como fica evidente num manifesto encabeçado por ela, datado de 19 de maio de 1893, que solicitava auxílio financeiro aos feridos e prisioneiros do Exército Libertador, na pessoa do general Joca Tavares: “Por mais obscura e limitada que seja ou deva ser a missão da mulher na sociedade, não pode ela ser indiferente às desgraças de sua terra natal, porque, como diz um escritor, o amor da pátria fulgura como partilha de ambos os sexos”<sup>385</sup>.

Um fato decorrente das tensões políticas que assolaram o Rio Grande do Sul opondo federalistas e castilhistas marcou a vida de Ana Aurora. Naquela conjuntura, o mal-estar e o ódio partidário direcionavam os ânimos para uma atmosfera de perseguições e suspeitas, culminando com a prisão, em 24 de setembro de 1893, dos irmãos Lisboa: Alfredo, Adolfo e Frederico.

O ‘fósforo poético’ deste acontecimento foi uma ode a Gumercindo Saraiva, escrita mais uma vez por Carlota do Amaral Lisboa<sup>386</sup>, e enviada a uma liderança castilhista rio-pardense, o senhor Neumann, provável delator dos irmãos Lisboa. Em represália, Ana Aurora recebeu dias depois uma carta anônima do Sr. F. que trazia a seguinte mensagem:

É para admirar que talentos raros como o vosso não dê para pensar, que **essa não é a missão da mulher, deixar o lar doméstico, para vir intrometer-se em política**. Com tanto cultivo de inteligência não pensais que a mulher, **principalmente a solteira**, e sem pai não deve arrojarse a vir provocar homens? Não pensais que a mulher deve em todo o tempo dar-se ao respeito? Para ser respeitada? E desde que se dispa do recato de uma senhora para vir

---

<sup>383</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 81

<sup>384</sup> Ibid., p. 36.

<sup>385</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Rio-Pardenses! 1893 (manifesto) AHRP.

<sup>386</sup> Um trecho do poema de Carlota diz o seguinte: “Cada teu feito é uma glória; que nas páginas da História; um dia fulgurarás; e teu nome em letras d’ouro; será, Saraiva, um tesouro que a Pátria venerará”. AHRP.

provocar homens, principalmente quem nunca lhes ofendeu, **deixa de ser uma senhora, é uma mulher qualquer?**<sup>387</sup>

A artilharia misógina do Sr. F. é ilustrativa para se pensar nas desiguais relações de força entre homens e mulheres naquele contexto<sup>388</sup>. A advertência do autor é evidente: ele chama a atenção da ‘veneranda’ para que assuma seu ‘verdadeiro papel feminino’, lembrando-a de que na esfera pública do embate político não há lugar para mulheres, especialmente uma mulher solteira sem a ‘proteção’ marital.

Ao ridicularizá-la, o autor retoma em seu discurso o debate em curso naquele momento, apresentado nos itens anteriores deste capítulo, sobre a ‘missão da mulher’ como esposa/mãe. Ao intrometer-se em assuntos ‘que não lhe diziam respeito’, Ana Aurora acabou duplamente repreendida: por ser uma mulher que ousou assumir um papel masculino e por ser solteira.

Em meio aos acontecimentos sangrentos da Revolução Federalista, Ana Aurora decidiu ‘limpar a honra de sua família’, e, sobretudo, a sua própria. A 24 de setembro de 1894 – exatamente um ano após ter recebido a carta anônima –, resolveu dar um ‘susto’ no homem que foi o responsável pela ofensa: “Armada de revólver [foi] à casa do comerciante a fim de obrigá-lo a pedir desculpas, em público, confessando sua infâmia, ou a fugir espavorido”<sup>389</sup>.

Em 1895, Ana Aurora publicou o inflamado *Minha Defesa*, onde relata minuciosamente todo esse processo. Conforme a autora, naquela tarde, ao chegar à casa comercial do major Antero Fontoura – o Sr. F. –, autor da carta anônima:

Tirei então o revólver de debaixo da capa e apontei-lhe à altura da cabeça. A cena que então se passou merecia ser descrita por outra pena que não a minha. Com o terror pintado no semblante, o denodado insultador de **mulheres indefesas** recuou alguns passos: em seguida, abaixando-se para evitar o tiro, com as mãos na cabeça, como que para preservá-la, correu, sempre abaixado, para o fundo da loja, e acorrou-se atrás do balcão, entre uns caixões que ali havia com peças de fazenda.<sup>390</sup>

Ao se referir a si mesma como uma ‘mulher indefesa’, Ana Aurora serve-se espertamente dos estereótipos da época, alegando uma ‘natural’ fragilidade física com o

---

<sup>387</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 47. (Grifo meu).

<sup>388</sup> Discutirei essa questão mais amplamente no capítulo seguinte, embora já tenha esboçado algumas considerações sobre o tema na Introdução desta tese.

<sup>389</sup> Ibid., p. 50.

<sup>390</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *A Minha Defesa*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria Americana, 1895, p. 36-37 (grifo meu).

intuito de ‘desmasculinizar’ o oponente (representado como covarde e medroso). Esta circunstância constitui-se, talvez, em um dos marcos para a construção na memória historiográfica do feminismo da ‘veneranda’.

Por este ato, a professora rio-pardense precisou responder a um processo - infelizmente não localizado - e, embora tenha sido absolvida, o acontecimento teve desdobramentos contundentes em sua trajetória. Se, por um lado, ela recebeu apoio de alguns, como, por exemplo, de Francisco Prestes que, num breve telegrama, informou: “Ciente do fato ontem ocorrido entre vós e o senhor cidadão Antero Fontoura e sendo possível que venhas a carecer de um advogado, tenho a honra de oferecer-vos o meu patrocínio, fraco, porém, interessado”<sup>391</sup>; por outro lado, foi alvejada, anos mais tarde, de maneira sarcástica, pela pena de um republicano anônimo no jornal *A Federação*, que se referiu à professora como a ‘generalá libertadora Aurora’. Nesta crônica, o autor sai em defesa do recém falecido Sr. F. ou Antero Fontoura:

[...] Nada mais natural que a professora, que tem punhos para desferir um revólver contra seu semelhante, não trema em firmar a riste declaração de que foi ela quem infamou a memória de um morto! D. Aurora é uma mulher muito homem para isto.<sup>392</sup>

A crítica feroz direcionada anonimamente pelo republicano à Ana Aurora é uma resposta a publicação de *Minha Defesa* dois anos antes pela ‘veneranda’. Impregnado de escárnio, a crônica intitulada *Por uma aurora* ridiculariza-a copiosamente:

Nós já sabíamos que dona Aurora é de faca na bota e cabelinho na venta. Se, se habituasse ao uso de bombachas, teria feito parte do *exército libertador* [entretanto] é apenas uma paródia de Louise Michel. É um micróbio de agitadora rio-grandense.<sup>393</sup>

O texto anônimo do republicano é bastante similar à advertência de Antero Fontoura à Ana Aurora citada mais acima, que desencadeou todo esse processo. Nas entrelinhas desses discursos masculinos, reforça-se a inviabilidade da inserção feminina na esfera pública e, na esteira desta ‘proibição’ nem tão velada assim, manifesta-se um aguerrido desprezo por *antiprendas* metidas como a ‘veneranda’.

---

<sup>391</sup> Correspondência de Francisco Prestes à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 25 set 1894. AHRP.

<sup>392</sup> *A Federação*. Porto Alegre, 10 jul. 1897, p. 1

<sup>393</sup> *Ibid.*

### 2.4.3 Malvina e Ana Aurora: *antiprendas*?

A imagem essencialista do ‘ser mulher’, calcada na ideia de uma natureza imutável e invariável, perpassou indiscutivelmente o século XIX. Nos inúmeros discursos trazidos aqui, foi possível perceber o quanto os papéis femininos estiveram atrelados à invisibilidade na esfera pública. Entretanto, a análise empreendida neste capítulo permitiu evidenciar os paradoxos e tensões constitutivas dessa situação.

Motivadas por suas convicções pessoais e perspectivas profissionais, Ana Aurora e Malvina realizaram sua formação educacional no mais alto nível permitido às mulheres sul-rio-grandenses naquela circunstância (Escola Normal); porém, infringiram as prescrições sociais dominantes num *campo de possibilidades* pouco flexível à inserção feminina na esfera pública. A inconformidade que essas duas mulheres manifestaram resultou em suas remoções profissionais: Ana Aurora em 1893 e Malvina em 1899. A professora rio-pardense preferiu a demissão do cargo público em função de sua postura política; já a ‘mestra’ encruzilhadense percebeu, talvez, em sua transferência, a possibilidade de continuar sua ‘ação libertária’ (ou, ao menos, menos autoritária, tendo em vista as concepções pedagógicas da época) em outro lugar. Essas decisões iriam influenciar suas vidas pelas décadas seguintes.

Assim, a imagem simbólica da *antiprenda* ajuda a compreender e dar sentido às trajetórias das duas professoras. Em 1894, Ana Aurora publicou um emblemático manifesto feminista, que, em suas palavras, representa um gesto de insatisfação, insubmissão e ousadia:

Não se negue à mulher certos direitos que não são, nem podem ser, privilégio exclusivo do homem, tais como o de defender-se, como puder quando é atacada, e o de ter ideias, de pensar, de julgar, enfim, de externar, quando lhe aprouver o seu juízo sobre as coisas e os acontecimentos<sup>394</sup>.

Enviada aos confins de um lugar quase despovoado, a persistência de Malvina nesta conjuntura se expressa em um pequeno fragmento registrado em seu diário nesta época, quase como uma ‘filosofia de vida’: “A paciência é uma árvore cujas raízes amargam, mas, que produz frutos assaz doces”<sup>395</sup>.

---

<sup>394</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. A mulher e a sua missão na sociedade. *A Reforma*, Porto Alegre, 10 ago. 1894, p. 4.

<sup>395</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 51.

Nesses, como em outros casos, as inúmeras restrições explícitas e implícitas à atuação pública da mulher foram respondidas pelo ‘silêncio’, através do segredo do diário – no caso de Malvina – ou da circulação (quase) invisível da correspondência de Ana Aurora.

Com palavras e atitudes públicas, ‘semi-públicas’ e privadas, e enfrentando inúmeros limites próprios de seu tempo (e de outros também...), as *antiprendas* aqui enfocadas construíram suas vidas, exploraram as possibilidades de situações adversas e conseguiram perenizar marcas de suas existências.

### 3 Malvina e Ana Aurora no alvorecer do século XX: as experiências afetivas e o trabalho

No primeiro capítulo, procurei recuperar as trajetórias de Malvina e Ana Aurora a partir dos vestígios historiográficos e memorialísticos situados no intervalo entre o presente desta narrativa e suas mortes. No segundo, o *zoom* de minha análise distanciou-se até o último quarto do século XIX, destacando os itinerários iniciais das duas professoras. Agora, neste terceiro capítulo, procurarei concentrar minha atenção em suas experiências profissionais e afetivas nas primeiras décadas do século XX.

#### 3.1 A mítica Rio Pardo e a próspera São Gabriel da Estrela

No início do século XX, Ana Aurora e Malvina já eram duas *mulheres balzaquianas*<sup>396</sup>, instaladas em Rio Pardo e São Gabriel da Estrela, respectivamente. É possível acreditar que as relações sociais em comunidades menores como essas tivessem seus próprios códigos para sinalizar mensagens que fortalecessem um modelo de conduta condizente a mulheres e homens ‘honestos’: “o olhar da vizinhança pesa sobre a vida privada de cada um e o que dela aflora: ‘O que dirão?’. A desaprovação, a tolerância, a indulgência dos vizinhos têm a força dos Dez Mandamentos”<sup>397</sup>. Como diria Perrot, referindo-se à França oitocentista:

Aqui, importa-nos menos o espaço e mais ‘as pessoas’, os vizinhos, que raramente são escolhidos e constituem o olhar do Outro, do qual é preciso se defender e, ao mesmo tempo, conquistar sua estima. Os vizinhos estabelecem um código de decência da casa e da rua, norma que o indivíduo deve acatar para ser aceito, e que tende a reproduzir o mesmo e excluir o diferente: o estrangeiro.<sup>398</sup>

O cotidiano dessas duas mulheres estava, portanto, cerceado por *micro-poderes*<sup>399</sup> constituídos naquele *campo de possibilidades*. Esses pequenos poderes

---

<sup>396</sup> BALZAC, Honoré de. *A Mulher de Trinta Anos*. Porto Alegre: L&PM, 1999. O termo ‘balzaquiana’ designa a mulher ‘madura’ de trinta anos, expressão que decorre do romance *A Mulher de Trinta Anos* (1831). A palavra ‘balzaquiana’ merece uma atualização. Ao longo desses quase dois séculos que separam o uso do termo na sua origem e o presente desta narrativa, a definição de ‘mulher madura’ naturalmente sofreu alteração, porém, para fins desta narrativa, preservo apenas seu sentido metafórico no que se refere à maturidade feminina.

<sup>397</sup> PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 121-185, p. 177.

<sup>398</sup> *Ibid.*, p. 177.

<sup>399</sup> Em sua análise sobre como os micro-poderes se exercem ao nível cotidiano, Foucault entende que esses atuam e expandem-se em diversos pontos da rede social. Periféricos em relação ao poder central - o

atuam dispersivamente “[...] na produção dos pensamentos, dos seres e das coisas por todo um conjunto de estratégias e de táticas em que a educação, a disciplina, as formas de representação revestem-se de uma importância maior”.<sup>400</sup> De outro lado, ambas valeram-se das brechas destes poderes, utilizando-se dos espaços e das tarefas a elas conferidas enquanto educadoras para se tornarem figuras proeminentes em suas comunidades.

### 3.1.1 Rio Pardo

Após Ana Aurora retornar de Porto Alegre a sua cidade natal em 1883, após ter concluído seus estudos na Escola Normal, ela permaneceu em Rio Pardo até a sua morte em 1951.

As informações sobre Rio Pardo no início do século XX se dissipam, pois a ‘heróica’ cidade sulina onde Ana Aurora permaneceu por toda a sua vida sofreu desde essa época uma estagnação econômica.<sup>401</sup> Se os indícios sobre a história ‘oficial’ de Rio Pardo, nos séculos XVIII e XIX, são abundantes nos escritos de viajantes, cronistas e historiadores; posteriormente, há uma lacuna de fontes documentais relativas à cidade.

Na pesquisa de Mylius sobre a construção da identidade social em Rio Pardo, evidencia-se a perspectiva de uma *memória coletiva* aparentemente esvaziada no século XX e que se refugia nos dois séculos anteriores. O trabalho de *enquadramento da memória* que se alimenta do material fornecido pela história proposto por Pollak<sup>402</sup> e referido no primeiro capítulo desta tese serve aqui como um interessante eixo de compreensão:

Todas as vezes que conversei com os moradores de Rio Pardo sobre a cidade e sobre o que significa ser rio-pardense, estes fizeram referência ao passado reproduzindo, de certa forma, o que a história oficial conta. A ‘origem’ do município é buscada constantemente na historiografia e é uma importante

---

Estado -, esses poderes estão sempre produzindo novas articulações de poder. Portanto, é importante observar a rede de minúsculos poderes que constituem uma sociedade, ou seja, os chamados poderes centrífugos, locais, familiares. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 149. Nesta mesma perspectiva, para Perrot, “[...] se as mulheres não têm o poder no sentido restrito do termo, elas têm a influência muito mais difusa e eficaz nos costumes [na medida em que elas] controlam os fios do poder político e da vida doméstica” PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 264-266.

<sup>400</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 263.

<sup>401</sup> MYLIUS, Leandra. *Entre o passado, o presente e o futuro*. Estudo antropológico sobre a construção da identidade social na cidade de Rio Pardo/RS. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2003. Ao que parece, tal estagnação decorre de um longo processo histórico de perdas, desde que deixou de ser entreposto comercial, ainda no século XIX.

<sup>402</sup> POLLAK, Michael. op. cit., 1989, p. 09-10.

referência para situar não só a cidade, mas também os rio-pardenses na relação com os outros municípios do Rio Grande do Sul e seus habitantes.<sup>403</sup>

Se, de um lado, as fontes documentais sobre a cidade de Rio Pardo ao longo do século XX se tornam gradativamente escassas<sup>404</sup>; de outro, a professora Ana Aurora experimenta em vida um processo de monumentalização, tornando-se uma espécie de personagem-monumento materializada especialmente na estátua de bronze numa praça da ‘mítica’ Rio Pardo e na sua biografia escrita pelo amigo Spalding. Assim, o *vulto histórico* da professora entrelaça-se ao passado mais remoto da ‘heróica’ cidade.

### 3.1.2 São Gabriel da Estrela

O pequeno distrito de São Gabriel da Estrela pertenceu ao município de Lajeado<sup>405</sup> até a década de 1960 quando foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4615, de 22 de novembro de 1963.<sup>406</sup> Em 1939, através do Decreto nº 7.842, de 30 de junho de 1939, o nome de São Gabriel da Estrela foi alterado para Cruzeiro do Sul, porém, pouco depois foi imposto o nome de Setembrina. Inconformada, a comunidade solicitou a volta da denominação anterior e, através da Lei Municipal nº 99, de 16 de abril de 1949, restabeleceu-se a denominação anterior de Cruzeiro do Sul.<sup>407</sup>

Localizado à margem direita do rio Taquari, o distrito de São Gabriel da Estrela começou a ser povoado na década de 1850; com a doação de sesmarias, os moradores se estabeleceram nessa região ribeirinha. No que se refere aos aspectos físicos, “Cruzeiro do Sul apresenta topograficamente duas regiões distintas, sendo que as áreas que margeiam o rio Taquari são planas e de alta fertilidade, enquanto que as áreas localizadas a Oeste são mais acidentadas e menos férteis”.<sup>408</sup>

---

<sup>403</sup> MYLIUS, Leandra. op. cit., p. 49.

<sup>404</sup> No periódico *Rio Grande do Sul em Revista* é possível ler num breve fragmento de 1928 o seguinte: “O município de Rio Pardo, por suas heróicas tradições, opulentas riquezas naturais e sugestivo progresso, é bem digno de inveja”, p. 303 (AHPA).

<sup>405</sup> Conforme *Rio Grande em Revista*, 1928, p. 303 (AHPA). O município de Lajeado desmembrou-se de Estrela e foi elevado à categoria de vila, com este nome, pelo Ato Estadual n. 571, de 21 de janeiro de 1891, instalada em 25 de fevereiro do mesmo ano. Lajeado constituiu desde então uma circunscrição municipal que compreendia seis distritos administrativos. São Gabriel da Estrela era o 6º distrito do município.

<sup>406</sup> <http://www.prefeituracruzereidosul.com.br/historico.htm>. Acesso em: 25 ago 2008.

<sup>407</sup> FERREI, Gino. *Cruzeiro do Sul*. História do Rio Taquari-Antas. Encantado: Grafem, 1991. p. 124

<sup>408</sup> FREIRE, Nadia Maria Schuch. *Mulher, trabalho e capital no campo*. Um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul – RS. Porto Alegre, PPGE, UFRGS, 1984. Tese (Doutorado em Economia Rural e Sociologia Rural), p. 62.

O núcleo original desenvolveu-se a partir da Fazenda São Gabriel pertencente ao casal João Xavier de Azambuja e Laura Centeno de Azambuja que se estabeleceram na propriedade por volta de 1848.<sup>409</sup> Com a morte do marido, dona Laura doou o terreno para a construção da capela de São Gabriel do Arcanjo - hoje a Igreja Matriz -, sendo desde então considerada a fundadora do povoado.

O imponente casarão da família Azambuja é o símbolo histórico mais expressivo da cidade, conhecido como ‘Casa do Morro’ ou ‘Casa Branca dos Arcos’. Hoje, a casa abriga a Biblioteca de Cruzeiro do Sul, além de manter a mobília colonial da família.<sup>410</sup> A título de curiosidade, vale lembrar que o Solar dos Azambuja envolve a fama de mal assombrado, uma crendice popular conforme Casagrande. Segundo Ferri:

A 12 de outubro de 1892, os descendentes da família Azambuja doaram ao município de Lajeado, os terrenos para a localização da praça e logradouros públicos, que deveriam ser construídos pela municipalidade. Pelo ato nº 1.006, de 12 de agosto de 1922, o Intendente Municipal de Lajeado, João Batista de Mello, criou o 6ª distrito, com sede na localidade de São Gabriel de Estrela (Cruzeiro do Sul).<sup>411</sup>

Portanto, Malvina chegou a este pequeno vilarejo no início de sua fundação, sendo que o local se caracteriza desde então “[...] como essencialmente agrícola, constituído de pequenas propriedades que, com o decorrer do tempo e sofrendo a ação da partilha hereditária, se transformaram em minifúndios”.<sup>412</sup>

No conjunto das informações aqui referidas sobre a formação deste município – hoje chamado de Cruzeiro do Sul – não há um lugar para a trajetória de Malvina que simbolicamente constitui-se como uma personagem desconhecida da história desta cidade.

\* \* \*

Além de revelar distanciamentos e aproximações com as experiências de outras mulheres, essa breve composição dos lugares em que Malvina e Ana Aurora estiveram

---

<sup>409</sup> SCHIERHOLT, José Alfredo. Capela de São Gabriel da Estrela. *Informativo do Vale*, Lajeado, 27 jul. 1982. p. 2.

<sup>410</sup> CASAGRANDE, Gigliola. Os mistérios da Casa do Morro. *Informativo do Vale*, Lajeado, 19 jun. 1999. p. 5.

<sup>411</sup> FERRI, Gino. op. cit., p. 124.

<sup>412</sup> FREIRE, Nádia Maria Schuch. op. cit., p. 62.

inseridas do início do século XX até o final de suas vidas abre possibilidades para narrar seus itinerários vinculando-os a outros elementos próprios da época.

### 3.2 Mulheres em Cena: modelos diferenciados

As circunstâncias histórico-conjunturais que marcaram os itinerários das duas professoras e, de alguma forma, condicionaram suas relações sociais encontram no recorte cronológico estabelecido neste capítulo, talvez, o momento mais importante das trajetórias de ambas, no sentido de que existe aqui uma espécie de acomodação profissional e afetiva imbricada às vivências e escolhas anteriormente realizadas.

O *campo de possibilidades* das mulheres brasileiras ao longo da Primeira República ainda era fortemente limitado. A elas estava reservada a pré-cidadania política, na medida em que o direito de voto só lhes foi consagrado em parte em 1932. Em última instância, seu papel estava associado à maternidade, entendida enquanto prática social e modelo de conduta. O direito ao voto permanece ao longo desse período como um anseio tímido por parte de algumas, ou emblemático, na atuação de outras. A esfera pública permanece um espaço preponderantemente masculino. Assim,

Durante o período republicano prevaleceu a imagem da mulher tradicional – mãe e esposa – a despeito da presença de mulheres no movimento operário, de intelectuais no movimento anarquista. A imprensa operária descrevia as trabalhadoras através da imagem da ‘frágil costureira’, vítima das perseguições dos patrões, explorada e submissa.<sup>413</sup>

O universo feminino era então povoado por modelos diferenciados, ora contraditórios, ora complementares: o da mulher que tentava se inserir no mercado de trabalho, o da professora, o da mãe e dona de casa, entre outros. Esse era possivelmente o horizonte limítrofe diante do qual Ana Aurora e Malvina exerceram suas atividades.

Os itinerários das professoras, analisados a partir de seus indícios pessoais – como a correspondência e o diário –, têm revelado algumas características importantes acerca das ações femininas nesse contexto. Além disso, tais práticas, observadas através de discursos vigentes nessa circunstância, estabelecem inevitavelmente parâmetros relevantes sobre o conjunto de prescrições sociais incorporados ou não por essas duas mulheres.

---

<sup>413</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 269.

Na revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, o debate sobre qual deveria ser o papel da mulher nos contornos de uma sociedade moderna mostrava-se ambíguo. Em um primeiro exemplo, a ‘luta feminista’ era estimulada:

A campanha feminista significa, pelo menos, um grande sonho de liberação [...] Participante, nos dias de hoje, de todas as ásperas lutas do homem pela vida, e concorrente dele no domínio da ação intelectual, pelas ciências, pelas artes, pelas letras, a mulher não pede uma concessão: reivindica um direito – quando pretende também o seu posto na direção política da humanidade<sup>414</sup>.

Em outro exemplo, porém, ao exaltar os ‘encantos femininos’, o autor associa o ‘ser mulher’ à sua ‘natural fragilidade’:

Em que consistem os encantos da mulher? Somente em ser mulher, no seu sorriso, no seu rosto belo... Não é preciso aliar as suas formas perfeitas, as suas carnes proporcionais a sua graça e a sua agilidade. Como corrigir neste ponto a natureza caprichosa?<sup>415</sup>

Sobre imagens como essa, fixam-se as bases para a construção da inferioridade feminina e, conseqüentemente, para a ‘necessidade’ imperiosa de proteção marital.

Na *Revista do Globo*, publicada em Porto Alegre, em artigo intitulado ‘As mulheres que dirigem os destinos públicos’, é possível observar, através de um fragmento traduzido do discurso da recém empossada prefeita da cidade de Seattle nos Estados Unidos, Mrs. Landes, o quanto a assimetria profissional entre homens e mulheres estava associada às diferenças biológicas: “os homens [...] afirmou ela, ocupam-se mais com os negócios comerciais e administrativos. Dirigem-se só ao cérebro. As mulheres voltam-se para um ideal mais elevado, e falam ao coração...”<sup>416</sup>.

Este discurso, proferido em 1929, deve ser entendido no âmbito de um longo período permeado de contradições e transformações no processo de emancipação feminina e, por isso mesmo, não surpreende que mesmo uma mulher ocupando um cargo importante evoque em sua fala essa desigual relação de forças como algo ‘natural’; afinal, o enunciado de Mrs. Landes insere-se num *campo de possibilidades* em que a *invenção social* da ‘verdadeira mulher’ indica complementaridade em relação ao homem, mas nunca igualdade. Em última instância, mesmo para uma mulher que

---

<sup>414</sup> *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 13/04/1929, n. 23, p. 4.

<sup>415</sup> *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 22/06/1929, n. 37, p. 5.

<sup>416</sup> *Revista do Globo*, Ano I, n. 13, Porto Alegre, 13 de junho de 1929, p. 41.

atingiu um nível tão significativo na esfera pública, a caracterização de sua condição feminina parece estar irrevogavelmente associada à desigualdade de gênero.

Pautado no entendimento da imutabilidade da natureza, o enunciado comteano de que “o afeto é dado à mulher e o intelecto ao homem”<sup>417</sup>, ainda que bem anterior em termos cronológicos, perpassa o panorama em que se cristalizam discursos como o de Mrs. Landes. Segundo Fraisse, “Para Comte, as mulheres estão num ‘estado de infância radical’, pertencem à família, à vida doméstica fundada na hierarquia dos sexos; elas são não as iguais, mas as companheiras do homem”.<sup>418</sup>

Na imprensa gaúcha, pontos de vista como esses também se difundem: “A mulher foi sempre, desde os primeiros albores do cristianismo, a fina flor da piedade e da concórdia, do heroísmo, da resignação e do amor universal [...] A mulher foi sempre sentimento e por isso vive mais pelo coração”, ressaltava o articulista Alvaro Sérgio Massera nas páginas do órgão oficial do PRR, *A Federação*.<sup>419</sup>

Em outra esfera de debates, perpetua-se o mesmo discurso, fortalecendo essa concepção do ‘verdadeiro papel da mulher’. Lançada originalmente em 1922, a obra de Austregésilo Lima traz à tona um leque de informações legitimado pelo discurso científico da época. Em sua ambição, o autor mostra-se favorável à ‘emancipação feminina’ em curso e esboça aquilo que ele chama de a ‘verdadeira missão da mulher’. Em sua narrativa, ressoam contribuições de Tito Livio de Castro<sup>420</sup>, embora ele procure distanciar-se do ponto de vista ‘retrógrado’ deste. Escrevendo quase trinta anos após a publicação de Castro, Austregésilo posiciona-se como um admirador das mudanças, desde que a mulher não ignore seu destino ‘natural’ que, em última instância, estava vinculado ao matrimônio e à maternidade.

Citando o neurologista, fisiologista e antropólogo italiano Paolo Mantegazza (1831-1910) – que, na sua popular obra *Fisiologia da Mulher*, acerca da capacidade intelectual feminina, afirmava: “[...] foi e será sempre menos inteligente do que o homem, e o traço geral da sua capacidade intelectual é comparável ao infantil”<sup>421</sup> – Austregésilo procurou enfatizar que não concordava com tal consideração, embora não se contrapusesse frontalmente às ponderações do autor italiano.

---

<sup>417</sup> FRAISSE, Geneviève. op. cit., p. 74.

<sup>418</sup> Ibid., p. 74.

<sup>419</sup> MASERA, Alvaro Sérgio. A Mulher Rio-Grandense. *A Federação*, Porto Alegre, 05-12-1923.

<sup>420</sup> Referi-me a este autor no Capítulo II desta tese.

<sup>421</sup> MANTEGAZZA apud AUSTREGESILO, op. cit., p. 87.

Foi justamente a partir de pesquisas como esta que Austregésilo construiu o seu arcabouço teórico a respeito do que considerava ser a ‘mulher brasileira’ e sua missão, afirmando nesse sentido que “a alma da mulher nacional é cheia de religião, e às vezes cândida; possui a santa ingenuidade que a coloca no abandono das coisas”.<sup>422</sup> Para ele, “[...] a Igreja redimiu a mulher, elevou-a, colocou-a no lugar de primazia que lhe compete [...] a missão da mulher definiu-a a palavra do Criador: Não é bom que o homem esteja só; façamos-lhe um auxiliar”.<sup>423</sup>

Outro exemplo deste tipo de posicionamento: nas *Cartas Encíclicas* de 1938, percebe-se a permanência do padrão familiar almejado pela Igreja Católica mesmo depois do recorte cronológico proposto para este capítulo:

Negando à vida humana todo caráter sagrado e espiritual, essa doutrina considera naturalmente o matrimônio e a família como instituição puramente artificial e civil [...] Para o comunismo particularmente não existe vínculo algum que prenda a mulher à família e ao lar doméstico. **Proclamando o princípio da emancipação da mulher, afasta-a da vida doméstica e da assistência à prole, para levá-la à vida pública e às atividades coletivas.**<sup>424</sup>

O alvo das contundentes críticas eclesiais era certamente o modelo socialista em curso em alguns países num contexto de enormes tensões políticas que esboçavam um painel que rumaria para a II Guerra Mundial no ano seguinte. Na esteira da condenação discursiva da Igreja diante da ameaça comunista, apregoa-se a permanência da mulher no lar. O alcance dessa orientação eclesial acaba por influir inevitavelmente na estrutura familiar, nos papéis femininos e conseqüentemente na conduta de mulheres como Ana Aurora e Malvina.

Nos textos de alguns mentores do Apostolado Positivista, a preocupação com o afastamento da mulher da vida doméstica é muito semelhante ao discurso eclesial:

Ao mesmo tempo tiram a Mulher para a vida industrial, empregando-a nas repartições públicas, nas oficinas, em todos os ofícios masculinos, em suma. Tudo porque se quer desconhecer que o homem deve sustentar a Mulher, para que a Família – que é o elemento natural da sociedade e, portanto, fatal, - se desenvolva cada vez melhor, permitindo a plena sistematização da função moral da mulher.<sup>425</sup>

---

<sup>422</sup> AUSTREGESILO, op. cit., p. 93.

<sup>423</sup> Ibid., p. 146.

<sup>424</sup> Pio XI. *Cartas Encíclicas sobre: ‘o comunismo ateu’, ‘nazismo no império alemão’ e ‘carta apostólica ao episcopado mexicano’*. Rio de Janeiro: Ação Católica Brasileira, 1938. p. 13 (grifo meu).

<sup>425</sup> TEIXEIRA MENDES, R. *Apostolado Positivista do Brasil*, Porto Alegre, 1915, n. 302, p. 8 (AHPA). Este artigo na sua íntegra havia sido publicado na seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 05 jun. 1910, p. 8.

Ao apregoar que o marido deve sustentar economicamente a esposa, a mensagem do autor atinge diretamente as escolhas profissionais de Malvina e Ana Aurora, as quais, na contramão dessa postura, desafiam tal prescrição social reiterada em discursos nem tão sutis assim. Afinal, um conjunto de preceitos moralizantes parece querer orientar a mulher para o desejado equilíbrio familiar. Segundo Teixeira Mendes:

Segundo a teoria positiva, a função mais sublime da Mulher é a de Mãe. As posições de filha, de irmã e de esposa constituem apenas preparações naturais dessa função suprema. Nessa função de Mãe, há dois aspectos a considerar: a gestação e a educação, das quais a primeira é a mais importante, salvo casos excepcionalíssimos [...].<sup>426</sup>

Nessa perspectiva, o casamento conferiria à mulher um papel que a restringiria ao lar; porém, não é apenas isso que chama a atenção na afirmação do autor, mas aquilo que implicitamente entende-se enquanto a ‘possibilidade silenciada’ dentro dessa concepção: o celibato feminino.

Os dois exemplos trazidos aqui – Cartas Encíclicas e documentos do Apostolado Positivista – representam, de alguma maneira, uma tentativa de compreender as formas de vivência mais comuns nas relações sociais entre homens e mulheres naquela circunstância. Para Ismério,

Aparentemente o Positivismo e a Igreja Católica opunham-se frontalmente. O primeiro fundamentava-se em princípios científicos enquanto que o segundo em teológicos, mas nas questões relacionadas à família, propriedade e moral, ambos tinham discursos semelhantes.<sup>427</sup>

Entretanto, Teixeira Mendes aponta uma diferença importante entre católicos e positivistas em relação ao papel feminino:

[...] segundo a doutrina católica [...] o estado de Virgem é superior ao da Esposa e Mãe, mesmo Viúva. A mulher católica sabe, pois, que se casando, aceita um estado inferior ao da Virgem. Ora, passar para um estado inferior é descer de dignidade. Toda a indulgência que se quiser atribuir ao casamento não destrói esse fato fundamental: a Mulher que se casa desce de sua dignidade de Virgem para ocupar um posto inferior.<sup>428</sup>

O texto de Teixeira Mendes é contemporâneo às experiências das duas professoras enfocadas nesta tese. De todo modo, da mesma forma que a postura

---

<sup>426</sup> TEIXEIRA MENDES, R. op. cit., p. 9-10.

<sup>427</sup> ISMÉRIO, Clarisse. op. cit., p. 37

<sup>428</sup> TEIXEIRA MENDES, R. *Católicos e Positivistas: O Casamento. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil*. publicação do ano 125, 1913. n. 355, p. 7 (AHRB).

religiosa referida mais acima, o discurso positivista está associado “[...] direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera privada”.<sup>429</sup>

O casamento de Malvina e a solteirice de Ana Aurora inserem-se (e tensionam), portanto, nesse conjunto de regras sociais cuja dimensão transcende o debate formal, pois vigora igualmente na esfera doméstica das relações familiares e nos códigos velados de conduta.

Deste contexto, Flores recupera um contrato de casamento que pode servir de motivação para se pensar no comprometimento que envolvia o matrimônio naquela circunstância. O *Original Contrato de Casamento* com suas 24 cláusulas foi escrito por Ferdinando Martino e publicado no jornal *Corimbo* em 15 de junho de 1901.<sup>430</sup> Sob o manto da seriedade, as irmãs Revocata e Julieta procuraram, através dos itens enumerados pelo noivo, fazer uma crítica à submissão da mulher.

Após o pedido do pai da noiva para que o futuro genro marque a data do casamento, Ferdinando Martino propõe um termo de compromisso à futura esposa, ao qual o pai desta consente. O contrato inicia com a anuência do casal que estaria de pleno acordo com as cláusulas estabelecidas. Alguns desses itens são importantes para se entender a definição engessada dos papéis sociais exercidos pelo marido e pela esposa:

1. Eu, Honorina Gabriela de Almeida, amarei acima de todas as coisas a Deus e a meu marido [...] 7. Só irei às diversões do agrado de meu marido, e sempre em sua companhia [...]; 10. A toda e qualquer hora da noite que meu marido bater à porta, irei abri-la e recebê-lo-ei carinhosamente, sem perguntar-lhe os motivos de sua tardança [...]; 15. Nas palestras de meu marido com seus amigos, só comparecerei ao seu chamado [...]; 18. Quanto à leitura de outros livros, só lerei os que me forem confiados por meu marido [...]. 24. E finalmente, prestarei a meu marido plena obediência, gozando e sofrendo com tais revezes da sorte.<sup>431</sup>

O contrato de casamento proposto por Ferdinando Martino a sua futura esposa Honorina reafirma, sobretudo, o desequilíbrio na relação entre os gêneros. É possível observar no item 1 a defesa da ampla circulação dos homens em quaisquer espaços, ao contrário das mulheres. Mesmo nas rodas familiares, a presença feminina deveria sofrer um controle, um freio, e, por fim, se percebe as limitações impostas à formação

---

<sup>429</sup> RAGO, Margareth. op. cit., p. 585.

<sup>430</sup> Sobre a atuação das irmãs Revocata Heloisa de Melo (1860-1945) e Julieta de Melo Monteiro (1863-1928), ver VIEIRA, Miriam Steffen. *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo, 1885-1925*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 1997. A revista *O Corimbo* foi publicada entre 1883 e 1944 sob vários formatos e com diversas periodicidades.

<sup>431</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Presença Literária*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1994, p. 52-53.

intelectual da mulher, já que ela deveria ler apenas aquilo que o marido lhe permitisse. A publicação desse contrato no *Corimbo* possui um sentido jocoso. Assim, é importante perceber uma crítica contundente por parte das editoras a essas prescrições sociais que mantinham (ou procuravam manter) a mulher atrelada à esfera doméstica. O contrato de casamento estampado nas páginas do *Corimbo* é, sobretudo, um manifesto feminista às avessas, que se utiliza do sarcasmo para combater os ditames moralistas difundidos à época, para denunciar, enfim, a situação de submissão feminina naquele contexto.

Se, por um lado, Ana Aurora, mesmo mantendo-se solteira, não se distancia totalmente das prescrições que envolviam o casamento naquelas circunstâncias; de outro, Malvina não parece experimentar as limitações comuns que então se impunham às mulheres casadas. Ou seja, a opção pelo celibato não torna Ana Aurora livre dos cerceamentos morais impostos às mulheres de sua época e o casamento de Malvina, embora se diferencie das situações aqui expostas, não a torna uma esposa ‘excepcional’.

Porém, é aqui, talvez, que a trajetória de Malvina se distancia da de Ana Aurora. A anotação do casamento, como ressaltado anteriormente, é o primeiro registro que consta em seu diário e é importante salientar que ela ganhou o caderno após um ano de casamento, ou seja, parece evidente que esse enlace representava para ela algo verdadeiramente importante, um marco biográfico. Sobre o celibato de Ana Aurora, não há referências pessoais que evidenciem a sua dimensão mais subjetiva, o que pode ser bastante significativo, pois, na medida em que Malvina anota com palavras afetuosas sua vida conjugal, Ana Aurora nada registra sobre sua solteirice.

### **3.3 As experiências afetivas**

#### **3.3.1 O casamento consolidado: as Bodas de Prata de Malvina e José Joaquim**

Em outubro de 1915, Malvina e José Joaquim comemoram vinte e cinco anos de casados. Em determinada circunstância, ela referiu-se ao esposo como “meu amado marido J. J. T.”.<sup>432</sup> Tal demonstração de afeto possui um significado muito particular, pois a noção de amor não esteve, por muito tempo, vinculada ao casamento: “o amor conjugal não se [impõe] como valor ideal do casamento antes do século XIX, ou talvez,

---

<sup>432</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 12.

do XX”.<sup>433</sup> A união conjugal de ambos concretizara-se num *campo de possibilidades* em que entrava em cena uma dimensão ainda incomum: “na segunda metade do século XIX, aumenta cada vez mais o número de pessoas que desejam uma convergência entre aliança e o amor, o casamento e a felicidade”.<sup>434</sup>

Ao lado dos seis filhos – Edmundo, Alcida, Aristides, Georgina, Manoel e Maria Henriqueta – e dos quatro netos<sup>435</sup> – Hildebrando e Sebastião, filhos de Edmundo, e Zilda e Mario, filhos de Alcida – o casal Hailliot Tavares comemorou, sobretudo, a experiência conjugal:

Os aniversários de casamento merecem uma atenção especial. Dão o ritmo à estrada matrimonial. [...] quando são comemorados pelos filhos, netos e bisnetos do casal, é como se estivesse se comemorando a própria fundação da família.<sup>436</sup>

Desde que chegou a São Gabriel da Estrela em 1898, o casal estabeleceu um núcleo familiar entrelaçado por relações sociais com a comunidade; portanto, além da celebração íntima, as bodas eram uma comemoração simbólica da integração entre a família e a sociedade local. No diário de Malvina, uma pequena nota de imprensa anexada informa o seguinte:

Festejaram a 15 do corrente suas bodas de prata o Sr. José Joaquim Tavares e sua esposa Exma. Sra. d. Julia Malvina Hailliot Tavares, professora pública do lugar denominado S. Gabriel da Estrela. Comemorando a data, seus alunos improvisaram um espetáculo levando a cena alguns dramas e comédias. O desempenho dado pelas senhoritas e crianças que tomaram parte nas representações foi satisfatório, recebendo todos muitos aplausos. Terminou a representação com a cançoneta – ‘Não tomo mais’ – cantada pela menina Aracy Matte. Após, seguiu-se uma reunião dançante que se prolongou até o amanhecer do dia seguinte.<sup>437</sup>

O ato simbólico da comemoração dos vinte e cinco anos deste enlace remete a uma dimensão profunda das relações sociais tecidas pelo casal Hailliot Tavares na comunidade em que estava inserido. Na descrição acima citada, é possível notar que a solenidade é vinculada diretamente à atuação da professora na cidade. Embora seu

---

<sup>433</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. 2. Ed. São Paulo: Ática. 1992, p. 49.

<sup>434</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 1991, p. 137.

<sup>435</sup> Informações organizadas a partir de notas do Diário de Malvina e com o auxílio da Prof<sup>ª</sup>. Iraci Tavares Nunes.

<sup>436</sup> MARTIN-FUGIER, Anne. op. cit., p. 255

<sup>437</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 2. Nota verificada no *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 out. 1915, p. 4 (MCSHJC).

nome apareça após o de seu esposo, cumprindo uma formalidade inquestionável em registros civis, é sobre Malvina que incidem as atenções sociais.

Para analisar a importância sócio-histórica do casamento de Malvina em 1890 e de suas Bodas de Prata em 1915, parece-me relevante recuperar, neste momento, a concepção do casamento e a genealogia deste enlace que coincide com um período de transformações históricas importantes. Como foi referido no segundo capítulo, o casamento civil de Malvina e José ocorreu sete anos antes da cerimônia religiosa. Essa escolha deve ser entendida em seu contexto e conduz ao menos a duas conjecturas que merecem uma apreciação.

A primeira é a importância que o casamento civil adquire na Primeira República.<sup>438</sup> Conforme Senna:

[O] aspecto civil ou social do casamento foi profundamente alterado a partir da Proclamação da República, que estabeleceu, entre outros, a obrigatoriedade do casamento civil àqueles que optaram por esta forma de união [...] rompendo-se o elo existente entre Estado e Igreja, tendo esta que concordar e aceitar, não sem protestos, esta exigência.<sup>439</sup>

A regulamentação do casamento civil ocorre através do Decreto 181, de 14 de junho de 1890.<sup>440</sup> A partir desse momento, esse ato deveria preceder as solenidades religiosas.<sup>441</sup> Para Miguel Lemos, uma das lideranças mais profícuas do Apostolado Positivista,

Em contraste com os católicos, que só reconhecem para o laço conjugal a sanção da Igreja, nós sustentamos que à Pátria compete uma parte considerável, conquanto restrita as suas atribuições temporais, na instituição da Família. Por isso consideramos o casamento civil, não só necessário, mas inteiramente digno do acatamento e da solenidade que devem circundar todas as grandes e decisivas manifestações da vida cívica.<sup>442</sup>

Em meio a tais mudanças, o casamento de Malvina e José Joaquim, ocorrido um ano após essa prescrição jurídica, coincide, portanto, com um processo de

---

<sup>438</sup> Decreto n. 181 de 24 de janeiro de 1890. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. (AHRS).

<sup>439</sup> SENNA, Adriana Kivanski de. *A instituição matrimonial: os casamentos em Rio Grande (1889-1914)*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2001, p. 25-26.

<sup>440</sup> [http://www.arpenbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=28&Itemid=44](http://www.arpenbrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=44). Acesso em 14 mar 2011.

<sup>441</sup> SENNA, Adriana Kivanski de. op. cit., p. 12.

<sup>442</sup> LEMOS, Miguel. *Casamento Civil*. Representação enviada à Câmara dos Deputados contra um novo projeto de Lei. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Rio de Janeiro. 1893. p. 7. Embora adepto dessa alteração, Lemos temia a inserção do divórcio, o qual classificava como “um triunfo deplorável de ataque à Família”, p. 3.

transformação nos códigos sociais, que, neste caso, se estende possivelmente à escolha de ambos pelo casamento civil num primeiro momento.

Entretanto, há outra conjectura que deve ser considerada: os altos custos da cerimônia religiosa neste período podem ter postergado para 1897 a formalização católica dos laços entre os cônjuges. Afinal,

Os altos custos, bem como a morosidade e dificuldades para esta tramitação tornavam muito difíceis, à maioria da população livre branca [...] a realização do casamento religioso, permanecendo estes [os casais] em uniões ilícitas. Muitas pessoas na verdade precisaram de grande dose de persistência e perseverança para realizar suas uniões com as bênçãos da Igreja podendo, inclusive, contar com a possibilidade de obtenção da gratuidade dos casamentos, procedimento pouco percebido.<sup>443</sup>

É preciso considerar que, neste período, poucos tinham dinheiro ou fiadores para a suntuosa realização, o que poderia justificar o casamento religioso tardio de Malvina e José Joaquim, pois “o casamento religioso [...] era dificultado pelas exigências financeiras e administrativas, muitas pessoas humildes dispensavam o rito vivendo, simplesmente, em união consensual”.<sup>444</sup>

A defesa da indissolubilidade do vínculo matrimonial e, por conseguinte, da família em moldes tradicionais é um dos fundamentos mais importantes do processo de consolidação da Igreja ao longo da história. Nesse sentido, cabe lembrar que a transformação do casamento em ato sacramental já era objetivo da Igreja Católica desde a Antiguidade tardia, modelo que se consolidou no século XIII.<sup>445</sup> Além disso, não esqueçamos que, para a Igreja, o matrimônio é uma instituição divina e a família nasce dessa relação.<sup>446</sup> Na *Casti Connubii* de 31 de dezembro de 1930, Pio XI reforça este argumento, no item 29, onde também delimita claramente os papéis masculinos e femininos:

---

<sup>443</sup> SENNA, Adriana Kivanski de. op. cit., p. 25.

<sup>444</sup> FONSECA, Claudia. op. cit., p. 105.

<sup>445</sup> VAINFAS, Ronaldo. op. cit., p. 36. “O modelo triunfou nos séculos XII e XIII [...] Impôs-se o casamento monogâmico e indissolúvel. No bojo desse processo, a Igreja afirmou-se como o poder supremo no Ocidente. A sacramentalização do casamento foi a base, portanto, do triunfo político da Igreja, e matéria privilegiada da codificação moral da cristandade”.

<sup>446</sup> “Tal realidade praticamente manteve-se inalterada, verificando-se a ocorrência desta formulação medieval da Doutrina Católica, sobre o matrimônio, desde o século XVI até a segunda metade do XX, quando a Constituição Dogmático-Pastoral *Gaudium et Spes* (1965), interrompe a trajetória dos fins primários e secundários do casamento. Estes fins do casamento, segundo teólogos dos séculos XI e XII, residiam na procriação e em evitar a concupiscência, caindo em pecado aqueles que de forma contrária agissem”. VAINFAS, Ronaldo. op. cit., p. 25.

O homem é o chefe da família, e a cabeça da mulher, mas porque ela é carne da sua carne e osso dos seus ossos, deixá-la sujeita e obediente ao homem, não como um servo, mas como um companheiro, de modo que nada falte de honra ou dignidade na obediência que ela paga.<sup>447</sup>

O teor dessa advertência eclesiástica já havia aparecido numa encíclica de 10 de fevereiro de 1880 sob a pena do predecessor de Pio XI, o papa Leão XIII, que se refere aos cônjuges em termos semelhantes, reafirmando o papel de quase subserviência da esposa em relação ao marido<sup>448</sup>. Perrot menciona que, por essa época, líderes religiosos apoiados na doutrina eclesiástica eram incansáveis em invocar que o ‘marido era o senhor na casa’.<sup>449</sup>:

O pai tem duplos poderes. Ele domina totalmente o espaço público. Apenas ele goza de direitos políticos [...] mas os poderes do pai também são domésticos. Exercem-se nessa esfera, e seria um erro pensar que o âmbito privado pertence integralmente às mulheres, ainda que o papel feminino efetivo no lar aumente de maneira constante.<sup>450</sup>

Não há nas fontes documentais indicações sobre os ‘poderes’ domésticos que Malvina e José Joaquim exerceram, embora algumas evidências sugiram uma circunstância semelhante a que Perrot observou: “[...] a impressão geral é a de um equilíbrio relativamente harmonioso entre os dois sexos, a mulher cuidando das despesas e exercendo, com as conversas de quintal, um contra-poder eficaz”<sup>451</sup>. Entretanto, para além da constatação da autora, é importante não esquecer que Malvina não apenas cuida das despesas, mas traz para dentro de casa seu ordenado. Pode-se crer que, na dinâmica da relação conjugal do casal Hailliot Tavares, o papel de José Joaquim é menos preponderante se comparado aos esposos de sua época. Em primeiro lugar, porque ele não é o ‘senhor pelo dinheiro’ e, em segundo, porque os indícios verificados a partir das considerações dos netos de Malvina referidas no primeiro capítulo desta tese

---

<sup>447</sup> <[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_31121930\\_casti-connubii\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121930_casti-connubii_en.html)>. Acesso em 14 jul 2010. “The man is the ruler of the family, and the head of the woman; but because she is flesh of his flesh and bone of his bone, let her be subject and obedient to the man, not as a servant but as a companion, so that nothing be lacking of honor or of dignity in the obedience which she pays”. (grifo meu) (tradução livre).

<sup>448</sup> <[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_10021880\\_arcanum\\_fr.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_10021880_arcanum_fr.html)>. Acesso em 14 jul 2010. “L’homme est le prince de la famille et le chef de la femme [...] car le mari est le chef de la femme comme le Christ est le chef de l’Eglise. Mais de même que l’Eglise est soumise au Christ, ainsi les femmes doivent être soumises à leurs maris en toutes choses”. Tradução: “O homem é o príncipe da família e da cabeça da mulher [...] porque o marido é a cabeça da mulher, como Cristo é o cabeça da Igreja. Mas, assim como a Igreja se submete a Cristo, assim as mulheres devem ser submissas a seus maridos em tudo” (tradução nossa).

<sup>449</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 1991, p. 125.

<sup>450</sup> Ibid., p. 124.

<sup>451</sup> Ibid., p. 139.

contribuem para caracterizar a professora encruzilhadense como uma espécie de matriarca, o que reforça o entendimento de que Malvina exerceu um habilidoso poder nas suas relações sociais e familiares.

Pergunto então: em que sentido poder-se-ia considerar que, nesse caso, “mesmo generoso, o pai exerce controle e poder”?<sup>452</sup> Ou seja, até que ponto as decisões fundamentais caberiam a José Joaquim e não a Malvina?

Um pequeno poema de José Joaquim, registrado no diário de Malvina, demonstra a admiração do esposo pela educadora:

Este dinheiro tão bem ganho  
Recebe-se em prata ou cobre  
No fim do mês é mui lindo  
Mas isto é para quem pode.

Desde já peço desculpas  
Se me torno imprudente  
Pois que sou um soldado raso  
Não posso tirar patente...<sup>453</sup>

O pequeno fragmento literário é muito expressivo para se compreender que, para além da afetuosidade demonstrada nesses versos, José Joaquim vê a si mesmo como um ‘soldado raso’, pois há em suas palavras um reconhecimento de sua posição de subalternidade, relacionada ao ‘dinheiro tão bem ganho’. Em seguida, um registro de Malvina atenua o contraste intelectual existente entre eles: “viva o poeta... J. J. Tavares que se tivesse estudado era grande na história de seu Portugal”.<sup>454</sup> Portanto, nessa relação conjugal, embora pautada por laços de afeto, verifica-se uma certa tensão entre os poderes de marido e esposa, derivada tanto de questões financeiras como da assimetria de recursos intelectuais.

### 3.3.2 A Solteirice: Ana Aurora, uma mulher só

A força normativa do modelo familiar vigente no século XIX e que perdura até meados do século seguinte impõe-se às instituições e aos indivíduos.<sup>455</sup> À margem, mulheres solteiras como Ana Aurora desafiam essa prerrogativa que aponta o casamento como horizonte supremo. A professora rio-pardense manteve-se ao longo de

---

<sup>452</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 1991, p. 124.

<sup>453</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 52.

<sup>454</sup> Ibid., p. 52.

<sup>455</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 1991, p. 287.

sua vida como uma mulher só. É oportuno lembrar que, durante o Oitocentos, essa qualificação configurava-se no

[...] antimodelo da mulher ideal, assim as mulheres ‘sós’ têm acesso à visibilidade. [...] aprisionadas no espectro da ‘velha solteirona’, que podem elas oferecer da sua existência aos observadores, a não ser a sua máscara trágica de mulheres sem homem? A nossa sociedade moderna banalizou a expressão.<sup>456</sup>

O celibato de Ana Aurora não se constituiu num período determinado de vigília à espera do casamento e tampouco derivou de uma necessidade, mas, ao que parece, de uma escolha deliberada desde a sua adolescência e reforçada ao longo de sua vida.

Perrot, ao retomar Honoré de Balzac, mostra que é possível, através de uma cena literária, observar o celibato feminino como submetido ao escárnio social<sup>457</sup>: “solteirona cheira a ranço [...] Rabujenta, maledicente, intrigante, até histérica, maldosa, ela preocupa [e vive] operando como uma aranha na cidade”.<sup>458</sup>

É provável que para Ana Aurora o casamento representasse a servidão e não a realização, em um espaço social marcado pela desigualdade de gênero, expressa no desequilíbrio no trânsito pelo espaço público. Contudo, naquele período, ainda era difícil escapar à noção que circunscreve a mulher independente e solteira a uma ameaça permanente.

A investigação de Fonseca sobre o fenômeno da solteirice na França das primeiras décadas do século XX revela que a perda de um milhão e meio de homens na Primeira Guerra Mundial não foi o único fator determinante para o aumento do número de mulheres solteiras. Conforme a autora, “sem a guerra, estima-se que a taxa de celibato feminino teria baixado de 12,5% em 1914 para 10% em 1918”.<sup>459</sup> Portanto, a explicação demográfica não lhe pareceu uma evidência empírica que, por si só, explicasse o alto índice de mulheres solteiras, algumas das quais ela entrevistou décadas depois.

---

<sup>456</sup> DAUPHIN, Cécile. Mulheres Sós. In: PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève. *História das Mulheres no Ocidente*. v. 4: O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 477-495. p. 477.

<sup>457</sup> Conforme GONÇALVES, Eliane. Nem só nem mal acompanhada: reinterpretando a ‘solidão’ das ‘solteiras’ na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 189-216, jul./dez. 2009. p. 190. A partir das considerações de Tuula Gordon, Gonçalves sugere uma diferenciação relevante entre a ‘solteira’ e a ‘solteirona’: “se é ‘solteirona’, falta sexo, se é ‘solteira’ independente, é definida por uma suposta liberdade sexual que a torna potencialmente uma ameaça às outras mulheres (com par) e um atrativo aos homens”.

<sup>458</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 1991. p. 299.

<sup>459</sup> FONSECA, Claudia. op. cit., p. 100.

Inúmeros podem ter sido os motivos que levaram Ana Aurora a optar pelo celibato. A perspectiva de um destino infeliz ao lado de um marido inadequado talvez seja um deles.

Mme. L., uma das entrevistadas de Fonseca, reportando-se a sua adolescência na década de 1890, relembra: “Naquela época, a mulher que não casava era nada”.<sup>460</sup> Porém, para a parcela de senhoras de camadas mais abastadas que a autora entrevistou, as mulheres que trabalhavam fora de casa levavam uma vida de homem, ou seja, “as empregadas domésticas, as lavadeiras e governantas que cercavam essas mulheres desde sua infância simplesmente não entravam no seu registro do mundo social”.<sup>461</sup> Professoras e enfermeiras, igualmente. A investigação da autora adentra o campo das diferenças classistas, o qual não pretendo explorar, mas que é importante para se perceber os variados horizontes sociais que envolviam essas mulheres solteiras:

Análises sobre a alta taxa de celibato entre professoras francesas [...] do século XIX sugerem que os magros dotes dessas mulheres (oriundas, na maioria da pequena e média burguesia) não estavam à altura de suas ambições matrimoniais. Essas ambições não eram simplesmente o resultado do esnobismo, mas sim de um cálculo bem pensado sobre os limites toleráveis da penúria.<sup>462</sup>

Nas palavras de outra entrevistada de Fonseca, é possível encontrar um contraponto interessante para se analisar a opção de Ana Aurora pelo celibato. Mme. D., ao buscar na memória os motivos que a levaram a não se casar, argumenta: “Onde você queria que eu achasse um marido? Eu não me encontrava com homens e não via mulheres trabalhando”<sup>463</sup>. Mesmo levando em consideração as diferenças espaciais entre Mme. D. que à época vivia em Paris e Ana Aurora, em Rio Pardo, é pertinente observar o contraste entre uma parisiense que ‘não se encontrava com homens’ e uma rio-pardense que dialogou com inúmeros deles. A explicação desse fato me parece residir muito mais nos domínios públicos frequentados por essas mulheres. Das 282 correspondências recebidas por Ana Aurora e mantidas no acervo do AHRP, apenas 28 foram remetidas por mulheres. Se Mme. D. esteve diante de uma fronteira sexista que a afastou do convívio com homens, Ana Aurora burlou largamente tal fronteira.

---

<sup>460</sup> Ibid., p. 111.

<sup>461</sup> Ibid., p. 110.

<sup>462</sup> Ibid., p. 102.

<sup>463</sup> Ibid., p. 112.

Do ponto de vista das relações familiares, o celibato da professora rio-pardense talvez represente uma situação particular nesse contexto na medida em que ela se constitui numa figura respeitável para a comunidade. À soleira do privado, Ana Aurora privilegiou a escrita que envolve os meandros da cena política. Com menos intensidade, trocou correspondências com familiares. Na missiva de sua sobrinha Alcemira pode-se ler o seguinte:

Prezada tia Anoca, acuso o recebimento de sua carta de 22 de outubro. Não imagina como veio ela alegrar-me com a confissão que me fez, da prevenção injusta que sentia por mim, ter desaparecido, a qual eu percebi desde solteira. Era este o motivo que me constringia e me fazia pouco escrever as minhas tias as quais muito considerava e hoje que as conheço pessoalmente esta consideração tornou-se uma amizade sincera.<sup>464</sup>

As palavras afetuosas da sobrinha de Ana Aurora sugerem uma reaproximação, motivada pela própria ‘tia Anoca’, que parece buscar, através desses fiozinhos de afeto, preencher sua vida para além da sala de aula e do debate político. Assim, o pacto familiar parece amenizar em parte o fardo que as mulheres solteiras carregam em função da opção pelo celibato.

Na contrapartida do discurso de Teixeira Mendes, quando apregoa que “o casamento [...] coloca a esposa na sua verdadeira dignidade, de resumo natural de todas as funções femininas”<sup>465</sup>, a solteirice de mulheres como Ana Aurora vai de encontro a essa perspectiva, de ausência de uma ‘verdadeira dignidade e feminilidade’ das celibatárias. Em última instância, o celibato é, nos discursos hegemônicos, a antítese do estágio sublime do casamento. Nesta visão, a solteirice só merece ser aceita socialmente “[...] enquanto um estatuto transitório, preparatório para a ‘vida a dois’ [em que] o par emerge como um valor em contextos que reforçam a matriz de conjugalidade e da heterossexualidade”<sup>466</sup>.

Por fim, resta lembrar que mulheres solteiras carregam historicamente o estereótipo de ‘frustradas’ ou ‘frívolas’, marcas impregnadas no imaginário dos detratores de Ana Aurora, por exemplo, como na polêmica em torno da carta anônima referida no capítulo anterior. O celibato feminino naquela circunstância pareceu, assim, menos uma escolha heróica do que um desafio permanente a Ana Aurora em sua ação pública sem a presença marital.

---

<sup>464</sup> Correspondência de Alcemira Lisboa à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Santa Maria, 16 nov. 1911 (AHRP).

<sup>465</sup> TEIXEIRA MENDES, R. op. cit., p. 13.

<sup>466</sup> GONÇALVES, Eliane. op. cit., p. 190.

### 3.3.3 A esposa Malvina e a solteirona Ana Aurora

As escolhas que as duas personagens fizeram em determinado momento de suas vidas marcaram irremediavelmente seus itinerários até o desfecho final do ciclo biológico de suas existências: de um lado, a consolidação do casamento de Malvina - acontecimento que socialmente pode ser atestado pela comemoração das Bodas de Prata em 1915 – e, de outro, a solteirice de Ana Aurora.

Assim, como já havia indicado anteriormente, é possível perceber que, desde o final do século XIX – a partir, sobretudo, do fim do regime escravista e da configuração do Estado republicano no Brasil – e nas décadas seguintes<sup>467</sup>, um modelo idealizado de família e de conjugalidade moderna se consolidou. Do ponto de vista jurídico, isso se expressa no Código Civil de 1916, mais exatamente no seu 6º artigo que atribui responsabilidades específicas aos cônjuges e, principalmente, formaliza o direito dos maridos sobre as esposas. Segundo Claudia Maia:

O mecanismo de controle se efetivou, sobretudo, no casamento legítimo regulamentado pelo código civil de 1916. O ‘contrato de casamento’ [...] significou a troca de ‘proteção’ marital pela submissão feminina. Além disso, legalmente, o marido poderia controlar o acesso da esposa ao mercado de trabalho, seus bens e seu destino; ele ainda era o único detentor do *pátrio poder* e respondia pela esposa perante a justiça, uma vez que esta, na condição de ‘incapaz’, atribuída pelo artigo 6º do código, não poderia se constituir em indivíduo jurídico. Nesse sentido, ao legislar sobre o status (somente as casadas eram incapazes), o código colocou as solteiras em maiores condições de igualdade com homens, para, por exemplo, concorrerem com maior liberdade ao mercado de trabalho, investirem numa carreira profissional e intelectual, possuírem, administrarem e legarem bens; por fim, constituir-se em indivíduo para ocuparem cargos públicos [...]<sup>468</sup>.

As considerações da autora são instigantes, especialmente para se pensar nos desdobramentos sociais deste ‘contrato moderno’ de casamento regulamentado em 1916. Esta inquietação, analisada a partir das experiências de Malvina e Ana Aurora, incita algumas observações. Em relação à primeira, é interessante lembrar que um ano antes desta alteração jurídica, o casal Hailliot Tavares havia completado vinte e cinco anos de casamento e, portanto, é muito provável que os efeitos dessa regulamentação

---

<sup>467</sup> Ver a este respeito: CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986; RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 e AREND, Silvia Maria Fávero. op. cit.

<sup>468</sup> MAIA, Claudia. *A invenção da Solteirona*. Conjugalidade moderna e terror moral em Minas Gerais (1890-1948). Florianópolis: Mulheres, 2001. p. 293.

sobre a conjugalidade deles tenham sido quase nulos. Na segunda parte da citação, a referência é muito pertinente para se pensar na solteirice de Ana Aurora; afinal, por estarem ‘livres’ da proteção do marido, mulheres como a professora rio-pardense teriam maior possibilidade de se constituírem enquanto ‘indivíduos’. Entretanto, se, nesta nova configuração, Ana Aurora despontou como uma mulher civilmente capaz do ponto de vista jurídico, culturalmente ela estava à margem dos padrões de gênero então hegemônicos, na medida em que sua condição era associada a um ‘fracasso’ em oposição à idealização da verdadeira mulher: a esposa e mãe; essa era juridicamente subordinada, mas, de outro lado, ‘superior’ às celibatárias na medida em que gozava da ‘proteção marital’.

Nicole Arnaud-Duc já havia observado tal ambiguidade no que se refere à conjugalidade moderna na França neste mesmo contexto: “A supremacia marital é uma homenagem prestada pela mulher ao poder que a protege. Com efeito, o marido retira a sua superioridade da ideia da fragilidade do sexo feminino”.<sup>469</sup>

Portanto, na medida em que a mulher casada era ‘protegida’ pelo marido, em decorrência de sua ‘natural incapacidade’, a *solteirona*, mesmo estando ‘desprotegida’, circulava quase livremente e, principalmente, competia em um nível menos desigual com os homens.

Nesse sentido, é pertinente retomar alguns aspectos esboçados no capítulo anterior, não esquecendo que as próprias noções de ‘solteira’ e ‘casada’ são construções sociais e históricas, uma vez que se constituíram em determinadas épocas e lugares. Em outras palavras,

Não há a possibilidade de existir[em] fora de uma condição social, de um status jurídico, de um código de beleza, de um tipo de escolha, de uma concepção de amor e de sexualidade construído para as mulheres e tornado universal, natural e obrigatório: a condição da mulher casada.<sup>470</sup>

Na contramão da condição social idealizada – o casamento –, a celibatária constitui-se então num elemento desestabilizador, pois, na medida em que mulheres como Ana Aurora recusavam os papéis destinados a elas (como mães e esposas), “[...] criavam condições de se constituírem em ‘indivíduo’ para pleitear, de forma mais livre,

---

<sup>469</sup> ARNAUD-DUC, Nicole. As contradições do Direito. In: PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. v. 4. O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 97-143, p. 117.

<sup>470</sup> MAIA, Cláudia. op. cit., p. 21.

os espaços de trabalho e para governar a si mesmas e a seus próprios bens”.<sup>471</sup> É neste panorama que o celibato feminino emerge como preocupação pública e do Estado, tornando-se integrante de uma problemática social mais ampla e tema de discursos de autoridades públicas, médicas e jurídicas. Mas cabe a questão:

Por que mulheres que experimentaram formas de vida solitária, vivendo e morrendo solteiras, sem qualquer tipo de vínculo conjugal ou de prática sexual socialmente reconhecida, não encontraram representação positiva de suas experiências?<sup>472</sup>

Na análise de Maia, diante do crescimento do número de solteiras neste contexto, era forçoso contrapor a celibatária à esposa/mãe. Foi neste processo, então, que a celibatária se converteu no anti-modelo feminino, numa mulher fracassada, numa *solteirona*. Essa vincula-se fortemente, a partir daí, ao estigma de frustrada, rancorosa, invejosa e recalcada; uma imagem estereotipada a que nenhuma mulher queria ser associada ou gostaria de refletir. O fardo da *solteirona* constituía-se socialmente, pois, na sua condição desprezível e fracassada diante da prerrogativa fundamental da ‘verdadeira mulher’: o casamento e a maternidade.

Em que sentido as experiências de Ana Aurora e Malvina se aproximam e/ou se distanciam desses discursos e práticas contemporâneas as suas vivências?

Em primeiro lugar, os indícios de suas experiências me levam a considerar que o casamento de Malvina não foi uma armadilha aprisionadora e limitadora de liberdade, tal como Maia observou em seu estudo para um número expressivo de esposas<sup>473</sup>. Em segundo, a análise da autora sobre a *invenção da solteirona* é muito pertinente para se entender o *campo de possibilidades* no qual Ana Aurora se constitui enquanto *antiprenda*. Da mesma forma, Malvina distanciou-se do modelo ideal de mulher, na medida em que sua atuação profissional não se configurou num capricho pré-nupcial, pois não esqueçamos que, na época, “[...] para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa [deveria ser apenas uma] ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe”.<sup>474</sup>

---

<sup>471</sup> Ibid., p. 64.

<sup>472</sup> Ibid., p. 22.

<sup>473</sup> Ibid., p. 101.

<sup>474</sup> LOURO, G. op. cit., 2001, p. 453.

### 3.4 Ocupação: Professora - A vida foi uma constante educação

As ações pedagógicas<sup>475</sup> de Ana Aurora e Malvina se relacionam às chamadas *profissões femininas* que despontaram particularmente no século XIX com um atributo recorrente: ‘boas para uma mulher’.<sup>476</sup> Essa expressão obedece a certo número de critérios e, sobretudo, inscreve-se “[...] no prolongamento das funções ‘naturais’, maternais e domésticas. O modelo de mulher que auxilia [...], que cuida e consola, realiza-se nas profissões de enfermeiras, de assistente social ou de professora primária”.<sup>477</sup> Nesta perspectiva, as ‘qualidades’ anteriormente empregadas na esfera doméstica eram percebidas como ingredientes ‘naturais’ da feminilidade e, sobretudo, como adequadas e ‘boas para uma mulher’.

É nesse contexto, portanto, que se configuram as ações profissionais dessas educadoras gaúchas. Além disso, a tarefa de Malvina e Ana Aurora enquanto alfabetizadoras das primeiras letras e das séries que compunham o ensino primário se vincula com os papéis sociais que elas desempenharam em seus locais de vivências: Malvina torna-se gradativamente uma espécie de líder na comunidade local e Ana Aurora dialoga com políticos influentes ao longo de sua vida.

Suas ações profissionais estavam vinculadas a um *campo de possibilidades* marcado pela recente inserção da mulher em algumas esferas do trabalho que transcendiam o âmbito doméstico, embora ainda com restrições. Essas mudanças ocorridas desde o século XIX se ampliaram no início do século seguinte, em um momento em que essas duas mulheres consolidavam suas carreiras.

Nesse contexto, ambas ampliaram seus horizontes intelectuais, no sentido de que lidavam cotidianamente com a dialética do saber/ensinar, participando efetivamente da vida comunitária, aspecto esse que será retomado na seqüência. Antes disso, gostaria de esboçar um breve panorama da Educação neste período.

---

<sup>475</sup> Utilizamos aqui a distinção estabelecida por Dermeval Saviani (op. cit., p. 15) entre ideias educacionais e ideias pedagógicas: “Por *ideias educacionais* entendemos as ideias referidas à educação, quer sejam elas decorrentes da análise do fenômeno educativo visando explicá-lo, quer sejam elas derivadas de determinada concepção de homem, mundo ou sociedade sob cuja luz se interpreta o fenômeno educativo [...] por *ideias pedagógicas* entendemos as ideias educacionais, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa”.

<sup>476</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005b, p. 153. A autora inclui nesse conjunto as enfermeiras, parteiras, domésticas, operárias e professoras.

<sup>477</sup> Ibid., p. 252.

A tarefa de analisar os percursos profissionais e, especialmente, as concepções sobre educação dessas mulheres levou-me a traçar um quadro dos horizontes pedagógicos em evidência naquela circunstância, os quais, de alguma maneira, influenciaram suas ações. Estou considerando que as referências absorvidas por elas resultaram não apenas de um conjunto de princípios teóricos específicos, mas assentam-se, especialmente, em suas experiências nos diferentes espaços que frequentaram.

É na relação entre os saberes e os poderes que elas exerceram, portanto, que suas ações profissionais transcorreram costurando suas vidas. Assim, busquei identificar e analisar, na conjuntura da Primeira República, os métodos educacionais utilizados por Ana Aurora e Malvina. Perguntei-me, nesse sentido, quais foram os referenciais que marcaram suas concepções sobre educação.<sup>478</sup>

O fio condutor desta análise é o entendimento de que não houve uma incorporação irrestrita dos princípios pedagógicos vigentes ao longo da Primeira República por parte das duas professoras. Nesta perspectiva, estou entendendo que é nas porosidades de um saber instituído que outras concepções foram trazidas às suas formações, mesmo porque seria ingênuo pensar na existência de um único eixo pedagógico a conduzir a formação de professores em qualquer época.

### **3.4.1 Os saberes pedagógicos e as práticas político-administrativas relativas à educação**

Em âmbito geral, o alto índice de analfabetismo revela um quadro desolador da situação educacional nas primeiras décadas do novo século: “o Brasil caminhava para o século XX e nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta”.<sup>479</sup> Em 1890, a taxa de analfabetismo no país aproximava-se de 85% e, em 1900 e da mesma forma em 1920, atingia 65% da população<sup>480</sup>, ou seja, as mudanças estruturais na esfera da educação ainda eram

---

<sup>478</sup> FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 6ª ed. rev. São Paulo: Moraes, 1986, p. 15. Para Freitag, existe em quase todos os autores uma concordância sobre dois pontos quanto à conceituação de educação: “1) a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e de sociedade; 2) numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições (família, igreja, escola, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica”.

<sup>479</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 2001, p. 444.

<sup>480</sup> FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Ed. da USP. 1966, p. 47.

escassas. De fato, comparado ao século XIX em que existia em média um aluno para cada noventa habitantes no país, pouco havia mudado.<sup>481</sup>

Conforme Ribeiro, campanhas promovendo uma maior difusão da escola primária foram organizadas principalmente por políticos que viam no ensino das primeiras letras a base da nacionalidade. Assim, buscavam combater o analfabetismo, da mesma forma que defendiam a introdução da formação patriótica através do ensino cívico<sup>482</sup>.

Esse quadro pouco animador da educação no país foi o panorama que as duas professoras gaúchas vislumbraram em sua ação profissional. Corsetti defende que no Rio Grande do Sul ocorreram alguns avanços no desenvolvimento da escola pública na Primeira República se comparado ao período imperial:

A expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo e a modificação curricular e programática representaram os aspectos progressistas da ação republicana, fundamento de um ufanismo que transbordou das falas governamentais como até então não se havia visto no Rio Grande do Sul. Hábeis no discurso, os governantes gaúchos foram excelentes propagandistas de seus próprios feitos.<sup>483</sup>

Entretanto, apesar disso, os relatos oficiais confirmavam as deficiências. Por exemplo: num relatório de 1883 de Graciliano Alves de Azambuja, diretor geral da instrução pública do Rio Grande do Sul e diretor da Escola Normal de Porto Alegre, enviado ao Presidente da Província, José Antonio de Souza Lima, informa-se que, com raras exceções, não havia instrução pública no Estado.<sup>484</sup>

Para Corsetti, a escola pública foi, sobretudo, um importante instrumento do projeto conservador e elitista das lideranças do PRR, análise que parece se confirmar nas palavras de Manoel Pacheco Prates, Diretor Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul em fins do século XIX, para quem a escola representava a vitalidade da forma republicana de governo<sup>485</sup>; ou no reconhecimento de Borges de Medeiros em 1900 para quem “o ensino público primário, leigo e livre continuava a ser ministrado e

---

<sup>481</sup> SCHNEIDER, Regina Portella. op. cit., p. 374.

<sup>482</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: A organização escolar*. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1987, p. 75.

<sup>483</sup> CORSETTI, Berenice. Controle e Ufanismo: A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889-1930). *História da Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, n. 4, set./1998. p. 57-75. p. 74.

<sup>484</sup> AZAMBUJA, Graciliano Alves de. *Relatório do diretor geral da instrução pública*, 27/02/1883, p. 36 (AHRs).

<sup>485</sup> PRATES, Manoel Pacheco. *Anexo nº 5 do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior*, 31/07/1896, p. 296 (AHRs).

difundido com a solícita atenção devida a tão importante ramo do serviço público”.<sup>486</sup>

Esses discursos governistas encontram, talvez, na prática, alguns desdobramentos:

A instrução contou [...] como uma das grandes prioridades nas dotações orçamentárias do Estado e nos programas de ação de muitas organizações civis. A verba pública destinada à educação durante a Primeira República gaúcha ficou em torno de 15% da receita total do Estado. Houve anos, em que esse percentual ultrapassou os 20%.<sup>487</sup>

Contudo, é necessário entender, antes de tudo, que a hegemonia política do PRR, inspirado na perspectiva positivista, no Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República, não pressupôs uma extensão *in totum* dos pressupostos desta doutrina ao processo educacional<sup>488</sup>, pois “[...] paralelamente à doutrina educacional positivista dominante no período da República Velha, desenvolveram-se outras formulações ideológicas para direcionar os rumos do ensino público”<sup>489</sup>; embora os positivistas gaúchos tenham, ao que tudo indica, pretendido colocar em prática através do ensino a formação moral da população<sup>490</sup>:

A adoção do positivismo não ocorreu da forma como foi alardeada. Apesar de ter sido adotado na maioria das disciplinas escolares e imposto aos mestres, o conhecimento positivo teve dificuldades em sua aplicação de forma generalizada, nas salas de aula de todo o Rio Grande. Na maioria dos casos, os professores não souberam aplicar plenamente as determinações estabelecidas pelos dirigentes educacionais, para o trato dos conteúdos escolares.<sup>491</sup>

---

<sup>486</sup> MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. *Mensagem à Assembléia dos Representantes*, 20/09/1900, p. 9 (AHRs).

<sup>487</sup> GIOLO, Jaime. A República Rio-Grandense e as novas condições para a educação. In: *Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas – História, Sociedade e Educação no Brasil*, Campinas, 1997, p. 426.

<sup>488</sup> ALMEIDA, Doris. op. cit., p. 73. “O regime republicano não chegou a alterar estruturalmente os procedimentos e os pressupostos pedagógicos da educação livresca tradicional. Apesar das reformas escolares dos primeiros anos da República, como a Reforma Rivadávia Correa (1911), que visava a introdução dos referenciais positivistas na educação, em geral, o sistema de ensino quase não foi tocado por esses princípios. No Rio Grande do Sul, a difusão do positivismo nas instituições escolares visava assegurar uma educação menos verbalística e literária, para propiciar, com isso, a introdução de elementos práticos lógicos e científicos no conhecimento. Porém, mesmo diante da orientação positivista da educação rio-grandense, as escolas, via de regra, também tiveram dificuldades em aplicar com rigor procedimentos pedagógicos cientificistas”. Entre os saberes, “A Literatura sofreu menos intensa a influência do positivismo e afins do que a História ou o ensaísmo moralizante, já que esses últimos podiam ser utilizados – como efetivamente o foram – para formular ou referendar a imagem que as elites políticas tinham de seu passado, de seus valores e de suas tarefas futuras”. BOEIRA, Nelson “O Rio Grande de Auguste Comte” In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre, Mercado aberto, 1980, p. 48.

<sup>489</sup> ALMEIDA, Dóris. op. cit., p. 13.

<sup>490</sup> GIOLO, Jaime. op. cit., p. 426.

<sup>491</sup> CORSETTI, Berenice. op. cit., p. 74.

A afirmação da autora é apropriada para se compreender que os maiores obstáculos à difusão da educação positivista residiam no frágil processo de formação pedagógica que antecedeu a gestão da máquina político-partidária do PRR, a qual, por sua vez, não superou esse problema, nem implementou ao longo da Primeira República um projeto capaz de suprir as múltiplas deficiências do ensino. O discurso modernizante do PRR contrasta não apenas com a inércia de mudanças efetivas na educação de base da população, mas com outras formulações pedagógicas que se entrecruzavam naquele contexto.

Do ponto de vista da estrutura do sistema educacional, as escolas primárias organizavam-se em duas categorias: de 1º grau para crianças de 7 a 13 anos e de 2º grau para crianças de 13 a 15 anos.<sup>492</sup> Além disso, “ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento”<sup>493</sup>, ou seja, o chamado ensino simultâneo, o qual se caracteriza pelo conjunto de crianças de diferentes idades e com variados níveis em uma mesma sala.

Os elementos esboçados até aqui ajudam a compreender, de maneira bastante genérica, o panorama do ensino na Primeira República, o qual, em maior ou menor escala, influenciou nos percursos profissionais de Ana Aurora e Malvina.

Da mesma forma que a ‘escola de Malvina’,

O Colégio Amaral Lisboa dedicava-se exclusivamente ao ensino primário. Entretanto, D. Ana Aurora dava aulas especiais de curso hoje denominado ginásial e muitos alunos preparou para vestibulares, especialmente na então Escola Militar, sediada no Rio Pardo.<sup>494</sup>

Uma iniciativa talvez pioneira do Colégio Amaral Lisboa foi a criação de cursos noturnos gratuitos para alunos que não podiam estudar durante do dia, especialmente os adultos: “Foi isso em 1915, muito antes, portanto, da iniciativa do Sr. Gustavo Armbrust, aliás, louvável, em 1931, e depois, adotada pelo governo que o denominou ‘Curso de ensino supletivo’”.<sup>495</sup>

Outro elemento que deve ser destacado é a divisão das escolas em masculinas, femininas e mistas. A regulamentação da época previa que professores assumiriam as aulas masculinas e professoras seriam designadas para as femininas e mistas. Socialmente, o discurso que parece ter prevalecido no que se refere à inserção gradativa

---

<sup>492</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. op. cit., p. 69.

<sup>493</sup> Ibid., p. 77.

<sup>494</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 94.

<sup>495</sup> Ibid., p. 103.

das mulheres à frente das aulas mistas é a de que elas disciplinavam pela brandura e amor, enquanto os professores ensinavam através do temor e da rigidez.<sup>496</sup> Entretanto, “[...] os motivos financeiros e a necessidade de extensão da escolaridade decorrente da urbanização eram as justificativas mais fortes para que as mulheres atendessem classes mistas”.<sup>497</sup> Corroborando com esta perspectiva, Schneider acrescenta: “a disseminação das aulas mistas dava-se pela necessidade de colocar cada vez mais a mulher à frente do ensino, como elemento conformado com a parca remuneração”.<sup>498</sup>

Em termos de orientação educacional, prevaleceu, de 1759 a 1932, a coexistência das vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional.<sup>499</sup> Entretanto, a chamada educação jesuítica tradicional dominou o pensamento pedagógico brasileiro desde o início da expansão da rede escolar e do projeto de desanalfabetização do povo até a década de 1920: “Os jesuítas nos legaram um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos”.<sup>500</sup> A palmatória era “[...] aquilo com que os velhos mestres-escolas despedaçavam as mãos dos alunos de tanto bater [sendo] a pedagogia mais acatada e usual no ensino no Brasil até os anos 30”.<sup>501</sup> Como já vimos, Flavio Tavares lembra com orgulho que sua avó Malvina, já no final do século XIX, havia abolido a palmatória sem pedir licença ao governo, num gesto tão ousado e inovador que, em função dele, teria sido removida de Porto Alegre. De maneira semelhante, talvez,

Dona Ana Aurora nunca levantou a voz para os alunos; jamais com eles gritou e jamais se utilizou da famosa palmatória ou vara de marmeleiro que eram o terror de outras aulas, mesmo as públicas, até princípios deste nosso século XX. Ela ensinava persuadindo.<sup>502</sup>

Diante dos olhares atentos dos inspetores da Educação que orientavam professores a fazerem uso da palmatória, as atitudes de Malvina e Ana Aurora foram, ao que tudo indica, incomuns. Afinal, “[...] naquela época, os castigos faziam parte

---

<sup>496</sup> WERLE, Flavia Obino Corrêa. Instrução Pública e Configuração do Mundo Urbano. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 83-95, set. 2005, p. 93.

<sup>497</sup> *Ibid.*, p. 93.

<sup>498</sup> SCHNEIDER, Regina. *op. cit.*, p. 367.

<sup>499</sup> SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas: reconstruindo o conceito. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) *Pesquisa em História da Educação: Perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. p. 9-24. p. 13.

<sup>500</sup> GADOTTI, Moacir. *História das Ideias Pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 231.

<sup>501</sup> TAVARES, Flavio. *op. cit.*, p. 73.

<sup>502</sup> SPALDING, Walter. *op. cit.*, p. 93.

integrante do *currículum* escolar. Falava-se pouco e castigavam-se irrevogavelmente todas as infrações às normas estabelecidas”.<sup>503</sup>

Neste contexto,

É possível observar aspectos mais particularizados do processo educacional gaúcho: ele foi, de um lado, positivista e, de outro, católico (em doses menos significativas, foi também protestante, liberal e anarquista, aspectos menos salientes, mas não insignificantes).<sup>504</sup>

Ou seja, outras tendências pedagógicas, além das preponderantes (positivista e católica), incorporaram-se às práticas docentes.

Neste sentido, na virada do século, grupos de trabalhadores organizados em torno de ideais políticos, como o socialismo e o anarquismo, não apenas apresentaram propostas para a educação das crianças, mas efetivamente tornaram-nas uma realidade através da criação de escolas. Tais iniciativas foram especialmente significativas entre os anarquistas, que ainda davam atenção às questões relativas à educação feminina. Nos jornais libertários, eram freqüentes artigos que apontavam a instrução como uma ‘arma privilegiada de libertação’ para a mulher.<sup>505</sup> Nesse contexto, diferentes concepções pedagógicas foram veiculadas na sociedade da época. É aqui que se inserem alguns indícios sobre a provável incorporação desse corpus de ideias na ação de Malvina que, a sua maneira, parece ter incorporado pressupostos desta corrente. Pensar no aspecto libertário de sua prática educacional levou-me a buscar compor um mosaico de possibilidades que parecessem afinadas com afirmativa feita por Marçal na década de 1980 sobre a ‘professora libertária’.

A chamada pedagogia libertária desenvolveu-se a partir do movimento anarquista, embasada particularmente no pensamento de Francisco Ferrer.<sup>506</sup> A imprensa operária teve uma função decisiva na difusão desse ideário.<sup>507</sup> No início do século XX, surgiram algumas Escolas Modernas que incorporaram tais concepções.<sup>508</sup>

---

<sup>503</sup> MALUF, Marina. op. cit., p. 256.

<sup>504</sup> GIOLO, Jaime. op. cit., p. 427.

<sup>505</sup> LOURO, Guacira Lopes. op. cit., 2001, p. 446.

<sup>506</sup> FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Póstuma explicación y alcance de la enseñanza racionalista. Barcelona: Tiesquets. 2002.

<sup>507</sup> CORREA, Norma. op. cit., p. 3. “Os libertários privilegiam o papel da imprensa na propagação da ideologia anarquista e suas metas de ação. No Rio Grande do Sul, destacaram-se os jornais *A Luta*, *A Voz do Trabalhador*, *O Sindicalista* e a *Revista Liberal*”.

<sup>508</sup> “A iniciativa de ativar o ensino racionalista [no Brasil] data do início do século. A mais antiga referência encontrada – sem garantir que seja a primeira – aponta para o ano de 1902, quando o Círculo Educativo Libertário Germinal anunciou a inauguração (19 maio 1902) do curso noturno da Escola Racionalista Libertária, instalada na sua sede, em São Paulo, na rua Sólon, 136, bairro do Bom Retiro”

Em comparação com a instrução popular sob a orientação dos órgãos oficiais no Rio Grande do Sul,

As escolas livres e modernas caminhavam noutro sentido. Além da instrução elementar, seu objetivo era formar homens livres e preparados para enfrentar o sistema de exploração ao qual estavam subordinados. A ausência de dogmas, coerção e preconceitos foi fundamental para a consolidação destas escolas, atraindo para suas bases a presença das vanguardas intelectuais e a pequena burguesia esclarecida que reconhecia nestes episódios de resistência a possibilidade de expressão de novos valores sociais.<sup>509</sup>

Entretanto, se, por um lado, o projeto pedagógico das escolas modernas parece inovador quando comparado às outras concepções vigentes à época; por outro, em sua estrutura básica, manteve o modelo desigual de aprendizagem para meninos e meninas. Num anúncio de 1917, da revista *A Plebe* – órgão oficial da Escola Moderna de São Paulo -, lê-se o seguinte:

O curso primário compunha-se das seguintes matérias: ‘rudimentos de português, aritmética, caligrafia e desenho’. O curso médio, de ‘gramática, aritmética, geografia, princípios de ciência, caligrafia e desenho’. E o curso adiantado, de ‘Gramática, aritmética, geografia, noções de ciências físicas e naturais, história, geometria, caligrafia, desenho, datilografia’. A Escola Moderna n. 1 informava, ainda, que para as meninas, especialmente, era oferecido um curso de trabalhos manuais: costura, bordado, etc.<sup>510</sup>

Correa não chega a apresentar informações sobre diferenças curriculares para meninos e meninas em sua pesquisa sobre tais estabelecimentos no Rio Grande do Sul, o que possibilitaria uma comparação com a referência trazida por Luizetto referente a São Paulo.

De qualquer maneira, se, de maneira geral, a proposta pedagógica das escolas libertárias pautava-se por um desejo de minimizar as desigualdades de gênero no ensino, na prática, talvez, mantinha-se uma hierarquia próxima aos modelos dominantes, ao menos em alguns aspectos. Além disso, é possível que esta estrutura pedagógica não servisse de modelo único para todas as escolas inspiradas na educação libertária.

Os raros vestígios que possibilitam detectar práticas de caráter libertário na escola de Malvina são tênues e indiretos. Na maioria das vezes, ao contrário, as fontes

---

(LUIZETTO, Flavio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literários e educacionais (1900-1920)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História FFLCH/USP, 1984, p. 245).

<sup>509</sup> CORREA, Norma. op. cit., p. 192.

<sup>510</sup> LUIZETTO, Flavio. op. cit., p. 276.

ligadas a sua ação docente não só em nada confirmam seu anarquismo em sala de aula como vão de encontro a esse ideário, apontando, por exemplo, para o seu ardor patriótico (em contraposição ao universalismo anarquista). Para se analisar esses aspectos, uma fonte preciosa é o caderno de uma ex-aluna sua chamada Zilda Haussen, o qual contribui para se examinar o funcionamento das aulas da professora e os saberes propostos em sua escola.

Datado de 1927, o caderno de Haussen possui aproximadamente 100 páginas, preenchidas, de maneira intercalada, pelos conteúdos de língua portuguesa (análise lógica, análise gramatical, preposições e verbos) e matemática (frações ordinárias, regras de juros, adição e abstração, geometria e raiz quadrada). O caderno é primoroso do ponto de vista da organização e dos cuidados apontados pela professora Malvina. É bem verdade que há poucas anotações da mestra, destacando-se considerações como ‘estilo correto’ ou ‘muito gosto’. Em uma nota, porém, Malvina é bastante direta em sua advertência: “Ver alguns exemplos interessantes. É pura abstração, não?”<sup>511</sup>

O que mais chama a atenção no caderno de Haussen é justamente aquilo que ele não possui, pois, no conjunto deste material, não existe nenhuma referência a trabalhos manuais ‘femininos’ ou a questões religiosas, embora seja muito provável que ela possuísse outros cadernos aos quais não teve acesso. Os princípios cívicos, entretanto, estão presentes em frases como “Amar a Pátria é um dever sagrado”<sup>512</sup>, premissa essa muito distante do anarquismo, ou na sentença “A verdade reina no céu, ilumina a Terra, inspira a justiça e rege as **nações**”.<sup>513</sup>

Se, em relação ao percurso profissional de Malvina, o caderno de Zilda é o vestígio mais direto de sua prática docente, em relação à Ana Aurora, a referência mais contundente é, talvez, sua afirmação de que teria se inspirado em João de Deus, autor português que foi uma importante referência pedagógica naquele contexto, em particular por sua obra *Cartilha Maternal*. A professora rio-pardense “[...] dizia que ensinara ‘durante sessenta anos pelo chamado método de João de Deus, sempre com o mesmo sucesso [e] que esse método tinha atingido a meta da perfeição na matéria’”.<sup>514</sup> O poeta lírico João de Deus de Nogueira Ramos (1830-1896), mais conhecido como João de Deus, foi o proponente de um método de alfabetização relativamente inovador

---

<sup>511</sup> HAUSSEN, Zilda. Caderno de Lições. (Arquivo Pessoal)

<sup>512</sup> Ibid.

<sup>513</sup> Ibid. (grifo meu)

<sup>514</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 103.

para a época expresso na mencionada *Cartilha Maternal* (1876). Na introdução do livro, o autor advertia:

Às mães, que do coração professam a religião da adorável inocência, e até por instinto sabem que em cérebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violência pode deixar vestígios indeléveis, oferecemos, neste sistema profundamente prático, o meio de evitar a seus filhos o flagelo da cartilha tradicional.<sup>515</sup>

A proposta do autor era oferecer um método que ensinasse às crianças as primeiras letras e incutisse nelas o gosto pela leitura. A obra foi seguida de inúmeros artigos pedagógicos contendo instruções dirigidas aos professores de como deveriam aplicar o método. A adoção da *Cartilha Maternal* no Rio Grande do Sul gerou divergências, na medida em que esse foi um dos livros escolares oficialmente usados no estado naquela conjuntura. Para o Diretor Geral da Instrução, Manoel Prates de Moraes, era fundamental a unidade de método e de doutrina, e citava como exemplo desta postura a *Cartilha Maternal*. Moraes considerava as outras cartilhas usadas apenas ‘contrafações’ da cartilha de João de Deus.<sup>516</sup>

Este fato pode ser interpretado à luz do pensamento de Trindade, quando essa observa que:

O poder disciplinar da regulação, através da pretensão de determinar a unificação de métodos de ensino e livros, mostra como se dá o governo da prática docente. A escola, entre outras instituições modernas, visa policiar e disciplinar com base no poder de sociedades de discursos, suas doutrinas, através de uma multiplicidade de estratégias.<sup>517</sup>

A análise da autora é oportuna para se questionar a extensão dos mecanismos coercitivos da política perrepeista no âmbito da educação. Talvez, na contramão de um projeto educacional autoritário, essas duas professoras tenham se valido das fissuras da educação institucionalizada e, através das porosidades a ela inerentes, reelaborado seus métodos de ensino nas margens dos saberes reguladores. A utilização do teatro, por

---

<sup>515</sup> DEUS, João de. *Cartilha Maternal* ou Arte de Leitura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878, p. VIII. O autor ainda complementa: “Esse sistema funda-se na língua viva. Não apresenta os seis ou oito abecedários do costume, senão um, do tipo mais freqüente, e não todo, mas por partes, indo logo combinando esses elementos conhecidos em palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem” (p. VII).

<sup>516</sup> TRINDADE, Ione Faviero. A adoção da Cartilha Maternal na Instrução Pública Gaúcha. *História da Educação*, v. 6, n. 12, p. 67-86, set., 2002. p. 71.

<sup>517</sup> TRINDADE, Ione Faviero. A adoção da Cartilha Maternal na Instrução Pública Gaúcha. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1. p. 1-10, 2000. p. 2.

exemplo, é uma prática educativa utilizada por ambas que extravasa as orientações pedagógicas da época como veremos no próximo item.

De qualquer maneira, a utilização do ‘método’ de João de Deus por Ana Aurora serve como referência fundamental para se compreender suas concepções pedagógicas. Já no caso de Malvina, não foi possível encontrar as origens intelectuais de suas referências educacionais nas fontes documentais e bibliográficas.

### 3.4.2 As maneiras de ensinar e as concepções de mundo

Embora o recorte temporal deste capítulo privilegie as primeiras décadas do século XX, por vezes, recuarei a análise até a instauração da República, por entender que as mudanças em curso naquele momento se refletiram nas concepções pedagógicas dessas duas mulheres. A ‘batalha’ em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular, se estende, naturalmente, para além do acontecimento de 1889, e é justamente nesse processo que se constitui parte das visões de mundo de Ana Aurora e Malvina<sup>518</sup>.

Os saberes acumulados ao longo de suas trajetórias e os inúmeros elementos apreendidos no cotidiano foram fundamentais à elaboração das práticas docentes de ambas as professoras. Inúmeras vezes, perguntei-me em que medida as concepções de mundo de Malvina e Ana Aurora alinharam-se às doutrinas religiosas ou políticas da época ou, na contramão disso, talvez, se contrapuseram a elas. A resposta a essa pergunta encontra-se dispersa em várias fontes, sobretudo no diário de Malvina e na entrevista de uma ex-aluna sua, e nas revelações feitas por Ana Aurora a Spalding.

Na busca de um conjunto de indícios que me reportasse às práticas educativas de ambas, ao menos duas perspectivas me guiaram: se, por um lado, as maneiras de ensinar de Malvina poderiam se encaminhar para as concepções libertárias (embora não de forma ‘pura’); de outro, o viés pedagógico de Ana Aurora consolidou-se como uma simbiose entre o civismo patriótico e o catecismo cristão.

Um indício importante da prática docente de Malvina pode ser encontrado nas lembranças de sua aluna Maria da Gloria Alves de Sousa, quando recorda: “[...] as aulas e o ambiente escolar eram marcados pela disciplina, mas também pela alegria e pelo prazer de aprender, [além disso] as crianças amavam a professora [Malvina] e a tinham

---

<sup>518</sup> CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 10.

como uma amiga e orientadora”.<sup>519</sup> Para além desta relação afetuosa guardada na memória, no diário da professora, recomendações disciplinares destoam de seu suposto ‘anarquismo’: “A obediência é a primeira virtude da criança. O menino dócil é como um anjo na família”.<sup>520</sup>

É prudente lembrar que as lembranças da ex-aluna ressoam no presente como uma re-elaboração que, em última instância, participa do próprio processo de *enquadramento da memória* da personagem Malvina, expresso no par disciplina/afeto, conforme analisado no Capítulo I. Para Almeida, a experiência revivificada da aluna revela o quanto as maneiras de ensinar de Malvina estimularam a criatividade e a promoção pessoal dos alunos e, principalmente, “[...] não se restringiam aos aparentes limites de uma sala de aula. Extrapolava-os, trazendo a vida, literalmente, para dentro da escola”.<sup>521</sup> É, por exemplo, através do teatro que as maneiras de ensinar de Malvina se solidificaram nas lembranças da ex-aluna, não se percebendo, contudo, referência alguma a concepções libertárias:

As crianças transformavam-se em atores, ‘dirigidos’ pela mestra [e] a professora se envolvia neste tipo de atividade, a tal ponto de preocupar-se com a caracterização dos personagens, buscando, entre os amigos, roupas e acessórios adequados às encenações.<sup>522</sup>

Não muito distante dessas referências, os testemunhos de ex-alunos de Ana Aurora também evocam as maneiras de ensinar da professora rio-pardense: “Ah queridas professoras! Como éramos felizes! Brincávamos, estudávamos, tínhamos as senhoras que com seus sábios exemplos e suas instruções nos guiavam no caminho do saber”.<sup>523</sup> Em outra recordação, vislumbra-se o mesmo apreço dedicado: “[...] porque tão meiga, incansável e dedicada fostes ao nosso lado que, quando estivemos aí parecia que a vossa casa era a continuação do nosso lar”.<sup>524</sup> Esse testemunho reforça as virtudes da professora ‘mãe’ e sua atuação na escola que, conforme as representações de gênero dominantes, deveria ser uma extensão do lar.

---

<sup>519</sup> ALMEIDA, Doris. op. cit., p. 76-77.

<sup>520</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 53.

<sup>521</sup> ALMEIDA, Doris. op. cit., p. 78.

<sup>522</sup> SOUSA, Maria da Gloria Alves de apud ALMEIDA, Doris. op. cit., p. 77.

<sup>523</sup> Correspondência de Constança Silveira da Silva à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 1910 (AHRP).

<sup>524</sup> Correspondência de Ambrósia, Noquinha e Nena à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 23 set. 1911 (AHRP).

A poesia, o teatro, a literatura de forma geral, preenchem as salas de aula dessas mulheres e, sobretudo, fizeram parte de suas concepções pedagógicas na medida em que elas valorizaram fartamente esse conjunto de linguagens como recurso didático e cultural, na contramão da orientação positivista, pois “o positivismo não [era] favorável ao teatro, considerando-o irracional e imoral. Assim, a educação universal e o regime sociocrático deveriam criar um sistema de fatos que dispensariam as representações teatrais”.<sup>525</sup>

As maneiras de ensinar de Malvina e Ana Aurora entrelaçavam diferentes dimensões do saber: “Para esse fim [Ana Aurora] escrevia poesias e pequenos trechos em prosa, além de peças teatrais para seus alunos representarem, obrigando-os assim a gravar certos preceitos morais e o amor ao próximo e à Pátria”.<sup>526</sup>

Segundo Spalding, referindo-se a Ana Aurora, mas numa afirmação perfeitamente cabível à atuação de Malvina, ela compreendeu “[...] que o teatro é uma escola e que toda a ação que desfilou sobre o tablado do palco deve ter um fim útil e social”.<sup>527</sup> As educadoras souberam, pois, compreender a extrema importância que o teatro e a poesia possuíam enquanto estratégias pedagógicas.

A perspectiva de Malvina de orientar seus alunos através da literatura pode ser exemplificada por um poema escrito em seu diário:

Professora os sentimentos  
De um pequeno coração  
Todos eles se resumem  
Na palavra gratidão.

Os vossos termos cuidados  
A vossa solicitude  
Em proteger a inocência  
Com o escudo da virtude

Merecem bençãos sinceras  
E sincera gratidão  
Com todo se lhe nota  
De um pequeno coração.

Companheiras cursemos a escola  
Lá brincando se aprende a lição.  
Alegremos aos pais e aos mestres.  
Seja pois nosso norte-instrução.<sup>528</sup>

---

<sup>525</sup> DILL, Aidê. *Diretrizes educacionais no governo de Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, PPG em História, PUCRS, 1984, p. 61.

<sup>526</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 83.

<sup>527</sup> Ibid., p. 70.

<sup>528</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 59.

Através desses versos, é possível vislumbrar, ao menos em parte, o que ela entendia como sendo a função da escola e as suas concepções pedagógicas: a identificação afetiva entre a criança e a professora é talvez a característica mais evidente no poema, da mesma forma que o verso ‘companheiras cursemos a escola’ é um convite amistoso de quem se propõe ensinar; por outro lado, a valorização da escola e da aprendizagem destaca-se na última estrofe. A escola é o ‘norte’ para a construção do conhecimento na perspectiva de Malvina.

A figura da poetisa-educadora não era algo incomum naquele contexto. Por exemplo: Cecília Meireles publicou em 1924 o livro *Criança, meu amor* e dividiu narrativamente sua vida entre a paixão pela poesia e a educação. O livro didático de Meireles chegou a ser adotado pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal.<sup>529</sup>

O alvorecer do século XX parece ter sido agitado para Ana Aurora. Sua trajetória neste período transcendeu os muros do Colégio Amaral Lisboa, envolvendo especialmente a política e a literatura.

Em 1900, ela publicou *Preitos à Liberdade* em Rio Pardo. Trata-se de uma compilação de inúmeros artigos que circularam anteriormente nos jornais *A Reforma* e *O Patriota*. Na dedicatória do livro a Walter Spalding, a professora rio-pardense registra: “Se não me envergonho hoje de ser brasileira, de ser rio-grandense, a vós o devo, heróicos revolucionários de 93”.<sup>530</sup> O ardor político de Ana Aurora ganhou amplitude quando ingressou ‘oficialmente’ no federalismo ao fundar a União Federalista de Senhoras em Rio Pardo, da qual não há registros no AHRP, sabe-se apenas que fora a presidente e oradora de tal entidade. Além desta sociedade, Ana Aurora fundou em 1902 a sociedade *Sempre Viva*, cujo lema era ‘recreio, instrução e caridade’:

Faziam reuniões semanais, às quartas-feiras, reuniões que duravam religiosamente duas horas. A primeira hora era consagrada à leitura de

---

<sup>529</sup> MEIRELES, Cecília. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 97.

<sup>530</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral Lisboa apud SPALDING, Walter. op. cit., p. 64. Conforme o biógrafo, o que caracteriza o livro *Preitos à Liberdade* é a insistência com que ataca a memória de Floriano Peixoto, dedicando-lhe nada menos do que cinco poesias que foram, todas, publicadas, ano por ano, na data aniversária de seu falecimento. O descontentamento de Ana Aurora em relação a Floriano Peixoto deve-se, sobretudo, aos desdobramentos políticos no cenário nacional e regional entre 1891 e 1894. No primeiro aniversário da morte do ‘marechal de ferro’ e, sob o pseudônimo de ‘Uma Rio-grandense’, Ana Aurora publica versos como este: “Monstro, acaso na paz da sepultura, inda a sede de sangue te consome? / Por que explorar da Pátria a desventura à pavorosa sombra do teu nome?” (‘Ao Dia 29 de junho’, *A Reforma*, Porto Alegre, 29 jun. 1895 [s.p.] (AHRP)).

alguma obra. Cada semana eram escolhidas duas moças que liam durante meia hora cada. A segunda parte destinava-se a alguma conferência, recitais e música.<sup>531</sup>

A obra literária de Ana Aurora encontra-se dispersa. Algumas peças de teatro foram compiladas posteriormente. Este é o caso do drama em três atos *A calúnia*. No prólogo é possível ler:

Paulo de Castro anuncia seu futuro casamento com Adelaide de Mendonça à Sra. Mariana de Sousa, amiga da família. Esta, pretendendo vingar sua filha que fora preterida por ele, calunia Adelaide. Depois de algum tempo, Paulo descobre a verdade. Mas já é tarde, pois Adelaide, após ser abandonada, está muito doente e morre, perdendo seu ex-noivo. A verdade é ao final estabelecida e a vilã, desmascarada.<sup>532</sup>

O drama da personagem injustiçada Adelaide remete em certa medida, à experiência de Ana Aurora no polêmico acontecimento em que esteve envolvida no contexto da Revolução Federalista e que resultou na publicação de *A Minha Defesa* (1895), conforme referido no Capítulo anterior desta tese. A perspectiva da mulher ‘caluniada’ esboçada pela autora, não é muito diferente da denominação que a própria Ana Aurora utilizará naquele contexto, ao referir-se como uma ‘mulher indefesa’.

Em outra peça, intitulada *A culpa dos pais*, prepondera o tema da injustiça, ou, melhor dizendo, da mulher desonrada. Nela, as heroínas são ‘mulheres-anjo’, cheias de virtudes, colocadas diante de condições sociais opressoras: uma arrastada à sarjeta e a outra, a mártir do dever, atirada ao lamaçal por ser uma ‘pobre e simples costureirinha’<sup>533</sup>. Para Spalding, “[...] os seus dramas, de modo geral, fazem a defesa da mulher e de seus direitos”<sup>534</sup>. A postura literária da rio-pardense condiz com o conjunto de elementos que sustentou a sua designação como a ‘primeira feminista’ do Rio Grande do Sul<sup>535</sup>. Além disso, conforme Muzart, “todas as peças [de Ana Aurora], invariavelmente, têm um final triste, com muita morte, choros e gritos, na melhor tradição folhetinesca da época”<sup>536</sup>.

---

<sup>531</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p.

<sup>532</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *Teatro de Dona Ana Aurora do Amaral Lisboa*. Rio Pardo: O Mensageiro, 1931, p. 25.

<sup>533</sup> Ibid., p. 42.

<sup>534</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 79.

<sup>535</sup> *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 11 fev. 1942 [s.p.] (AHRP). Entrevista de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Carlos Reverbél.

<sup>536</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci. op. cit., p. 879.

A orientação pedagógica da professora rio-pardense conciliava em sala de aula o catecismo e a moral cristã<sup>537</sup> com o ensino cívico. Sobre esse último ponto, diz Spalding:

Ana Aurora foi na realidade, uma precursora do ensino cívico, precedendo, mesmo, a obra inquestionavelmente grandiosa de Antonio Carlos Lopes com os 'Tiros de Guerra', onde a mocidade aprendeu não apenas a manejar as armas fora dos quartéis, mas também a cantar o Hino Nacional em público.<sup>538</sup>

O recurso ao canto, ou mais especificamente, ao canto de hinos patrióticos é outro elemento chave da permanente reiteração do civismo na ação educativa dessa professora:

Procurava Dona Ana Aurora incentivar nos alunos também o amor à música [...] O próprio Colégio Amaral Lisboa possuía quatro hinos obrigatórios: o Hino Escolar, o Hino dos Pequeninos, cantado no encerramento das aulas, o Hino a Cristovão Colombo, cantado nas comemorações de 12 de outubro, dia do descobrimento das Américas, e o Hino do ABC, cantado, sempre, por 25 crianças vestidas iguais.<sup>539</sup>

De imediato, chama a atenção o fato de que tanto o Hino Nacional<sup>540</sup> quanto o Hino Rio-Grandense<sup>541</sup> não estavam entre os hinos obrigatórios do Colégio Amaral Lisboa. A ausência dessas referências patrióticas, expressa a postura política de Ana Aurora a respeito dos desdobramentos do processo de configuração do regime republicano ao longo dos anos subsequentes a sua implantação, no qual ganha destaque a disputa envolvendo símbolos e alegorias, especialmente o Hino Nacional e a Bandeira.

Na contramão deste processo, Ana Aurora optou por canções adequadas a sua perspectiva pedagógica, como neste fragmento do Hino Escolar:

---

<sup>537</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 59.

<sup>538</sup> Ibid., p. 72. A origem dos 'tiros de guerra' remonta a 1902, quando se fundou em Rio Grande uma sociedade de tiro ao alvo com finalidades militares. Com o apoio do poder municipal, transformou-se num tipo de organização militar encarregada de formar reservistas brasileiros. Posteriormente, essas associações se difundiram para outras localidades.

<sup>539</sup> Ibid., p. 93.

<sup>540</sup> A música do Hino Nacional Brasileiro foi composta em 1822 por Francisco Manuel da Silva, chamada inicialmente de 'Marcha Triunfal' para comemorar a Independência do país. Essa música tornou-se bastante popular durante os anos seguintes e recebeu duas letras. A primeira, produzida quando Dom Pedro I abdicou do trono, foi de autoria de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Somente em 1909, o poema de Joaquim Osório Duque Estrada tornou-se conhecido, sendo oficializado em 1922, permanecendo até hoje (CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 122-128).

<sup>541</sup> Ao menos três letras do Hino Rio-Grandense foram registradas durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), sendo a mais popular, a terceira delas, de autoria de Francisco Pinto da Fontoura, que apareceu após o término deste movimento e só foi oficializada como Hino Farroupilha ou Hino Rio-Grandense através da lei 5.213 de 05 de janeiro de 1966.

Para honrar nossos pais que nos amam,  
Para um dia ilustrar a Nação,  
Estudemos! As glórias do estudo  
Que formosas e nobres que são!<sup>542</sup>

Expressões como ‘honra’ e ‘glórias’ reforçam seu ardor cívico e também sua concepção de escola, como base da Nação.

No caso de Malvina, pensar na relação entre suas maneiras de ensinar e concepções de mundo e uma prática educativa que talvez se aproxime das concepções libertárias vigentes à época parece ser uma operação interpretativa delicada. A influência que exerceu sobre seus alunos, especialmente aqueles que se envolveram nos movimentos anarquistas no início do século XX, é um vestígio latente e que não pode ser descolado do conjunto de suas práticas e concepções pedagógicas. Além disso, deve-se levar em consideração as palavras de Flavio Tavares quando perguntado sobre a afirmação de Marçal de que sua avó teria sido a primeira professora anarquista do Rio Grande do Sul; ele respondeu que, à sua maneira e condicionada por uma época de limitações, Malvina teria sido sim uma professora anarquista, muito embora nada tenha registrado sobre suas concepções ideológicas.

A prerrogativa fundamental do ensino libertário era a de ‘formar consciências livres’.<sup>543</sup> Essa expressão tornou-se uma espécie de lema para os militantes e simpatizantes do anarquismo no país. Deve-se salientar também que “os estudiosos do pensamento libertário são concordes em admitir o interesse dos anarquistas pelas questões educacionais”.<sup>544</sup> Apesar disso, as “atividades educacionais criadas nas bases dos organismos classistas, muitas vezes, viram-se obrigadas a adequar as posições pedagógicas libertárias ao contexto da sociedade rio-grandense, algumas vezes por despreparo e incompreensão da fundamentação teórica, outras vezes pela dificuldade social de assimilar novos valores”.<sup>545</sup>

Estou considerando a expressão ‘formar consciências livres’ como a chave para se entender a perspectiva educacional do pensamento libertário incorporado, talvez, por Malvina. Nesse sentido, deve-se também levar em conta que o contexto histórico de efervescência do movimento anarquista no Rio Grande do Sul coincidiu com a atuação de Malvina no interior do estado, quando, segundo seu neto, aboliu a palmatória ainda

---

<sup>542</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 94.

<sup>543</sup> Expressão utilizada no editorial ‘Anarquistas perigosos’, publicado no número 11 do jornal *O Amigo do Povo* em 6 set. 1902 *apud* LUIZETTO, Flavio. op. cit., p. 213 (grifo meu).

<sup>544</sup> LUIZETTO, Flavio V. op. cit., p. 214.

<sup>545</sup> CORREA, Norma. op. cit., p. 193.

no final do século XIX e acabou transferida ao pequeno vilarejo de São Gabriel da Estrela por motivos obscuros. Teria sido seu ‘anarquismo’ o motivador de tal transferência?

Paralelo à atuação de Malvina, e com o objetivo de compor o *campo de possibilidades* onde atuou a personagem, um fato que deve ser destacado é a passagem de Giovanni Rossi – idealizador da primeira tentativa efetiva de implantação do ideário anarquista no país com a fundação da Colônia Cecília (1889-1893), na localidade de Palmeira, no Paraná<sup>546</sup> – pelas proximidades de São Gabriel da Estrela. Em 1893, após a desintegração da referida colônia, Rossi estabeleceu-se como professor na escola Agrícola de Taquari, na época um pequeno município, distante a uns 40 km de São Gabriel da Estrela, onde ficou até 1905<sup>547</sup>. Não há indícios de contato entre ambos, mas não se pode deixar de conjecturar nesse sentido.

O pensamento libertário deste militante italiano assenta-se na já mencionada premissa de ‘formar consciências livres’:

Para Rossi, o anarquismo não era uma essência ou ideologia a ser aplicada de forma imediata, mas a busca incessante do bom, do belo e do perfeito, apesar de saber que estas virtudes no homem e em sua sociedade não seriam facilmente alcançadas.<sup>548</sup>

É provável então que esses elementos fossem constitutivos também da prática educativa de Malvina; entretanto, os vestígios sobre sua perspectiva pedagógica são dispersos e estão diluídos nas referências e conjecturas que trouxe até aqui. Assim, não tenho como oferecer afirmações taxativas sobre o anarquismo de Malvina, mas apenas referendar, a partir das fontes localizadas, que essa postura ideológica e pedagógica fazia parte do seu horizonte de possíveis.

No caderno da aluna Zilda Haussen, um verso de cunho patriótico é, entretanto, bastante surpreendente na medida em que destoa inteiramente do anarquismo atribuído à professora Malvina: “Ama a Pátria, respeita as leis do teu país e será feliz”.<sup>549</sup> A perspectiva cívica de Malvina vai ao encontro de uma orientação que perpassa a Primeira República e que já foi mencionada acima: a construção de um conjunto de símbolos nacionais para legitimar o regime instaurado em 1889. Portanto, o lema

---

<sup>546</sup> SÊGA, Rafael. Anarquistas, com o aval do Império. *História Viva*. Ano II, n. 5, jan. 2005, p. 82-87, p. 84.

<sup>547</sup> CORREA, Norma. op. cit., p. 82-83.

<sup>548</sup> MELLO NETO, Cândido apud SÊGA, Rafael. op. cit. p. 86

<sup>549</sup> HAUSSEN, Zilda. Op. cit.

registrado no diário de Malvina pode ser entendido enquanto uma tentativa de fortalecer em sala de aula uma identidade nacional.

Neste sentido, é importante entender que a Proclamação da República e todo o processo subsequente de consolidação do novo regime necessitaram da construção de símbolos nacionais capazes de garantir a coesão social; afinal, esses e as comemorações alimentam o sentimento de pertencimento a uma nação. Em tal empreitada, o papel da educação foi crucial: organizar e disciplinar os alunos constituindo uma memória nacional.

Entretanto, as maneiras de apreender essa orientação pedagógico-cívica mais ampla diferiram para ambas as professoras.

O ardor patriótico de Malvina pode ser exemplificado em dois poemas transcritos em seu diário. Embora não esteja referida a data do registro, o longo poema *Filho Exilado* de Costa Lima demonstra sua admiração pela Pátria:

Se como eu, tu sofres tanto,  
Se como eu, gemes também,  
Ai não rias do meu pranto,  
Vem chorar comigo... vem!  
Quando o pranto é verdadeiro  
Que importa o mundo inteiro  
Que te importa o seu desdém  
Chora amigo porque o pranto  
Quando é sentido e santo,  
Não envergonha ninguém...

Se deixaste a pátria querida  
Mãe, amigo, no teu lar,  
De saudades a amarga vida  
Por que não há de chorar?  
Corra o pranto do exilado  
Que a sofrer foi destinado  
Longe da pátria e dos seus  
Não conheço eu no mundo,  
Sentimento mais profundo  
Que o da pátria, mãe e Deus! [...].<sup>550</sup>

O ufanismo dos versos, mesclado com referências religiosas, recria a angústia daqueles que são exilados de sua pátria. A transcrição indica o possível comprometimento de Malvina com essa visão de mundo patriótica que pode ainda ser percebida em outro poema, igualmente transcrito em seu diário, de Casimiro de Abreu:

Treze anos são passados  
Que deixei meu pátrio lar;

---

<sup>550</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 30-31.

Treze anos que contados  
São por séculos a seismar  
Treze anos sem que a sorte  
Num propício vento norte  
Leve a salvo meu batel  
Treze anos entre abrolhos  
Vendo a morte nos escolher  
Como a nau entre o parcel!

[...]

E agora... quem minora deste peito a amarga dor?  
Quem me há de dar piedade adoçar tão acre horror?  
Ouve, ó Deus os rogos meus.  
Dá-me oh! Dá-me o que eu perdi  
Cura a ferida desta vida,  
Dá-me a terra onde eu nasci!<sup>551</sup>

A expressão ‘meu pátrio lar’ é bastante simbólica e revela algumas de suas concepções de mundo, que ficam ainda mais evidentes quando lemos em seu diário versos como esse: “Viva a República; Viva a Instrução”.<sup>552</sup> Ou seja, ao que tudo indica, Malvina, como vários outros intelectuais e educadores deste período, estava comprometida com o processo de consolidação da República no país por meio do ensino.

Os princípios que nortearam a ação educativa de Ana Aurora foram de outra ordem:

Ela sempre seguiu à risca a lição final de Adriano Nunes Ribeiro, escrita em seu álbum de lembranças: fazer desabrochar nas crianças a dignidade pessoal, a estima de si mesmas e o respeito aos outros; inspirando-lhes a fortaleza para vencer todos os trabalhos, serenidade para enfrentar os fatos adversos e a tenacidade para a luta pela existência. Esses princípios, acrescidos dos de moral e religião, foram a base de toda a sua vida de educadora, a base de seu sistema educacional.<sup>553</sup>

Com estes propósitos, as chamadas datas pátrias nunca passavam despercebidas da professora rio-pardense ou, melhor dizendo, sem alguma manifestação pública; seus escritos que o digam! Ao menos três datas consideradas relevantes por ela eram anualmente festejadas: o 07 de setembro, o 21 de abril e o 13 de maio<sup>554</sup>; entretanto,

Nunca, porém, comemorou a Proclamação da República, alegando por esse silêncio sistemático o cunho positivista que havia lhe sido imprimido. Não se conformava com isso. Contudo, depois da revolução de 1930, e com a

---

<sup>551</sup> Ibid., p. 31 e 40.

<sup>552</sup> Ibid., p. 83.

<sup>553</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 90.

<sup>554</sup> Respectivamente: Independência do Brasil, ‘descoberta’ do país e Abolição da Escravatura.

implantação da nova Constituição, o 15 de Novembro começou a despertar-lhe maior interesse.<sup>555</sup>

Naquela conjuntura, as datas que a República ‘mandava guardar’ eram as seguintes: 21 de abril (Comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes); 03 de maio (Descoberta do Brasil); 07 de setembro (Independência do Brasil); e 15 de novembro (Comemoração da Pátria Brasileira).<sup>556</sup> Nota-se, portanto, que Ana Aurora deliberadamente desrespeitava em parte essa orientação na medida em que não se pronunciava sobre o 15 de Novembro diante de seus alunos. Se, nessa “[...] batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”<sup>557</sup>, os positivistas ortodoxos constituíram-se nos mais articulados manipuladores de símbolos no processo de instauração da República, ao menos em sala de aula, Ana Aurora os venceu, ignorando tal orientação ao longo de sua ação pedagógica. Por outro lado, se os republicanos ignoravam o 13 de Maio, a professora rio-pardense não o fazia, e talvez por um motivo muito importante: a Abolição da Escravatura, entendida enquanto reforma social, realizou-se sob o governo monárquico!

Parece-me evidente então que a seleção das datas comemorativas da ‘veneranda’ em sala de aula não apenas confirma a estreita relação de seu viés pedagógico com sua ação politizada, mas, sobretudo, serviu-lhe de artilharia político-partidária, na medida em que ‘desobedeceu’ algumas orientações republicanas.

Nesse sentido, parece-me oportuno recuperar um aspecto sinalizado por Lippi sobre a instauração da República em 1889 e cujos desdobramentos avançaram pelas décadas posteriores, orientando as práticas educativas de Malvina e Ana Aurora de alguma forma. Na esteira da implantação da República no país, a autora observou uma ‘disputa de memórias’, ou seja, de um lado os republicanos buscaram legitimar um aparato cívico que cristalizasse o regime recém instaurado e, de outro, os monarquistas, em uma empreitada desesperada, tentaram restaurar o antigo regime. Para Lippi,

Estes dois grupos – republicanos e monarquistas – construíram suas memórias específicas e lutaram por torná-las mais estáveis [...] Nossa

---

<sup>555</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 75. Conforme Carvalho, os positivistas foram “[...] sem dúvida, o grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população. Suas armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos” (CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 129).

<sup>556</sup> LIPPI, Lucia. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 4, 1989, p. 172-189, p. 186.

<sup>557</sup> CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 10.

hipótese é a de que o novo universo simbólico não foi capaz de conferir legitimidade à nação republicana. Os monarquistas, por outro lado, não foram suficientemente fortes para restaurar a monarquia; entretanto, foram-no o bastante para garantir a supremacia de sua interpretação sobre o Brasil.<sup>558</sup>

Spalding afirmou que Ana Aurora não era contrária à República, mas aos princípios positivistas que nortearam a proclamação<sup>559</sup>: “Dona Ana Aurora não era, como muitos apregoaram, monarquista e, menos ainda, partidária da divisão humana em classes sociais”.<sup>560</sup> O fato é que uma admiração nostálgica pela extinta Monarquia parece ter motivado suas inúmeras críticas ao republicanismo, em especial, ao castilhimo-borgismo gaúcho. Numa correspondência de um de seus mais assíduos missivistas lê-se:

Disse-nos a senhora que acreditava fossem raríssimas as mulheres brasileiras que não sintam saudades da Monarquia. De pleno acordo e vou mais além, pois muitos republicanos da propaganda mentem envergonhados e arrependidos do presente grego que fizeram à Nação.<sup>561</sup>

Uma conjectura para analisar essa interessante associação entre mulheres e Monarquia está no fato de que “[...] enquanto na França a Monarquia era masculina, aqui a herdeira do trono [Isabel], eventual regente, era mulher”<sup>562</sup>.

É interessante analisar em que medida a já citada postura combativa de Ana Aurora no que diz respeito às questões político-partidárias de sua época entrelaça-se a seus princípios pedagógicos: para ela, ensinar sobre o sentimento patriótico justificava-se, sobretudo, porque “Estudar a história de sua terra natal é aprender a amar suas glórias, a honrar o passado que as registra e a preparar-se para não deslustrá-las no futuro”.<sup>563</sup> Nessa perspectiva, as ‘lições’ do passado deveriam servir às gerações do porvir.

A professora rio-pardense teria repetido publicamente diversas vezes a famosa frase de Cícero “*Historia est magistra vitae. Historia vero testis temporum, lux veritatis,*

---

<sup>558</sup> LIPPI, Lucia. op. cit., p. 186.

<sup>559</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 96.

<sup>560</sup> Ibid., p. 90.

<sup>561</sup> Correspondência de Antonio Ferreira Prestes Guimarães à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rivera, Uruguai, 20 out. 1901 (AHRP). Antonio Ferreira Prestes Guimarães (1837-1911) foi político, advogado e militar, tendo participado da Revolução Federalista como um dos líderes maragatos. Antes disso, porém, chegou a assumir a vice-presidência da Província do Rio Grande do Sul de 25/06 a 07/07 de 1889.

<sup>562</sup> CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 79.

<sup>563</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral apud SPALDING, Walter. op. cit., p. 96.

vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis”.<sup>564</sup> A ‘grande mestra’ então ensinava que devemos aprender o que se deve e o que não se deve fazer com o passado, a partir de uma compreensão de que “[...] as histórias eram fonte de exemplos para a vida”.<sup>565</sup> Através da chamada ‘história mestra da vida’, pela qual cabe ao passado iluminar o futuro, Ana Aurora ensinava persuadindo seus alunos conforme referido anteriormente.<sup>566</sup> Assim, ensinando nas primeiras décadas do século XX, o modelo inspirador da professora rio-pardense continuava a ser o da *historia magistra vitae*.

Ainda que Spalding tenha dito, certa vez, que Ana Aurora nunca tratou de questões políticas em sala de aula, é difícil crer nisso, uma vez que suas concepções educacionais estão inteiramente associadas às posturas políticas que defendia, compreensão essa que se solidifica na medida em que se analisa suas correspondências.

O fato é que, paralelamente a sua ação profissional, Ana Aurora construiu uma vasta rede de interlocutores no cenário político. Os dois fragmentos citados a seguir dão o tom dessa experiência da personagem. Numa correspondência de 1910, o autor, Francisco Maciel Junior<sup>567</sup>, parece ligeiramente desconfortável diante das intimações da ‘veneranda’:

Exma. Sra. D. Ana Aurora, tenho aqui duas cartas de v. Ex., sendo uma de 1º de fevereiro, remetida pelo seu caro amigo Julio Magalhães e de 18 do corrente a outra. Ambas encerram recriminações até certo ponto justas, que de bom grado aceito, até porque partem de distintíssima pessoa cujos sentimentos generosos, quanto a mim, e sinceramente patrióticos, quanto ao partido. [Além disso, espero] que a minha já malfadada mágoa, que tanto veio a magoar também V. Ex., esteja morta!<sup>568</sup>

O autor conclui referindo-se à professora rio-pardense “cuja personalidade tem um destaque especial em nossas fileiras, sem falar no realismo ascendente que exerce

---

<sup>564</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 96. “A história é a mestra da vida. A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da antigüidade” (tradução nossa). Para Koselleck, “Cícero, referindo-se a modelos helenísticos, cunhou o emprego da expressão *historia magistra vitae*. A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, neste caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência” (op. cit., p. 43).

<sup>565</sup> KOSELLECK, Reinhard. op. cit., p. 42.

<sup>566</sup> HARTOG, François. op. cit., p. 9. A noção de *regime de historicidade* proposta por Hartog pode ser entendida como “[...] uma ordem do tempo, que permite e proíbe pensar certas coisas” (p. 10). Nesse sentido, a chamada *historia magistra vitae* caracteriza-se “[...] quando o passado iluminava o futuro, quando a relação entre passado e futuro era regrada pela referência ao passado”. Esse modelo pôde ser percebido pelo menos até o final do século XVIII e início do XIX.

<sup>567</sup> Francisco Antunes Maciel Junior (Pelotas, 04 de julho de 1879 – Rio de Janeiro, 1966) foi advogado e Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Governo Getúlio Vargas (1932-1934) – AHRP.

<sup>568</sup> Correspondência de Francisco Maciel Junior à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Pelotas, 28 mar. 1919 (AHRP).

sobre os digníssimos correligionários de Rio Pardo”<sup>569</sup>, o que parece confirmar sua influência em determinados círculos políticos. Além disso, apesar da polidez de suas palavras, o autor deixa escapar uma certa tensão quando expõe seu desejo de que a ‘veneranda’ não sinta mais nenhum tipo de mágoa em relação à sua pessoa.

Em outra missiva, um major do Rio de Janeiro compartilha com a professora estratégias de convívio no cenário político: “os meus trinta anos de jornalismo me ensinaram que só se desprezam os adversários em polêmicas de imprensa quando sois impotentes para esmagá-los sob o facão da bota”.<sup>570</sup>

Fragmentos como estes se multiplicam na intimidade dos aposentos de Ana Aurora, provavelmente nos momentos de regozijo pessoal quando ela se comunicava com inúmeros correligionários e jornalistas da época, e seria muito difícil descolar esse ardor político da sua conduta em sala de aula. Nesse sentido, parece plenamente plausível pensar que sua vasta experiência político-partidária estivesse conectada as suas perspectivas educacionais.

A proposta pedagógica da professora rio-pardense revela uma preocupação constante em demarcar os ‘vultos’ da história. Esse objetivo insere-se num panorama mais amplo que se configurou a partir da segunda metade do século XIX na escrita dos homens de letras da Província (e, de resto, do Brasil como um todo):

Assim, a galeria de heróis e homens ilustres que o Rio Grande forneceu ao país era composta pelas mais diversas e virtuosas personagens. No panteão sulino, foram retratados, por exemplo, valente soldados, caridosos religiosos, honestos legisladores e cultos professores, além de oradores brilhantes, talentosos literatos e, ainda, corajosas mulheres que, descontentes com o papel de submissão a elas delegado, lutaram pela emancipação feminina.<sup>571</sup>

As maneiras de ensinar desta mulher atendiam, portanto, as suas concepções de mundo, nos elementos que considerava fundamentais para a formação dos futuros cidadãos da Pátria, em uma perspectiva que desafiava, muitas vezes, os enquadramentos mais gerais do regime republicano em processo de consolidação.

---

<sup>569</sup> Ibid., p. 02.

<sup>570</sup> Correspondência do Major (ilegível) à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio de Janeiro, 04 nov. 1916 (AHRP).

<sup>571</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. op. cit., p. 182.

### 3.4.3 A arte de educar e o valor do trabalho

A professora primária aparece referida nos documentos da época como boa, dedicada, gentil e esvaziada de seu sentido profissional. Essa premissa fez com que ela fosse vista como um apêndice da família, e sua atividade extra-doméstica identificada ao seu papel feminino e não ao trabalho.<sup>572</sup> É importante observar que o magistério - sempre entendido como uma extensão das atividades maternas - passava, naquele momento, a ser encarado como uma das únicas opções cabíveis a uma mulher que pretendesse trabalhar e, por conseguinte, uma das poucas profissões femininas plenamente aceitas pela sociedade.<sup>573</sup>

Em um texto onde fala sobre o que a teria levado ao magistério, Ana Aurora afirma que o fato de sentir-se muito feia contribuiu para conduzi-la a essa profissão, da mesma forma que a fez optar pela solteirice. Assim,

Tornou-se professora [...] carinhosa que transformava **a escola na mais legítima dependência do lar**, cumprindo, dessarte a finalidade, ou uma das finalidades das escolas: continuar com mais amplitude, a obra dos pais.<sup>574</sup>

Nota-se na descrição do autor que a escolha profissional de Ana Aurora e, em consequência, sua aceitação social estão vinculadas à dimensão maternal da profissão de educadora, pois, na medida em que a escola enquanto instituição se legitimava a partir de sua inter-relação com o lar, as atribuições maternas de uma professora não podiam ser ignoradas.

Para intelectuais como Teixeira Mendes, a escolha pela atividade docente sempre esteve convenientemente de acordo com as características próprias da mulher, seus dons naturais derivados da maternidade e sua pré-disposição ao exercício do ofício.<sup>575</sup> O discurso do autor sinaliza para um aspecto que venho referindo nesta tese e que Rago resumiu bem: “[...] lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua

---

<sup>572</sup> TORRES, Cláudia Regina Vaz; SANTOS, Marluse Arapiraca dos. A educação da mulher e a sua vinculação ao Magistério. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (org.) *Ensaio sobre Gênero e Educação*. Salvador: Ufba, 2001. p. 129-142. p. 134.

<sup>573</sup> Ibid., p. 134.

<sup>574</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 26.

<sup>575</sup> TEIXEIRA MENDES, R. O ensino primário oficial e a regeneração humana. *Igreja e Apostolado Positivista do Brasil*, publicação do ano 127, 1915, p. 7.

condição social, sexual e individual”.<sup>576</sup> Deve-se lembrar ainda que “[...] para muitos médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família”.<sup>577</sup>

Como procurei mostrar no capítulo anterior, a Escola Normal cumpriu de certa forma essa função, formando ‘mestras’, mas igualmente mães e donas de casa, centrando-se no reforço dos estereótipos tradicionalmente vinculados ao modelo de mulher valorizado à época. Nessa perspectiva, a profissão de educadora aproximava-se de uma ‘natureza’ feminina projetada pelo discurso antifeminista, de forma a dissociar tal profissão do trabalho exercido, por exemplo, pelas costureiras, operárias, etc.<sup>578</sup>

A transformação do Magistério em *trabalho de mulher* ao longo da Primeira República, ou, mais exatamente, numa *profissão feminina*, deve-se principalmente ao fato de que tal ofício se tornou gradativamente menos atrativo aos homens por ser pouco rentável. De acordo com Pena:

Aparentemente, as possibilidades abertas para que as mulheres se transformassem em professoras primárias, aos poucos foi tornando a atividade menos atraente aos homens. Em 1912, no Distrito Federal [Rio de Janeiro], 1.812 mulheres exerciam esta atividade, mas apenas 344 homens.<sup>579</sup>

O valor do trabalho de Ana Aurora e Malvina em termos monetários era baixo. Nos percursos dessas mulheres, alguns vagos indícios sobre os reduzidos salários recebidos e as condições precárias de exercício de seu ofício revelam, numa perspectiva mais ampla, o descaso histórico pelo Magistério, como manifestado na carta de Ana Aurora a Manuel Pacheco Prates, diretor geral da Instrução Pública, em que ela desabafa:

Sr. Diretor: - Faltam-me títulos, bem sei, que justifiquem minha ousadia em dirigir-vos estas linhas; mas o interesse que me inspira o progresso de meu Rio Pardo anima-me a suplicar-vos alguns momentos de atenção [...] Qual o resultado sobre o espírito dos professores da inanidade de seus esforços? O desânimo, fatalmente, e do desânimo ao desleixo a distância não é grande.<sup>580</sup>

---

<sup>576</sup> RAGO, Margareth. op. cit., p. 579.

<sup>577</sup> Ibid., p. 588

<sup>578</sup> PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras*. Presença Feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981, p. 114.

<sup>579</sup> Ibid., p. 115.

<sup>580</sup> Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Manuel Pacheco Prates apud SPALDING, Walter. op. cit., p. 82-83.

As hábeis palavras da professora rio-pardense são uma contundente crítica à ineficiência governista na administração da Educação. A provocadora frase “Qual o resultado sobre o espírito dos professores da inanidade de seus esforços?” resume talvez o referido descaso histórico que Ana Aurora soube apreender.

Malvina registrou o valor de seu modesto ordenado em seu diário: 158\$000 réis (R\$ 575,00).<sup>581</sup> Este valor dividia-se em 93\$000 réis (R\$ 339,00) do seu ordenado e mais o valor adicional de 65\$000 réis (R\$ 236,00) que cobriria as despesas com o aluguel da sala de aula e uma gratificação sobre a qual não há uma especificação, mas que fica subentendida como uma quantia à parte.<sup>582</sup> A renda mensal de Ana Aurora esteve em torno de 30\$000 réis (R\$ 110,00) até 1900, deste período até 1925 ficou em 50\$000 réis (R\$ 182,00), e chegando, finalmente, a aproximadamente 100\$000 réis (R\$ 364,00) mensais até 1933, quando, ao que tudo indica, a professora rio-pardense passou a sobreviver apenas de doações de familiares, amigos e vizinhos.<sup>583</sup>, uma vez que a escola onde lecionava fechou as portas.

Os modestos salários dessas mulheres num contexto em que a participação feminina no mercado de trabalho ainda era tímida se legitimam num conjunto de valores morais, sociais e religiosos. Não esqueçamos, por exemplo, que

seguindo os ensinamentos de Auguste Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao ‘espaço natural’, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público.<sup>584</sup>

Apesar disso, na ótica destas mulheres, o valor simbólico do trabalho docente parecia ultrapassar em muito a realidade pouco animadora dos parcos salários, tendo em vista a experiência ainda incomum que as protagonistas desta tese desfrutaram. Para Malvina, “O trabalho torna o prazer mais sensível e a dor menos amarga”.<sup>585</sup> Já para Ana Aurora, a recompensa por ensinar se sobrepunha ao valor material.<sup>586</sup>

O exercício do magistério estava vinculado também à disponibilização de espaços residenciais para o funcionamento das aulas, característica importante do

---

<sup>581</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 93.

<sup>582</sup> Conforme <http://www.ocaixa.com.br/passos/passos3.htm> Acesso em 12 nov. 2011.

<sup>583</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 90.

<sup>584</sup> RAGO, Margareth. op. cit., p. 592.

<sup>585</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 51.

<sup>586</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 86.

quadro da instrução pública ao longo da Primeira República, já que, em geral, as classes eram instaladas em residências particulares dos professores e, portanto, suas moradias eram ambigualmente espaços públicos e privados; dessa forma, “[...] as questões de asseio e aluguel da escola constituíam itens integrados aos vencimentos dos professores, não sendo, portanto, uma questão estritamente privada a escolha do local de moradia e a sua manutenção e higiene”.<sup>587</sup> Em suma,

O aluguel de salas de aula era uma prática comum no regime escolar da época, considerando-se a infra-estrutura material deficiente das escolas. Assim, muitas famílias costumavam ceder peças de sua casa, mediante o pagamento de um aluguel por parte do Estado para o funcionamento das aulas públicas. Tal fato contribuiu para a formação de um regime escolar estruturado no circuito doméstico, mas com amplo alcance na vida comunitária.<sup>588</sup>

Se a edificação de escolas ainda era uma meta longínqua para as lideranças governamentais, o mobiliário necessário para compor estes ambientes aproximava-se do ilusório; um desafio permanente, sobretudo, nas pequenas comunidades como Rio Pardo e São Gabriel da Estrela. Numa correspondência do intendente João Baptista de Mello<sup>589</sup>, ele lembrou que poucas escolas receberam mobiliário adequado e sugeriu que fossem enviados os móveis antigos de Porto Alegre ao interior e os móveis modernos à capital.<sup>590</sup> Em uma correspondência a Borges de Medeiros, a professora rio-pardense faz a seguinte solicitação:

Ilmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. Respeitosas saudações. Resolvida a criação nesta cidade de uma aula noturna para adultos e também para menores que, por motivos justos, não podem frequentar, de dia, as escolas públicas, empenham-se os fundadores da referida aula noturna em inaugurá-la no começo do ano vindouro; e, para conseguir esse desiderato, solicito, por intermédio de V. S. o auxílio do Estado tão somente para o fornecimento do mobiliário, isto é de 3 classes com os respectivos bancos (modelo antigo, por mais adaptável à sala de que dispomos). Quanto ao mais a aula noturna será provida e sustentada pelo povo rio-pardense. Contando com a boa vontade de V. S. para a realização de um empreendimento que reputo patriótico, aguardo, para nosso governo, a resposta de V. S. e me subscrevo com todo o respeito e consideração. De V. S. patricia e adversária leal, Ana Aurora do Amaral Lisboa.<sup>591</sup>

---

<sup>587</sup> WERLE, Flavia Obino Corrêa. op. cit., p. 87.

<sup>588</sup> ALMEIDA, Dóris. op. cit. p. 58.

<sup>589</sup> Intendente do município de Lajeado durante quatro mandatos entre 1908 e 1924. <[http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=fisgeo\\_hist3.php](http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=fisgeo_hist3.php)>. Acesso em 21 fev 2011.

<sup>590</sup> MELLO, João Baptista de. Correspondência da Intendência de Lajeado para o Presidente da Província do RS (1902-1908) (AHRs).

<sup>591</sup> Correspondência de Ana Aurora a Antonio Augusto Borges de Medeiros, 28 out. 1916. Arquivo Borges de Medeiros IHGRS.

A solicitação da ‘adversária leal’ de Borges de Medeiros evidencia - além do papel de porta-voz da comunidade de Rio Pardo assumido pela remetente e seu destemor em posicionar-se diante da máxima autoridade do estado - o constante diálogo que Ana Aurora travou com as autoridades acerca das inúmeras deficiências que envolviam a educação desde fins do século XIX. Numa carta escrita em 19 de junho de 1895 ao Diretor da Instrução Pública, ela fez um apelo:

[Se observares] a falta completa e absoluta de fiscalização nas escolas terá o quadro completo. Sempre fui de opinião que, para melhorar as condições da instrução pública primária, o primeiro passo a dar era tornar efetiva a mais rigorosa fiscalização nas escolas. O que a respeito preceituava o regulamento que conheci, seria suficiente, se fosse uma realidade; mas de sua execução foi do que nunca trataram as autoridades competentes [...] Esta falta de fiscalização, além de favorecer todos os abusos do professor, tem outros inconvenientes: nos distritos rurais favorece também a má localização das escolas, o que é muitas vezes o cúmulo da injustiça. O inspetor limita-se a atestar as relações que lhe são enviadas, sem indagar se elas são ou não a expressão da verdade.<sup>592</sup>

A carta de Ana Aurora demonstra seu interesse pela instrução popular, entretanto, ela sequer mereceu uma resposta. Nada foi feito e tudo ficou como estava. Mais de vinte anos depois, a professora ainda continua coletando fundos para a manutenção do Colégio Amaral Lisboa que continuou funcionando com contribuições como a citada abaixo até 1927:

Exma. Sra. D. Ana Aurora [...] aplaudindo o patriótico empreendimento da construção de uma casa para uma escola com a qual o Rio Pardo comemorará o centenário da Independência da nossa extremada Pátria enviamos um cheque [do] banco da Província dessa cidade na importância de R\$ 363,00 como fraco auxilio a obra de V. Exa.<sup>593</sup>

As informações referidas até aqui ressoam sobre as trajetórias das duas professoras que lecionavam em suas casas-escolas, ou, melhor dizendo, nas escolas que eram extensões de suas moradias. É interessante sinalizar para a multiplicidade de papéis que os professores atuantes em pequenas localidades exerciam naquele contexto: “o professor rural exercia uma influência na localidade que expandia-se para além dos limites da sala de aula”.<sup>594</sup> Outra observação de Almeida, de que a figura do professor público no âmbito rural até as primeiras décadas do século XX parece estar em algum

---

<sup>592</sup> Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Manuel Pacheco Prates apud SPALDING, Walter. op. cit., p. 84-85.

<sup>593</sup> Correspondência do Major ? (ilegível) à Ana Aurora do Amaral Lisboa. Rio de Janeiro, 26 jun. 1922 (AHRP)

<sup>594</sup> ALMEIDA, Doris. op. cit. p. 37.

lugar esquecido ou no anonimato da memória coletiva, parece coerente com o ‘esquecimento’ de Malvina em São Gabriel da Estrela/Cruzeiro do Sul.<sup>595</sup>

A trajetória da professora Malvina também transcendeu muitíssimo o espaço da sala de aula. Quando chegou à vila de São Gabriel da Estrela, os moradores da região não a receberam pacificamente, pois acreditavam que o estabelecimento de uma aula pública pudesse colocar fim ao sossego da pacata vila. As hostilidades foram gradativamente reduzindo. Nesse contexto, registrou-se um episódio em que um dos vizinhos teria se negado até a ceder água aos novos moradores.<sup>596</sup>

Costurar laços sociais na comunidade de São Gabriel da Estrela foi uma tarefa gradual que Malvina habilmente teceu. A resistência inicial dos moradores em aceitar a instalação da aula pública tinha como base a ideia de que esse estabelecimento irradiaria saberes distantes e desnecessários à comunidade em que viviam, especialmente quando, na prática, essa instituição colocaria em jogo a sobrevivência econômica da vila, pois afastaria as crianças das atividades agrícolas.<sup>597</sup>

Embora não existam evidências empíricas que demonstrem de que maneira esse quadro foi revertido, é muito provável que Malvina tenha conseguido despertar a comunidade para a importância da escola na formação das crianças. Entretanto, essa ação não dependeu unicamente de sua atuação dentro da escola, mas igualmente das relações que estabeleceu a partir dela. O exemplo disso está nas atividades assistenciais que exercera. De um lado, a professora auxiliava no tratamento de pessoas enfermas, prática essa pautada em seus conhecimentos sobre plantas medicinais e homeopatia. Conforme relato de Lea Selbach, Malvina possuía em casa uma pequena biblioteca sobre medicina popular homeopática que lhe servia de auxílio nessa tarefa<sup>598</sup>. De outro lado, a professora envolvia-se constantemente em campanhas de solidariedade aos mais necessitados, arrecadando entre a comunidade donativos que levava pessoalmente à Igreja Pão dos Pobres em Porto Alegre.<sup>599</sup> Essas ações eram acompanhadas pelas crianças, como recorda a aluna Zulcia Rodrigues: “nos dias em que Malvina viajava a Porto Alegre para entregar os donativos, os alunos conduziam-na até o vapor, aonde ela

---

<sup>595</sup> ALMEIDA, Doris. op. cit., p. 37.

<sup>596</sup> RODRIGUES, Zulcia apud ALMEIDA, Doris. op. cit. p. 63.

<sup>597</sup> ALMEIDA, Doris. op. cit., p. 63.

<sup>598</sup> Entrevista ao autor, Cruzeiro do Sul, 08-12-2008 e 10-06-2009.

<sup>599</sup> ALMEIDA, Doris, op. cit., p. 64-65.

embarcava para a capital e quando retornava, esperavam-na e acompanhavam-na até sua casa”.<sup>600</sup>

Assim, catolicismo e solidariedade são traços constitutivos da personagem Malvina e essa postura está longe de se configurar em algo incomum naquele contexto. Perrot observa que “[...] a caridade, antigo dever das cristãs, conduziu, desde há muito tempo, as mulheres para fora de suas casas: visitar os pobres, os prisioneiros, os doentes, traçava, na cidade, itinerários permitidos e abençoados”<sup>601</sup>. Além disso, “[...] a filantropia constituiu, para as mulheres uma experiência não negligenciável que modificou sua percepção do mundo, seu sentido de si mesmas e, até certo ponto, sua inserção pública”.<sup>602</sup> Para mulheres como Malvina, ‘fazer caridade’ configurava-se, portanto, numa ação que a fortalecia, pois, na medida em que ela adquiria a confiança dos moradores, valia-se dessas brechas para exercer poderes.

A postura de Malvina revela o quanto a tênue fronteira entre o público e o privado é incessantemente reformulada. Perrot, de maneira mais ampla, lembra que, no início do século XX, o “[...] ‘solidarismo’ é o meio de conciliar os direitos que o indivíduo conquistara e suas obrigações – sua ‘dívida’ – para com a sociedade que o antecede e à qual ele pertence organicamente”<sup>603</sup>. Malvina fez desta conciliação uma forma de inserção na esfera pública. Se, do ponto de vista jurídico e político-eleitoral, ela, assim como as outras mulheres de sua época, não eram reconhecidas integralmente; socialmente, sua ação solidária a colocou numa instância de maior liberdade e autonomia.

Esta constatação é o indício mais forte para entender, talvez, a construção historiográfica a respeito do ‘anarquismo’ de Malvina, o que pode revelar empiricamente que o tipo de prática feminina que ela exerceu era ainda incomum naquele momento.

Enfim, em ambos os casos, no de Ana Aurora e no de Malvina, pode-se observar a maneira como essas mulheres teceram significativas relações sociais nas comunidades em que estavam inseridas a partir das tímidas brechas então abertas à participação feminina no espaço público.

---

<sup>600</sup> Ibid., p. 65.

<sup>601</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 280.

<sup>602</sup> Ibid., p. 281.

<sup>603</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 1991, p. 612

#### 4 Malvina e Ana Aurora: o entardecer de suas vidas

Ao longo dos três capítulos anteriores, procurei costurar as trajetórias de Ana Aurora e Malvina respeitando o ritmo dos acontecimentos que elas vivenciaram. À maneira de Davis, meu interesse pautou-se desde o início da construção biográfica dessas mulheres por aprender com suas semelhanças e diferenças e, da mesma forma, observar os pontos em comum e as disparidades entre elas, e entre ambas e as mulheres e homens de sua época<sup>604</sup>. Acompanhar seus itinerários permitiu-me compreender, ao menos em alguns aspectos, o mundo que as cercava.

O objetivo deste quarto e último capítulo é analisar os percursos derradeiros dessas mulheres que marcaram o fim de suas trajetórias, ao menos no sentido biológico: as lembranças, a morte dos entes queridos, a solidão, enfim, a velhice como um tempo de memórias e/ou de rupturas. Organizei o capítulo em três seções: num primeiro momento, falarei dos retratos de família ou, mais exatamente, do conjunto de fotos reunidas; numa segunda parte, farei algumas considerações sobre a ‘despedida’ de ambas da sala de aula e, por fim, na última seção, tratarei da velhice e da morte de Ana Aurora e Malvina, procurando estabelecer, assim, um elo com as discussões suscitadas no primeiro capítulo desta tese a respeito da construção memorialística de ambas.

Além do conjunto de fontes documentais que venho utilizando ao longo deste percurso investigativo, acrescentarei neste último capítulo algumas imagens que deliberadamente escolhi privilegiar nesse momento de minha análise. É pertinente fazer ao menos duas considerações sobre tal escolha.

A primeira delas é a compreensão de que essas imagens representam uma espécie de ‘congelamento’ de instantes que as acompanharam na velhice. Nesse sentido, compus aquilo que passarei a chamar de ‘álbum de família’; entretanto, é importante salientar que utilizo a expressão ‘álbum’ no sentido metafórico, pois as fotos não foram preservadas num suporte deste tipo e, no caso das fotografias referentes à Malvina, estavam guardadas juntamente com outras fotos pessoais de Iraci Tavares.

A segunda observação diz respeito ao papel da fotografia como material de pesquisa histórica<sup>605</sup>. Ao se analisar uma imagem do passado, deve-se levar em conta

---

<sup>604</sup> DAVIS, N. Z., op. cit., 1997, p. 12.

<sup>605</sup> GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 265.

um aspecto de enorme importância: o da vida do documento<sup>606</sup>. Assim, toda a fotografia tem atrás de si uma história:

Os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas. Apenas o artefato, no seu todo, envelheceu.<sup>607</sup>

A fotografia não é um documento apenas por aquilo que mostra da cena passada, irreversível e congelada na imagem, como uma mera ilustração ou reflexo da realidade, mas por ser um instrumento de pesquisa que se presta à descoberta, análise e interpretação da vida histórica.<sup>608</sup>

Neste sentido, o objetivo de Barthes foi o de entender o que uma determinada fotografia específica era em si, “[...] por que traço essencial ela se distinguia da comunidade das imagens”<sup>609</sup>. A curiosidade que instigou o autor levou-o a pensar na relação que envolve o fotógrafo, o fotografado e o *voyeur*. Em suas palavras,

O *Operator* é o Fotógrafo. O *Spectator* somos todos nós, que compulsamos, nos jornais, nos livros, nos álbuns, nos arquivos, coleções de fotos. E aquele que é fotografado, é o alvo, o referente, espécie de pequeno simulacro [...] eu chamaria de *Spectrum* da Fotografia, porque essa palavra mantém, através de sua raiz, uma relação com o ‘espetáculo’ e a ele acrescenta essa coisa um pouco terrível que há em toda fotografia: o retorno do morto<sup>610</sup>.

Nesta dinâmica, o breve instante que o *operator* irá captar com sua máquina será eternizado, pois “o que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”<sup>611</sup>. Em tal perspectiva, é importante não esquecer que as fotos preservam instantes<sup>612</sup>, assim, elas,

[...] de um lado, são relíquias propícias à rememoração; de outro lado, sucedem-se no álbum em séries que permitem perceber o decurso do tempo, a evolução da criança que cresce, a família que se perpetua por meio dos casamentos, nascimentos e batismos<sup>613</sup>.

---

<sup>606</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 44.

<sup>607</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>608</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>609</sup> BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 12.

<sup>610</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>611</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>612</sup> MARTIN-FUGIER, Anne. *op. cit.*, p. 195.

<sup>613</sup> *Ibid.*, p. 195.

Quando visualizo o conjunto de fotos pertencentes a essas duas mulheres, penso, sobretudo, na sua dimensão histórica, pois “[...] o retrato de família, que constitui um autêntico gênero, é uma maneira de materializar esses encontros e conservar uma lembrança deles, piedosamente guardada em ‘álbuns’”<sup>614</sup>.

#### 4.1 Retratos de Família

Parafrazeando Barthes<sup>615</sup>, quando as observo, vejo os olhos que viram acontecimentos vultosos da história gaúcha como a Revolução Federalista e a Revolução de 1923, convulsões políticas que direta ou indiretamente envolveram a ambas.



Figura 07 - Ana Aurora (AHRP) e Malvina (Acervo Iraci Tavares)

A imagem de Ana Aurora é do início da década de 1920; a de Malvina, de 1919. Se observarmos atentamente, poderemos perceber a discrição e a sobriedade da vestimenta, o cabelo preso com um coque, a postura altiva e, sobretudo, a expressão facial ligeiramente austera dessas mulheres. O significado da fotografia para o fotografado é extraordinário, pois ascender à representação e posse de sua própria

<sup>614</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2003, p. 188.

<sup>615</sup> BARTHES, Roland. op. cit., p. 11.

imagem é algo que pode instigar o sentimento de auto-estima, democratizando o desejo do atestado social.

Acima de tudo, as fotografias de Malvina e Ana Aurora remetem de alguma forma aos modos de ‘ser mulher’ da época. Analisar essas imagens é aproximar-se da intenção do *operator* (orientada, é claro, por seu universo cultural) e compreender, talvez, que “o artista [fotógrafo] guiado mais pelo desejo de exprimir a psicologia do modelo que pela preocupação de registrar um atestado de sucesso social, constrói a imagem em função do rosto e da fisionomia”<sup>616</sup>. Como um *voyeur*, analiso então o *spectrum* dessas representações eternizadas, da mesma forma que observo as duas mulheres inseridas em seus lugares de vivência, ao lado de familiares, amigos, alunos, entre outros contemporâneos seus.

O tempo familiar era, ao menos naquela conjuntura e para determinadas camadas sociais, balizado pelos retratos pendurados na parede e/ou pela circulação de álbuns de fotografia na intimidade das reuniões privadas. Espécie de ‘testamento ilustrado’, o álbum já nasce destinado à posteridade. Assim, a produção e a visualização das imagens funcionam também como um *enquadramento da memória* familiar. A fotografia estampada nas salas de visitas - espécie de ante-sala da esfera pública - é inegavelmente uma representação autorizada pelos membros do círculo familiar, pois se compartilha, desse modo, aquilo que pode e deve ser apreciado por todos.

Os vestígios fotográficos da professora rio-pardense são escassos no conjunto das fontes documentais; em contrapartida, a sobrevivência das lembranças fotográficas de Malvina é significativa, pois tal legado está durante esse longo período sob a tutela de sua ‘neta-guardiã da memória’, a professora Iraci Tavares.

O acervo Ana Aurora do Amaral Lisboa, localizado no AHRP desde 2006, pertenceu anteriormente a dois titulares: de um lado, parte dessas fontes foi transferida do Museu Barão de Santo Ângelo (Rio Pardo) e, de outro, outra parte foi doada pela Sr.<sup>a</sup> Vera Schultz, da qual não descobri se possuía algum vínculo familiar com a professora rio-pardense. No conjunto deste acervo, já referido na Introdução da presente tese, poucas fotografias foram encontradas.

Esta constatação é instigante para se analisar, por exemplo, em que medida tal descompasso pode ter alguma relação com as escolhas sócio-afetivas que essas mulheres fizeram. Naturalmente que se deve considerar a grande possibilidade de um

---

<sup>616</sup> CORBIN, Alain. op. cit., p. 425.

acidental extravio de fotografias que pudesse me informar um pouco mais sobre a trajetória de Ana Aurora (ou, talvez, a desconsideração dessas imagens como fontes históricas dignas de serem preservadas), porém, parece-me válido sublinhar este aspecto, pois os motivos para entender a sobrevivência/ausência da memória fotográfica devem ser analisados, também, com base na construção dos laços afetivos e familiares constituídos por elas: o casamento (Malvina) e/ou a solteirice (Ana Aurora).

Malvina esteve casada com José Joaquim ao longo de quarenta e nove anos e possivelmente teriam comemorado as *Bodas de Ouro* em 1940, não fosse a morte da professora oito meses antes. A imagem abaixo é o primeiro registro do enlace do casal Hailliot Tavares presente no álbum de família:



Figura 08 – Retrato de Casamento de Malvina e José Joaquim, 1890 (Acervo Iraci Tavares).

Acima de tudo, a fotografia de casamento simboliza “um meio de solenizar a criação de uma nova família”<sup>617</sup>. O matrimônio do casal Hailliot Tavares resistiu por quase cinquenta anos e, embora, não tenha podido apurar se a longevidade matrimonial era comum naquele contexto, no capítulo anterior esbocei algumas considerações sobre a configuração do casamento na época. É válido retomar algumas delas: “Na primeira metade do século XX, casar era formar um lar, lançar as bases de uma realidade social

---

<sup>617</sup> LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica*. São Paulo: Ed. USP, 1993, p. 74.

nitidamente definida e claramente visível dentro da coletividade”<sup>618</sup>. O matrimônio era cerceado por valores morais e religiosos, e legitimado civilmente por um aparato jurídico que o regulamentava perante o Estado.

O primeiro registro fotográfico encontrado da família Hailliot Tavares já constituída, datado de 1906, tem um valor simbólico muito grande; afinal, eles já estavam instalados há seis anos em São Gabriel da Estrela:



Figura 09 – Família Hailliot Tavares, 1906 (Acervo Iraci Tavares).

Nesta foto, Malvina e José Joaquim estavam com 40 e 42 anos, respectivamente. O que se percebe de imediato é a forma como os membros estão acomodados, sublinhando uma hierarquia familiar: o casal figura sentado no meio do quadro com os braços colocados sobre as pernas. Ao redor, os seis filhos aparecem em pé<sup>619</sup>. Além disso, observa-se uma postura quase ensaiada: os braços estendidos, os corpos erguidos, a seriedade dos olhares; em suma, para a foto cada um assume uma posição determinada por rígidos padrões sociais e culturais, os quais se deseja perpetuar inclusive através de imagens como essa. Afinal,

<sup>618</sup> PROST, Antoine. op. cit., p. 74.

<sup>619</sup> Conforme dados coletados nas fontes, compus a árvore genealógica de Malvina em que é possível arriscar o seguinte a respeito da idade dos membros da família. Da esquerda para a direita temos: Aristides (11 anos), Malvina (40 anos), Edmundo (15 anos), Manoel/Memeco (7 anos), Alcida (13 anos), Maria Henriqueta/Queta (5 anos), José Joaquim (42 anos) e Georgina (9 anos). Ver anexo ao final da tese.

Quadros ou fotos, essas galerias de antepassados são uma forma de visualizar a linhagem. Além de representações, são meios de preservar uma memória que vai adquirindo uma importância crescente [...] cuja duração se inscreve no encadeamento de gerações<sup>620</sup>.

A impressão que tenho quando visualizo a disposição dessas pessoas na composição da imagem é a de uma encenação que precede o instante único captado pela foto. A teatralização das atitudes, dos gestos e das expressões faciais – a pose – molda a vida cotidiana no ritual de configuração dos retratos de família. Em suma, o instante da composição da fotografia constitui-se no momento retratável que o grupo deseja fixar na memória familiar.

Pergunto-me então: qual o significado da imagem-retrato nos lares neste contexto? Parece-me que a função social da reprodução fotográfica estampada nas paredes das salas de visita está inteiramente vinculada à afirmação de uma intimidade familiar cada vez mais crescente.

Na fotografia abaixo, vê-se as três irmãs Amaral Lisboa. Ana Aurora, a caçula, aparece no centro da imagem entre Carlota e Zamira. O olhar austero das três mulheres pereniza, como uma característica familiar, a representação da professora honesta, diligente, ordeira, decente:



Figura 10 - Carlota, Ana Aurora e Zamira (AHRP).

<sup>620</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2003, p. 189.

Datado de fins do século XIX, este é um dos raros registros fotográficos de Ana Aurora localizados. Alguns aspectos são comuns às três mulheres: o cabelo preso em cima da cabeça num coque e a gola alta. Além disso, Ana Aurora segura um ramallete de flores, outro símbolo associado à feminilidade. Há, portanto, no conjunto desses elementos, uma simbologia que configura uma normativa social definidora da ‘boa moça’.

Já na imagem abaixo, observa-se Malvina ao lado de amigos na cidade de Campo Bom (RS). Não tenho informação alguma sobre quem são as pessoas que a acompanham. No verso da foto lê-se: “Tavares essa é pra ti”, demonstrando a afetividade entre o casal mesmo quando estavam distantes um do outro.



Figura 11 – Campo Bom – RS, 1923 (Acervo Iraci Tavares).

Esta fotografia de dezembro de 1923 possui um significado de enorme relevância. De imediato, observa-se Malvina (sentada) cercada por algumas pessoas em meio a uma reunião íntima. O interessante dessa situação é que ela tem em suas mãos uma edição do jornal *A Federação* e, o mais curioso de tudo, ela o segura levantado, na vertical, deixando intencionalmente à mostra do fotógrafo e de todos (o *Spectator*) o letreiro da capa onde lemos: ‘A Paz’, referindo-se aos desdobramentos político-sociais da Revolução de 1923. Tal situação revela que, de fato, “[...] a residência é moral e

política”<sup>621</sup>, sobretudo numa circunstância como essa em que o privado tornava-se político. É pertinente observar na leitura da fotografia, especificamente na imagem acima referida,

[...] o que ela reproduz da condição do grupo retratado, o que silencia desse grupo e os indícios que permitem ao observador perceber ou sentir outros níveis da realidade: sentimentos, padrões de comportamento, normas sociais, conformismo e rebeldia. A fotografia da família poderia talvez ser tomada como um equivalente da memória coletiva, com a imagem fixada de um tempo que parou.<sup>622</sup>

A partir de indícios como este, é possível crer nos laços entre a família Hailliot Tavares e o PRR. No *Álbum Ilustrado* desse partido de 1934, encontrei a esmo uma referência significativa. A informação fazia referência direta ao filho mais jovem do casal, na época com seus 35 anos, e dizia o seguinte:

[Manoel Hailliot Tavares] Traz como credenciais um nome de família ligado à História do Rio Grande do Sul – Tavares – de representação político social no velho regime e de atuação destacada na propaganda e consolidação da Republica Federativa [...] Filho de José Joaquim Tavares e d. Julia Malvina Hailliot Tavares [ele] seguiu os princípios políticos de seu pai, entusiasta republicano da propaganda [...] Sempre atendeu pressuroso aos reclamos de seus chefes e correligionários, não inquirindo dos sacrifícios que se lhe exigiam e desempenhando-se com o patriotismo e dedicação. Vemo-lo hoje membro da subcomissão diretora do Partido Republicano Liberal em Mussum<sup>623</sup>.

Essa foi a única referência encontrada sobre a atuação de José Joaquim como correligionário do PRR. A referência ao seu ‘entusiasmo pelos princípios republicanos’ parece não deixar dúvidas sobre a existência desses laços, o que vai ao encontro da referência encontrada no diário de Malvina e citada no capítulo anterior quando ela registra: “Viva a República”!

Por fim, nesta outra fotografia de 1929, produzida em Encruzilhada do Sul, cidade natal de Malvina, o casal Hailliot Tavares aparece ao lado de uma amiga chamada Eleonora Passos. Mais uma vez, é possível observar a teatralização dos gestos, da postura, das mãos sobre as pernas, bem como a sobriedade das vestimentas, nas quais predomina o negro:

---

<sup>621</sup> PERROT, Michelle. op. cit., 2003, p. 308.

<sup>622</sup> LEITE, Miriam Moreira. op. cit., p. 76

<sup>623</sup> TIMM, Octacílio B.; GONZÁLES, Eugenio. *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas – RS*. Porto Alegre: Selbach, 1934, p. 35 (IHGRGS). Fundado em 1932 por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, o PRL arregimentava os setores políticos alinhados aos governos federal e estadual.



Figura 12 - Encruzilhada do Sul – José Joaquim, Malvina e Eleonora Passos, 1929 (Acervo Iraci Tavares)  
– No verso está escrito: “passeio à terra natal”.

Fundamento da rememoração, a foto indiscutivelmente renova a nostalgia, especialmente neste caso em que a imagem simboliza o retorno de Malvina a sua cidade natal. Não há informações sobre a periodicidade de suas viagens à Encruzilhada do Sul. Esse registro, no entanto, demonstra que, mesmo após mais de trinta anos de ter deixado sua cidade natal, Malvina manteve alguns laços afetivos com moradores da localidade.

Em outra perspectiva de análise da imagem, é oportuno lembrar que o retrato familiar delimita “[...] a configuração da parentela e conforta a coesão do grupo [...]”<sup>624</sup>. Além disso, a popularização da fotografia acabou alterando o próprio significado da memória familiar: “Os retratos fotográficos difundidos e cuidadosamente inseridos em álbuns impõem normas gestuais que renovam a cena privada; ensinam a olhar com novos olhos para o corpo, especialmente para as mãos”<sup>625</sup>. Essa observação é oportuna, na medida em que se observa na imagem acima, as mãos sobrepostas de Malvina e Eleonora, simbolizando um gesto de afetuosidade entre as duas amigas.

Há, portanto, uma dimensão social a ser considerada a partir desses registros imagéticos, pois uma mudança se operava a partir do final do século XIX na França (com repercussões importantes em outros locais, como no Brasil): a democratização do retrato através da fotografia. Segundo Corbin, “Pela primeira vez a fixação, a posse e o

<sup>624</sup> CORBIN, Alain. op. cit., p. 426.

<sup>625</sup> Ibid., p. 426.

consumo em série de sua própria imagem estão ao alcance do homem do povo”<sup>626</sup>. No Brasil, “a fotografia permitiu que quase toda gente – não só os mais abastados – pudesse se transformar num objeto-imagem ou numa série sucessiva de imagens que mantêm presentes momentos sucessivos da vida, ou ter presente a memória”<sup>627</sup>. Estas considerações são perfeitamente cabíveis para as imagens mostradas aqui.

Além disso, a concepção de grupo familiar exteriorizada na composição dos retratos deve ser considerada, pois “[...] a família é o lugar privilegiado onde a tranquilidade privada fabrica certa forma de ordem pública”<sup>628</sup>; da mesma forma, nessa época, a esfera do privado se solidifica enquanto domínio de pertencimento. Assim, se, por um lado, o ‘álbum de família’ de Malvina revelou, através dos vestígios fotográficos, alguns aspectos da esfera privada daquele contexto – as normas sociais e os padrões de comportamento –; de outro, foi possível perceber que Ana Aurora ficou sem guardiões da memória familiares, apenas institucionais, o que por um lado permitiu uma maior publicização de sua figura, mas, por outro, selecionou, ao que parece, apenas os documentos considerados ‘históricos’, dignos de serem preservados.

## 4.2 A despedida da sala de aula

Malvina e Ana Aurora despediram-se do magistério respectivamente em 1934 e 1936, depois de estarem por mais de quarenta anos em sala de aula! Considerei, ao longo desta pesquisa, que essas duas mulheres experimentaram um tipo de atuação social comum a algumas mulheres de sua época: o magistério. Além disso, realizaram escolhas profissionais conduzidas por *projets de vida* que envolveram um conjunto de saberes e maneiras de ensinar aprendidos em seus percursos.

Inegavelmente essas mulheres experimentaram as marcas de uma formação permeada por concepções morais e cristãs vigentes em sua época. Por isso, pareceu-me importante entender quais foram os referenciais que lhes serviram de inspiração, como elas articularam esses saberes aprendidos e como se fizeram ouvidas. Considerações estas que explorei no capítulo anterior.

---

<sup>626</sup> Ibid., p. 425.

<sup>627</sup> LEITE, Miriam Moreira. op. cit, p. 75.

<sup>628</sup> FARGE, Arlette; FOUCAULT, Michel. *Les désordres des familles*. Lettres de cachet des Archives de la Bastille. Paris: Galimard, 1982, p. 16: “[...] La famille est le lieu privilégié où la tranquillité privée fabrique une certaine forme d’ordre publique” (tradução livre).

Na imagem abaixo, observa-se o prédio em que funcionou, até 1927, o Colégio Amaral Lisboa, localizado na Rua Andrade Neves, no centro de Rio Pardo:



Figura 13 - Foto tirada após passeata cívica de 7 de setembro de 1922 (AHRP).

Esta foto, tirada por ocasião das comemorações do centenário da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1922, teve, provavelmente, um enorme significado para a professora rio-pardense, dadas as suas orientações pedagógicas voltadas ao ensino cívico, especialmente em se tratando de uma festa comemorativa como esta. Este foi o penúltimo prédio em que funcionou o Colégio Amaral Lisboa<sup>629</sup>.

Na fotografia abaixo, datada de 02 de dezembro de 1922, Malvina aparece rodeada pelos seus mais de cinquenta alunos. Nesta escola mista, há meninos e meninas de diferentes idades:

---

<sup>629</sup> O prédio em que funcionou o Colégio Amaral Lisboa até 1912 situava-se na Rua Andrade Neves, esquina com a Rua Almirante Alexandrino, quando foi transferido para uma edificação mais espaçosa também na Rua Andrade Neves, conforme imagem 1. Em 1927, o Colégio transferiu-se para sua última localização na casa-escola das irmãs Amaral Lisboa, localizada na Avenida dos Amarais, última residência de Ana Aurora, conforme figura 3.



Figura 14 – Escola de Malvina – 02 de dezembro de 1922 (Acervo Iraci Tavares)<sup>630</sup>.

A figura de Malvina tem destaque relevante no conjunto da imagem. Nota-se que, com a mão esquerda, ela exhibe um livro e, com a outra, abraça suavemente uma criança. A imagem da ‘mestra’ simboliza imponência, autoridade e afetividade: é a representação da professora-mãe que se pereniza através da fotografia. Ao seu redor, cinquenta e duas crianças aparecem de certa maneira organizadas: os meninos ao fundo e as meninas à frente, sendo que a postura das moças da primeira fileira é bastante semelhante, pois todas estão com as pernas levemente cruzadas e as mãos sobre o colo, ou seja, é possível observar nesse comportamento, um conjunto de elementos que caracterizam a mulher ‘angelical’. Além disso, há alunos de diferentes faixas etárias.

Um aspecto deve ser considerado em relação à data referida no verso da fotografia (dezembro de 1922): alguns elementos que compõem a cena sugerem que a foto pode ter sido tirada um pouco antes, pois, além da bandeira nacional à direita, observa-se os alunos usando uma faixa trespassada em referência aos atos cívicos

---

<sup>630</sup> Conforme Iraci Tavares, a numeração que aparece na fotografia refere-se a algumas pessoas que ao longo do tempo foram sendo identificadas, assim, vê-se na primeira fileira Alcida Tavares (n. 1), filha mais velha de Malvina. Além disso, aparecem Zilda Haussen (n. 4) e Maria da Gloria Alves de Souza (n. 6), alunas de Malvina referidas no terceiro capítulo desta tese.

comuns na Semana da Pátria, especialmente em 1922 quando foi comemorado o Centenário da Independência.

Na imagem seguinte – da última morada da professora rio-pardense, situada na Avenida dos Amarais, Bairro Boa Vista, em Rio Pardo – aparece a casa-escola de Ana Aurora, em seu estado atual:



Figura 15 - Foto da casa-escola de Ana Aurora - janeiro de 2010 (Acervo pessoal). Na placa está registrado: “Homenagem do G. E. Amaral Lisboa as suas patronas – 24/09/1978”.

O motivo que levou ao fechamento das portas do Colégio Amaral Lisboa que funcionava no prédio localizado na Rua Andrade Neves (figura 13) foram os modestos recursos financeiros com os quais esse estabelecimento era mantido. O funcionamento da escola na pequena residência em que Ana Aurora e Zamira viviam permaneceu até 1936.

Na fotografia abaixo, vê-se o registro daquela que foi a derradeira aula das irmãs Ana Aurora e Zamira, no pátio ao lado da casa na Avenida dos Amarais (figura 15). É interessante observar que esta imagem está também reproduzida na biografia escrita por Spalding<sup>631</sup>, expressando uma espécie de desejo de imortalização de sua última atuação docente. A intenção em perenizar este momento demonstra, assim, o quanto a solidificação da memória da ‘veneranda’ foi implicando uma monumentalização.

---

<sup>631</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 91.

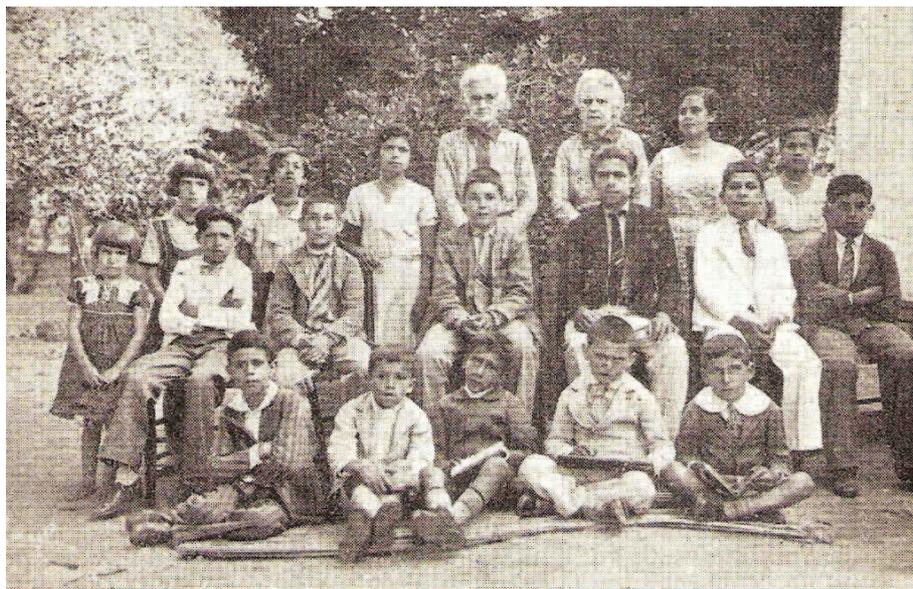


Figura 16 - Última aula das irmãs Ana Aurora e Zamira em 1936 (AHRP).

Com aparente simplicidade, o vestuário e os gestos denotam a importância da ocasião. Ao fundo, em pé, as irmãs-professoras Ana Aurora e Zamira se destacam diante dos menos de vinte alunos de diferentes faixas etárias que compõem a fotografia.

Quando encerraram suas atividades docentes em 1936, as duas irmãs deixaram de receber recursos para a sua sobrevivência, ficando dependentes do auxílio de parentes, amigos e ex-alunos. Assim, vivendo com extrema dificuldade ao lado de Zamira, e completamente cega, Ana Aurora teve a oportunidade de receber ajuda de seus ex-alunos que, comovidos com sua situação de pobreza, se prontificaram a auxiliá-la, ao que ela recusou: “Agradei, comovida, a ideia, mas recusei e ainda hoje faria o mesmo. Eles nada me devem, além da estima e veneração com que nos retribuem o amor e dedicação com que lhes transmitimos as noções que era nosso dever ministrarlhes”<sup>632</sup>. Com a rejeição da ajuda financeira, Ana Aurora cristaliza ainda mais a autoimagem a ser perenizada: a professora-mártir, a ‘veneranda’ rio-pardense.

No ano seguinte, pouco antes da instalação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, Ana Aurora enviou uma carta a Getúlio Vargas onde perguntou se teria direito a algum benefício dos cofres públicos, “[...] nesta época em que todos têm esse direito”<sup>633</sup>. Com a intervenção de Glicerio Alves e J. P. Coelho de Souza - então Secretário da Educação e Cultura - conseguiu-se que ela e a irmã recebessem o

<sup>632</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral *apud* SPALDING, Walter op. cit., p. 118.

<sup>633</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 116.

necessário até o fim de suas vidas<sup>634</sup>, “Através do Decreto n. 7.188, de 26 de março de 1938 que concedia auxílios a professores e artistas pobres que tivessem trabalhado a vida toda, ou boa parte dela em benefício da coletividade”<sup>635</sup>. Entretanto, tal benefício parece ter sido irrisório, pois o próprio Spalding assinala que elas viveram na penúria até o fim de suas vidas, afirmação que apenas reforça o ‘heroísmo’ da veneranda a ser monumentalizado.

Na imagem abaixo, de dezembro de 1931, vê-se o último registro a que tive acesso da escola de Malvina. Por esta época, a professora já deveria estar com aproximadamente 65 anos. A edificação foi, ao que tudo indica, e conforme comentarei na sequência, sua penúltima morada:



Figura 17 - São Gabriel da Estrela - dezembro de 1931 (Acervo Iraci Tavares).

Neste que pode ser considerado o último registro fotográfico da escola de Malvina, é possível observar alunos de diferentes etnias, além de uma mulher que aparece à esquerda e da qual não há referência alguma no verso da foto. Ao contrário da imagem anteriormente mostrada (figura 14), aqui, meninos e meninas estão misturados e se verifica uma maior homogeneidade em termos de faixa etária. Por fim, é válido lembrar que este é também o último registro fotográfico encontrado de Malvina e,

---

<sup>634</sup> Ibid., p. 119.

<sup>635</sup> Ibid., p. 161.

principalmente, é interessante observar que a professora aparece no canto à direita da fotografia, diferentemente da imagem antes referida (figura 14) em que Malvina assumia uma posição de destaque.

No que se refere às imagens 14, 16 e 17, uma consideração relevante diz respeito à característica maternal presente na composição das fotografias, sintetizada na figura da professora-mãe rodeada por seus alunos-filhos. Neste mesmo sentido, Leite observou em um conjunto de fotografias escolares um estreito paralelo com as familiares:

A sala de aula representa uma situação extra-familiar. Contudo, a sua frequência, e a relação professor/a e alunos/as impressa nas fotografias e as ligações fraternas [...] pareceram significativas para comparação com as do grupo familiar<sup>636</sup>.

Tal relação consolida várias considerações que venho fazendo nesta tese. O que significava ensinar para elas? Para Malvina, “as crianças [eram] as flores do lar”<sup>637</sup>. Em seu diário, registrava, às vezes aleatoriamente, no canto das folhas, lembretes como este: “para recitar em colégio” e, em seguida, versos que expressavam sua perspectiva pedagógica:

É vindo o tempo de mostrarmos todos  
Os nossos prêmios aos queridos pais  
Mas entre os risos do folgar festivo  
Eu já lobrigo doloridos ais...

Bem sei que as férias são prezadas certo  
Por quem ao estudo se entregou com fé;  
Bem como o oásis do deserto é grato  
A quem na areia requeimou seu pé.

Porém, no oásis na miragem doce,  
Há no viajar um recordar  
Nos lares nossos entre afagos ternos  
A boa mestra não se esquece, oh não!<sup>638</sup>.

As três estrofes me pareceram relevantes, pois, em alguma medida, expressam aspectos de seu projeto pedagógico; afinal, “mostrar todos os nossos prêmios” significava expor à comunidade em geral o que se aprendia em sala de aula. Malvina, ela mesma, parece se identificar como a ‘boa mestra’, a professora que, de diferentes maneiras, procurava instigar seus alunos a buscarem o saber, aquela que ‘não se esquece’ nunca de seus aprendizes. Ao mostrarem a ‘lição’ aprendida no educandário de

---

<sup>636</sup> LEITE, Miriam Moreira. op. cit., p. 74.

<sup>637</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 50.

<sup>638</sup> Ibid., p. 47.

Malvina aos pais, os alunos legitimavam o *projeto* da professora perante a comunidade, ou seja, retornar aos familiares dos estudantes os saberes por ela difundidos redimensionava sua ação para além da escola.

Em outra referência encontrada em seu diário, lemos, “*Du livre de lecture pour les écoles: Du canton de Fribourg*”, o poema *Le petit enfant*:

Pour le bon Dieu que puis je faire?  
Je suis si petit, si petit!  
Voici ce que mon coeur me dit:  
‘Aime beaucoup ta bonne mire’  
On peut l’aimer quoique petit.

Pour Dieu que puis - je faire encore?  
Puisque c’est Dieu qui nous benit,  
Je prierais bien, près de mon lit,  
Ce bon Dieu que ma mère adore:  
On peut prier quoique petit.

Et puis-je faire davantage?  
Oui! q’á l’école ou l’on m’instruit  
Attentif à tout ce qu’on dit  
Je m’efforce d’être bien sage  
On peut l’être quoique petit<sup>639</sup>.

O poema mostra que, na perspectiva de Malvina (e provavelmente na sua prática docente), a combinação saber/disciplina era fundamental. O verso “na escola onde me instruem atento a tudo o que me dizem, esforço-me para ser bem comportado” indica que orientações sutis como essa eram o *leitmotiv* da conduta desejada para crianças e adolescentes em sua escola. Nesta forma de encarar a relação professor-aluno, o *petit enfant* funciona como uma espécie de receptor dos saberes transferidos pela ‘boa mestra’, tudo isso com a benção do ‘bom Deus’.

As duas poesias mostram, por um lado, que Malvina buscava reconhecimento de sua práxis pedagógica junto à comunidade mais próxima, e, por outro, que essa práxis, em muitos pontos, se distanciava de um ‘espírito libertário’ a ela atribuído.

A ‘grande mestra’ Ana Aurora – título-homenagem de Spalding à trajetória da professora rio-pardense – afirmou, em sua última entrevista, que seu prazer maior era ‘ensinar’:

---

<sup>639</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 48. Tradução livre: “A pequena criança (A criancinha ou o pequenino): Que posso eu fazer para o bom Deus; Eu sou tão pequeno, tão pequeno! Eis o que meu coração me diz: ‘Ama muito a tua boa mãe’; Pode-se amá-la ainda que sendo pequenino. / Que posso eu ainda fazer para Deus? Porquanto é Deus que nos abençoa; Eu rezaria muito junto ao meu leito; Para este bom Deus que minha mãe adora: Pois pode-se rezar ainda que pequenino / Que posso eu fazer ainda mais? Sim! Na escola onde me instruem; Atento a tudo o que me dizem, esforço-me para ser bem comportado; Pode-se sê-lo ainda que pequenino”.

[...] ensinar é uma missão agradável, e acho que não há nada mais sublime do que ensinar crianças – a paga que o professor agradece, não é o dinheiro, e sim a generosidade e o reconhecimento – nunca me aborreci de ensinar. Não há nada que se compare com o brilho da inteligência no olhar de uma criança quando compreendeu o que se está explicando<sup>640</sup>.

A ‘vocação’ para o magistério foi, para Ana Aurora, a escolha que conduziu sua vida, o que fica ainda mais evidente nesta mesma entrevista quando seu interlocutor lhe pergunta (provavelmente já sabendo a resposta) qual atividade escolheria se tivesse que viver outra vez sua vida, ao que ela responde: “A de professora”<sup>641</sup>. As declaradas auto-indulgência e devotamento altruísta da professora rio-pardense – próprias de quem aguarda no presente/futuro algum tipo de reconhecimento social pelo seu trabalho - demonstram, portanto, uma consciente vontade de projetar-se no tempo, o que acabou se realizando no processo de panteonização analisado no Capítulo I desta tese.

Mas Ana Aurora nem precisou aguardar um reconhecimento posterior, pois desfrutou desse sentimento ao longo de sua vida, especialmente quando, em 1944, foi homenageada, ao lado de sua irmã Zamira, por um grupo de ex-alunos, atraindo para si manifestações de seus pares que reafirmavam sua ‘notável’ trajetória:

As homenagens estão sendo recebidas por toda a população desta cidade com maior entusiasmo e simpatia, pois as ilustres senhoras, hoje com mais de 80 anos, impuseram-se à gratidão do povo rio-pardense, por isso que educaram três gerações e fizeram de suas vidas um padrão de virtudes invulgares, além de que, são nomes vastamente relacionados nas letras nacionais<sup>642</sup>.

As referidas ‘virtudes invulgares’ de sua figura cristalizam-se, então, na imagem a ser preservada no presente/futuro. O reconhecimento tornava-se, então, uma espécie de triunfo pela sua dedicação ao magistério. Neste mesmo dia da inauguração dos bustos das professoras – 24 de setembro de 1944 –, sua sobrinha e ex-aluna Guiomar Lisboa registrava seu apreço pelo esforço de sua professora/tia Anoca:

Do fanal do vosso saber, educativo fim de bens educativos à coletividade, houve tão ativa expansão, que, de luzentes raios, destaca-se o Colégio Amaral Lisboa, na retina do tempo, como a consagração de um monumento que seus alunos hão de conservar [és] para nós, os da família, um consolo, um arrimo, o centro para onde converge a nossa maior gratidão, pois,

---

<sup>640</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Entrevista, Rio Pardo, 20 out. 1950 (datilografada), p. 3.

<sup>641</sup> Ibid., p. 3

<sup>642</sup> TARANTINO, Biaggio. Homenagem à Ana Aurora e Zamira. 15 ago. 1944 (datilografado) (AHRP) p. 1.

sabereis todos os sobrinhos quase na totalidade [...] receberam do tesouro de sua caridade a dádiva do ensino que tiveram<sup>643</sup>.

A homenagem de Guiomar Lisboa tem um significado duplamente importante: em primeiro, ela foi ao que tudo indica a figura familiar mais próxima de Ana Aurora, o que fica ainda mais evidente quando utiliza o ‘nós’ para se referir ao conjunto dos sobrinhos que manifestam admiração pela tia-professora; em segundo lugar, em seu discurso, expressões como ‘consagração de um monumento’ ou ‘tesouro de sua caridade’ se avolumam no processo de monumentalização da professora rio-pardense.

Anos depois, um estudante da Faculdade de Direito de Santa Catarina e ex-aluno de Ana Aurora relembrou com admiração a ‘lição’ aprendida na escola:

É interessante porque me lembro perfeitamente da *Cartilha Maternal* de João de Deus [...] O mais interessante é que eu, há dois anos atrás, no curso de Literatura Portuguesa, que fiz no Pré-Jurídico, estudei a vida de João de Deus e achei-a sublime pelo seu amor à infância. Talvez houvesse nisso um resto de gratidão pela obra que eu aprendi a ler<sup>644</sup>.

O reconhecimento de sua atuação pedagógica, relacionando-a aos ensinamentos do educador João de Deus, do qual Ana Aurora referiu-se certa vez como uma espécie de mentor, reafirma os louros que a professora colhia mesmo tantos anos após ter se despedido da sala de aula em 1936.

\* \* \*

Ao status profissional que Ana Aurora e Malvina gozavam neste contexto e, especialmente, aos significados que os saberes e as maneiras de ensinar tinham em suas trajetórias, vincula-se o modelo familiar dos papéis que elas, como mulheres, deveriam assumir. Segundo Rago:

Os positivistas, os liberais, os médicos, a Igreja, os industriais e mesmo muitos operários anarquistas, socialistas e, posteriormente, os comunistas incorporaram o discurso de valorização da maternidade, progressivamente associado ao ideal de formação da identidade nacional. Nos anos 20 e 30, a figura da mãe cívica passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação<sup>645</sup>.

---

<sup>643</sup> Correspondência de Guiomar Lisboa à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 24 set. 1944 (AHRP).

<sup>644</sup> Correspondência de Antonio ? à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Florianópolis, 17 jan. 1946 (AHRP).

<sup>645</sup> RAGO, Margareth. op. cit., p. 592.

Parece mesmo que o conjunto dessas premissas permeou o cotidiano da sala de aula de Malvina e Ana Aurora, cristalizando-se na figura da professora primária que deveria estar associada à imagem da mulher ordeira e recatada (como transparece nas fotografias antes exibidas), ‘mãe’ de seus alunos, formadora de futuros filhos/cidadãos brasileiros. O dever e a alegria de ensinar enquadram-se, portanto, nesta perspectiva da abnegação feminina, própria de um ‘instinto maternal’ biológico e/ou cívico. O aspecto ‘edificador’ da atuação da professora primária fica evidente no discurso de Serafim Machado por ocasião da inauguração dos bustos das professoras Ana Aurora e Zamira, em 24 de setembro de 1944, quando do aniversário natalício da primeira:

Mas, se há dentre as pessoas vivas, em nosso Estado, duas que podem e devem receber em vida a consagração pública, sem receio de serem despojadas das insígnias, essas são as professoras Ana e Zamira. O muito que elas fizeram pelo engrandecimento da Pátria, coloca-as a salvo de controvérsias presentes e futuras. Seus atos sempre obedeceram à inspiração de servir superiormente à coletividade. Suas atitudes sempre foram francas, ainda que enérgicas. Suas intenções sempre foram leais, seus propósitos alevantados, e não conheceram limites na dedicação ao bem público<sup>646</sup>.

Alguns dias depois, no editorial de 2 de setembro de 1944 do *Diário de Notícias*, essa perspectiva foi novamente referida, satisfazendo muito provavelmente o desejo maior de Ana Aurora de reconhecimento de sua vida/trabalho: “as duas venerandas [...] significam dentro do Rio Grande do Sul, um padrão comovente de perseverança e de patriotismo”<sup>647</sup>.

Nestas mensagens, percebe-se, pois, a vinculação do labor pedagógico das duas professoras à Pátria, à coletividade e ao bem público; o fortalecimento, enfim, de sua imagem de ‘mães cívicas’, as quais, aliando dedicação e severidade, dedicaram suas vidas à educação das novas gerações. Em outro momento, Ana Aurora revê sua trajetória:

Como professora primária que fui durante mais de meio século, julgo-me com a necessária experiência para [falar sobre educação]. Move-me a tratar desse assunto o interesse que apesar dos desgostos, me inspira a educação popular<sup>648</sup>.

---

<sup>646</sup> MACHADO, Serafim. *Diário de Notícias*, 25 ago. 1944, s/p (AHRP).

<sup>647</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 02 set 1944, s/p (AHRP).

<sup>648</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Ensino e espírito público. *Correio do Povo*, 21 nov 1945, p. 4.

Quase dez anos após sua despedida da sala de aula, a *experiência* da professora rio-pardense parecia-lhe transmitir uma profunda confiança para refletir sobre a importância da educação.

A despedida de Malvina da sala de aula em 1934 e a tentativa de perenização de sua imagem de mestra, entretanto, guardam um aspecto paradoxal. Uma discreta nota encontrada no *Almanack Escolar do Rio Grande do Sul* encerrava formalmente sua trajetória profissional informando: “Julia Malvina Hailliot Tavares, Professora Jubilada desde a Proclamação da República até 31 de dezembro de 1934”<sup>649</sup>. O reconhecimento pela sua dedicação ao magistério por mais de quatro décadas foi, entretanto, negado anos mais tarde em sua Certidão de Óbito, pois, no item referente à sua profissão, ao invés de ter sido caracterizada como professora, ela aparece como ‘doméstica/do lar’, ou seja, a atividade docente de Ana Aurora ‘panteonizou-se’ contrastando com o silenciamento (ainda que provisório) da atuação profissional de Malvina.

### 4.3 A Última Estação: a velhice de Ana Aurora e Malvina

Em seu livro *A velhice*, Beauvoir apresenta um importante e belo ensaio sobre o tema e nos ensina que é preciso tê-la atingido para compreender o sentido retumbante da vida<sup>650</sup>. Teriam Ana Aurora e Malvina adquirido essa compreensão?

Permeada por alegrias e tristezas, a velhice talvez tenha sido um período de reconfiguração de suas vidas, especialmente após terem se despedido da sala de aula. É bem verdade que, para Malvina, restariam poucos anos, mas, para Ana Aurora, a velhice foi uma longa espera.

Analisar de que forma essas mulheres apreenderam o tempo que lhes restava a partir de seus vestígios é percebê-las num tempo entrecruzado<sup>651</sup>, num fluxo que se manifesta entre suas reminiscências e práticas: o hábito de rever seus papéis em meio a

---

<sup>649</sup> ALMANACK ESCOLAR DO RIO GRANDE DO SUL. Diretoria Geral da Instrução Pública – Edição Oficial. Porto Alegre, RS, n. 442, p. 241 (IHGRS).

<sup>650</sup> BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Na primeira parte deste livro, a autora examina o que a Biologia, a Antropologia, a História e a Sociologia contemporâneas têm nos ensinado sobre a velhice. Na segunda parte, ela descreve a maneira pela qual o velho interioriza sua relação com o próprio corpo, com o tempo, com os outros. Conforme Beauvoir, a lamentável atitude da sociedade para com os velhos denuncia o fracasso de toda nossa civilização (p. 12). Diante da imagem que os velhos nos propõem de nosso futuro, permanecemos incrédulos; uma voz dentro de nós murmura absurdamente que aquilo não vai acontecer conosco; não será mais a nossa pessoa quando aquilo acontecer. Antes que se abata sobre nós, a velhice é uma coisa que só concerne aos outros. Assim, pode-se compreender que a sociedade consiga impedir-nos de ver nos velhos nossos semelhantes.

<sup>651</sup> BENJAMIN, Walter. A Imagem de Proust. In: \_\_\_\_\_. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 45.

alguns prazeres e lazeres solitários (a leitura, por exemplo) e o envelhecimento acompanhado pelas mudanças físicas e emocionais, pela diminuição da capacidade visual e auditiva, entre outros pontos. Afinal,

O limiar da velhice, imperceptível no homem, é facilmente detectado na mulher graças à menopausa [...] Nesse momento elas assumem novos papéis: sogra, avó, viúva. Como avó é mais bem aceita. [...] Em toda a parte se aprecia que ela transmite as tradições familiares e a antiga sabedoria, as cantigas de roda e de embalar, as receitas de compotas, as histórias de meter medo ou de fazer sonhar<sup>652</sup>.

Nos vestígios destas duas mulheres, pouco se revela acerca de como experimentaram o limiar da velhice no convívio familiar. O papel da tia-avó Ana Aurora pouco afetuosa em suas missivas familiares, parece contrastar com a avó Malvina que registra algumas vezes lamuriosamente a saudade dos filhos/netos como mostrarei na sequência.

Numa perspectiva mais ampla, como o desenrolar de um novelo, Malvina e Ana Aurora sentiram chegar lentamente o fim da sua meada, num percurso que as tornou provavelmente cada vez mais conscientes de sua mortalidade: viver consiste em envelhecer.

#### **4.3.1 Ana Aurora**

A partir de 1933, a vida de Ana Aurora foi, segundo Spalding, como um sol poente, “[...] maravilhosamente belo, em serena e bela tarde outonal...”<sup>653</sup>. A metáfora construída pelo biógrafo contrasta, porém, com as informações antes referidas sobre a situação de miserabilidade que Ana Aurora vivenciou naquele momento. Apesar disso, algumas correspondências dessa época revelam que a ‘veneranda’ experimentou mesmo uma atuação significativa na cena pública por esta época. Com quase oitenta anos, esta mulher circulava em eventos importantes na cidade de Rio Pardo, como indica uma correspondência de 1938:

Tenho o prazer de convidar V. S. para assistir a instalação do Grêmio Rio-Pardense de Letras e posse de sua Diretoria que se realizará no dia 7 do corrente às 14h, numa das salas da Prefeitura. Para esta cerimônia que faz

---

<sup>652</sup> KNIBIEHLER, Yvonne. *Corpos e Corações* In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. O Século XIX. Porto: Afrontamento, 1991, p. 397.

<sup>653</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 117.

parte do Programa Oficial dos festejos da Semana da Pátria, contamos com vosso honroso comparecimento<sup>654</sup>.

Por esse mesmo período, ela era referida em solenidades, nas quais figurava ao lado de seus ‘pares intelectuais’:

Acuso recebido o ofício de 13 de junho [...] no qual V. Exa. comunica haver representado esta Academia na solenidade de inauguração do mausoléu de Manoel Araújo Porto-Alegre (Barão de Santo Angelo), mandado erigir em Rio Pardo, pela municipalidade desta cidade<sup>655</sup>.

Além disso, na intimidade de seu lar, discorria corajosamente sobre temas delicados como o suicídio:

[...] O suicídio será sempre para mim um ato revelador de covardia, no homem (já que ele se julga forte bastante para dispensar o apoio da crença religiosa) e de horripilante ceticismo na mulher que, fraca na realidade deve procurar na religião a força que só ela pode dar-lhe: - a resignação<sup>656</sup>.

Nas entrelinhas de sua condenação ao suicídio, a ‘feminista’ Ana Aurora revela-se, de maneira surpreendente para muitos, uma defensora da ‘fragilidade feminina’, posicionamento esse que vai ao encontro de sua opinião sobre o feminismo numa entrevista a Carlos Reverbel de 1942, na qual ela afirma: não é preciso que a mulher “[...] renuncie aos predicados de seu sexo: a modéstia, o recato, a sensibilidade, etc.”<sup>657</sup>. Além disso, a professora rio-pardense não se omitiu de dizer o que pensava sobre o ateísmo: “o sábio ateu é, quanto a mim, o mais abominável dos ingratos e o ente mais pernicioso à sociedade”<sup>658</sup>. Sua religiosidade se tornou ainda mais extremada no entardecer de sua vida, pois, não podendo mais ler ou escrever, passava os dias rezando com as mãos entrelaçadas a um rosário<sup>659</sup>.

Pouco mais de dois meses após a inauguração dos bustos das irmãs-professoras, numa praça em Rio Pardo, Ana Aurora sofreu um duro golpe: a morte de Zamira em dezembro daquele ano. As duas haviam sido até então inseparáveis. Eram como ela

---

<sup>654</sup> Correspondência de Felipe Rodolpho à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 02 set. 1938, p. 1 (AHRP).

<sup>655</sup> Correspondência de Levi Carneiro à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio de Janeiro, 12 jul. 1939, p. 1 (AHRP).

<sup>656</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 77. Fragmento de uma entrevista da década de 1940 sobre a qual não há outra informação.

<sup>657</sup> Trecho citado no Capítulo I desta tese.

<sup>658</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 77.

<sup>659</sup> Ibid., p. 130.

mesma dizia: “dois corpos, mas uma só alma”<sup>660</sup>. Foi, portanto, em meio a suas lembranças, que Ana Aurora conduziu sua vida solitariamente após perder a irmã e companheira Zamira.

A correspondência enquanto forma de sociabilidade e de expressão feminina foi o elo mais forte desta mulher com o mundo, especialmente após esse acontecimento doloroso. O ‘entardecer’ de Ana Aurora mostrou-se ainda longo; porém, mesmo estando “[...] cansada, exausta, abatida e pobre, meio surda e com a vista curta”<sup>661</sup>, manteve-se correspondendo (como atestam as cartas por ela recebidas), sobretudo porque a cena política parece ter-lhe entusiasmado por toda a vida. Numa correspondência de 1945, por exemplo, Raul Pilla<sup>662</sup> compartilha com a rio-pardense alguns encaminhamentos:

Não sei se aprovará plenamente todos os meus últimos atos [em função daquele] princípio do velho programa federalista. Creio, porém, que não poderia haver outra solução para a situação atual que não fosse pior. Apresento-lhe os protestos da mais alta consideração e estima o velho admirador e correligionário<sup>663</sup>.

Em outra missiva, de Oscar Luchsinger<sup>664</sup>, o desabafo sobre os rumos políticos daquela conjuntura informa sobre o quanto ela mantinha-se inserida no debate público da época:

Aqui estou agora meditando nas fileiras do PSD cansado de ver o funcionário público mal remunerado e escravizado, não mais acredito em Borges nem Flores, por esta razão ficando o Dr. Pilla na minoria [...] <sup>665</sup>.

Em outra correspondência ainda, de autor desconhecido (mas provavelmente um sobrinho), a cena política do país assume o espaço central da missiva familiar, trazendo à tona as intensas mudanças ocorridas com o fim do Estado Novo:

Querida tia Anoca, é com grande prazer e satisfação que lhe escrevo para saber de sua preciosa saúde [...] agora com o movimento político que renasce com mais pujança do que nunca, temos assistido à grande batalha

---

<sup>660</sup> Ibid., p. 117. Uma nota biográfica anônima que se encontra no AHRP informa o seguinte: “Zamira não foi estudar, pois, sua debilidade física merecia cuidados dos carinhosos pais, contínuos cuidados e temores [...] Zamira foi sempre a filha mimosa dos pais, sem que isso causasse inveja ou ciúme dos irmãos [e] foi igualmente a irmã predileta dos irmãos” (datilografada, p. 1).

<sup>661</sup> SPALDING, Walter. op. cit., p. 117.

<sup>662</sup> Raul Pilla foi um médico, jornalista, professor e político. Foi Deputado Estadual entre 1935 e 1937 (PL/FUG) e Deputado Federal em cinco mandatos consecutivos entre 1946 e 1966 (PL/ARENA) (AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAUJO, Vladimir (Orgs.). op. cit., p. 170 e 178).

<sup>663</sup> Correspondência de Raul Pilla à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 mar. 1945, p. 1 (AHRP).

<sup>664</sup> Nada foi encontrado sobre a trajetória de Oscar Luchsinger.

<sup>665</sup> Correspondência de Oscar Luchsinger à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Lavras do Sul, 04 mai. 1946, p. 1 (AHRP).

democrática, da qual o povo sai sempre perdendo. Vamos aguardar com serenidade e aguardar se virão dias mais felizes para o nosso Brasil<sup>666</sup>.

Por fim, a correspondência, ao que tudo indica, de uma ex-aluna informa a Ana Aurora a respeito dos desdobramentos que vivenciara em sua recente instalação no Rio de Janeiro:

Tenho sido muito feliz no exercício do Magistério que é mesmo uma carreira nobre e encantadora, pois, vivo encantada com as crianças. Não sei, porém, se vou continuar ano que vem. Como mamãe já disse estou noiva e, meu noivo não está muito de acordo com a ideia de que eu continue a trabalhar<sup>667</sup>.

Tal confissão ilustra uma circunstância relativamente comum naquele contexto: o fato de que o magistério significou, para muitas mulheres, apenas um período de transição, pois, ao que tudo indica, boa parte delas abandonava a profissão em função do matrimônio, assumindo, assim, o papel feminino reiterado e valorizado no imaginário social: o de esposa e mãe. Entretanto, o curioso desta circunstância é que essas palavras foram endereçadas à tia *solteirona* que optou pelo celibato, uma escolha socialmente aceita para mulheres que desejassem permanecer no magistério, portanto, um caminho diverso daquele que pretendia a sobrinha.

Os fragmentos de algumas das missivas de Ana Aurora mantidas em seu relicário revelam que, sob a aparência dos escritos íntimos, essa mulher manteve-se inserida numa rede de sociabilidade, na qual se mesclavam, entre outros, amigos, correligionários políticos e ex-alunos. Ao menos dois aspectos emergem desses papéis: de um lado, confirma-se que a ‘veneranda’ nunca abandonou os bastidores da cena política e, de outro, ela o fez mesmo com todas as habilidades físicas diminuídas em função da velhice. O ‘entardecer’ de Ana Aurora foi, pois, um duradouro período ao longo do qual suas hábeis palavras continuaram circulando.

#### 4.3.2 Malvina

Observando o diário de Malvina em seu conjunto, é interessante analisar como ele funciona no fluxo de sua trajetória e, especialmente, nesse ‘entardecer’ de sua vida

---

<sup>666</sup> Correspondência de ? Rio de Janeiro, 13 dez. 1946, p. 1 (AHRP). O nome do remetente está ilegível. Porém, pelo conteúdo, é possível verificar que se trata de um sobrinho, em função do tratamento utilizado.

<sup>667</sup> Correspondência de Maria ? à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio de Janeiro, 13 ago. 1946, p. 2 (AHRP).

quando revisitar o caderno significava amenizar aflições. Embora haja poucas referências a datas, como eu já havia referido em outros momentos, suas anotações estão organizadas a partir de itens como: nascimentos, batizados, casamento dos filhos e, por fim, registros de óbitos. É nesta fluidez, portanto, que se torna possível observar os rastros de sua trajetória e perceber, por exemplo, que inegavelmente a maternidade marcou de maneira profunda a sua vida. O registro de versos como esses são ilustrativos do que acabei de dizer:

Amor de mãe é doce orvalho,  
Que dá vida à linda flor  
A lua estrela na noite escura  
Que ilumina ao viajar  
É o crepúsculo matutino  
Pelas mãos do Redentor  
É de todos o mais puro  
Da mãe terno o santo amor<sup>668</sup>.

Assim, há, no Diário, o registro de nascimento de seus filhos, contendo local, data e horário. No apontamento sobre o nascimento de Aristides, uma informação curiosa: “[...] nascido a 28 de agosto do ano de 1895, quarta-feira às 7 horas da noite, dia da paz da República, festa em Porto Alegre”<sup>669</sup>. A ‘festa’ é uma referência ao término da sangrenta Revolução Federalista em agosto de 1895, o que mostra como a professora cruzava, em seus apontamentos, aspectos privados e públicos.

Se a afetuosidade materna povoou os sonhos, os desejos e o imaginário de mulheres como Malvina, possivelmente lhe trazendo inúmeras alegrias e realizações, nesse caso, ela não ofuscou sua ambição profissional, fato esse pouco comum à maioria das mulheres da época, pelo menos de determinadas camadas sociais, que tinham que alcançar a completude de suas vidas no binômio esposa/mãe. Ou seja, o magistério foi para esta mulher outro alicerce fundamental em seu itinerário.

Anos depois, Malvina registrou em seu diário o casamento de seus seis filhos, contendo basicamente a data e o local do enlace:

Edmundo em Porto Alegre à 27 de janeiro de 1912; Alcida em Lajeado à 24 de maio de 1913; Memeco (Manoel) em Encantado à 05 de novembro de 1921; Georgina em Encantado à 17 de dezembro de 1921; Aristides em Encantado à 28 de julho de 1925 e Maria Henriqueta em São Gabriel da Estrela à 07 de maio de 1927<sup>670</sup>.

---

<sup>668</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 34-35.

<sup>669</sup> Ibid., p. 6.

<sup>670</sup> Ibid., p. 4 e 5.

A mãe dedicada e amável poderia exibir também sua faceta mordaz. O matrimônio de seu primogênito, por exemplo, não parece ter-lhe trazido muitas alegrias - uma década após o enlace do filho, Malvina registra exultante: “meu filho Edmundo fez contrato a 14 de setembro de 1922 com a senhorita Felisbina de Almeida, oxalá seja mais feliz do que foi com sua 1ª esposa. Isto roga felicidade a Deus”,<sup>671</sup>.

Além do esposo e filhos, Malvina teve uma relação de afeto muito próxima com sua irmã Maria Honorina Hailliot von Langendonch, professora em Porto Alegre e esposa de Lourenço von Langendonch<sup>672</sup>. Na entrevista que Flavio Tavares concedeu-me em 2008, disse-me que sua tia-avó teria sido uma ardorosa feminista, entretanto, nenhuma evidência encontrei que pudesse confirmar essa afirmativa. De outro lado, uma homenagem à irmã de Malvina confirma sua ação destacada no Magistério:

Damos lugar hoje nesta galeria ao retrato da distinta professora pública Exma. Sra. Honorina von Langendonck, belo ornamento do magistério rio-grandense. Senhora dotada de altas virtudes, prendada de uma alta inteligência e habilmente preparada para a sua nobre missão, vai ela com aplausos gerais dos pais das crianças que frequentam a sua aula instruindo-as e educando-as, tornando-as aptas para amanhã serem dignas de si e úteis a sua pátria<sup>673</sup>.

A relação entre as duas irmãs foi, ao que tudo indica, constante e afetuosa. Um indicativo dessa forte amizade fraternal: Honorina foi madrinha de três dos seis filhos de Malvina e José Joaquim<sup>674</sup>. Outro vestígio: Malvina homenageou-a com os seguintes versos anotados em seu Diário:

Faz hoje 27 anos  
Que entrou no Magisterio  
Pelo seu grande talento  
E pelo seu bom critério

Eu vos cumprimento hoje  
Em data comemorial  
Por ser uma professora  
Das primeiras da capital<sup>675</sup>

---

<sup>671</sup> Ibid., p. 29.

<sup>672</sup> Um artigo da imprensa, intitulado ‘Sombras e vultos’, homenageava o educador Lourenço Leão von Langendonch, falecido em 24 de janeiro de 1905: “Surge ainda hoje esta galeria para prestar mais uma homenagem de saudades a uma querida memória – a do ilustrado educacionista Lourenço Leão von Langendonck. Professor competente e habilitadíssimo, ocupava saliente posição entre os seus colegas, que o estimavam e consideravam pelo seu grande saber e vasta ilustração”. *O Independente*. Porto Alegre, 08 de novembro de 1908, p. 2 (AHPA).

<sup>673</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 08 nov. 1908, p. 4.

<sup>674</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 8 e 9.

<sup>675</sup> Ibid., p. 82

A amizade entre as duas irmãs, porém, foi interrompida pela morte de Honorina. O registro de seu falecimento aparece em três momentos do diário de Malvina. O primeiro deles está ao lado da referência a vários outros entes falecidos em duas páginas com o título “Óbitos”: “faleceu minha querida irmã Honorina a 4 de fevereiro de 1927. Na cidade de Porto Alegre. Descansaste adorada irmã dos desabores da vida, paz a tua santa alma”<sup>676</sup>. Os dois registros seguintes não foram feitos na mesma data, fato este que constato pela própria organização do diário:

Faleceu minha querida irmã Honorina a 4 de fevereiro de 1927, repentinamente às 4 horas da madrugada na cidade de Porto Alegre, à rua João Telles, n. 386 [...] Descansa em paz no céu, pois que sofrera tanto na terra adorada irmã. Rogo por mim, pela minha felicidade na terra<sup>677</sup>.

Na página seguinte, um terceiro registro sobre esse acontecimento: “Minha querida irmã Honorina a 4 de fevereiro 1927. Paz a tua alma que lá do céu me protege na terra”<sup>678</sup>. Acima desta anotação, uma breve mensagem informa sobre a morte do esposo de Honorina quase vinte e dois anos antes: “Lourenço falecido a 24 de janeiro de 1905”<sup>679</sup>.

As três menções à morte de sua irmã demonstram o duro golpe que representou para Malvina o seu desaparecimento. Em nenhum outro momento de seu diário, o falecimento de familiares foi tão destacado. Nas outras referências, aparece um único registro da morte dos entes queridos: de sua mãe (1892), de seu pai (1893) e de seus irmãos Henrique (1902) e Aristides (1909). Entretanto, o aspecto mais significativo em todas essas notas fúnebres é a já mencionada religiosidade de Malvina. Em uma de suas derradeiras anotações, ela registrou uma ‘Oração para uma boa viagem’:

Senhor onipotente e misericordioso, dirigi-me pelo caminho da paz da prosperidade. Acompanha-me nesta viagem o vosso anjo, a fim de que eu volte a minha habitação sã e salva e sem nenhum acidente. Assim seja, amém.<sup>680</sup>

Neste fragmento registrado de maneira quase ilegível, destaca-se a extremada religiosidade de Malvina. Essa evidência, mais uma vez, fragiliza o suposto anarquismo atribuído a ela.

---

<sup>676</sup> Ibid., p. 11.

<sup>677</sup> Ibid., p. 24.

<sup>678</sup> Ibid., p. 25.

<sup>679</sup> Ibid., p. 25.

<sup>680</sup> Ibid., p. 84.

Outros registros significativos no diário de Malvina referem-se às suas mudanças de endereço. Em seu diário, há pelo menos três apontamentos sobre isso, desde que chegara a São Gabriel da Estrela em 20 de março de 1898 e se instalara em sua primeira morada, ao que tudo indica, alugada. Pouco mais de dez anos depois, ela registrou: “Mudei de residência para minha nova morada e propriedade no dia 10 de março de 1910, à Rua Dr. Villanova esquina Bento Gonçalves”<sup>681</sup>. Anos depois, um último desabafo registrado sobre suas mudanças de endereço: “mudamo-nos para nossa nova casinha na esquina dia 27 de janeiro de 1937. Penso ser a última morada. Que Deus nos dê ainda alguns anos de vida para gozar nossa bela casinha”<sup>682</sup>. Menos de dois anos após essa última mudança, Malvina faleceu.

A partida dos filhos foi outro assunto sobre o qual Malvina se manifestou, por vezes chorosamente:

Minha filha Georgina foi para Mussum empregar-se e morar com seu irmão Memeco [Manoel] no dia 26 de junho de 1933. Sê feliz querida filha, que Deus te proteja e que eu ainda te veja feliz, bem feliz. De Deus isto espero. Deus é nosso protetor<sup>683</sup>.

A partida, o retorno e novamente a despedida da filha caçula foram narradas pela professora com tons dolorosos: “Minha filha Queta foi de muda para Jaguari no dia 15 de março de 1930. Dia este bem triste para mim, separar-me desta filha querida que viveu comigo até a idade de 28 anos. É bem triste para uma mãe [...]”<sup>684</sup>. Anos depois, o retorno de Maria Henriqueta parece ter lhe devolvido a alegria: “Minha querida filha Queta e Deodino vieram de muda para São Gabriel [da Estrela] dia 1º de abril de 1938, tomou conta de sua aula no grupo escolar dia 4 do mesmo. Deus dai-me uma felicidade perpétua ao lado dos queridos filhos e netos”<sup>685</sup>. No entanto, Malvina experimentaria essa felicidade não de forma ‘perpétua’, mas por um brevíssimo intervalo de seis meses, pois, de forma abrupta, o casal novamente deixaria a cidade: “Minha filha Queta foi de muda com seu esposo para Anta Gorda dia 11 de outubro de 1938 me deixando assim a tristeza grande com a falta desta querida filha [...]”<sup>686</sup>. Tal acontecimento, ocorrido aproximadamente um ano antes de sua morte, parece ter sido muito doloroso para

---

<sup>681</sup> Ibid., p. 15.

<sup>682</sup> Ibid., p. 15.

<sup>683</sup> Ibid., p. 26

<sup>684</sup> Ibid., p. 26.

<sup>685</sup> Ibid., p. 29. Além desta breve referência ao ingresso da filha mais nova de Malvina, Maria Henriqueta, no Magistério, não encontrei nenhuma outra informação profissional referente aos demais filhos da professora.

<sup>686</sup> Ibid., p. 15.

Malvina, pois, em outro momento, meses depois ao que tudo indica, ela novamente registrou a mesma aflição:

Deodino e Queta se foram para Anta Gorda em 11 de outubro de 1939 me deixando numa tristeza grande e doente de meu coração [...] Deus me dê coragem para resistir a tão duro golpe. Deus de bondade, coragem. As saudades que sinto são grandes [...] Deus de bondade para esta **pobre e triste, bem triste velha**<sup>687</sup>.

O desejo de proximidade com os filhos – construído historicamente como característico do gênero feminino –, reforça, nessas anotações, seu papel maternal. Na esteira dessa constatação, a tristeza de Malvina manifesta-se: palavras como ‘esperança’ e ‘saudade’ serão relativamente recorrentes no diário da professora em sua maturidade. A esperança, diz ela, é uma:

Palavra sublime que alimenta nossos corações na luta dos sofrimentos [...] A esperança é o divino bálsamo que suaviza docemente nosso coração [...] A esperança é o bálsamo purificador para um coração ausente [...] Esperar é o segredo da felicidade, é o caminho que com mais certeza nos leva ao ponto que desejamos<sup>688</sup>.

Estes sentimentos manifestaram-se também em versos que parecem preencher sua velhice: “A saudade vos fala do passado, a esperança do futuro, aquela tem a poética tristeza do crepúsculo e esta a alegria risonha da aurora [...] A saudade é a flor adquirida na ausência da pessoa que se estima”<sup>689</sup>. O limiar da velhice para Malvina parece ter sido um tempo de incertezas, pois o afastamento da profissão coincidiu com a partida dos filhos/netos.

As noções de ‘saudade’ e ‘esperança’ referidas por Malvina podem ser analisadas a partir da formulação proposta por Koselleck quando afirma que “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro”<sup>690</sup>. Para o autor, os conceitos de experiência (recordação) e expectativa (esperança) remetem à temporalidade do indivíduo. Nessa perspectiva, é possível de alguma forma pensar em que medida Malvina vivenciou este momento de sua vida em meio aos sentimentos que manifestava

---

<sup>687</sup> Ibid., p. 58. (grifo meu)

<sup>688</sup> Ibid., p. 50.

<sup>689</sup> Ibid., p. 51.

<sup>690</sup> KOSELLECK, Reinhart. op. cit., p. 308. O autor complementa esta noção acrescentando: “Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã”.

em sua escrita. Os fios que compunham sua vida entrelaçavam passado e futuro. Assim, a presença do passado (saudade) e a presença do futuro (esperança) acumulavam-se nas metáforas registradas em seu diário, expressando silenciosamente aquilo que talvez ela não manifestasse em seu cotidiano.

### 4.3.3 A morte biológica e a sobrevivência na memória

Em 1939, a morte de Malvina foi anunciada em São Gabriel da Estrela. Doze anos depois, Ana Aurora fechou seus olhos para sempre em Rio Pardo.

Uma pequena homenagem do esposo José Joaquim à Malvina foi registrada no *Correio do Povo*:

[À] querida e sempre lembrada Julia Malvina Hailliot Tavares, falecida a 16 do corrente, às 14h40 horas, ainda sob a dor que os compunge, agradecem e expressam sua imorredoura gratidão a todos quantos, de qualquer forma, expressaram seus sentimentos de pesar<sup>691</sup>.

Os familiares de Ana Aurora noticiaram seu falecimento através do convite que informava o ato fúnebre:

Os sobrinhos da inesquecível professora Ana Aurora do Amaral Lisboa convidam aos parentes e a população em geral desta cidade, para assistirem aos atos de encomendação e sepultamento. O féretro sairá da casa mortuária na Boa Vista, hoje às 17 horas. Rio Pardo, 22-03-1951<sup>692</sup>.

A velhice havia sido o tempo do anúncio da irremediável finitude biológica. Sobre isso, no Diário de Malvina, se encontra uma singela provocação:

E depois da nossa morte  
Quem por nós há de chorar?  
Quem na lousa do finado  
Um gemido irá saltar?  
Uma cruz singela e triste  
Quem nos há de levantar!  
Quem de goivas e ciprestes  
Um jardim há de plantar?<sup>693</sup>

Diante da proximidade da morte, a presença do futuro para Malvina parecia enfraquecer.

---

<sup>691</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 out. 1939, p. 8.

<sup>692</sup> Convite para Enterro – 22 mar. 1951 (AHRP)

<sup>693</sup> Diário de Malvina Tavares (1891-1939), p. 36-37.

Numa entrevista concedida seis meses antes de seu falecimento, Ana Aurora confessava amargurada:

Sinto-me só neste mundo com meus 90 anos. Já partiram para a eternidade todos os meus irmãos em número de 11 e, por último, a minha amorosa e inesquecível irmã Zamira, companheira inseparável de todos os bons e maus momentos de minha vida, e cuja falta está sempre presente em minha memória<sup>694</sup>.

Falecidas há décadas, os vestígios de Ana Aurora e Malvina, no entanto, sobreviveram, embora em número desigual. A partir desses inúmeros fiozinhos entrecruzados, procurei examinar como foi tecida a memória dessas duas mulheres e, ao (re)costurar a trama de suas vidas, instigado por algumas inquietudes, busquei construir narrativamente de que forma elas viveram e como se relacionaram com os homens e mulheres de sua época.

Se, no passado, elas parecem ter experimentado um conjunto de valores semelhantes que influenciou suas escolhas e seus saberes, no presente desta narrativa, um descompasso se manifesta na sobrevivência de suas presenças: de um lado, o *enquadramento da memória* de Ana Aurora como ‘feminista’/‘veneranda’ constituiu-se ao longo de sua vida, solidificando-se ainda mais após sua morte e emaranhando-se na própria memória da cidade de Rio Pardo; de outro, o *enquadramento* recente da memória de Malvina como ‘anarquista’ - décadas após o seu falecimento – se contrapõe ao esquecimento de sua figura na localidade onde viveu por longos anos. Como procurei demonstrar, essas imagens ‘chapadas’ e sem nuances pouco têm a ver com as personagens que encontrei, fragmentariamente, nos documentos, cujas complexas e ambíguas existências tentei configurar, pelas artimanhas da narrativa, ao longo das páginas até aqui escritas.

---

<sup>694</sup> LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Entrevista. *Jornal de Rio Pardo*, 05 jul 1950, s/p (AHRP).

## Considerações Finais

Costurar os itinerários de Ana Aurora e Malvina permitiu-me aprender com suas semelhanças e diferenças e, ao mesmo tempo, aproximar-me, de alguma forma, do mundo que as cercava.

No primeiro capítulo desta tese, minha preocupação esteve voltada para os traços de ambas que sobreviveram na atualidade. Instigado por duas formulações cristalizadas na memória historiográfica – Ana Aurora, ‘primeira feminista do Rio Grande do Sul’, e Malvina, ‘pioneira da educação libertária’ –, considerei necessário pensar em como tais afirmações persistiram e foram re-memoradas como marcos referenciais de suas vidas.

No caso de Ana Aurora, constatei que o qualificativo ‘feminista’ teve em inúmeras referências uma importância menor do que caracterizações como ‘veneranda’ e ‘símbolo de mulher’, sendo empregado com mais força após a sua morte. Em relação à Malvina, foi possível verificar que o atributo ‘libertária’ aparece apenas em meados da década de 1980, portanto, quase cinquenta anos após sua morte. Nesse *entre-tempos*, nada foi encontrado que a caracterizasse como ‘anarquista’. Na esteira dessas reflexões, constatei igualmente que, enquanto Ana Aurora havia se engessado nos ‘lugares de memória’ de Rio Pardo, Malvina escapava da memória coletiva de Cruzeiro do Sul.

Concluí então que se, por um lado, os vestígios mais expressivos sobre Malvina possuem poucos vínculos com a ‘professora libertária’ que encontrei na historiografia décadas após sua morte, por outro lado, no que tange a Ana Aurora, houve um reemprego sucessivo de categorias que fixaram no tempo a ‘professora veneranda’ e, posteriormente, ‘a primeira feminista’.

No segundo capítulo, investiguei suas trajetórias a partir dos lugares de origem de seus percursos, da configuração de seus laços familiares e das escolhas profissionais que marcaram suas vidas.

Ao analisar os itinerários de Ana Aurora e Malvina foi possível perceber, de um lado, e de maneira mais geral, o quanto os papéis femininos se desenvolveram invisivelmente na esfera pública e, por outro, como as ações destas personagens evidenciam os paradoxos e tensões constitutivas do *campo de possibilidades* em que estavam inseridas.

Esta dupla percepção ficou ainda mais evidente no terceiro capítulo, na medida em que nele perscrutei seus itinerários no início do século XX.

No âmbito de suas relações pessoais, os indícios de suas experiências me levaram a algumas considerações: partindo da compreensão de que as figuras da ‘solteira’ e da ‘casada’ são construções sociais e históricas, na medida em que se constituem numa determinada época e lugar, a partir de variadas relações de poder e de saber, observei que, de um lado, o casamento de Malvina não representou uma armadilha aprisionadora e limitadora de liberdade e que, de outro lado, a rejeição de uma norma (invisível) prescrita do casamento representou uma opção deliberada de Ana Aurora.

Motivadas por suas convicções pessoais e perspectivas profissionais, estas duas mulheres realizaram sua formação educacional no mais alto nível permitido às mulheres gaúchas naquela circunstância, infringindo, mesmo que indiretamente, as prescrições sociais dominantes num contexto pouco flexível à inserção feminina na esfera pública. Assim, as vidas de Malvina e Ana Aurora estiveram constantemente atreladas às suas atuações profissionais na complexa arte de ensinar, numa atividade que se estendeu por décadas em ambos os casos. Na relação entre os saberes e os poderes que elas exerceram, suas ações profissionais transcorreram costurando suas vidas e possibilitando a sua inserção em outras redes de relações, como aquelas tecidas em torno das ações de caridade de Malvina e da atuação de Ana Aurora nos bastidores da cena política.

Analisando os referenciais que marcaram suas concepções sobre educação, percebi que um conjunto de elementos variados, teóricos e práticos, marcou inevitavelmente suas vidas, suas relações afetivas e profissionais. Assim, a postura dessas mulheres demonstrou o quanto a tênue fronteira entre o público e o privado é incessantemente reformulada. Se, do ponto de vista jurídico e político-partidário, elas, assim como todas as outras mulheres brasileiras de sua época, não eram reconhecidas como seres autônomos; socialmente, pode-se observar a maneira como Ana Aurora e Malvina constituíram expressivas relações sociais nas comunidades em que estavam inseridas a partir das tímidas brechas abertas à participação feminina no espaço público.

Finalmente, no quarto e último capítulo, observei os percursos derradeiros dessas mulheres que assinalaram o fim de suas trajetórias, ao menos no sentido biológico: as lembranças, a morte dos entes queridos, a solidão, enfim, a velhice como um tempo de memórias e/ou de rupturas, marcado em ambos os casos por uma forte sensibilidade religiosa. Neste capítulo, a análise dos retratos familiares e profissionais

de Malvina e Ana Aurora colaborou para a compreensão dos elementos constitutivos de suas trajetórias que esbocei ao longo da tese.

A partir da construção das biografias de Ana Aurora e Malvina e da investigação das memórias elaboradas sobre elas, espero ter contribuído para um melhor conhecimento da época em que viveram essas mulheres, em especial das construções de gênero que, simultaneamente, limitaram suas vidas e abriram brechas para a edificação de espaços de autonomia e criatividade. Enfim, costurar suas vidas significou, sobretudo, tecer delicadamente os inúmeros fios que aproximam nossos itinerários.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Primárias

#### 1. Manuscritos

- Diário de Julia Malvina Hailliot Tavares (1891-1939);
- Caderno de Lições de Zilda Haussen (Arquivo Pessoal).

#### 2. Textos e entrevistas de Ana Aurora do Amaral Lisboa (AHRP)

- Entrevista de Ana Aurora do Amaral Lisboa, 1942 (datilografada);
- Entrevista de Ana Aurora do Amaral Lisboa, 20 out. 1950 (datilografada);
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *Rio-Pardenses!* 1893 (manifesto) AHRP;
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. A mulher e a sua missão na sociedade. *A Reforma*, Porto Alegre, 10 ago. 1894;
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *A Minha Defesa*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria Americana, 1895;
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *Teatro de Dona Ana Aurora do Amaral Lisboa*. Rio Pardo: O Mensageiro, 1931;
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *Prefácio à Vida de Joaquim Pedro Lisboa*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1944.

#### 3. Correspondências

##### 3.1 Arquivo Histórico de Rio Pardo (AHRP)

- Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Julio de Castilhos, 10 jan 1893;
- Correspondência de Francisco Prestes à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 25 set 1894;
- Correspondência de Hildebrando do Amaral Faó à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 abr. 1895;
- Correspondência de Julio Magalhães à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 jul. 1897;
- Correspondência de Amália Barcellos Cardoso à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 25 mar. 1898;
- Correspondência de Antonio Ferreira Prestes Guimarães à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rivera, Uruguai, 20 out. 1901;
- Correspondência de Constança Silveira da Silva à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 1910;
- Correspondência de Ambrósia, Noquinha e Nena à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 23 set. 1911;
- Correspondência de Alcemira Lisboa à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Santa Maria, 16 nov. 1911;
- Correspondência do Major (ilegível) à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio de Janeiro, 04 nov. 1916;
- Correspondência de Francisco Maciel Junior à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Pelotas, 28 mar. 1919;
- Correspondência do Major ? (ilegível) à Ana Aurora do Amaral Lisboa. Rio de Janeiro, 26 jun. 1922;
- Correspondência de Walter Spalding à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 07 ju. 1934;
- Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa à Getulio Vargas, 1937;
- Correspondência de Felipe Rodolpho à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 02 set. 1938;
- Correspondência de Walter Spalding à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 24 fev. 1939;
- Correspondência de Levi Carneiro à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio de Janeiro, 12 jul. 1939;
- Correspondência de Guiomar Lisboa à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 24 set. 1944;
- Correspondência de Raul Pilla à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 mar. 1945;
- Correspondência de Antonio (ilegível) à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Florianópolis, 17 jan. 1946;
- Correspondência de Oscar Luchsinger à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Lavras do Sul, 04 mai. 1946;
- Correspondência de Maria ? à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio de Janeiro, 13 ago. 1946;
- Correspondência de ? à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio de Janeiro, 13 dez. 1946;
- Correspondência de Cid da Costa Correia à Câmara Municipal de Rio Pardo, 26 mar. 1951;
- Correspondência de Biaggio Tarantino a Liberato da Cunha, Rio Pardo, 26 mar. 1951;
- Correspondência de Guilhermino César a Manoel Alfeu Borba, Porto Alegre, 12 abr. 1951;
- Correspondência de Manoel Alfeu de Borba a Guilhermino César, Rio Pardo, 20 abr. 1951;
- Correspondência de Glicério Alves à Maria Quadros Pereira Rego, Porto Alegre, 02 out. 1952.

### 3.2 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)

- Correspondência da Intendência de Lajeado para o Presidente da Província do RS (1902-1908).

### 3.3 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)

- Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa à Antonio Augusto Borges de Medeiros, 28 out. 1916. Arquivo Borges de Medeiros.

## 4. Leis, registros e obras diversas

- Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas – RS. Porto Alegre: Selbach, 1934 (IHGRS);
- Almanack Escolar do Rio Grande do Sul. Diretoria Geral da Instrução Pública – Edição Oficial. Porto Alegre, RS, n. 442 (IHGRS);
- BRAZIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Congresso Constituinte da República*. 2. Ed. RJ, Imprensa Nacional, 1924-26. II: 544. Sessão de 14 de janeiro de 1891 (AHRs);
- Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (AHRs);
- Homenagem de Biaggio Tarantino à Ana Aurora e Zamira. 15 ago. 1944 (datilografado) (AHRP);
- Lei n. 3.136 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1968) (Arquivo da Câmara Municipal de Porto Alegre-RS);
- Livro de Registro da Instrução Pública de Encruzilhada do Sul (1869) (AHRs);
- Livro IV de Registros de Óbitos de Arroio do Meio, 1939 (APERGS);
- Livro de Registro de Óbitos do Cemitério Municipal de Rio Pardo, RS (04-11-1950 a 28-12-1953) (AHRP);
- Livro de Registro de Títulos, Livro 11- Nomeação de Julia Malvina Hailliot Tavares (1898-1899) (AHRs);
- Mensagem à Assembléia dos Representantes, 20/09/1900 (Antonio Augusto Borges de Medeiros) (AHRs);
- Relatório da Diretoria-Geral da Instrução Pública. Porto Alegre, 1876 (AHRs);
- Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª Legislatura, pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, 1860 (AHRs);
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1900 (AHRs);
- Relatório do Secretário dos Negócios do Interior e Exterior ao presidente Julio de Castilhos, 15/08/1895 (AHRs);
- Relatório do diretor geral da instrução pública, 27/02/1883 (AHRs);
- Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 31/07/1896 (AHRs).

## 5. Revistas

### 5.1 Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC):

- *O Sexo Feminino*, Cidade da Campanha, MG (1873-1874): dezembro (número 15) (1873); janeiro (números 17 e 19); fevereiro (números 21, 22 e 23); março (números 24, 25 e 26); abril (números 27 e 29); maio (números 31, 32 e 33) e junho (número 34) (1874).
- *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, RJ (1929): abril (números 22, 23, 24 e 25); maio (números 25, 27, 28 e 29); junho (números 30, 31, 32, 33 e 34); outubro (números 48, 49, 50 e 51); novembro (números 52, 53 e 54) e dezembro (números 57 e 58).

### 5.2 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPA):

- *Apostolado Positivista*, 1913 (número 355).
- *Revista do Globo*, Porto Alegre (1929): janeiro (números 1 e 2); fevereiro (números 3 e 4); março (números 5 e 6); abril (número 7-8); maio (números 9 e 10); junho (números 11 e 12); julho (número 13); agosto (números 14, 15 e 16); setembro (números 17 e 18); outubro (números 19 e 20); novembro (números 21 e 22); dezembro (números 23 e 24). (1930): janeiro (números 1 e 2); fevereiro (números 3 e 4); março (números 5 e 6); abril (números 7 e 8); maio (números 9 e 10); junho (números 11 e 12).

## 6. Jornais

### 6.1 Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPA):

- *Diário de Notícias*, Porto Alegre: outubro (1939).
- *Correio do Povo*, Porto Alegre: outubro (1939); março (1951); abril (1951); março (1952); outubro (1952); agosto (1953).
- *A Federação*, Porto Alegre: julho (1897) e dezembro (1923).
- *A Gazetinha*, Porto Alegre: agosto, setembro, outubro, dezembro (1895); janeiro, fevereiro, março e setembro (1896).
- *O Independente*, Porto Alegre: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro (1908) e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro (1910).

### 6.2 Arquivo Histórico de Rio Pardo (AHRP) (recortes):

- *Diário de Notícias*, Porto Alegre: agosto e setembro (1944).
- *Correio do Povo*, Porto Alegre: março e abril (1951); outubro (1955).
- *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre: março (1951); outubro (1952).
- *Estado de São Paulo*, São Paulo: abril (1951).
- *Folha da Tarde*, Porto Alegre: fevereiro (1942).
- *Jornal Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul: junho (2001).
- *Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo: março (1951).
- *O Progressista*, Porto Alegre: março (1951).

### 6.3 Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC):

- *Correio do Povo*, Porto Alegre: outubro (1939); novembro (1945); março (1951) e agosto (1953).
- *Diário de Notícias*, Porto Alegre: outubro (1939).
- *Zero Hora*, Porto Alegre: maio (1984).

## 7. Entrevistas ao autor

- Entrevista de Flavio Tavares, Porto Alegre, 31-03-2008.
- Entrevista de Synval Tavares, Porto Alegre, 02-10-2008.
- Entrevista de Iraci Tavares, Porto Alegre, 16-05-2008 e 12-12-2008.
- Entrevista de Lea Selbach, Cruzeiro do Sul, 08-12-2008 e 10-06-2009.
- Entrevista de Fábria Winck, Rio Pardo, 10-03-2008.

## 8. Páginas Eletrônicas

- [www.anarkismo.net](http://www.anarkismo.net).
- [www.vermelho negro.co.cc](http://www.vermelho negro.co.cc).
- [www.mncr.org.br](http://www.mncr.org.br).
- [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br).
- [www.prefeituracruzairodosul.com.br/historico.htm](http://www.prefeituracruzairodosul.com.br/historico.htm).
- [www.o caixa.com.br/passos/passos3.htm](http://www.o caixa.com.br/passos/passos3.htm).
- [www.encruzilhadosul.rs.gov.br/historia-encruzilhada.htm](http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/historia-encruzilhada.htm).
- [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br)

## 9. Bibliografia

- ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: O Culto a Euclides da Cunha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano IX, n. 24, p. 66-84, 1994.
- AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Nacional, 1938.
- AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAUJO, Vladimir (Orgs.) *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Experiência: uma fissura no silêncio. In: *História: A arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 133-147.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Foucault: O pensador de todas as solidões. *Revista Educação – Especial Foucault Pensa a Educação*. São Paulo: Segmento, p. 06-15, 2008.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Uma História de vida e de trabalho: A educadora Júlia Malvina Hailliot Tavares*. Monografia. Porto Alegre, Graduação em História PUCRS, 1996.
- ANTUNES, Duminiense Paranhos. Ana Aurora do Amaral Lisboa. Pioneira Autêntica do Feminismo Brasileiro. *Rio Pardo. Cidade-Monumento*. Porto Alegre: Globo, p. 93-99. 1946.
- ARAÚJO, Helena Costa G. As mulheres professoras e o ensino estatal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 29 fev. 1990. p. 81-103.
- ARAVANIS, Evangelia. *Uma Utopia Anarquista: O projeto social dos anarquistas do periódico 'A Luta' e o seu desejo de mudar o rumo da História em Porto Alegre (1906-1907)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 1997.
- AREND, Silvia Maria Fávero. *Um 'olhar' sobre a família popular porto-alegrense 1886-1906*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 1994.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARNAUD-DUC, Nicolle. As contradições do Direito. In: PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. v. 4. O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 97-143,
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 09-34, 1998.
- BALZAC, Honoré de. *A Mulher de Trinta Anos*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Ana Aurora do Amaral Lisboa. In: \_\_\_\_\_. *Crônicas do Passado Presente*. Porto Alegre: Nova Prata, 2002, p. 105-109.
- BARTHES, R. *A Câmara Clara*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENJAMIN, Walter. A Imagem de Proust. In: \_\_\_\_\_. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- BERGSON, Henri. *Memória e Vida*. Textos Escolhidos por Gilles Deleuze. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaios sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- BETTIOL, Leopoldo. *Ferrer como Educador*. Porto Alegre: Biblioteca da Sociedade Pró-Ensino Racionalista, 1912.
- BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Tese (Doutorado), Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2005.
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1991.
- BIVAR, Artur. *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*. Porto, Portugal: Edições Ouro. v. II, 1952.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-Grandense e os primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2009.
- BOEIRA, Nelson “O Rio Grande de Auguste Comte” In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre, Mercado aberto, 1980.
- BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res) Sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191, 2006.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 43-58, 1998.
- CARLYLE, T. *Os Heróis*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- CASAGRANDE, Gigliola. Os mistérios da Casa do Morro. *Informativo do Vale*, Lajeado, 19 jun. 1999.
- CASTRO, Daniele B. de et al. Ana Aurora do Amaral Lisboa. In: *Personalidades Ilustres de Rio Pardo*, RS. Porto Alegre. Monografia – Curso de Biblioteconomia/UFRGS, 2008.
- CASTRO, Tito Lívio de. *A mulher e a sociogenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.
- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História & Cultura*. v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. de 2003.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORBIN, Alain. O Segredo do Indivíduo. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal. *Cadernos de Pesquisa*. A família em questão. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 37, p. 5-16, maio de 1981.
- CORREA, Norma. *Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, FAGED, UFRGS, 1987.
- CORSETTI, Berenice. Controle e Ufanismo: A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889-1930). *História da Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, n. 4, p. 57-75, set./1998.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 223-240.
- DAUPHIN, Cécile. Mulheres Sós. In: PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève. *História das Mulheres no Ocidente*. v. 4: O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 477-495.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens*. Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DE LUCA, Leonora de. *A Mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. Dissertação (Mestrado), Campinas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCSH, UNICAMP, 1999.
- DELGADO, Andrea Ferreira. A Rede de Memórias e a invenção de Cora Coralina. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O Biográfico: Perspectivas Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 131-178.
- DEUS, João de. *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango no limiar da velhice*. Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2001.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. Um olhar sobre o livro 'Nas Margens' de Natalie Zemon Davis: Em busca de uma reflexão a partir do gênero biográfico. *Histórica*, n. 5. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder*. Em São Paulo no século XIX. 2. ed. revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DILL, Aidê. *Diretrizes educacionais no governo de Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1984.
- DOSSE, François. *Le Pari Biographique. Écrire Une Vie*. Paris: Éditions La Découverte, 2005.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.
- DUTRA, Claudia Pereira. *A Prenda no Imaginário Tradicionalista*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2002.
- ENDERS, Armelle. *O Plutarco Brasileiro*. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.
- FARGE, Arlette; FOUCAULT, Michel. *Les désordres des familles*. Lettres de cachet des Archives de la Bastille. Paris: Galimard, 1982.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Ed. da USP, 1966.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1941.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: O dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência Familiar e Rede de Sociabilidade. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 241-255, 2004.
- FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna*. Póstuma explicación y alcance de la enseñanza racionalista. Barcelona: Tiesquets. 2002.
- FERRI, Gino. *Cruzeiro do Sul*. História do Rio Taquari-Antas. Encantado: Grafem, 1991.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Dicionário de Mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999.
- FLORES, Hilda A. Hübner (Org.). *Vidas e Costumes*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1994.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Presença Literária*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1994, p. 52-53.
- FONSECA, Claudia. Solteironas de Fino Trato: Reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, ago. 1989/set. 1989. p. 99-120.
- FONTES, Rosa Ângela (org.). *Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007.
- FOSSA, Humberto Castro. In: MOREIRA, Dione Teixeira Borges (Org.). *Memória Encruzilhadense*. Porto Alegre: Do Autor, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor?* 3. ed. Lisboa: Veja/Passagens, 1992.
- FRANCO, Sergio da Costa. O Partido Federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Günter (Orgs.). *República Velha (1889-1930)* v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 129-170.
- FREIRE, Nadia Maria Schuch. *Mulher, trabalho e capital no campo*. Um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul – RS. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural e Sociologia Rural, UFRGS, 1984.
- FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 6. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1986.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.
- GADOTTI, Moacir. *História das Ideias Pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
- GAY, Peter. Mulheres Agressivas e Homens Defensivos. In: *A experiência burguesa da rainha Vitoria a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 128-167.
- GIOLO, Jaime. A República Rio-Grandense e as novas condições para a educação. In: *Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História Sociedade e Educação no Brasil*, Campinas, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de Si, Escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-47, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. A Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: A biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias*. O homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GUIRALDELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.
- HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 3. reimp. São Paulo: Centauro, 2008.
- HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, p. 7-28, julho 1997.
- HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. Ler e escrever na Alemanha. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. O Século XIX. Porto: Afrontamento, 1991.
- ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: A Moral e o Imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- KNIBIEHLER, Yvonne. Corpos e Corações In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. O Século XIX. Porto: Afrontamento, 1991.
- KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à Semântica dos Tempos Modernos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo*: Cidade Tradicional do Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.
- LEAL, Elisabete. O Positivismo e os Prazeres da Educação Feminina. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (Orgs.) *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1995, p. 149-157.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica*. São Paulo: Ed. USP, 1993.
- LEITE, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- LIPPI, Lucia. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre, p. 101-132, 1995.

- LOURO, Guacira Lopes; MEYER, D. A escolarização do doméstico. A construção de uma escola técnica feminina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 87, p. 45-57, nov. 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Anti Prendas*. Uma Escola de Mulheres. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1987.
- LUIZETTO, Flavio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literários e educacionais (1900-1920)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História FFLCH/USP, 1984.
- MAIA, Claudia. *A invenção da Solteirona*. Conjugalidade moderna e terror moral em Minas Gerais (1890-1948). Florianópolis: Mulheres, 2001.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha*. Porto Alegre: Palmarinca, 2008.
- MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995.
- MARTIN-FUGIER, Anne. Os Ritos da Vida Privada Burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1978.
- MAUAD, Ana Maria. Entrevista. *Outros Tempos*, São Luis: UFMA, v. 6, n. 7, p. 241-242, 2009.
- MEIRELES, Cecília. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de Memórias, Bastidores de Histórias: O legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- MOREIRA, Alice Therezinha Campos; MOREIRA, Dione Teixeira Borges; TEIXEIRA, Flavio Vinício Campos (Org.). *Memória Encruzilhadense*. Porto Alegre: EPECÊ, 1997.
- MORLEY, Helena. *Minha Vida de Menina*. Cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1952.
- MUSIL, Robert. *O Homem sem Qualidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- MYLIUS, Leandra. *Entre o passado, o presente e o futuro*. Estudo antropológico sobre a construção da identidade social na cidade de Rio Pardo/RS. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2003.
- NEDEL, Leticia Borges. Breviário de um Museu Mutante. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, jan/jun 2005.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas*, p. 09-41, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich W. Considerações Extemporâneas. In: *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Anaete Regina. Feminização do magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR*. Campinas, n.27, p.78-94, set. 2007.

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993.
- OLIVEN, Ruben George. O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental: o tradicionalismo gaúcho. *Cadernos de Antropologia*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS. Porto Alegre, n. 1, 1990.
- ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, George et al. *História e Nova História*. Lisboa, Teorema, 1986.
- PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). *O Historiador e seu Tempo*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008. p. 163-188.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 278-321.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. *Revista Catarinense de História*. n. 2, 1994.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras*. Presença Feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
- PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *À Margem: Solteiros e Solitários*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. 9. reimpr. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 287-303.
- PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. 9. reimpr. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 121-185.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. 2ª reimpr. São Paulo: UNESP, 1998.
- PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Encruzilhada do Sul*. Edição comemorativa do 1º centenário de municipalização. Porto Alegre: Gundlach, 1949.
- Pio XI. *Cartas Encíclicas sobre: 'o comunismo ateu', 'nazismo no império alemão' e 'carta apostólica ao episcopado mexicano'*. Rio de Janeiro: Ação Católica Brasileira, 1938.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.
- PRADO, Danda. *O que é família*. 12. ed. SP: Brasiliense, 1991.
- RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 578-606.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RHEINGANTZ, Carlos G. Famílias Francesas no Sul do Rio Grande do Sul. In: BEUX, Armindo (Org.). *Franceses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação, 1976. p. 115-121.

- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Historia da Educação Brasileira: A organização escolar*. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1987.
- RICCI, Magda. Como se faz um vulto na história do Brasil. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. p. 147-160.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à História: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964*. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2006.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- SAMARA Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A História da Família no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 07-35. set. 1988 – fev. 1989.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas: Reconstruindo o Conceito. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.) *Pesquisa em História da Educação: Perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. p. 9-24.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. Capela de São Gabriel da Estrela. *Informativo do Vale*, Lajeado, 27 jul. 1982.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.
- SCHNEIDER, Regina. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.
- SCOTT, Joan. *A Cidadã Paradoxal*. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo: PUCSP, p. 297-326, 1998.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, p. 71-99.
- SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-17, 1994.
- SÊGA, Rafael. Anarquistas, com o aval do Império. *História Viva*. Ano II, n. 5, jan. 2005, p. 82-87.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwachs e a Memória-Reconstrução do passado: Memória Coletiva e História. *História*, São Paulo: Edunesp, n. 20, p. 93-108, 2002.
- SENNA, Adriana Kivanski de. *A instituição matrimonial: os casamentos em Rio Grande (1889-1914)*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2001.
- SILVA, Benedicto (Org.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2008.
- SILVEIRA, Rosa M. H. e BONIN, Iara T. Gênero, heroísmo e patriotismo em obras de literatura para crianças. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.34, p.255-269, jun. 2009.

- SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. *Locus*. Revista de História. Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 33-48, 2003.
- SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias*. O homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973, v. 3.
- SPALDING, Walter. *A Grande Mestra: Dona Anna Aurora do Amaral Lisboa*. Porto Alegre: Sulina, 1953.
- TAMBARA, Elomar. Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (Orgs.) *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1995. p. 171-182.
- TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. São Paulo: Ed. Globo, 1999.
- THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- TORRES, Cláudia Regina Vaz; SANTOS, Marluse Arapiraca dos. A educação da mulher e a sua vinculação ao Magistério. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (org.) *Ensaio sobre Gênero e Educação*. Salvador: Ufba, 2001. p. 129-142.
- TORRES, João Camillo de Oliveira. *Teoria Geral da História*. Petrópolis: Vozes, 1963.
- TRINDADE, Ione Faviero. A adoção da Cartilha Maternal na Instrução Pública Gaúcha. *História da Educação*, v. 6, n. 12, p. 67-86, set., 2002.
- TRINDADE, Ione Faviero. A adoção da Cartilha Maternal na Instrução Pública Gaúcha. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1. p. 1-10, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1992.
- VELHO, Gilberto. Trajetória Individual e Campo de Possibilidades. In: *Projeto e Metamorfose*. Antropologia das Sociedades Complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003; p. 31-48.
- VELLINHO, Moyses. Para a biografia de Ana Aurora. In: SPALDING, Walter. *A Grande Mestra: Dona Ana Aurora do Amaral Lisboa*. Porto Alegre: Sulina, 1953.
- VIEIRA, Miriam Steffen. *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo, 1885-1925*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 1997.
- VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de Bibliografia Sul Rio-Grandense: Autores*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1974.
- WERLE, Flavia Obino Corrêa. Instrução Pública e Configuração do Mundo Urbano. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 18, p. 83-95, set. 2005.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

## Anexo – Árvores Genealógicas Parciais de Ana Aurora e Malvina

### Ana Aurora do Amaral Lisboa

Joaquim Pedro da Silva Lisboa (\*1823 / +1884), filho de Francisco Pereira da Silva Lisboa (\*1795 / +1833) e Anna Maria de Borba (\*1796 / +1854), casou com Maria Carlota do Amaral Sarmento Menna (\*1824 / +1891), filha de Francisco Xavier do Amaral Sarmento Menna (\*1781 / +1842) e Rosália Brígida Gomes de Carvalho (\*1783 / +1842). O casal teve 14 filhos.

- 1.1.1. Adolfo do Amaral Lisboa (\*1851 / ?)
- 1.1.2. Alfredo Augusto do Amaral Lisboa (\*1853 / ?)
- 1.1.3. Alberto Afonso do Amaral Lisboa (\*1855 / ?)
- 1.1.4. Zamira Lealdina do Amaral Lisboa (\*1856 / +1944)
- 1.1.5. Frederico Xavier do Amaral Lisboa (\*1858 / ?)
- 1.1.6. Maria Carlota do Amaral Lisboa (\*1859 / +1924)
- 1.1.7. **Ana Aurora do Amaral Lisboa** (\*1860 / +1951)
- 1.1.8. Rita Avelina do Amaral Lisboa (\*1862 / +1922)
- 1.1.9. Palmira Rosalina do Amaral Lisboa (\*1863 / +1915)
- 1.1.10. Arthur Riopardense do Amaral Lisboa (\*1865 / +1943)
- 1.1.11. Odorico Brasilino do Amaral Lisboa (\*1869 / +1891)

### Júlia Malvina Hailliot Tavares

François de Lalemode Hailliot (\*1822 / + 1893), filho de Jean Hailliot e Heloïse de Lalemode ( ? ), casou com Henriette Souleaux Hailliot (\* ? / +1892), filha de Pierre Souleaux Martillac ( ? ) e Julie Souleaux ( ? ) e tiveram 5 filhos:

- 1.1.1 Francisco Henrique Hailliot ( ? / +1902)
- 1.1.2 Maria Honorina Hailliot Langendonch ( ? / +1927)
- 1.1.3 Francisca Hailliot Meirelles ( ? )
- 1.1.4 Alcides Edmundo Hailliot ( ? / +1909)
- 1.1.5 **Julia Malvina Hailliot Tavares** (\*1866 / +1939) casou com José Joaquim Tavares (\*1864 / +1950)

O casal Julia Malvina Hailliot Tavares e José Joaquim Tavares teve 7 filhos:

- 1.1.5.1 Edmundo Hailliot Tavares (\*18-08-1891 / +1940)
- 1.1.5.2 Aurora Hailliot Tavares (\*1º-01-1893 / +07-03-1893)
- 1.1.5.3 Alcida Hailliot Tavares (\*21-03-1894 / +29-01-1976)
- 1.1.5.4 Aristides Hailliot Tavares (\*28-08-1895 / +30-12-1950)
- 1.1.5.5 Georgina Honorina Hailliot Tavares (\*11-12-1897 / +11-07-1982)
- 1.1.5.6 Manoel Hailliot Tavares (Memeco) (\*29-11-1899 / +1959)
- 1.1.5.7 Maria Henriqueta Hailliot Tavares (Queta) (\*06-12-1901 / +23-11-1988)